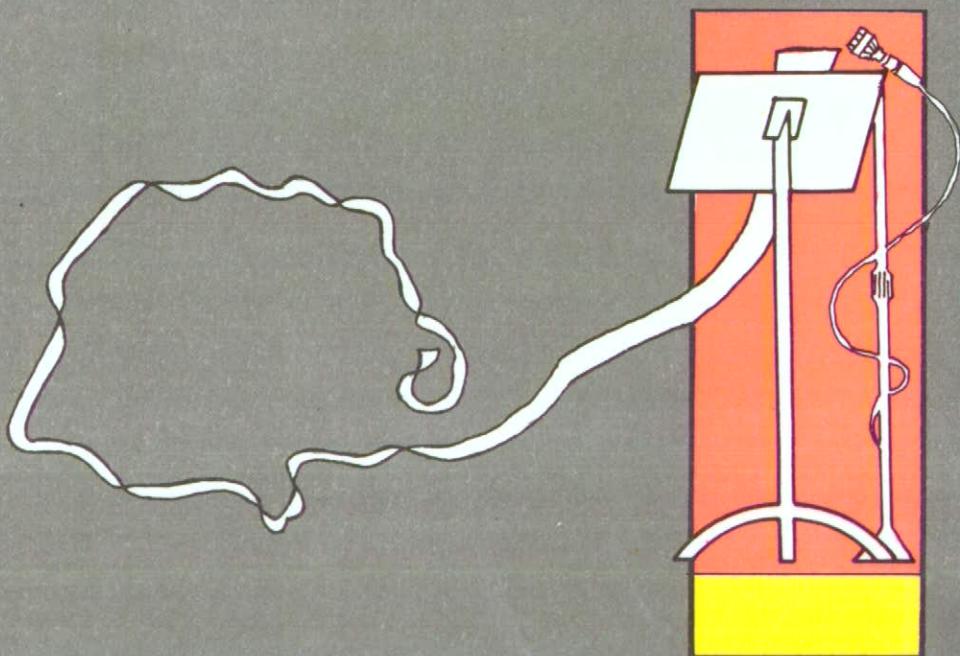
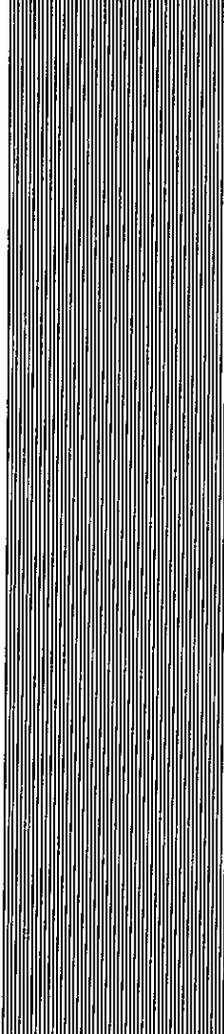


O PARANÁ REINVENTADO

POLÍTICA E GOVERNO





RE O PARANÁ
INVENTADO
POLÍTICA E GOVERNO

CURITIBA
Janeiro – 1989

- 159p IPARDES - Fundação Édison Vieira.
O Paraná reinventado: política e governo.
Curitiba, 1989
203 p.
Projeto História Política do Paraná, primeiro
documento.
Convênio IPARDES/SEPL/FUEM
1. História política - Paraná - 1945-1982.
 2. Política e governo-Paraná-1945-1982. I. Título.

PROJETO HISTÓRIA POLÍTICA DO PARANÁ

Primeiro Documento

Convênio

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E
SOCIAL – IPARDES
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
GERAL – SEPL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - FUEM

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ÁLVARO DIAS - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
GERAL**

FRANCISCO DE BORJA BAPTISTA DE MAGALHÃES FILHO - Secretário
ROMAR TEIXEIRA NOGUEIRA - Diretor Geral

IPARDES - Fundação Edison Vieira

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

CARLOS MANUEL V. ATAÍDE DOS SANTOS - Coordenador de Pesquisa

MARCO ANTONIO PINHEIRO - Coordenador do Centro Estadual de Estatística

EUCLIDES MARCHI - Coordenador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Marionilde Dias Brepfol de Magalhães, *historiadora* - Coordenadora
Francisco Moraes Paz, *historiador* - Coordenador Adjunto (FUEM)
Nelson Ari Cardoso, *sociólogo*
Wânia Savazzi Rizzi, *historiadora*
Alfeo Luiz Capellari, *estagiário*
Marcos Antonio Cordioli, *estagiário*
Maria Lúcia Cidade, *estagiária*

COLABORADORES

Ana Maria de Oliveira Burmester, *historiadora (UFPR)*
Viviane Ribeiro, *historiadora*

CONSULTOR

Edgar Salvadori de Decca, *historiador (UNICAMP)*

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Antônia Schwinden - *copidesque*
Maria Cristina Ferreira - *revisão tipográfica*
Marise Manoel - *revisão*
Iara Regina Teixeira - *capa*
Régia T. O. Filizola - *diagramação e arte*
Luiza Pilati Lourenço - *normalização bibliográfica*
Débora Ribeiro C. Guimarães, Emílio Carlos Boschilia e Ewerson Vilas Boas -
análise e programação

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VII
APRESENTAÇÃO	IX
INTRODUÇÃO	1
1 POLÍTICA E GOVERNO	3
1.1 SABER E PODER: A TEMATIZAÇÃO DO GOVERNO	7
1.2 DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA	17
2 DISCURSOS E PRÁTICAS DE GOVERNO	23
2.1 A “ARTE” DE POVOAR UM TERRITÓRIO: OS GOVERNOS LUPION E BENTO	25
2.2 A “ARTE” DE INDUSTRIALIZAR: OS GOVERNOS NEY E PIMENTEL	55
2.3 A “ARTE” DE RACIONALIZAR UMA ADMINISTRAÇÃO: GOVERNOS DE PARIGOT A NEY	73
2.4 ECONOMIA DE DISCURSOS E MENSAGENS	97
3 PARTIDOS E CIDADANIA RESTRITA	101
3.1 CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, PARTIDO E VOTO COMO DEFINIDORES DA VONTADE GERAL	101
3.2 CÓDIGOS ELEITORAIS: O MARCO LEGAL DAS ELEIÇÕES	105
3.3 PROGRAMAS: A FALA DOS PARTIDOS	107
3.4 PARTIDOS E SENTIDO DA POLÍTICA	129
4 O ESPETÁCULO DA POLÍTICA	131
4.1 A PROJEÇÃO DO PODER	131
4.2 DEMOCRACIA CRISTÃ E MODERNIZAÇÃO	141
4.3 O EXECUTIVO NO CENTRO E NO ALTO	151
4.4 A PRODUÇÃO DO HOMEM PÚBLICO	164
ANEXO ESTATÍSTICO	167
NOTAS DE REFERÊNCIA	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189

LISTA DE TABELAS

1 – População total e taxa de crescimento no Paraná - 1940-80	77
2 – Taxas de urbanização no Paraná - 1950-70	78
3 – Resultado das eleições para governador por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1947	133
4 – Resultado das eleições para Senado da República, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, por partido, aliança ou coligação no Paraná - 1950	134
5 – Resultado das eleições para governador, por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1950	135
6 – Desempenho dos partidos e coligações nas eleições para governador, no Paraná - 1955	136
7 – Resultado das eleições para governador, por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1955	137
8 – Resultado das eleições para governador, por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1960	139
9 – Resultado das eleições para governador, por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1965	147
10 – Relação entre eleitorado e Colégio Eleitoral nas eleições à Presidência da República, no Brasil 1964-78	151
11 – Resultado das eleições para Senado da República, Câmara Federal e assembleias estaduais, segundo partido, no Brasil - 1966-78	153
12 – Resultado das eleições para Senado da República, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, no Paraná - 1966-70	157
13 – Resultado das eleições para Senado da República, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, no Paraná - 1974-78	159
14 – Resultado das eleições para Senado da República nos 14 maiores colégios eleitorais, segundo partido e número de votos, no Paraná - 1978	160
15 – Resultado das eleições para Câmara Federal nos 14 maiores colégios eleitorais, segundo partido e número de votos, no Paraná - 1978	161
16 – Resultado das eleições para Assembléia Legislativa nos 14 maiores colégios eleitorais, segundo partido e número de votos, no Paraná - 1978	162
17 – Representatividade eleitoral dos 14 maiores colégios eleitorais em relação ao Paraná - 1978	163
18 – Resultado das eleições para governador, por mesorregião, segundo candidato mais votado, no Paraná - 1982	163
19 – Resultado das eleições para Senado da República, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, por partido, no Paraná - 1982 . . .	164

APRESENTAÇÃO

O retorno do pluripartidarismo e as eleições diretas para governador, entre outros, são tomados como fatos decisivos na política nacional dos dias atuais. Eles assinalam o término de um regime de exceção e apontam para o retorno pleno das instituições e garantias democráticas, a encerrar-se nas eleições diretas à Presidência da República. Assinalam, também, um novo diálogo entre o Executivo e Legislativo e destes com os movimentos populares.

A dissociação dessas três instâncias políticas, verificada até então, resultava na hipertrofia do Executivo em relação ao Legislativo, no distanciamento daquele em relação aos movimentos populares e nos limites dos partidos enquanto “administradores” das demandas sociais. Contudo, não cabe reduzir o campo de análise dessas questões ao quadro de exceção política; mesmo em países de tradição democrático-liberal observa-se, por exemplo, uma nova condição do Executivo, resultante do processo de tecnificação da política.

A preocupação em compreender tais (re)arranjos, (re)composições e/ou (re)invenções da vida pública, bem como suas intervenções no campo privado, levou o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES — a definir uma nova área de pesquisa, cuja ênfase na esfera política busca constituir um sólido balizamento para compreensão dos conflitos de interesses daí decorrentes. O referencial da pesquisa em questão pauta-se, portanto, na necessidade de aproximar os técnicos de planejamento dos diversos contornos assumidos pelos movimentos sociais e pelos partidos políticos, especialmente no Paraná.

Desse propósito resultou a instalação do projeto História Política do Paraná, cuja equipe técnica apresenta seu primeiro documento — *O Paraná Reinventado: política e governo*. Além dos agradecimentos aos colegas do IPARDES que auxiliaram em diversos momentos da pesquisa, torna-se imprescindível destacar o nome de pessoas e órgãos que contribuíram de maneira decisiva para o consecução deste trabalho.

À Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, órgão responsável pela recomendação e apoio financeiro deste trabalho. O caráter de urgência com que os dirigentes desse órgão credenciaram a temática constituiu pedra angular para a realização de um efetivo diálogo entre profissionais de diferentes formações acadêmicas, em torno do campo de análise que orientou o estudo.

À Fundação Universidade Estadual de Maringá que, ao ceder para esta pesquisa um de seus professores, demonstrou particular interesse em estreitar as relações entre os saberes acadêmicos e os da pesquisa social aplicada. À Universidade Federal do Paraná, através do Departamento de História, que contribuiu para a elaboração dos referenciais teóricos do trabalho.

À Casa Civil, Biblioteca Pública do Paraná, Tribunal Regional Eleitoral e Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, que cederam documentos sob sua guarda.

Ainda, ao Museu da Imagem e do Som, da Secretaria de Estado da Cultura, que permitiu não apenas a utilização de seu equipamento para a realização das entrevistas como também prestou assessoramento técnico.

Os senhores Brasil Pinheiro Machado, Wilson Martins, Fausto Castilho, Espedito Rocha, Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho, Belmiro Valverde Jobim Castor e Norton Macedo Correia dispensaram-nos atenção especial durante suas entrevistas, relatando não apenas suas memórias acerca do cenário político a que estiveram vinculados, mas também concedendo importantes informações sobre temas relevantes à pesquisa. Sua dedicação e interesse empresariam-lhes o estatuto de interventores às reflexões aqui apresentadas.

Finalmente, os membros desta equipe distanciam-se das formalidades inerentes a uma apresentação para dirigir seu agradecimento pessoal a um efetivo co-autor deste trabalho: o professor Edgar Salvadori de Decca, cuja contribuição crítica e arguta mediação nos debates possibilitaram o aprofundamento das análises, quer pelas sugestões de leitura, quer pelas propostas de encaminhamento metodológico formuladas.

Curitiba, dezembro de 1987.

INTRODUÇÃO

A política como objeto da história não representa propriamente uma inovação temática; pelo contrário, a história perseguiu seu estatuto de ciência tomando a política como um tema central. De modo gradativo, este tema foi cedendo a outros à medida que a produção acadêmica foi avançando e propondo novos arranjos teórico-metodológicos. Desse percurso ficou uma associação a ser questionada: a história política como uma forma de produção de uma memória oficial, capaz de excluir as demais.

Negar esse fato é desconhecer uma parte da historiografia. Permanecer nele, contudo, é desconhecer as inquietações da história e o caráter político das organizações e experiências sociais.

Nesse sentido, o presente estudo volta-se ao entendimento das práticas de governo, notadamente às ações do Executivo enquanto lugar privilegiado dessas práticas, bem como às possíveis interferências dos partidos políticos na sua constituição.

A delimitação do objeto de pesquisa nas ações do Executivo e na interferência dos partidos não esgota, obviamente, a compreensão da história política. Contudo, esse objeto constitui uma esfera de fundamental importância, possível de fornecer subsídios a outras investigações que se proponham a analisar as múltiplas relações de poder em uma sociedade. Da mesma forma, pretender captar essas múltiplas relações através de um dado número de documentos que apontam determinados discursos e práticas, acabaria por levar a uma falsa compreensão do poder: por ser circular e manifestar-se através de diferentes práticas, ele ultrapassa quaisquer recortes. Estes referem-se fundamentalmente a um procedimento metodológico que não pode deixar de antever sucessivas análises voltadas ao entendimento de outros discursos e agentes.

Faz-se necessário, também, assinalar o caráter de determinadas fontes no interior de um processo administrativo. Elas induzem à racionalidade das práticas de governo, de modo a causar nos governados a impressão de que o gerenciamento público está permanentemente pautado numa razão evidente. Isso, contudo, é uma dimensão própria da natureza da política, objetivando a produção de um efeito de verdade irreversível: o estado foi governado.

As fontes são, pois, mais instituintes do que instituídas. A realidade é, assim, produzida pelo documento. Logo, é na construção discursiva do campo político que encontramos o sentido atribuído no gerenciamento da população. Os “projetos” políticos não se antecipam às práticas administrativas; pelo contrário, o discurso político busca imprimir uma lógica àquelas práticas, sem contudo esgotar seu próprio campo discursivo.

Dele ainda fazem parte os governados que, embora não se pronunciem, são referidos de forma explícita. E, em certa medida, podem ser referidos como um “sujeito” do discurso. Assim como o governo existe para o governado, o discurso político fundamenta-se no “outro” que, ao expressar-se, nem sempre o faz num campo institucionalizado.

Não tomar a fala do “outro” não significa desconhecê-lo, tão pouco submeter-se às “amarras” epistemológicas de um dado procedimento acadêmico. Com este documento, objetiva-se dar início a uma análise da história política do Paraná que pressupõe a continuidade do estudo das falas e práticas instituídas/instituintes, bem como daquelas que se processam além desses limites, porém igualmente importantes para o entendimento das relações e tensões travadas entre o público e o privado.

Este primeiro relatório visa a uma análise das práticas de governo de 1947 a 1982, apresentadas nas Mensagens dos governadores, documentos enviados à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura do ano legislativo. Nelas, procurou-se detectar o esforço de tais administradores por governar efetivamente sua população-alvo, tendo como tarefa principal sua disciplinarização.

Nesses discursos, vê-se o esforço por estabelecer uma leitura universalizante a uma sucessão de práticas isoladas, remetendo-as à idéia de uma gestão integrada/integrante. Tais práticas têm, todavia, um contraponto nos seus eleitores: através do processo eleitoral eles se manifestam sobre essas relações e produções de imagens. Os resultados eleitorais aparecem, pois, como um relevante indicativo dos efeitos produzidos por uma dada gestão administrativa.

As práticas de um governo orientador e disciplinador, bem como a produção de suas imagens conferem, segundo as reflexões aqui explicitadas, um poder ao estado nem sempre suficiente e satisfatório para sua tarefa de governar. Assim, o estado, visto sob a ótica de suas práticas, é aqui apresentado como primeira referência para uma reflexão sobre as múltiplas relações de poder da sociedade paranaense. *O Paraná Reinventado: política e governo*, antes de pretender a recomendação de fórmulas de enfrentamento das tensões incipientes ao processo político, tenciona ser uma análise que informa sobre o campo da governamentalidade; aos estudiosos das mais diversas áreas, apresenta um debate sobre uma sociedade que se constituiu civil e que se pretende política.

1 POLÍTICA E GOVERNO

O presente trabalho realiza um esforço preliminar para o entendimento das relações políticas entre governantes e governados. Ao se tomar a literatura clássica moderna que procurou dar conta de explicitar a emergência do estado e de suas relações com a sociedade civil, observa-se que o mesmo é tratado como uma força hegemônica. Por um lado, é conceptualizado como um espaço do poder estranho e, em alguns casos, oposto à sociedade civil, provocando horror pela sua frieza diante dos indivíduos; por outro, é visto como um aparelho em funcionamento a serviço de uma classe privilegiada, que atua de maneira decisiva intervindo na reprodução das relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas.

Nessa segunda postura, o estado é um instrumento a ser conquistado pela sociedade civil para ser transformado em arauto da vontade geral. Tal caráter se evidencia desde o pensamento hegeliano, que vai assimilar sua emergência na modernidade como um novo momento da história.

No modelo de Hegel, a sociedade política contém e supera a sociedade civil, transformando uma universalidade formal numa realidade orgânica, ou universalidade objetiva. Já em Marx, o estado é entendido não como realidade da idéia ética, mas como violência concentrada e organizada sobre a sociedade. Ele desfaz a dicotomia entre as sociedades pré-estatais (sob o domínio da força) e as estatais (sob o domínio do direito). O estado contém a sociedade civil não para resolver seus conflitos, mas para mantê-la tal qual ela é. Enfim, para Marx, o estado é apresentado como um “aparelho” coercitivo, instrumento de dominação de classe e momento secundário ou subordinado à esfera econômica.

Em Gramsci verifica-se uma mudança de enfoque no que diz respeito à análise da superestrutura. Retira seu caráter subordinado e reveste-a de um sentido criativo, traduzido na vontade política, que expressa a própria liberdade. A teoria gramsciana, distanciando-se do enfoque evolutivo, prende-se a um momento historicamente determinado em uma sociedade capitalista. Sua teoria ganha maior força quando refletida à luz da transição de uma sociedade capitalista para uma socialista. Ao pensar o estado como uma alternativa de conquista do poder por parte da sociedade civil, suas reflexões adquirem um caráter extremamente atual, pois problematiza a persistência prolongada de elementos autoritários nas sociedades socialistas.

Tais questões apontam para a impossibilidade de radicalização das leituras sobre o estado. Não se pode tomá-lo nem como um agente detentor absoluto do poder, nem como um instrumento a ser conquistado pela sociedade. Nesse sentido, vale retomar a interrogação de Marilena Chaui: *Como o poder político se destaca da sociedade e na qualidade de poder separado reaparece como encarnação do universal?*¹

Por mais que se pretenda aceitar as hipóteses marxistas sobre as ações coercitivas do estado, para outros autores, a sociedade tem lhe delegado determinadas funções (como é o caso da saúde, educação e segurança) que não expressam um interesse meramente privado; se assim não o fosse, restaria aceitar a concepção do estado como laiaio da burguesia. Por outro lado, tem-se enfatizado a autonomia do político em relação ao econômico, tendência resultante de um privilegiamento exagerado da teoria gramsciana — o estado não estaria a serviço de uma classe, mas seria um instrumento a serviço de todas elas.

Segundo Déa Fenelon, essas são reflexões a serem consideradas no entendimento do estado, sem, contudo, excluir outras. As relações do estado com a economia precisam ser compreendidas na singularidade das situações históricas, ao mesmo tempo que se deve incorporar ao raciocínio o movimento constitutivo da divisão social do trabalho. Nesse sentido, volta-se a entender o estado não como um conceito em si, mas na sua precisa, e cada vez mais pronunciada, interferência nos processos econômicos.²

Tal situação é reconhecidamente um novo dado histórico. O capital monopolista de estado, as políticas fiscais, o financiamento de grandes obras e a produção e geração de bens e serviços evidenciam a interferência acentuada do estado na maioria dos países do Ocidente. No entanto, segundo alguns teóricos da economia liberal, essa interferência só deveria ocorrer quando do estabelecimento de condições prévias ao sistema capitalista. Ainda, a intervenção estatal deveria limitar-se ao aparelho jurídico e policial, assegurando os direitos individuais e a garantia à propriedade, à institucionalização da escola e da saúde e à disciplinarização do trabalho, mecanismos que visam à inserção da população no universo do trabalho enquanto mercadoria.

O estado intervencionista aparece para reverter a tendência à queda da taxa de lucro, à medida que suas ações infra-estruturais aumentam a produtividade. Para tanto, em nome do capital nacional estatiza os serviços essenciais, controla o crédito e a moeda e amplia o mercado estatal dos bens. Em alguns países, notadamente os subdesenvolvidos, o controle dos salários garante a acumulação e expansão dos setores ainda pouco desenvolvidos.

Essa intervenção, segundo alguns partidos europeus de tendência socialista, justifica-se à medida que tais práticas tenham uma conotação antimonopolista e obedeçam a um gerenciamento democrático. Essa visão, contudo, não dá conta do caráter político dos investimentos estatais e de seus mecanismos de dominação, que se desenvolvem numa ou noutra direção para assegurar os diferentes requisitos da acumulação de capital em situações variadas. Assim, o esforço de obter, pela via democrática, a reversão da tendência monopolista encontra seus limites nos próprios imperativos da nação, princípio caro à democracia burguesa.

Retomando, pois, Déa Fenelon, vê-se que o estado precisa ser pensado como um sistema de dominação política, cujas formas podem ser mais ou menos adequadas, não apenas para assegurar diferentes exigências de acumulação em situações as mais diversas, mas também para garantir um certo equilíbrio,

apesar dos movimentos sociais. Nesse caso, ao invés de negar suas demandas, o estado responde via tecnificação e consumo dos serviços públicos. Ainda, torna-se imprescindível questionar quais mecanismos lhe permitem estabelecer-se como elemento de grande peso no diálogo entre os interesses sistêmicos e os interesses da sociedade. É a partir dessas reflexões que se deve investigar a gênese de um estado de governo, que não é, como para muitos pode parecer, explicável pela própria natureza do estado.³

Tomar, pois, a gênese de um estado de governo significa remeter-se a Michel Foucault, quando trata da governamentalidade. Para ele, a problemática do governo aparece no século XVI, sob diferentes e múltiplos aspectos, dos quais interessa particularmente a definição do estado de governo: gerenciamento da população em sua forma política.⁴

Seu ponto de partida consiste numa crítica à idéia de governo apresentada por Maquiavel, em *O Príncipe*. Nessa obra, evidencia a condição de singularidade, isto é, de transcendência do príncipe em relação a seu principado, que o recebe, mas não faz parte dele. Os laços que os unem são de violência ou tradição. O objetivo do poder será o de exercê-lo para si e não para o conjunto constituído pelos súditos e pelo território, o que não significa governar.

Para Foucault, a arte de governar consiste, primeiramente, em gerir corretamente os indivíduos, os bens e os patrimônios, o que se expressa numa forma de vigilância tão atenta quanto a de um pai de família em relação a seus filhos. Significa, também, cuidar da relação dos homens com as coisas, o inusitado, as epidemias, os acidentes e até a morte. No governo é necessário mais táticas do que leis, mais conhecimento (observação) do que soberania.

É no século XVIII, segundo o autor, que se inaugura de maneira irreversível o estado de governo, diante da emergência de condições propícias que fazem com que a soberania dê lugar à arte de governar. Três processos gerais estão conectados a esse momento histórico: a expansão demográfica, o aumento da circulação de moedas e o incremento da produção agrícola. O aparecimento da população como objeto, graças à sua densificação, elimina o modelo familiar de gerenciamento da economia e centraliza tal noção naquele objeto. A estatística, por sua vez, vai revelar à economia que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: grandes epidemias, mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza.

Contudo, a idéia de família não desaparece; pelo contrário, é através dela que os dispositivos disciplinares — conjunto de táticas, estratégias, procedimentos e instituições disciplinares — são levados à população.⁴

**Cabe lembrar a reflexão de Hannah Arendt sobre esse mesmo processo: quando se publiciza a esfera privada, diante de uma população cada vez mais densificada, os indivíduos passam a se comportar e não a agir. Ela ainda lembra que a palavra "ação" está profundamente associada à noção de criar, e esta, à de nascer, de gerar algo inteiramente novo, ainda não conhecido nem pensado pelo outro. Ver, ARENDT, Hannah. A condição humana. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983 p. 51 e 55.*

Assim, aponta que a população passa a ser o objetivo final do governo, que não governa para si, mas para melhorar a sorte da população, aumentando sua riqueza, sua saúde e sua expectativa média de vida. A população aparece como sujeito das necessidades e alvo do governo.

Para agir sobre ela, é necessária a constituição de uma série de saberes, de modo racional e planejado, notadamente a economia, através de uma ciência, a economia política:

(. . .) a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população, e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política.⁵

Para viabilizar o gerenciamento da população, a disciplina passa a ocupar um espaço privilegiado. Esta não constitui um dispositivo destrutivo, mas criador. A disciplinarização objetiva a emergência de uma coletividade pronta para ser gerida racionalmente, tendo nos dispositivos de segurança seus mecanismos fundamentais.

A história da governamentalidade é, pois, a história da constituição de instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem exercer o poder de uma forma específica e complexa. Dessa maneira, o estado não tem mais uma individualidade ou uma funcionalidade com a relevância que a ele se impõe; são suas táticas que permitem a cada instante definir e redefinir o que compete ou não ao governo executar. Portanto, para entender o estado, é necessário entender suas práticas de governo, como uma das relações de exercício do poder.

A historiografia brasileira aponta o ano de 1945 como marco da história político-partidária nacional. Com o retorno das instituições democráticas após o Estado Novo, há de se supor mudanças de ordem qualitativa; contudo, tais mudanças se dão a partir do próprio homem símbolo do Estado Novo, Getúlio Vargas. A reorganização partidária se dá em torno dele, seja através de partidos que se lhe opõem (União Democrática Nacional - UDN), seja através dos que o apóiam (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - e Partido Social Democrático - PSD). Os demais não chegam a ameaçar a hegemonia desses três no cenário político; pelo contrário, acabam mesmo por realizar diferentes tipos de coligações e alianças com os maiores.

Partidos que aparentemente não têm nenhuma identificação ideológica não hesitam em se unir, o que leva a questionar o real antagonismo de suas práticas. A hipótese que se levanta é a de que esses partidos objetivam a ocupação de cargos no Executivo, oscilando entre uma tendência socializante anticomunista (corporativismo) e uma tendência direitista (contrária às práticas getulistas). Conforme Wilson Martins,

(. . .) os partidos políticos predeterminam a própria perda na fragmentação esquizofrênica a que se entregaram, de forma a confirmar, mais uma vez, a sua tradicional falta de organicidade doutrinária. Contudo, ainda nesse período, continuaram a existir apenas dois partidos (com oscilações eventuais e pequenos arranjos oportunistas de tática eleitoral): o getulista e o antigetulista. Isso explica que, nessa fase, não apesar, mas por causa da multiplicação de pequenas formações incaracterísticas e claramente insignificantes, só contavam, de fato, os dois partidos getulistas (PSD e PTB) em face do partido antigetulista que era a UDN, sintomaticamente encarado como reacionário - suspeita, de resto, amplamente justificada e de que jamais conseguiu se livrar.⁶

O propósito partidário de ascender ao Executivo pelo voto obedece a duas estratégias: programas e plataformas produzindo expectativa no eleitorado e os eleitores assumindo-os como seus. De qualquer maneira, se o governo se faz através do voto, e um partido pretende o governo, seu discurso e sua prática se orientam no sentido de canalizar para si a vontade expressa nas urnas. Administrar um governo significa, dentro de um regime "democrático", gerir uma população com o intuito de atender suas demandas e orientar sua inserção no mercado de trabalho disciplinado. Cabe questionar se a supressão dessas instituições efetivamente alterou as práticas de governo.

Com o golpe de 64, verifica-se uma nova perda de autonomia dos estados em relação à União, a supressão dos partidos políticos até então existentes, a eliminação da escolha dos ocupantes de cargos executivos, intervenções nas diversas organizações da sociedade civil (notadamente os sindicatos) e a intensificação de práticas repressivas. Ao mesmo tempo, desenvolve-se um modelo de gestão tecnocrática.

1.1 SABER E PODER: A TEMATIZAÇÃO DO GOVERNO

A documentação utilizada para o estudo da história política foi selecionada a partir de uma metodologia específica, capaz de responder à análise do conjunto das práticas administrativas que procuram dotar a sociedade paranaense de um corpo disciplinar eficiente, ordenando as múltiplas relações dos diversos segmentos que a compõem. Essas relações são mediatizadas através de diferentes exercícios de poder, dos quais o poder político institucionalizado constitui um de seus aspectos mais importantes. Mesmo não sendo o único

campo de exercício de poder, essa opção de análise permite avaliar o desempenho das instituições enquanto instâncias produtoras de um corpo de conhecimentos responsáveis pela gestão da coisa pública.

O trabalho se divide em duas abordagens: práticas administrativas dos governos existentes entre 1945 a 1982 e processo eleitoral pertinente a esse período, ambas subordinadas aos mesmos parâmetros teóricos e metodológicos.

O Discurso do Executivo

O tratamento proposto às Mensagens dos governadores* parte dos pressupostos de Michel Foucault sobre “saber” e “poder”, considerando duas questões centrais de seu pensamento: a arqueologia do saber e a genealogia do poder.

A primeira - arqueologia do saber - é abordada fundamentalmente em *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e a *Arqueologia do saber* ((1969). Neles Foucault toma a constituição histórica dos saberes sobre o homem, considerando saberes de outra época e da modernidade. Contudo, eles se definem a partir do seu próprio presente, daquilo que lhes é contemporâneo; logo sua análise é epistêmica, isto é, parte daquilo que o saber instaura numa dada época, conferindo-lhe uma positividade enquanto tal.

Da nova positividade conferida ao saber, a partir do século XVIII, surgem as ciências humanas, cuja origem não está nas relações com a matemática, mas sim com as ciências empíricas (biologia, economia e filologia) e com a filosofia. Ao mesmo tempo, observa-se que todo saber é político, pois resulta das relações de poder que, simultaneamente, geram um novo saber. Daí a conclusão de que este, ao proceder o registro contínuo de conhecimentos, assegura o exercício de um poder disciplinador.

A genealogia do poder - segunda questão levantada - , isto é, as relações entre saber e poder, é seu objeto de estudos em *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade - a vontade de saber* (1976). Entre os princípios básicos dessa questão tem-se, em primeiro lugar, a afirmação de que o poder, ainda que articulado, não se reduz ao estado. Ele existe de forma periférica e molecular, estando situado em diferentes pontos do tecido social. Partindo, pois, dessas microrrelações - microfísica do poder - Foucault procedeu a um deslocamento no espaço de análise, evidenciando ao mesmo tempo que o controle ou a destruição do estado não implica o desaparecimento ou a transformação dessas relações:

*As Mensagens constituem documentos enviados pelo Executivo à Assembléia Legislativa no início da legislatura, objetivando prestar contas das realizações do ano anterior. São precedidas de um discurso do governador que, em linhas gerais, estabelece unidade às diferentes falas das Secretarias, enfatizando o eixo de ações desenvolvidas no seu período de governo.

(. . .) o poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular.⁷

Em segundo lugar, por estar diluído em todo tecido social, desconhecendo quaisquer limites e sem se localizar em nenhum ponto específico da estrutura social, ele aparece como uma “rede”. Assim, em tese, o poder é uma relação e não um objeto; o que existe não é o poder em si, mas as práticas ou relações de poder que, enquanto “rede”, incidem sobre os indivíduos, disciplinando-os.

Essa capacidade disciplinadora — outra de suas características — se dá pela organização dos espaços, controle do tempo, vigilância e registro contínuo de conhecimentos. O princípio do “panoptismo”⁸, tomado de Jeremy Bentham, resume a idéia dos desvendamentos dos espaços encobertos e é aplicado nas escolas, hospitais e prisões. O esquadramento disciplinar, ao atuar sobre as massas confusas, desordenadas e desordeiras, faz emergir formas ordenadas nas quais o indivíduo é tomado como alvo específico do poder (e do saber). Um novo modelo de arquitetura, capaz de possibilitar a apreensão dos indivíduos, em fins do século XVIII, aparece como a grande inovação política da burguesia. Acrescente-se que o estado liberal pressupõe uma constante circulação dos indivíduos, da produção e das idéias. Assim, vê-se que,

(. . .) o poder disciplinador não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos.⁹

Pensar a organização da sociedade burguesa significa pensar a constituição de uma sociedade transparente submetida a uma visibilidade organizada, dominadora e vigilante, capaz de impor aos indivíduos a opinião coletiva. Esse “reino da opinião”, conforme Foucault, se opõe ao escuro das antigas construções e espaços. Revela-os ao gerar a impressão de que uma multiplicidade de “olhares” converge sobre um determinado indivíduo — mesmo que aqueles estejam distantes desse. Dessa forma, o indivíduo introjeta uma outra moral, a da sociedade burguesa.

Dai a constatação de que o poder não se reduz à violência ou repressão; acima de tudo é produtivo e transformador. Produtivo por “produzir” um novo indivíduo; transformador por possibilitar a existência de uma nova ordem social e moral. O poder tem, indiscutivelmente, como alvo o corpo humano, não para suplicia-lo, sim para adestrá-lo. Logo, ao pretender a ampliação da eficácia do trabalhador e a redução das possibilidades de resistência, ele atua de forma construtiva, ou seja, positiva.

Nessa positividade reside seu caráter intrínseco, sua capacidade de reintroduzir os indivíduos na vida social; ainda que inexista uma fonte ou um princípio de onde emane todo o poder, todos os componentes de sua rede se sustentam. As ciências do homem, por sua vez, tematizadas na perspectiva da arqueologia do saber, são retomadas por Foucault no projeto genealógico, sem pretender reduzi-las às determinações superestruturais.

A questão da genealogia parte do princípio de que o saber constitui um dispositivo político, cujas práticas disciplinadoras formam domínios de saber. Assim, a distinção entre ciência e ideologia não é pertinente, desfazendo a idéia de que a ciência seja um conhecimento pelo qual o sujeito vence as limitações e imposições ideológicas. Como acentua Roberto Machado, para Foucault,

(. . .) todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber.¹⁰

Da mesma forma que Foucault refuta a noção de repressão, isto é, do poder repressivo, ele aponta a noção de ideologia como algo dificilmente utilizável por três motivos:

A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que se relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções.¹¹

Tomando-se, pois, a arqueologia do saber e a genealogia do poder, cabe indagar sobre a forma pela qual o discurso se elabora. Partindo-se das dificuldades apresentadas por Foucault em se utilizar a noção de ideologia, considera-se que o discurso não se apresenta encoberto, dissimulando intenções não explicitadas; pelo contrário, ele é o que se propõe a produzir. Ao se to-

mar o discurso (no caso particular, do governador estadual) como uma sujeição ideológica, abrir-se-ia a possibilidade de que ele se coloca virtualmente contra outra coisa que seria a verdade. Nesse sentido, a análise estaria deslocada do problema formulado pelo autor, que o remete à produção histórica dos (. . .) *efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos*.¹²

À medida que o discurso é produzido numa relação de poder, não cabe pretender desvendar o implícito, o ideológico ou o semântico, tomando-se, por exemplo, estas (im)possíveis oposições “ciência/ideologia”. Ao refletir a “verdade” de seu emissor, são as práticas, nas quais o discurso se apóia, que esclarecerão seu enunciado; logo, o eixo de análise situa-se na relação “verdade/poder”.

Portanto, pensar as Mensagens de governadores significa pensá-las a partir de duas questões: o momento no qual elas são elaboradas e o tratamento proposto. Observa-se que o período analisado, 1947-82, correspondente a uma fase de ocupação de novos territórios, de aumento populacional e de surgimento de novos centros urbanos vistos sob o conceito de “progresso”. Ao governo paranaense cabe administrar esse novo território e população, absorvendo os conflitos sociais. As práticas administrativas se orientam no propósito de gerir um espaço marcado por “mudanças”, as quais, à medida que forem assumidas e orientadas pelo Executivo, o reforçam.

Construir escolas, estradas, hospitais, prisões, modernizar a máquina administrativa, orientar a produção, entre outras, são práticas que asseguram a existência do estado de governo ao mesmo tempo que definem seu espaço de ação e intervenção. Da mesma forma, a construção de um centro administrativo, configurando a existência de um centro metropolitano que assegure a prestação de determinados serviços, amplia a noção de existência de uma unidade político-administrativa em torno da qual se constrói uma dada identidade política.

O que se pretende das Mensagens não é um resumo das ações de cada governo, de modo a arrolar iniciativas administrativas isoladas. Objetiva-se, considerando práticas de poder, resgatar o sentido que lhes foi atribuído dentro de uma política de governo, apresentada posteriormente, seja nas iniciativas constantes, seja nas novas questões propostas. Exemplificando, pode-se partir da questão de saúde pública e analisar, no conjunto das Mensagens, o tratamento que lhe foi dispensado. Ainda, se foram criados órgãos governamentais para responder a determinadas iniciativas e preocupações, as quais visam dar conta de uma dada situação ou imprimir um novo perfil a um território que se pretende “moderno”.

As Mensagens, pela sua própria elaboração, apresentam tratamentos diferenciados, um relativo à “Introdução” e outro às diferentes seções que as compõem. Na Introdução, tem-se um discurso de natureza política, representativo do perfil do Executivo, seja numa fala “popular”, seja numa fala “tecnocrática”. Por fala “popular” entende-se o discurso marcado pelo propósito

de associação entre o emissor e o receptor, unindo-os na aparente responsabilidade comum. Ambos estão próximos e as marcas discursivas são personalizadas. As ações são justificadas na razão direta das necessidades da população e seu executor se apresenta como representante desses interesses comuns. É um discurso dirigido, carregado de afetividade e com identificação de seus componentes, muito adjetivado e interrompido pelas próprias explicações.

A fala tecnocrática, ao contrário, apresenta-se impessoal, com emissor e receptor diluídos na precisão e eficiência das informações. Esse discurso não precisa se justificar, já que se pretende claro e objetivo; suas informações se sustentam no caráter inquestionável da racionalidade da ação. É um discurso menos adjetivado, no qual os personagens cedem à comprovação dos números e das marcas de verdade presentes no texto.

Com frequência, essas falas se cruzam entre si, ou com outras, sem contudo perderem suas características. Nada impede ao governante que se pretende popular, dizer da racionalidade de seu ato; ou ao tecnocrata, da união de responsabilidade. Porém, no primeiro caso, o emissor se identifica com o receptor, fazendo-se presente no texto, enquanto, no segundo, ambos tendem a ceder à objetividade de informações ou à autoridade de outras falas.

Essas diferenças podem ser percebidas quando se compara o relato de uma mesma situação — como, por exemplo, o déficit público — feito por governadores de períodos diferentes.

a) Moysés Lupion (1957):

Senhores Deputados à Assembléia Legislativa do Estado: É motivo da mais elevada honra comparecer, neste momento, perante esta Assembléia para, — dando cumprimento a dispositivo constitucional, — prestar contas da situação geral do Estado, dos problemas que enfrentamos, das soluções que foram adotadas e das providências que a realidade nos está a sugerir.

*(. . . .) Peço que se medite um instante sobre este conjunto de fatos [relativos ao déficit financeiro estadual]. Peço que se meçam, por um momento, as imensas limitações que tais circunstâncias tinham de determinar. E todo esse quadro deve, ainda, ser situado no quadro das dificuldades da situação geral do país. O conjunto de tudo isso havia de dar os limites e as características que teria de assumir o nosso governo, neste primeiro ano, marcado por uma ordem: o restabelecimento do equilíbrio (. . . .)*¹²

b) Jayme Canet Júnior (1977):

Senhores Deputados:

Cumprindo o mandamento constitucional, tenho a honra de encaminhar ao Poder Legislativo o relato das atividades governamentais durante o ano de 1976.

(...)

Há, finalmente, urgência em ajustar a balança de pagamentos e equacionar a dívida externa. Com o país em desenvolvimento, é natural existir no Brasil um déficit em conta-corrente. É a única maneira de o país absorver poupanças externas para completar as internas. Mas, como afirmou recentemente o Ministro da Fazenda, "é preciso, a médio prazo, conter o déficit em conta-corrente em valores tais que o crescimento da dívida externa não avance em porcentagens superiores ao aumento das exportações". Este ajuste só pode ser obtido de duas maneiras:

- a) pelo aumento das exportações;*
- b) pela redução e substituição das importações.*

Não se trata de uma alternativa, mas de duas linhas de atuação que vêm sendo seguidas pelo governo.¹⁴

Numa rápida comparação e sem entrar no mérito da questão financeira, observam-se situações distintas entre as Mensagens de Moysés Lupion e Jayme Canet Júnior. Em primeiro lugar, enquanto este inicia referindo-se ao cumprimento do dispositivo constitucional, aquele dirige-se imediatamente para seus interlocutores. O cumprimento do dispositivo constitucional aparece, para Lupion, como uma questão de segundo plano; inclusive a utilização de símbolos gráficos (hífen) chega a dar impressão que invocar a Constituição é algo dispensável em seu discurso. Em segundo lugar, Lupion busca envolver seus ouvintes, apelando para que todos meditem sobre a situação local (sem excluir a nacional) e para a possibilidade de superação das dificuldades a partir de iniciativas do Executivo e apoio do Legislativo. Canet, por sua vez, parte da situação do país, da política econômica nacional que, claramente, subordina a estadual. Ainda, vale-se da autoridade do discurso de um ministro para reforçar suas afirmações. Assim, enquanto na primeira construção os interlocutores aparecem como possíveis sujeitos da ação — um estado e um governo em busca de equilíbrio —, na segunda, aparecem como objetos da ação o go-

verno federal decidindo as linhas de atuação, sem a interferência das assembleias estaduais.

Considerando que este não tem como propósito aplicar qualquer critério de “recuperação da verdade”, entende-se que cada qual busca criar efeitos de verdade através de seus discursos. As diferenças se vinculam ao entendimento atribuído à questão do déficit público, em momentos distintos, sendo antes uma construção discursiva específica que uma intenção de encobrir a “realidade”.

Para Lúpion, superar o déficit público significa adotar práticas de moralização da coisa pública — uma das primeiras razões levantadas para explicar esse déficit é o empreguismo de que ele acusa o governo anterior.¹⁵ Fica claro que a solução desse problema está na iniciativa dos próprios paranaenses.

Para Canet, superar o déficit público significa combinar as práticas administrativas estaduais às nacionais — cabe ao Paraná aumentar sua produção (a ênfase inicial é na agricultura), estimulando as exportações que gerarão as divisas necessárias para o pagamento das importações de capital e petróleo.¹⁶ As decisões fogem da administração local, situando-se na esfera de competência daqueles que definem a política econômico-financeira nacional.

A segunda parte das Mensagens é formada por diferentes seções, homogêneas ou não, que detalharam as ações do Executivo nas esferas econômica, social e administrativa. Apesar de apresentarem títulos diferentes, tratam das mesmas ações; mais significativa é a colocação de determinadas realizações, ora numa seção, ora em outra (inclusive num mesmo período de governo). Embora o conjunto de atos seja significativo para o entendimento de uma administração, considerando que pudesse explicar os propósitos de um governo, esta análise se detém em determinadas práticas. Tal privilegiamento se justifica pela relação destas com as intenções de controle e disciplina do território e da população, de modo a resgatar a idéia de “construção” de um dado território.

Segurança, educação e saúde são questões comuns às Mensagens de governadores, porém com tratamentos diferenciados, já que o entendimento de um governador não chega, necessariamente, a coincidir com o dos outros. Se, por exemplo, num determinado momento educar é construir escolas, em outro poderá ser a promoção de uma reforma no ensino público, assegurando a disciplinarização da população. Da mesma forma, saúde pública pode ser tomada no seu caráter curativo ou preventivo; segurança, como construção de presídios e aparelhamento do corpo policial ou esvaziamento dos focos de tensão social; integração territorial, no sentido de ampliação e convergência da malha rododiferroviária em torno de pólos catalizadores da produção, ordenando seu escoamento, ou ainda, de adoção de uma política de desenvolvimento das comunicações. Finalmente, por planejamento pode se considerar a ampliação da máquina administrativa assegurando, através da criação de órgãos específicos, o atendimento de determinadas demandas (existentes ou criadas); e, por intervenção econômico-administrativa, a gerência do Executi-

vo nos diferentes setores da economia, formulando políticas de desenvolvimento e incentivo à produção.

A partir dessas considerações, o tratamento proposto consiste na análise das Mensagens correspondentes a cada exercício administrativo, de modo a detectar a existência de tais práticas, seus contornos e intensidade. Ainda, de posse desses dados, cruzá-los com os dos demais governadores, possibilitando não a simples reconstrução dos atos de cada governo, mas o entendimento das práticas de poder características de um conjunto de exercícios administrativos.

Dessa forma, considerando-se os princípios da governamentalidade, o estudo das Mensagens se orienta no sentido de avaliar o desenvolvimento de práticas específicas de governo e a aplicação de um conjunto de saberes sobre uma dada população. A população como alvo, a economia política como forma de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos, são os elementos fundamentais para esta análise.

Partidos e Processo Eleitoral

Após o período estadonovista, em 1945, inicia-se uma reestruturação da esfera parlamentar. Observa-se a constituição de uma série de saberes jurídicos que visam orientar o Legislativo como mediador entre governo e população.

Esses saberes se responsabilizam pelo engendramento de um conjunto de discursos que visam estabelecer regras de comportamento aceitáveis ao debate público — selecionando não apenas as questões que deveriam ser colocadas em pauta, como também os sujeitos que estariam capacitados a tal exercício. As formas de expressão dos interesses coletivos são definidas nas **constituições brasileiras** (1946 e 1967), nos **códigos eleitorais** (1935, 1950 e 1965) e no conjunto de leis normativas para cada eleição. Esses textos são interpretados como normas produzidas numa relação de poder, não cabendo, portanto, desvendar seu caráter ideológico, mas sim os seus efeitos de verdade, bem como sua eficácia disciplinadora.

De fato, ao se estudar sistematicamente essa legislação, observa-se um esforço por segmentar as diferentes falas e ações dos cidadãos, ora lançando-as aos sindicatos, ora remetendo-as às corporações, ora aos diferentes departamentos dos órgãos públicos. A ordenação das expectativas diluídas em todo o corpo social deve encontrar, no plano das intenções desses saberes, seu canal mais efetivo de expressão no partido político. É nessa outra face da governamentalidade que o confronto entre os cidadãos e a política institucionalizada deve se estabelecer.

Ao conceber-se, portanto, o partido como órgão privilegiado de representação das necessidades sociais, procurar-se-á entender, através da análise de seus programas, o seu papel enquanto organismo institucional de catalização das vontades coletivas. O partido não constitui um campo de práticas de governo, mas de representação dessas práticas. Mais do que agremiador de

interesses, deve orientar a atenção de todos os indivíduos para o campo da governamentalidade. Para evidenciar tal processo, optou-se por analisar os programas dos partidos que tiveram maior expressividade eleitoral, uma vez que, ao indicarem um significativo número de ocupantes a cargos públicos, puderam interferir mais intensamente nas esferas do Legislativo e Executivo.

Realizada a análise do estabelecimento de regras para o diálogo entre governantes e governados e do processo de seleção dos representantes do Legislativo, importa discorrer sobre o comportamento eleitoral — uma das formas mais expressivas de avaliação de cada prática administrativa.

Há que se acrescentar que, se as práticas de governo incidem no conjunto da população, o processo eleitoral abrange apenas uma parcela, a população votante. Esta, por sua vez, deve levar em conta não somente seus interesses, mas também os daqueles que não estão aptos para o exercício de cidadania. Assim, discursos, comícios e prestação de serviços (inerentes à máquina partidária) estão voltados para o universo dos indivíduos. É requerido um esforço extremo para centralizar a atenção do eleitor não apenas nos candidatos dos respectivos partidos, mas também no ato de votar.

Para tanto, é produzida uma série de saberes de outra natureza; fabrica-se a “fascinação” do político, traduzida, no plano das representações simbólicas, através de uma “idéia-força”. Os dispositivos discursivos para tal empreendimento são constituídos através de um íntimo relacionamento entre os conteúdos programáticos dos partidos e as técnicas de difusão dos meios de comunicação de massa. Estas, ao informarem, são responsáveis também pela formação de opiniões, desejos e repulsas, sendo cada vez mais intensamente utilizadas no campo do político.

O encontro da governamentalidade com as ciências da informação adquire e produz sentido no cotidiano dos indivíduos. Para Martin Barbero,

É na publicidade e com ela, que nossa sociedade constrói e reconstrói a imagem a partir da qual ela se contempla a si própria e nos faz contemplarmos-nos um ao outro. E esta imagem já não é mera excrecência, é o imaginário a partir do qual se trabalha e se deseja. Se a publicidade desaparecesse, o vazio por ela deixado não afetaria unicamente ao exterior, à iluminação das ruas, ou ao número de páginas dos jornais ou o tempo do rádio ou da televisão, mas ao nosso viver mais cotidiano e interior, ao inter-relacionamento em que se movimenta e carrega de sentido não apenas os objetos, mas também os su-

*jeitos, as relações sociais a partir das quais nos apercebemos do real.*¹⁷ (tradução livre).

A publicidade constitui, portanto, não um efeito do real, mas a produção do real. Logo, a construção de imagens do político não exige o ocultamento das intenções de governo, sim a tradução das vontades coletivas para a linguagem do poder institucionalizado. Nele ocorre a teatralização da política e dele depende o sucesso ou fracasso eleitoral. Por consequência, o caráter do desempenho das atividades públicas.

Em suma, a partir dessas reflexões sobre os marcos legais do programa dos partidos e do comportamento eleitoral, busca-se chegar ao entendimento das representações que conferem sentido às práticas dos governos no Paraná, de 1945 a 1982.

1.2 DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA

Constituem fontes de pesquisa e coleção de Mensagens dos governadores enviadas à Assembléia Legislativa (1948 a 1982), as constituições brasileiras, os códigos eleitorais e a legislação normativa complementar à organização dos partidos e do processo eleitoral. Foram também consultados os programas dos partidos e os resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, sistematizados de forma específica para este estudo.

Mensagens dos Governadores

As Mensagens dos governadores são compostas por diversas seções que se sucedem — relativamente constantes — relatando as iniciativas do Executivo no que se refere às práticas de governo, em determinados domínios privilegiados do exercício do poder. Tais iniciativas dizem respeito à conjuntura econômico-financeira do estado, às realizações no campo econômico, social e administrativo e às relações do estado com a União, outros estados e municípios.

Os relatórios do Executivo, no período considerado, correspondem aos exercícios administrativos dos seguintes governadores: Moysés Lupion (1947-51 e 1956-61); Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-55); Ney Aminthas de Barros Braga (1961-65 e 1979-82); Paulo Cruz Pimentel (1966-71); Haroldo Léon Peres (1971); Pedro Viriato Parigot de Souza (1972-73); Emílio Hoffmann Gomes (1974-75); Jayme Canel Júnior (1975-79).

Cabe observar que os governadores referidos, eleitos ou nomeados, são aqueles que encaminharam as Mensagens à Assembléia Legislativa — com exceção de Haroldo Leon Peres —, pois se encontravam no exercício do cargo por ocasião da data de encaminhamento do documento. Entretanto, alguns desses permaneceram pouco tempo como governador, tendo sido substituídos por outros que propriamente cumpriram mandato. Esse é o caso de Antonio

Anibelli, que temporariamente substituiu Bento Munhoz da Rocha Netto; na verdade, quem completou sua gestão foi Adolpho de Oliveira Franco. Pela coincidência de datas, acima referida, o nome deste não consta das Mensagens, ao contrário de Antonio Anibelli.

Dentre os governadores desse período, somente Moysés Lupion (1947-51 e 1956-61), Paulo Cruz Pimentel (1966-71) e Jayme Canet Júnior (1975-79) cumpriram integralmente seus mandatos. Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-55) afastou-se para assumir o Ministério da Agricultura no Governo Café Filho. Ney Braga (1961-65) afastou-se alguns meses antes do término de seu mandato para assumir, também, o Ministério da Agricultura, tendo sido substituído provisoriamente por Antonio Ferreira Ruppel e logo depois por Algacir Guimarães, governador eleito pela Assembléia Legislativa.

Haroldo Léon Peres, por sua vez, poucos meses após sua nomeação para o cargo, face à acusação de irregularidades, foi substituído por seu Vice, Pedro Viriato Parigot de Souza (1971-73), tendo sido por ocasião de sua morte substituído por Emílio Hoffmann Gomes (1973-75). Finalmente, Ney Braga (1979-82), diante de sua candidatura ao Senado Federal, em 1982, foi substituído por seu Vice, José Hosken de Novaes.

Legislação e Programas Partidários

Os documentos utilizados para a análise do campo político-partidário foram as constituições brasileiras de 1946 e 1967, os atos institucionais promulgados entre 1964 e 1969, a Emenda Constitucional de 1969 e os diversos decretos-leis baixados entre 1970 e 1982, notadamente aqueles que objetivaram mudanças nas regras eleitorais ou de constituição de partidos políticos.

Os partidos cujos programas foram analisados são a UDN, PSD, PTB e PDC, para o período de 1945 a 1966 – em virtude de seus desempenhos eleitorais no Paraná e comprovada capacidade de interferência na esfera do Executivo.* Também foram analisados os programas do Partido Democrático Social – PDS – e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Quanto à Aliança Renovadora Nacional – ARENA – e Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, embora seus programas tenham sido analisados, não foram propositadamente considerados como partidos políticos, à medida que não definiram o campo das ações governamentais. Por essa razão, foram entendidos como instância de diálogo entre as lideranças parlamentares e os funcionários do poder Executivo e não agremiações cujo interlocutor

**Desse período, ressalta-se que apesar do Partido Trabalhista Nacional – PTN – ter eleito um governador – Paulo Pimentel – este realiza a gestão como membro da ARENA, dada a reforma eleitoral de 1966 que eliminou os partidos existentes. Além disso, o PTN não possuía expressividade eleitoral na fase em que se organizou como partido no Paraná; mesmo Paulo Pimentel precisou contar para sua vitória com os decisivos apoios do PDC e da UDN.*

privilegiado fosse a população votante. No tocante à ARENA, além de seu programa, foi analisado também um outro documento, o Plano de Ação Partidária – PLANAP –, redigido em complementação àquele, e aprovado na mesma convenção que oficializaria a sua carta de princípios.

Resultados Eleitorais

Os resultados das eleições para os cargos do Legislativo e Executivo, de 1945 a 1982, foram levantados e arrolados na Subsecretaria de Jurisprudência, Registro e Legislação, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Esses dados, em quase sua totalidade, estavam dispostos em ordem alfabética, acusando em cada um dos municípios sua respectiva zona eleitoral. A coleção se intitula *Resumo dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais do Estado do Paraná*.

Os resultados de 1950, 1955 e 1960 não estavam incluídos na referida coleção, tornando-se necessário seu levantamento nas listas originais, enviadas de cada zona eleitoral para o TRE em Curitiba, apresentando algumas lacunas e erros de cálculo, cometidos pelos próprios responsáveis pelo arrolamento no TRE. Some-se a isso o fato de serem manuscritos, o que, em alguns casos, dificulta sua leitura. Tais resultados revestem-se, contudo, de especial importância, por se referirem aos anos (somados a 1945) em que se realizaram eleições para Presidência da República. O mapeamento das eleições na circunscrição paranaense para o período em questão é apresentado no quadro 1.

A dinâmica da população e da economia paranaense provocou grande adensamento da população, determinando o aumento do número de municípios. Assim, a série aqui trabalhada parte de 45 municípios, em 1945, e termina com 310, em 1982. Tal fato, por si só, já denuncia modificações no comportamento, não apenas da população que se urbaniza, mas também do Governo. Este vai estabelecendo núcleos administrativos mais próximos e localizados regionalmente, pretendendo consolidar o gerenciamento da população.

A análise comparativa entre os diversos anos se torna uma tarefa mais difícil, pois as mudanças na ordem de grandeza territorial e demográfica de cada unidade alteram-se praticamente de eleição para eleição. No início do período, muitos foram os casos em que o resultado foi declarado em conjunto (dois ou mais municípios), obedecendo ao critério de zona eleitoral e sendo denominados municípios consorciados. Nessas circunstâncias, foi necessária, para efeitos de processamento, a criação de códigos específicos para não prejudicar a análise. Chegou-se a um total de 336 códigos, muito embora o número total de municípios seja, em 1982, apenas 310.

QUADRO 1 - MAPEAMENTO DAS ELEIÇÕES NO PARANÁ - 1945-82

ANO	LEGISLATIVO	EXECUTIVO
1945	Câmara Federal	Presidência da República
1947	Senado da República Assembléia Legislativa	Governo do Estado
1950	Senado da República Câmara Federal	Presidente da República Vice-Presidência da República
1954	Assembléia Legislativa Senado da República Câmara Federal	Governo do Estado
1955	Assembléia Legislativa	Presidência da República Vice-Presidência da República Governo do Estado
1958	Senado da República Câmara Federal	
1960	Assembléia Legislativa	Presidência da República Vice-Presidência da República Governo do Estado
1962	Senado da República Câmara Federal	
1965	Assembléia Legislativa	Governo do Estado
1966	Senado da República Câmara Federal	
1970	Assembléia Legislativa Senado da República Câmara Federal	
1974	Assembléia Legislativa Senado da República Câmara Federal	
1978	Assembléia Legislativa Senado da República Câmara Federal	
1982	Assembléia Legislativa Senado da República Câmara Federal	Governo do Estado

FONTE: TRE - PR

Legendas

As eleições majoritárias para disputa de cadeiras no Senado e as eleições proporcionais (Câmara Federal e Assembléia Legislativa) são classificadas neste trabalho a partir de suas legendas, podendo ser um partido, uma coligação ou uma aliança.

No caso do Executivo, optou-se pela utilização do nome dos candidatos ao Governo Estadual, Presidência e Vice-Presidência da República, uma vez que esses, na tradição dos regimes presidencialistas, são mais conhecidos do que o partido que representam.

Em 1945, 1954, 1962 e 1970 foram eleitos dois senadores numa mesma cédula, razão pela qual as informações não se equiparam em número às demais dos mesmos anos (notadamente no que se refere ao número de votantes). Por esse motivo, impôs-se comparar apenas os percentuais dos resultados, e não os seus resultados absolutos. Nos anos de 1945 e 1954 não foram identificados os votos brancos e nulos, sendo aproximados os que constam nessa série.

Como já se comentou, alguns municípios traziam seu resultado associado a dois ou mais outros, sendo necessária, portanto, a criação de códigos específicos. Os dados que não estavam equacionados à soma dos votantes ou dos votos declarados foram recalculados, estipulando-se as diferenças, de forma a não distorcer os percentuais de cada legenda.

As limitações, lacunas e erros de cálculo encontrados nesse arrolamento são de pouca relevância para o conjunto do mapeamento, podendo-se concluir que o mesmo representa a fonte mais apropriada para o estudo do comportamento eleitoral da população do Paraná.

2 DISCURSOS E PRÁTICAS DE GOVERNO

Ao se partir dos indicativos levantados pela análise dos Sumários das Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa do Estado, concluiu-se pela possibilidade de agrupamento das mesmas em três blocos distintos. O primeiro, composto pelas Mensagens de Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto e Antonio Anibelli, refere-se a um conjunto de práticas que visa dotar o estado de uma população, questão central para os propósitos de desenvolvimento. De Lupion são tomados oito documentos e de Bento, cinco.

Cabe observar que a Mensagem de 1955, assinada por Antonio Anibelli, trata do exercício administrativo encerrado em 31 de dezembro de 1954, ocasião em que Bento ainda se encontrava no governo, pouco acrescentando ao estudo, pois se limita a relatar os atos de outro administrador, bem como se isenta de apresentar comentários e opiniões. As demais Mensagens desse período, ao contrário, são ricas em informações, comentários, detalhes e opiniões pessoais, sendo que em alguns casos as seções estão iniciadas ou concluídas por algum tipo de fala que estabelece uma homogeneidade ao documento, imprimindo-lhe marcas próprias.

O segundo bloco é composto por Mensagens de outra geração de políticos paranaenses, porta-vozes de outra fala sobre o mesmo discurso da modernidade. Enquanto os governadores do bloco anterior eram “herdeiros” políticos de antigos grupos — Lupion era o “herdeiro” político de Manoel Ribas¹ e Bento, descendente de chefes políticos da República Velha —, Ney Braga e Paulo Pimentel passam para seus eleitores a imagem pública do político “novo”. Ney Braga, segundo entrevistas realizadas, nas eleições de 1960, era tido como um candidato derrotado por seu concorrente petebista, Ailton de Souza Neves². Com a morte desse, antes das eleições, e com o apoio da Igreja, ele se elege governador através do PDC — partido até então de inexpressivo peso —, coligado ao PL. Ainda nesse período, o PDC amplia sua bancada na Assembléia Legislativa, igualando-a com a do PTB; na Câmara Federal, coligando-se à UDN e ao PTN, chega a compor uma bancada de nove deputados (1962) contra dez do PTB.

Pimentel, por sua vez, também representa uma “renovação” política. Candidato por outro partido pouco expressivo, o PTN, derrota Bento Munhoz da Rocha Netto, apoiado por uma coligação formada pelo PR, PTB, PSB e PRP. Bento vence na capital,* sendo derrotado em praticamente todo interior, em especial no Norte, que apóia maciçamente Paulo Pimentel. Em certa medida, essa é a primeira vez que o Norte “faz” um governador paranaense.

* *Segundo Brasil Pinheiro Machado, sobre Bento parava a acusação de ter realizado um governo voltado para a capital, sendo identificado como “prefeito” de Curitiba (Machado, Brasil Pinheiro. Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1985).*

Cabe observar que Ney Braga crescera no cenário político estadual com o apoio de Bento, rompendo com este — num episódio definido como de “traição política” — e apoiando Pimentel ao governo estadual.³ Futuramente, esses também romperão numa outra “traição política”.

Finalmente, o terceiro grupo é constituído pelas Mensagens de governadores nomeados pelo governo federal, logo compromissados com ele. Diante do afastamento de Haroldo Leon Peres por acusação de irregularidades administrativas — episódio pouco explicitado* —, assume Parigot de Souza e depois Emslio Gomes. Do primeiro governo não foi elaborada Mensagem e os seguintes pouco dizem além das realizações em si. Jayme Canet Jr., por sua vez, conforme fora colocado anteriormente, elabora um discurso carregado pelas marcas da tecnocracia.

As cinco Mensagens de Canet evidenciam o caráter de suas práticas de governo: mais do que a “modernização” em si, via projetos de desenvolvimento dos diferentes setores da economia e da sociedade, apóia-se no princípio da “racionalidade” dos atos administrativos. A tecnocracia, hegemônica nos anos 70, sustenta um modelo de “estado intervencionista/planejador” que, segundo Maria de Lourdes Manzini Covre, projeta um “capitalismo social” apoiado em investimento e tecnologia externos.⁴ Tal posicionamento evidencia-se em Jayme Canet que, antes de ser um político, é um empresário.**

* O episódio do afastamento de Haroldo Leon Peres do governo do estado, em novembro de 1971, deveu-se, segundo a imprensa da época, à existência de um filme e de uma gravação feitos por ocasião de um encontro do governador com o empresário Cecílio Rego Almeida, presidente da empreiteira C.R. Almeida, no qual aquele exigia deste o pagamento de um milhão de dólares para liberar o pagamento de obras realizadas pela empresa na Ferrovia Central do Paraná. Léon Peres, na ocasião, limitou-se a enviar um curto documento à Assembléia Legislativa comunicando sua renúncia ao mandato, retirando-se da vida pública sem apresentar sua versão do “episódio da Praia de Copacabana”. Recentemente, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (04.09.1986), declarou que sua renúncia deveu-se a uma “conspiração”, da qual participaram os ministros Antonio Delfin Netto, Mário Andreazza e Alfredo Buzaid. Segundo seu depoimento, a empreiteira em questão apresentou um débito superior ao detectado pela comissão estadual de avaliação da dívida, negando-se, então, a saldá-la. Na ocasião, os referidos ministros passam a exigir o pagamento, ao mesmo tempo sentia não mais contar com o apoio do presidente E.G. Médici, que o nomeara para o cargo. Assim, sem sustentação política no governo federal, nem sustentação popular no estado, optou pela renúncia, concretizando-a num curto comunicado. (*BOLOGNESE*, Ruth. *Leon Peres acusa três ministros de Médici*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 1986, 1.cad. p.2).

** Tal afirmação se deve ao conceito empresarial adotado por Jayme Canet em seu programa de governo, incorporando “[...] modernas e eficientes técnicas administrativas, promovendo o aperfeiçoamento do processo decisório e racional emprego de meios, o acompanhamento e o controle eficaz de programas e projetos [...]”. A feição empresarial proposta à ação de governo visa assegurar a modernização administrativa e complementar à iniciativa privada. É, pois, no modelo de gestão proposto que baseamos tal afirmação. (*PARANÁ. Governo do Estado. Objetivos e metas de desenvolvimento; Paraná* 75-78. Curitiba, 1975. n.p.).

Suas Mensagens são particularmente ricas nesse sentido, estando suas práticas de governo intimamente vinculadas à idéia de “racionalização” do estado. Igual riqueza de dados é encontrada nas Mensagens de Ney Braga, político paranaense que ao longo de sua vida pública — chefe de polícia, deputado, prefeito, governador, ministro, senador — agrupou em torno de si uma ala da ARENA e depois do PDS, chamada “braguista”.^{*} Enquanto governador, em segundo mandato, também se aproxima da tecnocracia, elaborando, contudo, um discurso com forte apelo popular.

Esses três blocos compõem o vértice central do capítulo, apresentados de forma segmentada — por questões metodológicas —, unindo-se, ao final, na apreciação conjunta das práticas de governo do período privilegiado.

2.1 A “ARTE” DE POVOAR UM TERRITÓRIO: OS GOVERNOS LUPION E BENTO

Ouçõ os passos dos brasileiros que convergem para o Paraná, através de todos os caminhos da Pátria Grande. Vêm de Minas e São Paulo, empurrados pela onda verde dos cafeeiros, que desceram para o Sul, vivendo seu ciclo e revolucionando a tradicional economia paranaense. Vêm do Nordeste, ressequido e superpovoado, com a intrepidez e a coragem dos que lutam sempre e se habituaram a lutar sem esmoecer, para abrir sertão e fazer o cafezal avançar. Vêm do sul, transbordando do minifúndio colonial e fazendo sobreviver, aqui, os traços humanos que nos são característicos depois de mais de um século de imigração. Vêm de todas as angústias, de todos os desencontros, de todas as esperanças e de todas as coragens nacionais. O Brasil marcou encontro no Paraná (. . . .). (BENTO, 1954, p.xi).

O discurso da “modernidade” certamente não é uma característica única dos governos correspondentes ao período 1947-82; ele já estava presente, por exemplo, nas Mensagens e Relatórios de Manoel Ribas. Interventor (1932-35 e 1937-45) e governador do Estado (1935-37), Ribas é tido como formu-

^{*} Esse mesmo poder aglutinador já se verificava antes de 1964, quando o grupo reunido em torno dele era denominado “neysta”. Tal alteração reflete uma tendência na política nacional que estabelece marcas de formalidade. Tem-se, por exemplo, Getúlio Jânio ou Jango antes de 64, após, Castelo, Médici ou Geisel.

lador de uma política econômica e social de modernização do Paraná; política esta, de certa forma, retomada por seu “herdeiro”, Moysés Lupion, a partir de 1947.

Tanto ele quanto Bento Munhoz da Rocha Netto buscam evidenciar o surto de progresso dos anos 40 e 50, bem como o novo papel reservado ao estado na economia nacional, de modo a incluí-lo (. . . .) *entre os primeiros da Federação.* (Lupion, 1947, p.11). Ainda,

(. . . .) *mesmo apesar das divergências partidárias, mesmo quando estas divergências se tornam ásperas por vezes, podemos dizer que, hoje, o nosso Estado está indo como um bloco espiritual único, pelo entusiasmo que atravessa o espírito de todos em torno do ritmo excepcional de trabalho, de construção de aspiração de grandeza, de progresso que vive no Paraná em todos os seus quadrantes.* (LUPION, p.5).

As dificuldades dos dias de pós-guerra, acrescidas de peste suína, broca do café, dificuldades no comércio internacional do mate e restrições de crédito, entretanto, não foram capazes de desviar seu curso. *Com esforço e com tenacidade*, segundo Lupion, *havemos de superar as dificuldades que afligem o povo e havemos de dar ao povo uma vida mais tranqüila e mais humana.* (1949, p.39). Por outro lado, o próprio governante refuta as críticas de um possível sentimento superficial de otimismo, pois tal discurso se apóia (. . . .) *na realidade mais provada e indiscutível atestada em números e fatos evidentes.* (1950, p.5).

Esse surto de desenvolvimento é definido por Bento como um verdadeiro *espetáculo de prosperidade* (1952, p.5), capaz de catalizar a confiança dos seus governados, especialmente no que se refere aos órgãos públicos, e de libertar (. . . .) *o Paraná de seu confinamento proviciano.* (1954, p.xi). Nesse sentido, a condição de grande produtor de café – carro-chefe das exportações nacionais – assegura ao Paraná, pela primeira vez, uma participação decisiva na economia brasileira (1951).

Os índices elaborados para a mensuração do padrão de vida, por sua vez, apontam no sentido de uma prosperidade presente e futura, os quais são acompanhados pela mais alta taxa de crescimento populacional e por saldos positivos da balança comercial. O Paraná é indiscutivelmente, para Lupion, a terra das oportunidades. Contudo, há de se observar que,

(. . . .) *cada oportunidade faz-nos deparar problemas. Cada oportunidade parece um desafio. Cada oportunidade ameaça, a cada momento, perder-se, se não estivermos atentos, se não*

nos mostramos prontos e certos na ação - quase cada oportunidade contém, paradoxalmente, perigos e ameaças arrastando-nos num sentido negativo, e exige-nos, de modo infalível, previdência e plano de longo alcance, contra o estreito imediatismo. Cada oportunidade solicita ação orientada pelo estudo; cada oportunidade reclama esse binômio: técnica e vontade, isso é, disciplina. (1956, p.6).

A observação dessa paradoxal relação entre “oportunidade” e “desafio” se faz acompanhar da idéia de transitoriedade das ameaças, as quais são passíveis de superação pela ação eficiente do governo. Os problemas sociais, assim, não são apontados como efetivos impasses à tranqüilidade social, que é referida sucessivamente e dita como uma das características básicas da população.

Lupion recoloca, em 1949, a observação do ano anterior, qual seja: não houve, no período, perturbações mais sensíveis ao mesmo tempo que se procedeu (. . . .) *uma intensa atividade de reorganização e reaparelhamento de nossos serviços policiais. (1949, p.117)*. O excelente estado de ordem resulta, segundo o governador, da combinação da índole do povo com a eficiência dos serviços policiais. Tal conclusão está em outras Mensagens, considerando idêntica combinação, nas quais se relata, inclusive, o clima de absoluta tranqüilidade nas eleições municipais de 1956 e nas campanhas que as precederam. (LUPION, 1957, p.15; 1960, p.16).

Aqueles dois fatores deve-se acrescentar a elevação de modo-real dos níveis de vida, o que dá ao Paraná um prestígio nacional ao mesmo tempo que atrai brasileiros de diversas procedências. A prosperidade no plano material se coloca para o Executivo como uma questão essencial à vida moral, ao desenvolvimento da cultura e da democracia. Assim, à medida que essa prosperidade dá-se de forma generalizada, ela assegura igualdades de oportunidade, de bem-estar e de segurança.

Segundo o discurso de Lupion, efetivamente se produziu a redução das desigualdades existentes, o que se comprova através de dois fatos. Por um lado, os principais centros urbanos desconhecem (. . . .) *o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação e alarme (1950, p.8)*; ao mesmo tempo que, inclusive nos núcleos proletários, todos dispõem de casa, horta, frutas e animais domésticos. Por outro, (. . . .) *as doutrinas políticas que costumam medrar onde medra a miséria não encontram clima entre nós. (1950, p.8)*. . .

Essa sutil referência às esquerdas está explicitada em outros momentos, nos quais sempre se lhes atribui um caráter nocivo, porém de significado político inexpressivo no estado. Para Lupion, por exemplo, *apesar da insignificância da ação e das possibilidades dos partidários do credo comunista entre nós, [o governo esteve sempre vigilante] contra os seus movimentos (1949, p.117),* vigilância essa

contra o credo vermelho, inimigo da democracia, que não é motivo de nenhuma inquietação, visto como seus adeptos, apesar de bastante disciplinados, como soem sempre ser, são entre nós, tão pouco numerosos e tão inexpressivos que não alcançam atingir nenhuma eficiência perturbadora em sua atividade. (1950, p.166).

A inexpressividade política acima referida pode ser observada, por exemplo, nos péssimos resultados obtidos pelo Partido Comunista do Brasil – PCB – e Partido Socialista Brasileiro – PSB – no Paraná, entre 1945 e 1962, em diversas eleições.

O PCB, nas eleições presidenciais de 1945, com Yeddo Fiuza, obteve um inexpressivo terceiro lugar (com 6.811 votos) contra o PSD (137.060) e a UDN (60.661). Nesse mesmo ano, nas eleições para o Senado, ficou em quinto lugar – após PSD, UDN, PTB e PRP. Igual desempenho é verificado nas eleições para a Câmara Federal, quando obteve cerca de 3,5% dos votos válidos. Seu melhor resultado foi obtido nas eleições de 1947, para a Assembléia Legislativa, elegendo um deputado; contudo, obteve 3,8% dos votos válidos.⁵

O PSB também era pouco expressivo. Nas eleições presidenciais de 1950, João Mangabeira foi o menos votado (182 votos), perdendo para o PTB (169.036), PSD (54.635) e UDN (41.353). Em 1962, para o Senado, repetiu essa colocação, perdendo para PTB, PR e PST, entre outros. Nas eleições para Câmara Federal, em 1950, teve 0,4% e, em 1962, 1,2% dos votos válidos. Para o governo do estado, tanto em 1950 como em 1955, Carlos Amoreti Osório teve uma votação mínima, sempre inferior a 500 votos. Finalmente, na Assembléia Legislativa jamais elegeu um candidato, e seus percentuais de votos foram sempre inferiores a 1% dos válidos.⁶

Bento Munhoz da Rocha Netto, por sua vez, assume uma postura diferente quanto à influência comunista local, vendo nela relações como os conflitos de terras em Porecatu. Com base nisso, justifica a presença da polícia na região, que age no sentido de

(. . .)expulsar , dali, a influência comunista que intentava uma experiência de conquista de áreas rurais; [e, ao provocar] o fracasso dessa perigosa tentativa, conseguiu a polícia restabelecer, em toda a sua extensão, o princípio

de autoridade sem uso da força, sem emprego da violência desnecessária, readquirindo assim a confiança na solução justa que aos interessados, ofereceu o Governo. (1952, p.251).

Essa breve referência a conflitos de terras é encontrada em outros momentos dos governos Bento e Lupion. O primeiro, ao referir-se ao problema dos posseiros do Norte do estado — particularmente Porecatu — informa que o mesmo passou a ser examinado por comissões encarregadas de limpar a região (. . . .) *da intranquilidade que restringe a eficiência do trabalho e da produção em suas terras de fertilidade privilegiada. (1951, p.6).*

Lupion, por sua vez, refere-se à ocorrência de intranquilidade e esbocos de agitações entre os lavradores do norte cafeeiro — (. . . .) *nestes dias tão férteis em ânimo subversivo. (1957, p.163).* Também registra a ocorrência de disputas por terras no Sudoeste, envolvendo posseiros, colonizadores e grileiros, insuflados por (. . . .) *políticos contrários ao governo (. . . .), quando as paixões partidárias não respeitam nem as ânsias de progresso de uma gente laboriosa e ordeira como a nossa (. . . .), (1958, p.195).*

Cabe observar a presença dessa visão progressista no discurso dos administradores públicos. O Paraná passa a assumir um papel de destaque na economia nacional e sua potencialidade e tranqüilidade social funcionam como convite a todos aqueles que aqui quiserem trabalhar, de modo a convergir diferentes fluxos migratórios: é o Brasil marcando encontro no Paraná . . .

Entretanto, a visão do administrador não se reduz às perspectivas da produção; pelo contrário, ela constitui uma peça fundamental para o estabelecimento de novas e sucessivas interseções na população sobre a qual ele lança um determinado olhar. Da mesma forma, suas construções discursivas produzem os efeitos de verdade anteriormente referidos, de modo a estabelecer uma relação de sustentação às suas práticas. Nesse sentido, o discurso de Moysés Lupion se reveste de singular riqueza, remete sua fala ao plano da vida moral. Toma a questão moral como um primeiro recorte da população, o qual — por si só — pressupõe uma dada intervenção. Para ele, as possibilidades materiais estão dadas, cabendo ao governo assegurar a prosperidade moral, cultural e política. Tal prosperidade, entretanto, somente é assegurada à medida que as necessidades materiais estiveram atendidas.

O ritmo de crescimento natural da população implica o aumento da demanda de bens que, por sua vez, requer novos e ampliados contingentes de mão-de-obra. Assim, produção e população aparecem como duas variáveis articuladas entre si — uma vez que esta cresce, aquela deve crescer e, para a produção crescer, o mesmo deverá ocorrer com a população. Ampliar, portanto, a população é condição precípua à manutenção de um padrão de vida moral próprio da condição humana. A partir desse princípio, estrutura-se um conjunto de falas sobre a necessidade da migração, o qual se faz acompanhar da criação ou reformulação de órgãos de administração direta, encarregados

de divulgar as possibilidades econômicas locais e assistir aos migrantes. Ainda, o mesmo conjunto de falas se faz acompanhar de referências ao surgimento de problemas sociais de diferentes naturezas — daí a conclusão de que o governo deve agir com (. . .) *técnica e vontade. Isto é, disciplina.* (1956, p.6).

A ele compete, pois, através de sua política econômica, exercer uma “ação indireta” (LUPION, 1950, p.7 e 45) capaz de fomentar a prosperidade seja pelo planejamento de obras públicas que absorvam a mão-de-obra, pela garantia de mercados à produção pelo investimento na infra-estrutura viária, energética, etc, e/ou pelo auxílio à produção com sementes, máquinas, investigação técnico-científica, etc. Compete-lhe, ainda, percorrer o território levando consigo técnicos da administração pública com o objetivo de colher dados e apontamentos para a elaboração de um planejamento global, o que não significa perder a noção do detalhe. Assim, cumpre a execução de medidas socialmente necessárias, respeitar os compromissos com o povo e prepará-lo psicologicamente para o futuro — preparação que não se reduz ao econômico,

(. . .) o que seria um desserviço ao Brasil. [Ela] deve ser, sobretudo, social, política e moral. Só assim [então], seremos dignos do que a providência nos reservou, nos quadros atuais da civilização brasileira. (Anibelli, 1955, p.xi).

Acima de tudo, porém, coloca-se a necessidade de as práticas de governo serem pautadas pelos princípios da honestidade administrativa como, por exemplo, moralização das contratações mediante a abertura de concursos públicos (Bento, 1951) ou da suspensão de novas nomeações e admissões de pessoal fixo e variável (Lupion, 1956 e 1958). É interessante observar que ambas as colocações estão presentes em Mensagens do início de um mandato público quando, de certa forma, se processa a avaliação das condições em que se recebem os ônus da gestão anterior. Entre as causas do déficit orçamentário, está sempre referido o crescimento exagerado do funcionalismo público no governo anterior. . . *

Ao administrador público atento, compromissado e honesto — executor de uma política econômica de ação indireta — impõe-se, pois, a tarefa de coordenar uma política de colonização compatível com as exigências de manutenção dos padrões de vida, sobretudo de contenção de preços dos gêneros alimentícios (Lupion, 1948, p.5). Colonizar, segundo essa perspectiva, significa produzir um outro discurso que se faça acompanhar de medidas administrativas específicas.

* Lupion afirma, em 1957, que ao concluir seu primeiro mandato (1950) o funcionalismo público compunha-se de treze mil pessoas, aproximando-se de trinta e duas mil quando reassumiu (1956), sendo uma de suas principais dificuldades para sanar o déficit público. (LUPION, 1957, 1958, 1960).

O déficit de mão-de-obra, percebido em diferentes setores da economia, justifica o esforço do Executivo em atrair pessoas tanto nos outros estados como no exterior. No governo Bento, a Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura firma convênios imigratórios em diversos países, atraindo braços para a lavoura e indústria (. . .) *todos previamente selecionados na origem tanto ao estado de saúde como nas aptidões.* (1954, p.15). Lupion confirma tais práticas referindo-se ao sucesso das colônias estabelecidas em Castrolândia, Contenda e Morretes (1956). O primeiro dirige-se ao território nacional através da publicidade radiofônica e de boletins; *o principal argumento do segundo é a oferta de um título de propriedade.

Antonio Anibelli também observa que os fluxos migratórios de gaúchos e paulistas são fundamentais, pois eles, além de serem portadores (. . .) *de um cabedal de conhecimentos e experiências no trato da terra com instrumentos e técnicas modernas* (. . .) (1955, p.177), são responsáveis pela policultura e geradores de novas riquezas. Lupion reforça tal posição, afirmando o papel do governo:

Atrair imigrantes, localizá-los de acordo com suas melhores possibilidades de adaptação, dar-lhes oportunidade de trabalhar terras férteis e promissoras – esse é, certamente um programa de trabalho que consulta e respeita os mais altos interesses públicos. E foi o que se fez, no exercício passado, através de uma ação administrativa crescente e cuidadosa. (1957, p.117).

A Comissão Especial de Obras do Centenário, criado por Bento Munhoz da Rocha Netto, através da Lei nº 674, de 29.08.1951, refere-se à existência de dois problemas, responsáveis constantes pelo atraso das construções. O primeiro resulta da falta de certos materiais, como cimento e ferro, na praça curitibana; o segundo, de pessoal. Sendo o mercado de mão-de-obra em Curitiba muito pequeno, coube ao governo fomentar a vinda de nordestinos e gaúchos para suprir a deficiência, sem prejudicar as firmas construtoras locais e fazendo (. . .) *questão cerrada de manter os salários usuais.* (1953, p.147).

Tais problemas, contudo, são mais evidentes no setor primário de produção – ou, pelo menos, referidos com maior intensidade. O governo atua de diversas formas tendo, em 1947, estabelecido um

* Cabe observar o destaque dado por Bento Munhoz da Rocha Netto ao Serviço de Publicidade Agrícola, órgão anexo à Divisão de Imigração, composto por uma cadeia de 23 emissoras no estado e uma em Santa Catarina (maior rede radiofônica do país); um serviço de alto-falantes no Norte do Paraná; e uma rede de 15 jornais na capital e interior (sendo dois em idioma estrangeiro). Ao serviço compete divulgar notícias da agricultura e pecuária, tornando assim mais conhecido o estado em outras unidades da Federação. (BENTO, 1953, 1954).

(. . .) sistema racional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita. (LUPION, 1948, p.56).

Bento, da mesma forma, volta-se para a questão da colonização, tendo, através de um programa específico coordenado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, buscado (. . .) *integrar o homem rural na comunidade democrática onde possa trabalhar, viver e ter assegurado o seu futuro* (1952, p.315), já que, segundo ele, se coloca a certeza de que para cá vieram e virão (. . .) *elementos desejosos de trabalhar e progredir, trazendo máquinas e ferramentas, animais e sementes, capital e uma grande vontade de fazer do Brasil a sua nova Pátria.* (1953, p.67). A esses esforços, somam-se os da Fundação de Assistência ao Trabalho Rural, encarregada, entre outras coisas, de realizar pesquisas sociais e manter o governo do estado informado das condições das populações rurais.

As companhias particulares ainda nos anos 30 tinham sob seu controle as iniciativas de colonização, sendo muitas responsabilizadas por abusos contra os colonos. * Dizendo pretender coibir tais abusos e defender os interesses do cidadão, os governadores sucessivamente foram trazendo para si tal responsabilidade. Sem pretender negar suas intenções, pode-se também identificar aqui uma estratégia científica de gerenciamento dos fluxos migratórios, submetendo-os ao seu olhar vigilante, a sua ação disciplinadora. Independente dos abusos das companhias, suas iniciativas por si só contrariavam o objetivo primordial do governo, qual seja, gerenciar a população. Como melhorar sua sorte, elevar sua expectativa de vida ou aumentar sua produção, se parte da população (isto é, os migrantes) a princípio se remetia às companhias, depositando nelas suas aspirações? Contornar esse impasse significa reverter a situação, trazendo a questão da migração para o nível da ação do governo.

Para tanto, foram criados a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização (1947) e o Departamento Administrativo do Oeste (1948) – depois transformado em Departamento de Fronteira –, ligado diretamente ao Palácio do Governo. Através desses órgãos, o governo passa a ter condições de atuar no sentido de estabelecer uma colonização disciplinada e dotar a região ocupada de uma infra-estrutura básica capaz de melhorar a sorte da popula-

* *Manoel Ribas, no Relatório encaminhado à Presidência da República, em 1940, refere-se à ação da Companhia de Colonização Espéria, Companhia de Viação e Comércio e as dos Colonizadores A. Alves de Almeida e Miguel Mate, como pouco idônea, o que justificou a revogação das concessões. A Companhia de Terras Norte do Paraná e a Engenheiro Francisco G. Beltrão, ao contrário, prosseguiram os serviços de colonização por contrato com o estado, tendo assentado mais de cinco mil famílias, entre 1932 e 1939.*

ção. Em suma, faz do processo de colonização um processo submetido aos dispositivos de segurança.

Cabe observar que o Departamento Administrativo do Oeste, em 1949, compreendia quatro municípios: Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Clevelândia e Mangueirinha (mapa 1). Em 1951, essa mesma área havia passado por uma nova divisão municipal, compreendendo Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antonio, Capanema, Laranjeiras do Sul, Guaraniçu, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaíra e parte do município de Peabiru (mapa 2).

Essa nova divisão pode ser vista sob dois aspectos. Por um lado, como necessidade decorrente do próprio aumento demográfico da região, por outro — que de certa forma complementa o anterior —, como uma exigência de estabelecimento de novas intersecções no povoamento local. À medida que cresce a população, e por extensão suas demandas, justificam-se tais recortes; através deles o governo amplia sua presença de modo a assegurar a eficácia de sua ação colonizadora.

Contudo, o migrante — nacional ou estrangeiro —, ao ser esquadrinhado pelo olhar vigilante dos agentes do governo, acaba sendo referido por falas que apontam para diferentes considerações. Ao discurso citado — da necessidade do migrante, dos benefícios resultantes de sua chegada —, soma-se outro que se refere aos problemas causados por uma massa de indivíduos pouco qualificada ao trabalho, portadora de doenças e responsável pela quebra do padrão de vida local. Conforme Lupion, aqui chegaram

(. . .) bons e maus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos pelas facilidades dos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, aposar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente a mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas. (1948, p.55).

Bento Munhoz da Rocha Netto assume postura semelhante, vendo nos imigrantes um foco de problemas sociais. Seu discurso é muito claro ao afirmar:

(. . .) sinto no governo o reverso de nossa evolução trepidante e, mais ainda, os efeitos da rápida transformação de nosso estilo de atividade econômica. Testemunho o surgimento do desnível econômico, inédito até então no Paraná, terra clássica da pequena lavoura de subsistência, com a avalanche da onda cafeeira que traz riquezas mas é acom-

MAPA 1
 DEPARTAMENTO
 ADMINISTRATIVO DO OESTE,
 DIVISÃO MUNICIPAL - 1949



panhada também por multidões de desajustados e doentes. Percebe-se a miséria que acompanha o progresso. (1953, p.7).

Faz-se necessário, na perspectiva do governo, um “senso profundo da realidade” ao dirigir sua ação no sentido das realizações mais urgentes e decisivas, isto é, ações que repercutirão longamente na vida paranaense, retardando ou acelerando seu progresso. Entretanto, não lhe cabe resolver todas as situações e problemas, considerando que aqui a iniciativa particular é preponderante; sim, (. . .) *disciplinar e orientar a expansão das atividades particulares, diminuindo o afastamento entre a expansão social e econômica e a assistência dos órgãos administrativos. (1952, p.9).*

Assim, ao “debruçar-se” sobre a realidade, o governante observa entre outras coisas que, apesar da queda pronunciada dos índices de mortalidade, os coeficientes de morbidade aumentaram (. . .) *provavelmente como fruto das condições especialíssimas que atravessa o Estado, em particular o chamado Norte. (ANIBELLI, 1955, p.126).* Tais implicações já haviam sido referidas anteriormente por Bento (1954) e reaparecem nas Mensagens do segundo Governo Lupion, que coloca as endemias rurais como resultantes do

(. . . .) rápido desenvolvimento de nosso Estado e conseqüentes em grande parte da maior afluência de grupos populacionais de outros estados da União, principalmente no último ano, com grandes levas de Nordestinos (. . . .). Recebemos esses irmãos do Nordeste, embora sabendo que nossos problemas surgiram sob o ponto de vista sanitário (. . . .). (1959, p.103).

A constatação da queda do padrão de saúde no estado leva seus governantes a agirem sobre o problema de recuperação desse padrão ao mesmo tempo em que definem suas práticas de saneamento. O entendimento sobre a recuperação e elevação dos índices sanitários da população não se limita à adoção de um conjunto de medidas profiláticas; a obtenção de um padrão ideal de saúde pública dá-se na razão direta de um programa de educação sanitária capaz de despertar a atenção dos indivíduos para o “valor da saúde” e de romper com (. . .) *a ignorância, superstições e credenças das nossas populações rurais, em relação à prevenção das doenças. (LUPION, 1949, p.86).* A educação sanitária constitui logo uma ação sistemática do governo, que se utiliza de todos os meios disponíveis para (. . .) *levá-lo à unidade de trabalho que é a família. (BENTO, 1954, p.126).*

Tomar, portanto, a população segundo os dispositivos da saúde pública, isto é, discursos, instituições, organizações arquitetônicas ou medidas administrativas voltadas para essa área, significa propor e executar práticas de um poder positivo, capaz de produzir efeitos de verdade à questão e desautorizar as

falas e práticas que não partam do modelo sanitário elaborado sistematicamente. A Secretaria da Saúde, através de seus múltiplos departamentos e programas, compete administrar e recuperar o padrão de saúde. Da mesma forma, são de sua responsabilidade os focos de doença e insalubridade, submetendo-os à sua ação higienizadora.

Dentre as práticas adotadas, destacam-se o “Momento de Saúde”, programa radiofônico transmitido através de 33 emissoras que consiste numa série de conselhos, informações e instruções sanitárias, (BENTO, 1954; LUPION, 1960) e a formação de um quadro de Visitador-Sanitário. Para Lupion, a simples multiplicação das unidades sanitárias no interior do Paraná não é o suficiente, dado que

(. . .) O Posto de Higiene não deve se limitar a atender somente as pessoas que o procuram, mas deve estabelecer contato direto com a família e o lar, constituindo, para isso, a Visitadora-Sanitária, elemento fundamental e uma das melhores auxiliares com que pode contar a direção de uma Unidade Sanitária, na execução de suas múltiplas atividades. (1956, p.143).

Acrescentem-se a isso os “Conselhos de Saúde” instituídos por Bento Munhoz da Rocha Netto, compostos pelo médico da Universidade Sanitária local, membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes da Igreja, dos órgãos de assistência ao trabalhador rural, das instituições assistenciais e filantrópicas, do comércio e da indústria. A esses conselhos compete colaborar com o poder público na solução dos problemas de saúde pública (. . .) *conjugando as iniciativas privadas e promovendo o congraçamento das populações em torno do ideal sanitário. (1953, p.204).*

Iniciativas desse tipo buscam erradicar práticas da medicina popular, desautorizando-as através de uma medicina “científica” e sob os cuidados da ação governamental, ao mesmo tempo que se assegura a penetração de um saber institucionalizado, autorizado e competente* e com funções prioritariamente pedagógicas. No entanto, não basta retirar as populações do senso comum; é necessário discriminá-las segundo os dispositivos de saúde pública. A assistência dada visa cobrir o conjunto das demandas socialmente criadas — em particular, no que se refere à assistência infantil e materna.**

*Sobre essa questão ver: FOCAULT, M. *A política da saúde no século XVIII. In: Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p.193-207.*

** *A preocupação com o menor é constante no conjunto das Mensagens desse bloco, sendo tratado pelas divisões de Serviço Social da Secretaria do Trabalho. Lupion refere-se à existência de cerca de dois mil internos na rede de estabelecimentos assistenciais que visa “(. . .) uma verdadeira integração e ajustamento social dos menores (1959, p. 14). Contudo, assinalara anteriormente que eles “(. . .) não encontraram dentro dos*

Para Lupion, governar significa, entre outras coisas, criar “um Posto de Puericultura em cada Município”* e, já em 1948, elaborara um “plano de obras para a Saúde Pública” visando dotar os municípios já possuidores de unidades sanitárias com construções próprias e tecnicamente projetadas, devendo obedecer aos princípios modernos de classificação de unidades sanitárias, levando em conta as necessidades regionais, subordinadas a fatores como população, importância econômica, questões sociais, etc. Ainda, o tipo de unidade a ser construída deveria estar de acordo com o que a técnica sanitária prescreve e os problemas locais exigem.

Embora não sejam registrados surtos epidêmicos, a Secretaria de Saúde Pública antecipa sua ação (em consonância com seu discurso preventivo), desencadeando sucessivas campanhas de combate à malária, doença de Chagas e, em particular, da erradicação da lepra e da tuberculose. Atua igualmente no campo da psiquiatria, visando ao “reajustamento material humano”, tarefa de difícil solução, pois está vinculada a questões de ordem física, econômica e moral determinadas por múltiplas causas (. . .) *umas decorrentes da própria imperfeição humana e outras das deficiências na organização e funcionamento da sociedade.* (BENTO, 1951, p.137).

Partindo dessas preocupações, Lupion instala o Serviço Social Médico, no Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão, para agir simultaneamente sobre a doença e suas implicações sociais, pois,

É sabido que o doente apresenta dificuldades surgidas com a moléstia que quase sempre acarretam situações novas e problemáticas dentro da família e da sociedade em geral, dificuldades essas que fogem à alçada da medicina passando para o campo do Serviço Social Médico ao qual compete estudar e tratar. (1950, p.126).

Enfim, no discurso da saúde pública evidencia-se a ampliação da ação do governo, mesmo para aqueles que não a buscaram ou até a negaram. É a rede hospitalar que se multiplica, o corpo técnico que se qualifica, o serviço de água e esgoto que avança, as campanhas de vacinação e dedetização que se impõem, o saber médico que pressiona e desqualifica outras formas de saber (es) e prática (s); ou seja, o cuidado com o corpo (privado) sendo alvo efetivo do estado de governo (público), a partir da constatação da queda dos padrões

educandrios o ambiente adequado para sua formação e, em muitos casos, para a sua recuperação necessária” (1956, p. 176). Bento, por sua vez, ao festejar o centenário da emancipação política do Paraná, afirma que “(. . .) a melhor maneira de comemorar a nossa grande data centenária foi a inauguração de cem postos de puericultura espalhados por todo o Estado (. . .)” (1954, p.x).

* Essa meta, segundo a Mensagem de 1950, seria atingida no primeiro semestre daquele ano, com a instalação de postos em sete municípios que ainda não os dispunham.

médico-sanitários face à chegada do “outro”, do migrante.

A esse “olhar” médico-sanitário, a esse recorte da população, soma-se, ainda, o da segurança pública que visa igualmente disciplinar os contingentes populacionais que afluem ao estado. Antes de ser punitivo, o “olhar” das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública se pretende vigilante e isolante.

Seu caráter vigilante se evidencia, entre outras coisas, no propósito de assegurar a presença da Polícia Civil e Militar em todas as regiões, municípios, ruas, etc. À medida que a população se multiplica e novos municípios são criados, é tomado o cuidado de dotá-los de delegacias — que simbólica e concretamente marcam o “estar presente” de um serviço orientado à garantia de tranqüilidade no “seio da família paranaense”.

Porém, não tendo a Polícia Militar um efetivo que de fato possa ser distribuído por todo o interior, conforme observação de Bento Munhoz da Rocha Netto (1952), impõe-se a organização de Companhias de Polícia estrategicamente localizadas,* capazes de atender, em poucas horas, a qualquer irregularidade que porventura surja dentro de seu raio de ação. Para tanto, faz-se necessário dotar as companhias de veículos suficientes para o seu pronto e rápido deslocamento — iniciativa sempre referida como objetivo de governo no campo da segurança pública. À população se coloca a certeza de que o corpo policial já está presente no seu meio ou pode a ele se deslocar de modo eficiente. A ação policial, por sua vez, deve ser levada como

(. . .) força de moderação e equilíbrio, evitando-se desta forma o desajustamento oriundo de reações incontroláveis de grupos interessados em promover as perturbações do ambiente social e político do Estado. (LUPION, 1948, p.89).

Vê-se, aqui, o caráter localizado da infração, da perturbação à ordem social — o paranaense, de “índole pacífica”, está sujeito às ações de determinados grupos. Não é a população a causadora dos delitos, mas sim alguns desajustados, sobre os quais as práticas disciplinadoras dos órgãos de segurança são mais necessárias. Esses indivíduos, porém, não são tomados como uma massa única e, ao se constituírem objeto da Segurança Pública, são classificados em categorias diferenciadas — desajustados sociais, mendigos, criminosos comuns, jogadores — sobre os quais se pondera a impropriedade de misturá-los.

* Ao se consultar a composição das tropas, no Governo de Lupion, observa-se o mesmo tipo de cuidado. Assim, o Primeiro Batalhão de Polícia, sediado em Francisco Beltrão, está encarregado do Sul; o segundo, sediado em Apucarana, do Norte; os Batalhões de Guardas, nas principais cidades; o Corpo de Polícia Montada realiza policiamento noturno em áreas de difícil acesso a veículos e mantém contingentes em cidades do Sudoeste, como Santo Antonio, Francisco Beltrão e Cascavel. (LUPION, 1960).

A prática isolante sobre esses diferentes tipos de infratores é, em especial, evidenciada no discurso de Bento Munhoz da Rocha Netto. Segundo ele, é doloroso tratar o mendigo como um criminoso, sujeitando-o a penas de reclusão comum, ao lado de criminosos comuns. Para tanto, propõe a humanização da polícia, propiciando (. . .) *em sua luta contra a mendicância e a vadiagem, tratamento mais humano, no propósito de não rebaixar ainda mais a condição desses infelizes.* (1953, p.224).

O “olhar” isolante possibilita aos órgãos da Chefatura de Polícia* uma noção precisa da extensão do desajustamento e das possibilidades de recuperação. Submeter o mendigo e o criminoso a um mesmo tratamento seria um equívoco; o albergue noturno policial visa especificamente ao controle do mendigo e do vadio. Conhecidos, identificados e avaliados, poder-se-á julgar a possibilidade de readaptá-los como sujeitos úteis à sociedade. Contudo, aqueles julgados incapazes serão devolvidos a seus lugares de origem.

Há de se acrescentar que a ação do governo no campo da Segurança Pública, ao estender-se sobre a população, não deixa de percorrer inclusive a Chefatura de Polícia, delegacias, cadeias, etc. O discurso da segurança é evidentemente um discurso da (pela) moralização dos costumes e disciplinarização do cotidiano, estando sua eficácia articulada à introjeção desses princípios pelo próprio corpo policial. Para tanto, coloca-se a necessidade de revisão da organização interna e da composição do quadro policial, ajustando-o às novas exigências e pretensões. Essa reforma se justifica face à constatação de que *a autoridade do antigo delegado do interior emanada do próprio regime quase patriarcal de nossas velhas cidades, tornou-se impraticável nas populações atuais, onde predominam elementos adventícios e flutuantes.* (BENTO, 1951, p.121).

Ainda, nas delegacias e subdelegacias do interior, seus titulares e suplentes não pertenciam ao quadro de funcionalismo público, bem como os “inspetores de quarteirão”. Para Bento, a realização dessas atividades por leigos sem remuneração implica a descaracterização da função social da polícia, convertendo-se numa arma política cujo emprego para fins menos lícitos compensaria a gratuidade dos serviços.

Observando esse quadro, tanto Lupion quanto Bento tratam de executar reformas que vão desde a ampliação do quadro de pessoal até o reaparelhamento das unidades. Serviços de identificação são instalados em diversos municípios; novas delegacias especializadas foram criadas, como Costumes (desdobrada de Segurança Pessoal), Furtos e Roubos (de Vigilância e Investigações) e Estrangeiros (de Política Social) (Bento, 1951).

A carreira policial, da mesma forma, é revisada, sendo criados diversos cursos de qualificação e preparo do pessoal, os quais visam impor os princípios de uma correta hierarquia – (. . .) *base de qualquer organização militar* (BENTO, 1951, p.127) – e reverter o quadro de indisciplina que resultou na

*Posteriormente denominada Secretaria de Segurança Pública.

seguinte conclusão: (. . .) o policiamento preventivo é praticamente nulo e o repressivo falho (BENTO, 1951, p.128). (Sem grifo no original).

O policial exigido deve ser um elemento capaz de cumprir múltiplas funções – vigilante, patrulheiro, fiscal, guarda de presídio, sinaleiro de trânsito –, que somente poderão ser executadas por aqueles capazes de assimilar os ensinamentos técnico-profissionais. Daí, a razão fundamental da seleção rigorosa de seus elementos (1953, p.164), conclui Bento, diante do número de voluntários à polícia, já considerados física e moralmente inaptos em todo emprego civil.

Na correta seleção e instrução, está a eficácia do corpo policial, cujos resultados são percebidos em 1952:

(. . .) foi o preparo, de simples soldados, no todo, onde se comprova que um perfeito preparo e ajustado enquadramento, os homens, por simples e modestos, podem prestar à coletividade, relevantes serviços como e em apreço, dos guardas sinaleiros do trânsito. Por outro lado, a instrução de homens enquadrados disciplinarmente, assistidos socialmente, teve como exemplo emprego da tropa por ocasião dos acontecimentos de Porecatú, Paranavai e Campo Mourão, onde se manifestou de forma definitiva, que a eficiência profissional só pode ser resultante do enquadramento pela instrução, disciplina e assistência social. (BENTO, 1953, p. 165).*

Preocupações desse tipo se sucedem, principalmente quando se constata a ampliação da demanda social dos serviços policiais. Logo, o governo investe constantemente na constituição de uma segurança planejada, racional e científica. Tal sofisticação leva a dotar os serviços de novos aparelhos como, em 1957, de um Detentor de Mentiras (. . .) importante aquisição da Chefatura de Polícia, único no país, (que) vem sendo um valioso auxílio na descoberta de fatos misteriosos. (LUPION, 1958, p.199).

Observa-se aqui o cruzamento de duas questões vinculadas à segurança. Em primeiro lugar, o governo produz um discurso sobre a necessidade desses dispositivos, enquanto instrumentos fundamentais à ordem. Logo, é estabele-

*Sobre esses conflitos de terras, ver: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7): 1-52, 1968; MADER, Othon. A rebelião agrária do Sudoeste do Paraná em 1957. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro pelo Senador Othon Mader.

cido um dado recorte na população, tomando-a segundo a idéia de um “olhar” vigilante e isolante. Da definição dessa necessidade resulta simultaneamente outra: o esquadrinhamento e reordenamento do próprio corpo policial.

Evidencia-se um resultado concreto das práticas de governo: à medida que ele estabelece uma intersecção sobre a população, visando preencher um espaço no corpo social, acaba criando outros, que passam a requerer novas e sucessivas intersecções.

Ao se retomar as Mensagens dos governadores, destaca-se a produção de um discurso a partir da afirmação do déficit populacional – algo posto e mantido como tal ao longo desse período. Os efeitos morais atribuídos a esse déficit, face à queda do padrão de vida, orientam as práticas de governo no sentido de superá-lo, o que gera a situação contraditória de apartar os indesejáveis que afluem com os migrantes que aqui chegam. *A impossibilidade de uma triagem permanente*, conforme coloca Bento Munhoz da Rocha Netto, *porque anti-patriótica e desumana, nas regiões novas do Paraná, faz com que se torne nosso Estado herdeiro responsável por graves problemas do País*. (1953, p.224).

É a figura de um “outro”, definido também no discurso do governo, que se lhe coloca: por ser indispensável, urge criar as condições necessárias para que se canalize todo potencial de trabalho às novas demandas sociais. Da mesma forma, há de se desenvolver as práticas “saneadoras” vitais frente às situações indesejáveis, geradas no interior do próprio fluxo migratório.

Os impasses criados nas áreas de saúde e segurança pública, exemplificados até aqui, são remetidos a esse “outro”. No discurso tomado, tal posição está colocada em sua total clareza: é a miséria que acompanha o progresso, sendo aquela pensada numa relação de exterioridade. Contudo, não há como se furtar às situações concretas: o governo criou um discurso sobre a necessidade de trabalhadores, porém nem todos que aqui chegam portam a moral do trabalho. Assim “gerir” uma população significa, simultaneamente, “administrá-la” sob propósitos de “construção” de uma nova e moderna sociedade.

Para tanto, as práticas de governo devem ser remetidas ao conjunto das demandas sociais, absorvendo os conflitos e fazendo delas práticas apoiadas nos princípios de um planejamento global e de uma organização administrativa. Essas duas questões são essenciais para que a administração pública, ao percorrer o tecido social, faça-o de forma irreversível e para que o governante tenha, no exercício do poder, os pressupostos de uma “positividade”.

Moysés Lupion, em sua primeira gestão, referindo-se à reorganização administrativa em curso, afirma:

(. . . .) cremos que ao lado de fatores de ordem moral, estamos atingindo também, a um melhor aparelhamento de nossos serviços, introduzindo a máquina onde é possível fazê-lo e na medida dos nossos recursos, e dando a

tais serviços uma estrutura mais adequada às suas finalidades, já eliminando o que a experiência mostrou inútil. Já ampliando, ou reajustando onde é necessário atender as novas funções ou atender mais perfeitamente as funções anteriores. (1949, p.127).

Bento Munhoz da Rocha Netto, igualmente, assume essas preocupações, aliando os serviços do Departamento Estadual de Estatística às iniciativas de planejamento do governo. Desses serviços, pretende obter

(. . .) as necessárias bases para a planificação das providências do poder público, no que diz respeito à instrução, saúde pública, transportes, etc., a fim de evitar os erros da atuação que não tenha os seus alicerces nos dados extraídos da realidade. (1951, p.99).

Ainda, retornando ao governo do estado, Lupion acentua o papel da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado para os trabalhos de planejamento, de modo a levantar *(. . .) os problemas da economia estadual e da máquina administrativa. (1959, p.198)*. Isto resulta a orientação das práticas administrativas a partir de diversos planos - de transportes, hidroelétrico, abastecimento, saúde pública, educação -, que visam ao estabelecimento de uma ação racional, eficaz e presente, tanto na capital como no interior. *(LUPION, 1950, 1960; BENTO, 1951)*. Essa ação parte do pressuposto que: *toda e qualquer administração deve esboçar, para poder produzir frutos apreciáveis, uma planificação de caráter objetivo, considerando os fins que tem em mira realizar. (BENTO, 1953, p.242).*

Isto posto, orienta-se a análise dos documentos no sentido de recuperar as práticas políticas dos governadores dos anos 40 e 50, que sob formas diferenciadas, "tecem a identidade territorial e populacional" paranaense. A busca de uma "identidade territorial" se coloca nas iniciativas voltadas à instalação de uma rede de transportes que aproxime internamente as diferentes regiões do estado, convergindo-as a um centro administrativo - também em construção.

Quanto à "identidade populacional", sua busca se evidencia nas múltiplas ações que pretendem remeter as demandas sociais - existentes ou criadas - ao Executivo. Dessa forma, indivíduos de diferentes procedências passam a ter um único referencial de apoio, de resposta a suas necessidades, aproximando-os pela percepção de um mesmo "foco" administrativo capaz de atender a essas necessidades. Pelo cumprimento da promessa de que a população aqui chegada seria atendida pelo governo, este a torna alvo de suas táticas. A partir delas fica claro o propósito de se fazer algo integralmente perceptível que, ao introduzir-se em todos os espaços sociais, desvende-os e discipline a sua existência política. É o "público" que perpassa todo o "privado", tornando-se, ambos, mutuamente sujeitos e objetos dessa mesma existência.

A atenção dispensada pelo governo ao setor da viação e transportes está colocada de forma especialmente clara ao longo dos documentos. Em sua primeira Mensagem, Moysés Lupion já resume essa ênfase na Introdução, apontando esse setor como (. . . .) *o ponto fundamental e neurálgico da vida administrativa do estado (. . . .) (1948, p.7)*, após percorrê-lo com uma comissão técnica, reforçando uma antiga idéia da República Velha, de que governar é abrir estradas.

O esforço em atrair pessoas de outros estados e do estrangeiro para as zonas rurais demanda a construção de uma infra-estrutura viária capaz de atendê-las, bem como garantir o escoamento da produção. Disso resulta uma política de transportes, no final dos anos 40, pronta a estabelecer uma organicidade entre os diferentes sistemas, projetando-os além das necessidades imediatas. Também, capaz de (. . . .) *vitalizar centros que (. . . .) aparecem dotados de boa potencialidade econômica, fazendo vibrar novas zonas (. . . .) (1950, p.72)*, ou de recuperar as antigas.

O plano de transporte de Moysés Lupion, sob a responsabilidade da Secretaria de Viação de Obras Públicas, abrange a ampliação do Porto de Paranaguá e a execução de obras de drenagem do canal, de modo a elevar a capacidade portuária do estado. Abrange também a construção de diversas auto-estradas, como Curitiba-Paranaguá e Curitiba-Ponta Grossa, e a construção da estrada de Ferro Central do Paraná,*ligando Ponta Grossa a Apucarana, cidade para a qual deveriam convergir rodovias que ligariam todo o Norte, Mato Grosso e interior de São Paulo.

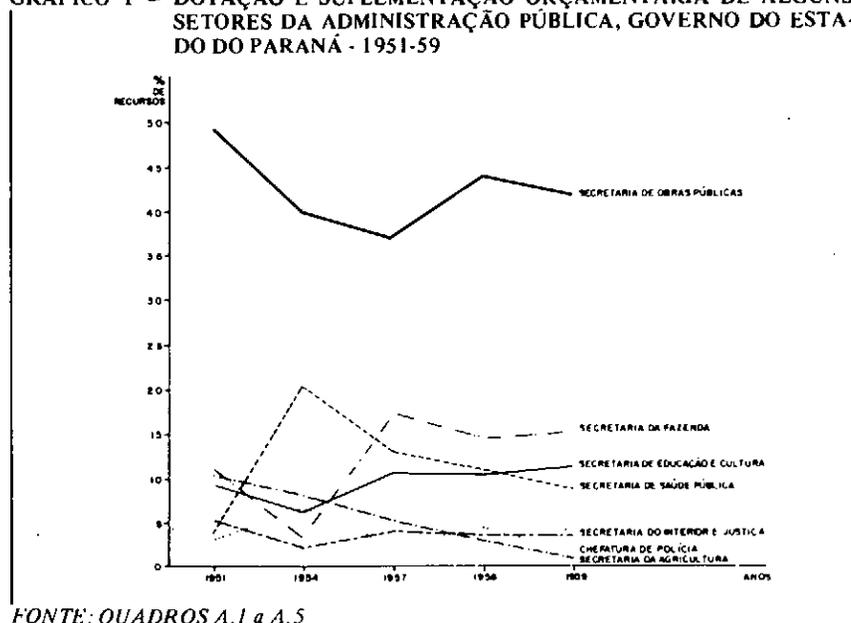
Através dessa densa malha viária, complementada com diversas obras de silos e armazéns, o governo visa dotar o estado de um sistema de transportes capaz de resolver (. . . .) *o essencial dos nossos problemas, (dado que ele) está muito mais na circulação do que propriamente na produção. (LUPION, 1948, p.7)*. A carência verificada no setor impede o escoamento da produção como, por exemplo, ocorreu com a (. . . .) *vultuosíssima safra do Norte e seus heróicos produtos ameaçados de perdê-la por falta de transportes.(LUPION, 1948, p.7)*. Tal carência implica, ainda, o escoamento da produção via São Paulo, gerando prejuízos na arrecadação fiscal – que acaba sendo drenada para fora do estado – e ameaçando a unidade política do Paraná – dado que o Norte estava mais dependente da administração paulista do que da paranaense, remetendo àquele estado suas demandas e expectativas.

A política de transportes elaborada visa, pois, superar esses impasses de ordem econômica e social, ao mesmo tempo em que se projeta além das efetivas possibilidades orçamentárias do Paraná. Esse setor é constantemente privi-

*A polêmica Estrada de Ferro Central do Paraná foi iniciada em 1949 e concluída em 1976, no Governo Jayme Canet. Suas obras foram diversas vezes paralisadas e o pagamento das empreitadas gerou muitas dúvidas e crises políticas, como o "episódio da Praia de Copacabana", que resultou no afastamento de Leon Peres. A construção da estrada acabou sendo transferida para a RFFSA, que a concluiu.

legiado nas dotações de verbas, que continuam sendo insuficientes. Em 1951, por exemplo, a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi responsável por 41% das despesas estaduais tendo, ainda, absorvido 58% das verbas suplementares (quadro A.1); em 1954, esses percentuais são, respectivamente, 43% e 37% (quadro A.2); em 1957, 32% e 43% (quadro A.3); em 1958, 35% e 53% (quadro A.4), e, em 1959, 32% e 57% (quadro A.5). Observando-se o gráfico 1, vê-se que tanto Bento Munhoz da Rocha Netto como Moysés Lupion priorizaram o setor de viação e obras públicas, destinando-lhe um volume de verbas sempre superior ao da agricultura, educação e cultura, saúde pública e segurança, somados. Embora o volume de investimentos entre 1951 e 1957 tenha decaído, a partir de então ele manteve os mesmos índices – conquanto a média do período seja superior a 40%.

GRÁFICO 1 – DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ALGUNS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1951-59



FONTE: QUADROS A.1 a A.5

OBS: Os percentuais foram obtidos da média entre dotação e suplementação orçamentária.

Nesse mesmo gráfico, pode-se observar a tendência crescente de investimentos na área de educação e cultura e – curiosamente para um estado agrícola – decrescente na área de agricultura. É de salientar também o salto de investimentos, em 1954, na área de saúde pública. Embora as Mensagens não explicitem os motivos, vê-se que Bento Munhoz da Rocha Netto desenvolve diversos programas e campanhas nessa área.

Os índices de 1951 e 1954 poderiam ser considerados pouco significativos para a avaliação dos investimentos na política de transportes, dado que, nesse período, parte das verbas era orientada à construção de obras na capital, como o Centro Cívico. A par de quaisquer abusos do governo, empreiteiras, ou fornecedores, * os percentuais distanciam-se sensivelmente das dotações das demais Secretarias, evidenciando o caráter prioritário da construção da rede de transportes.

Entretanto, os governos reafirmam o caráter deficitário desse serviço, bem como as dificuldades em conciliar a disponibilidade de verbas com as demandas de transporte. O setor portuário, por exemplo, ao manter-se deficitário gerava um verdadeiro “estrangulamento” no escoamento da produção através de Paranaguá. Bento, em 1953, avaliando o desenvolvimento do Paraná, pondera:

Outrossim, reflete-se na ascensão produtiva no enorme desenvolvimento econômico demográfico e comercial do Porto de Paranaguá, que se ressentem de suficiente vias de comunicação, cuja construção e aparelhamento não conseguem marchar em paralelo com o escoamento das safras de café, por motivos superiores e independentes da vontade governamental. (p.18).

Face a esses impasses, coloca-se necessidade de revisão nos investimentos viários, estabelecendo-se prioridade nas construções de modo a garantir um mínimo de eficácia à intenção política de dotar o estado de vias necessárias ao escoamento da produção. Isso estando assegurado, garantir-se-ão também os recursos financeiros para o aprimoramento de outras práticas do Executivo.

Dentro da hierarquia de prioridades estabelecidas no Governo Bento, ** têm-se as estradas Apucarana-Mello Peixoto, Apucarana-Ponta Grossa e União da Vitória-Curitiba, estradas que asseguram as ligações com o Norte e Sul do estado. (BENTO, 1952). Também se coloca como necessária a construção da rodovia Antonina-Guaraqueçaba, que pretende (. . . .) a recuperação das zonas paupérrimas do litoral paranaense e poderá oferecer novas fontes de recursos econômicos e financeiros para o completo desenvolvimento do Estado (Bento, 1951, p.85)

Lupion, por sua vez, aponta como trechos prioritários Maringá-Apucarana-Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá, Mello Peixoto-Londrina-Apucarana-Jan-

* São de domínio público os comentários sobre as frequentes vendas e revendas de uma única carga às obras do Centro Cívico: um mesmo caminhão entrava diversas vezes num mesmo portão registrando sempre o mesmo material para os fiscais do governo.

** Em 1951, Bento define seu projeto viário através do “Plano Quinquenal”, voltado à ligação dos centros produtores aos consumidores do país e exterior, via Porto de Paranaguá. (BENTO, 1952).

daia do Sul, Ponta-Grossa-Castro-Jaguariaíva-Sengés-Itararé e Curitiba-Lapa (BENTO, 1952). Tais trechos, conservados ou construídos, garantem o escoamento de importantes safras, como do café, e o contato com o Norte, atraindo-o para a capital. Ainda, o Departamento de Estradas de Rodagem projeta a construção futura de (. . .) *vias a partir das linhas-tronco, numa irradiação que permitirá a criação de um sistema rodoviário dotado da necessária unidade e, portanto, da indispensável eficiência.*(LUPION, 1958,p.61).*

A instalação e ampliação do sistema de transportes estadual cumprem, assim, um duplo papel de um mesmo conjunto de práticas. Por um lado, ao assegurar o escoamento da produção, bem como o acesso a diferentes formas de serviços, ele responde às demandas remetidas ao governo que assim se faz presente, simultaneamente, por todas as regiões do estado. Por outro, ao assegurar as divisas monetárias oriundas das exportações, passa a dispor dos recursos necessários para a prestação e ampliação dos diferentes serviços que substanciam a sua presença. Ou seja, o sistema viário assegura múltiplas formas de presença do poder público, tanto em si como pelo acesso a outras práticas de gerenciamento de uma população.

Ao se considerar o caráter político subjacente às obras viárias, há de se perceber o significado da construção do Centro Cívico na Capital, no início dos anos 50. As estradas efetivamente convergem (e partem) para (de) Curitiba, que se firma como o centro administrativo do Paraná, porém ainda sem contar com uma infra-estrutura para esses novos e ampliados serviços. A construção dessa obra se coloca como um marco das potencialidades locais, da ação modernizadora do governo, que investe sobre a construção de um "lugar do poder". Esse empreendimento -- (. . .) *que só encontra paralelo no de Washington, nos Estados Unidos da América do Norte* (BENTO, 1952, p.193) – é composto por uma série de obras capazes de dizerem por si só da existência de um governo, de um centro que administra as demais regiões: Palácio do Governo, Residência do Governador, Palácio da Justiça, Tribunal de Júri, Tribunal Eleitoral, Edifício das Secretarias, Secretaria, Plenário e Comissões da Assembléia.

As obras do Centenário compreendem ainda o Teatro Guaíra, Biblioteca Pública, Colégio Tiradentes, avenidas de acesso ao Centro Cívico, Praça do Centenário e Monumento do Centenário. Em relação a esse, cabe observar que, *um pequeno lago artificial, um painel decorativo e a estátua completam o conjunto, todo cientificamente iluminado.*(BENTO, 1954, p.84).

Os benefícios desse empreendimento são das mais variadas ordens: recuperação de zona abandonada da cidade, centralização das repartições públicas, economia de locações do Governo. O Centro Cívico, além de mostrar que

* O "Plano Rodoviário do Estado" de Lupion define como metas prioritárias a execução e conclusão das Rodovias do Café, Cereais, Madeira, Mate, Trigo, Minérios, Banana e o Anel Rodoviário de Curitiba. As demais obras de conservação, aproveitamento e conclusão de subtrechos se apresentam num plano de extra prioridade. (LUPION, 1957).

(. . .) a capacidade realizadora de um Governo não se deve restringir apenas ao seu período de mando, mas sim preparar o caminho para os que vierem a sucedê-lo na administração pública do Estado (BENTO, 1953, p.149), tecnicamente demonstra (. . .) ao Brasil e ao mundo que também o Paraná tem capacidade para realizar. (Bento, 1953, p.148).

Finalmente, como prova de confiança nas instituições políticas, o conjunto de edifícios destinados ao Legislativo aparece como algo (. . .) condigno com o mandato dos Representantes do Povo (BENTO, 1953, p.149), e o edifício destinado pelo governo ao Tribunal Eleitoral demonstra (. . .) sua fé e confiança nos destinos de um Brasil livre e democrático. (BENTO, 1953, p.149).

Contudo, cabe ressaltar que, independente do caráter, significado e funcionalidade dessas obras, um imenso volume de verbas públicas foi consumido a ponto de comprometer a construção das estradas (que convergem para esse centro. . .). Lupion, ao assumir seu segundo mandato no Executivo, define como de “calamidade pública” a situação do Departamento de Estradas de Rodagem, pautando então seu governo pelos propósitos de (. . .) *restabelecimento do equilíbrio, marcado por duas linhas imperativas: rígida disciplina dos gastos e, restrição das iniciativas com obras que fossem apenas fundamentais.* (1957, p.7).

Tal avaliação, porém, não contraria as práticas de “construção” de uma sociedade moderna; pelo contrário, reforça-as. Ambos os governantes orientam suas práticas no sentido de aproximar as diferentes regiões do estado: Lupion enfatiza a construção de uma rede de transportes; Bento, a construção de um “terminal” para essa rede.

Politicamente, tais iniciativas estão embutidas no interior de um mesmo conjunto de atos que investem sobre a questão da integração territorial e, ao mesmo tempo, sobre a população, remetendo-a ao “foco” administrativo instituído/instituente. Nesse sentido são projetados e executados diferentes serviços de assistência à população rural a partir de levantamento e estudos sobre os níveis de vida como, por exemplo, o realizado no Governo Bento, segundo o método elaborado pelo Centro de Estudos de “Economia e Humanismo”, dirigido pelo sociólogo Pe. Joseph L. Lebet. Aqui também se situam os trabalhos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que vistoriou as glebas de suas colônias para apontar os lotes efetivamente ocupados — face ao problema de assentamento de colonos —, os quais foram complementados por levantamentos aerofotogramétricos (BENTO, 1954; ANIBELLI, 1955), e a política de “desenvolvimento equitativo” de Lupion, cujo plano administrativo foi elaborado no sentido de (. . .) *fugir das medidas tomadas isoladamente, [apanhando] os dados e bem [conhecendo] os problemas.* (1948, p.6).

Ao investir sobre as populações rurais, o governo o faz tratando basicamente de duas questões: assentamento e apoio ao homem do campo. O problema da intrusão, segundo Lupion (. . .) *grave sobretudo ao Norte, e mais particularmente nas terras constituídas da ex-concessão de Alves de Almeida*

(1949, p. 71), ainda que não seja considerado algo irremovível, requer pronta solução. A constatação da ocupação desordenada em terras já tituladas ou comprometidas, orienta a ação do governo pelo princípio de que:

(. . .) as terras agrícolas devem ser destinadas àqueles que se proponham torná-las produtivas pelo trabalho, [portanto, aconselhando] uma solução justa, equitativa e humana para o caso dos intrusos, já que o problema se apresentava com aspecto de amplas proporções e se tornava um verdadeiro caso social que cumpriria resolver a bem da comunidade. (LUPION, 1948, p.55).

Nesse sentido, foi decretada a redução das reservas florestais do Nordeste para a formação de uma gleba de 50.000 hectares, destinada a 2.000 famílias de intrusos, em lotes de 25 hectares. Ainda, a liberação de um crédito especial para demarcação dos lotes, levantamento dos recursos hídricos e instalação de infra-estrutura básica. Por último, a elaboração de uma lei de apoio à aquisição dos lotes, financiando-os no prazo de até dez anos. Tais medidas são acompanhadas pelo estabelecimento de um

(. . .) sistema nacional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas essas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita. (LUPION, 1948, p.56).

Para os ocupantes de terras que possuíam escrituras de compra e venda sem base em títulos legítimos, Lupion encaminha à Assembléia Legislativa um anteprojeto que foi transformado em lei, dizendo que

(. . .) as posses com cultura efetiva e moradia habitual, mantidas por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam seus detentores à obtenção de um título de domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras não incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária. (1948, p.57).

No Governo Bento, igual atenção foi dada aos pequenos posseiros

(. . .) facilitando-lhes a aquisição de lotes

que fazem produzir, evitando que grandes concessões anteriormente feitas a alguns protegidos, venham a ferir os direitos de um grande número. (1954, p. vii).

O propósito de recuperar terras para o patrimônio do estado, entregando-as àqueles que efetivamente as ocupam ou pretendam cultivá-las, segundo Bento, além do seu aspecto social e humano, constitui o cumprimento da Legislação de Terras. (BENTO, 1954). Acrescentem-se a isso as iniciativas relatadas por Anibelli (1955) — porém do Governo Bento — no sentido de dotar as colônias de melhores recursos urbanísticos.

O Departamento de Geografia, Terras e Colonização recebe de Lupion, no seu segundo governo, instruções precisas de fixação do homem no campo. Pela Portaria 55/57, é recomendado aos chefes de diferentes instâncias do Departamento e demais funcionários que (. . .) *atendam com a máxima atenção e urgência e preferência, indistintamente, todos os pedidos e requerimentos de compras relativos a lotes coloniais, isto é, áreas inferiores a 50ha. (1957, p. 119).*

E, pela Portaria 56/57, que inclui nas recomendações também os Inspectores de Terras do interior,

(. . .) para que prestem toda colaboração à Divisão de Terras e Colonização, oferecendo sugestões por escrito e dando urgência e preferência aos assuntos que digam respeito ao Plano de Colonização deste Departamento, que tem por fim fixar o homem ao solo, evitar o êxodo de populações e a distribuição de terras devolutas agricultáveis, em lotes coloniais, para aqueles que têm o verdadeiro e patriótico dever de cultivá-lo e produzir em prol do engrandecimento do Estado. (LUPION, 1957, p.119).

Com essas medidas, o governo pretende o imediato assentamento dos “verdadeiros colonos”, de preferência em terras que possam ser exploradas (. . .) *pela própria família, sem necessidade de trabalho assalariado (LUPION, 1958, p.111)*, contando com os trabalhos de medições dos empreiteiros sobre as terras devolutas. Associando-se a particulares, o governo visa acelerar ao máximo sua política de assentamento, reafirmando a promessa de que aqueles que viessem dispostos a trabalhar e criar raízes, não seriam esquecidos pelos administradores estaduais.

Contudo, garantir a posse da terra não seria o suficiente e, para garantir a eficácia de sua política de colonização, o governo desenvolve diferentes estratégias de estímulo à produção. Além das obras infra-estruturais já referidas,*

* Cabe lembrar que o Plano de Colonização visa à instalação de múltiplos núcleos

a instrução do homem do campo é apresentada como um problema fundamental, pois

(. . .) em muitas destas nossas escolas, vêm apenas alunos de primeiro ano, e os pais, menos avisados da importância de levar além os estudos e a formação escolar de seus filhos, mal adquirem esses os primeiros elementos de leitura, escrita e cálculo, já consideram o adquirido bastante, passando a ocupar os filhos como fator de produção, dentro da habitual rotina, voltando estes, como é natural, e dentro de poucos, ao analfabetismo de origem, pela falta de extensão da ação da escola e de oportunidades para a utilização do muito pouco que foi adquirido. (LUPION, 1949, p.107).

Visando superar a deficiência do ensino, Lupion assinou convênios com prefeituras do interior para a construção de cerca de 500 escolas primárias de modo a incrustar o problema na consciência do povo, resultando em inúmeras solicitações de edificação e iniciativas de amparo e proteção das populações locais às instalações. *Podemos dizer que hoje, conclui Lupion, no Paraná, se crê na escola. Está criada uma verdadeira mística da escola. (1950, p.144).*

Pensando ainda na zona rural, o governo partiu para a execução de outras metas, como a formação dos seus professores – *precisamos formar o mestre de cada região em sua própria região (LUPION, 1950, p.144)* –, redução da evasão escolar, fundação de Associações de Amigos das Escolas, criação de Cursos Normal Regionais e das “Missões Culturais”, já referidas, que visam *(. . .) destruir a ignorância. (1950, p.150).*

Bento também se refere às Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais e às Casas Rurais* que cumprem, em certo sentido, um papel pedagógico, levando, pela disseminação de técnicas, máquinas e ferramentas, um *(. . .) novo impulso àqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros. (1953, p.30).*

As escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, do Departamento

coloniais, sendo apontado o exemplo da gleba “Adelaide”, no município de Cascavel. Esta é formada por um cinturão de pequenos lotes (de 25 a 10 alqueires), tendo ao centro uma área urbana. Entre eles, uma área suburbana, dividida em pequenas chácaras. (LUPION, 1960).

**Instituídas pela Lei 688, Bento elaborou um programa visando dotar “(. . .) cada município do Estado de uma Casa Rural [que] está se desenvolvendo, e dentro em breve, cada cidade terá seu agrônomo e cada grupo de municípios o seu veterinário, além de vacinadores, auxiliares de agrônomos e outros funcionários que orientem técnica e praticamente o lavrador e o criador”. (BENTO, 1954, p.13).*

de Ensino Superior, Técnico e Profissional, oferecem cursos de Ensino Agrícola Complementar, Ensino Agrícola Primário e de Tratorista. Entretanto, para que o Departamento cumpra seus objetivos, faz-se necessário dotar os Capatazes Rurais de formação adequada evitando que, concluído o curso, exerçam funções urbanas, além de

(. . . .) *sustar a matrícula dos delinqüentes.*
(. . . .) *Quanto aos menores abandonados [pensa o governo] dotar o Departamento de Assistência Social, de Escola de Triagem, para que os menores que fossem destinados a vida rural, possuíssem de fato, aptidões as lides campestinas.* (BENTO, 1951, p.59 e 60).

O Serviço de Publicidade Agrícola, além dos trabalhos de divulgação do Paraná, internamente é responsável por levar ao campo as informações sobre o desenvolvimento da ciência agropecuária (BENTO, 1952), enquanto ao Serviço de Assistência aos Lavradores compete o apoio técnico para a elaboração racional de planos de trabalho agrícola e, em cooperação com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, conceder financiamento. (BENTO, 1953). Já o Departamento de Assistência ao Cooperativismo está encarregado do incremento dessa prática, da “difusão doutrinal do cooperativismo”, dado que sendo

Doutrina fundamentalmente democrática, constitui-se mesmo na fórmula ideal, para solução dos problemas econômicos das classes menos abastadas, estando capacitado a restabelecer o equilíbrio econômico entre produtores e consumidores, assim, como, resguardando os interesses individuais, regular as relações do homem com a comunidade. Longe de ser mera codificação de princípios econômicos, constitui antes de mais nada, um programa de idealismo profundamente humanitário, de educação e formação social, de sistematização de esforços conjugados para o bem-estar coletivo. (BENTO, 1951, p. 52).*

Pela combinação dessas iniciativas de assentamento no campo e de apoio à agricultura, o governo pretende assegurar condições básicas àqueles

*A prática do cooperativismo é levada, conforme Lupion, também às escolas com vistas ao desenvolvimento dos princípios da solidariedade humana, despertando nas crianças o espírito associativo e o de iniciativa. Na ocasião, limitava-se à revenda de material escolar, tida como exemplo prático das vantagens do trabalho de cooperação. (LUPION, 1956).

que vêm trabalhar. Contudo, segundo diferentes Mensagens, nem todos estão “qualificados” moral ou mentalmente ao trabalho, o que implica o cuidado com outros tipos de assistência. A criação do Departamento de Assistência Social, em 1948, deve-se a essa evidência e significa o cumprimento da plataforma de governo de Lupion no campo da assistência social:

Derivado dos princípios cristãos de nossa vida, tem o Serviço Social sido definido como a caridade cientificamente organizada. É um organismo incumbido de estudar os desajustamentos individuais e sociais, em cada caso particular, no caso de cada desajustamento e procurar, depois de estudar com uma técnica precisa cada problema, interferir para um adequado reajustamento (. . . .) é nosso intuito dar ao Serviço Social o máximo amparo, permitindo-lhe uma extensão tão ampla quanto possível. (1948, p. 77).

Bento dedica especial atenção aos “alienados indigentes”, tendo dado andamento à construção da Colônia dos Psicopatas, pois

(. . . .) é constrangedor o espetáculo que oferecem estas pobres criaturas privadas da razão, na vizinhança e até muitas vezes em promiscuidade com deliçuentes da pior espécie, completamente entregues a seu triste destino e sem receberem os cuidados médicos especializados que talvez os pudessem libertar de seus padecimentos e restituí-los ao convívio da sociedade. (1951, p. 126).

Finalmente, cabe considerar que um governo preocupado em administrar a população, não pode descuidar-se de medidas específicas à cultura cafeeira, pelo seu significado econômico e social. Esse produto, apontado como responsável pelo ingresso efetivo da economia local na nacional e pelo surto de progresso que atraiu migrantes de diferentes regiões, requer uma ação efetiva do governo, garantindo sua produção e comercialização. Tal cuidado resulta em sucessivas campanhas de combate à broca e outras pragas que ameaçam a lavoura, como também às geadas que se traduzem em perdas e desestímulos ao produtor.

Assim, os governos investem maciçamente no combate às geadas que, em 1954 e 1955, foram responsáveis por prejuízos em cerca de 36% dos cafezais em formação e 41% em produção. Formada a Comissão de Estudos para a Defesa Contra a Geada, foram realizados de imediato um levantamento das informações técnicas de órgãos especializados, a convocação de técnicos de diversos estados e a instalação de laboratórios especializados.

Nesses esforços foram envolvidos, além da Comissão referida, a Fundação Rockefeller, Instituto Agronômico da Secretaria da Agricultura, Instituto Agronômico de São Paulo, Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica do Paraná, Instituto de Biologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo, Serviço de Meteorologia de São Paulo, Casas Rurais, Ministério da Guerra, Assistência Paranaense de Cafeicultores. A despeito da falta de frio, por ocasião dos estudos, foram feitos os primeiros experimentos em Curitiba, Campos do Jordão e na Fazenda Ubatuba, Município de Apucarana, levando à conclusão de que a neblina evitava os efeitos danosos das geadas, ultimando-se os trabalhos de produção e controle da neblina.

Os resultados obtidos em fazendas de Londrina, Maringá, Apucarana, Jandaia do Sul e Campo Mourão – cujos cafezais sofreram menos do que os descobertos –, estimularam o envio de técnicos à Europa e Estados Unidos e a aquisição, pelo governo federal, de geradores de neblina americanos. Esses novos equipamentos permitiram a intensificação das experiências, sempre com sucesso, porém, pela não-recorrência de ondas de frio, os trabalhos acabaram sendo paralisados.*

Tais esforços, porém, não são o suficiente para garantir internamente os interesses dos produtores, pois a economia cafeeira está subordinada ao Instituto Brasileiro do Café, levando o Executivo a aproximar-se desse órgão na defesa dos interesses paranaenses. Os desencontros verificados entre as duas esferas de governo, leva o estadual a formular críticas à política exportadora do Instituto:

Grandes têm sido os nossos esforços, objetivando a volta a um ritmo normal de exportações ao nosso principal produto (. . .), em consonância com as efetivas e justas reivindicações dos produtores e exportadores, que se encontram, ante a paralisação da exportação, em verdadeira situação de angústia, face ao desequilíbrio que esta política do IBC lhes vem infringindo. (LUPION, 1960, p.201)

Cabe dizer que nas Mensagens desse período, essa é a única crítica do governo estadual ao federal que, além dos desentendimentos pessoais entre Lupion e Kubitschek, está remetida ao atendimento (. . .) dos anseios de comércio exportador de café do Paraná (1960, p.201) diante das quedas de preços verificadas entre setembro e dezembro de 1959. De resto ambos atuam de forma associada, estando os investimentos federais vinculados às práticas estaduais de governo, tanto na área econômica como social.

*O detalhamento do processo de produção de neblina está na Mensagem de 1958, p.26 a 33.

Fica, pois, evidente o caráter político das diferentes práticas de governo que, ao serem analisadas sob determinado ângulo, evidenciam suas íntimas e múltiplas relações. A um território considerado populacionalmente deficitário, torna-se imprescindível que a gestão da “coisa pública” esteja pautada pelos princípios de superação de tal déficit. Por outro lado, para estimular a migração, faz-se necessária uma política de integração e “saneamento”. Integração, diante da possibilidade de desvinculação das novas áreas ocupadas da administração estadual. “Saneamento”, face à entrada daqueles considerados física e/ou moralmente desajustados, devendo o governo discipliná-los ou afastá-los do convívio dos demais.

Tem-se, aqui, a explicitação de práticas administrativas orientadas pelos propósitos de atrair o imigrante apesar dos problemas que este “outro” pode resultar. Elas se apóiam, portanto, na noção de um governo científico e racional, quer na construção de uma praça, quer na materialização de um “espaço do poder”.

O “olhar” do governante dirige-se inexoravelmente para o detalhe, tecendo em seu percurso múltiplas “construções”, que têm como alvo a população. Pensar os Governos Bento e Lupion é também – e principalmente – pensá-los a partir desta lógica: suas práticas administrativas dirigem-se para esse alvo, construindo-o no detalhe. Povoar o Paraná, mais que um mero ato do Executivo, constitui a verdadeira “arte” de governar.

2.2 A “ARTE” DE INDUSTRIALIZAR: OS GOVERNOS NEY E PIMENTEL

Tenho consciência de que, ao assumir, compreendi o momento histórico do Paraná: ou se impulsionava o seu desenvolvimento com a execução de obras básicas ou se o condenava irremediavelmente à estagnação, destruindo-se, assim, uma das maiores esperanças de liberação econômica do Brasil. (N. BRAGA, 1965, p.xxiii).

O texto acima apresenta três idéias fundamentais para que se compreenda a estruturação do discurso do Executivo e a orientação das práticas de governo, na década de 60. Em primeiro lugar, o papel atribuído ao Paraná pelos seus governantes, nos quadros econômicos nacionais. A idéia de um território pujante, capaz de ampliar rapidamente suas lavouras e produzir excedentes comerciais, gerando maior saldo comercial favorável, remete o interlocutor à conclusão de se encontrar diante de um estado de economia dinâmica e co-responsável pela superação dos impasses econômicos nacionais.

Contudo, tal situação oscila diante de duas possibilidades: mantém-se

a estrutura produtiva, agora vista como incapaz de responder aos desafios paranaenses, ou investe-se na reorganização da economia, priorizando outros setores da produção. Esse parece ser o desafio assumido pelo Executivo paranaense, procurando imprimir novos sentidos às suas práticas de governo.

Em torno de um discurso pela “modernização” do Paraná, os governadores dos anos 60 constroem uma imagem pública de homens comprometidos com o progresso (tomando-o de forma ampla) e desligados das administrações anteriores. Essas são acusadas como incapazes de perceber os sinais dos novos tempos e de estarem invariavelmente presas a um defasado gerenciamento da “coisa pública”. Fica, pois, a impressão (a ser avaliada) de que o leitor tem diante de si um outro modelo de político, portador de um “projeto de modernização”, anteriormente desenhado e com uma racionalidade interna capaz de justificar e orientar todas as ações dos órgãos do Executivo.

Ney Aminthas de Barros Braga (1961-65) e Paulo Cruz Pimentel (1966-71), conforme referências anteriores, chegam ao governo através de partidos políticos pouco expressivos no cenário político nacional — PDC e PTN, respectivamente. Por outro lado, obtiveram expressivas votações em Curitiba e Norte cafeeiro, regiões de maior peso demográfico, eleitoral e econômico. Assim, com tal apoio e desvinculados de partidos fortes, apresentam-se como indivíduos conduzidos ao cargo pela competência de seus trabalhos na administração pública (ambos foram ex-secretários de Estado e Ney, ex-prefeito de Curitiba) e pela pertinência de suas propostas de governo face aos desafios paranaenses.

Desse modo, enquanto o primeiro bloco de Mensagens — relativo aos Governos Bento e Lupion — caracteriza-se por um discurso sobre a necessidade da ocupação do território e por um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização e higienização de uma nova população, esse segundo bloco — relativo aos Governos Ney e Pimentel — aponta para outros discursos e práticas que recobrem anteriores intersecções sobre a população, ao mesmo tempo que criam novas. Há de se considerar que, no início da década de 60, o território paranaense já estava ocupado, seja por movimentos populacionais organizados, destacando-se a ação da Companhia de Terras do Norte do Paraná, seja pelo deslocamento da fronteira agrícola do Sul do Brasil em direção ao Oeste e Sudoeste.* O elemento que converge para o Paraná, a partir de então, passa a ter uma outra conotação para os governadores.

Nos Governos Bento e Lupion, o imigrante principalmente procedente do Sul do país, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento do Paraná. O tipo de conhecimento e experiência com a terra, anteriormente adquirido, e o tipo de propriedade que se quer aqui implantar — isto é, a pe-

* Sobre o processo de ocupação territorial, diversos estudos já foram realizados. Ver, por exemplo: PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia penfênica: o caso do Paraná*, São Paulo, HUCITEC: Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 235p.

quena propriedade — tornavam-no elemento de grande importância para esse processo. Entretanto, nos Governos Ney e Pimentel, esse mesmo elemento se torna indesejável à medida que, criando a pequena propriedade, segundo o novo discurso, não atende mais às necessidades de um Paraná em desenvolvimento ininterrupto. Os imigrantes passam a ser identificados como:

(. . .) elementos originários dos Estados sulinos que, sem documentação alguma se estabelecem desordenadamente na terra, motivam tensões provenientes da disputa com relação ao domínio, provocando, muitas vezes, a formação de minifúndios prejudiciais ao progresso das áreas atingidas. (PIMENTEL, 1970, p.149).

Tal discurso contrasta com a defesa da pequena propriedade e da colonização gaúcha feita pelos governadores do período anterior, que viam nesse processo de ocupação das terras a reafirmação da verdadeira vocação do Paraná — terra de pequena propriedade e policultura. Ainda, os colonos eram apontados como responsáveis pela introdução de instrumentos e técnicas modernas. (ANIBELLI, 1955, p.177 e seguintes).

A política de ocupação do território paranaense, estimulada nos Governos Bento e Lupion, passa a ser definida como prejudicial, não só pelo tipo de propriedade que gerou, mas também por ter deixado como “herança” inúmeras irregularidades. Tal herança, tanto para Ney como para Pimentel, é o resultado de administrações equivocadas em alguns momentos e, possivelmente, até corruptas em outros. Segundo Ney Braga,

(. . .) na ânsia de agradar amigos e subverter consciências de manter posições, a administração anterior ultrapassou tudo o que possa imaginar. O que foi feito na titulação de terras devolutas no Paraná é verdadeiramente espantoso. (1961, p.43).

Portanto se os Governos Bento e Lupion não conseguiram solucionar a questão dos conflitos de terras, cabe resolvê-la. Assim, Ney e Pimentel apontam como caminho para isso a via legal. Isto é, a legalização da situação das terras já ocupadas, geralmente localizadas no Oeste e Sudoeste, regiões de maior conflito.* Propõe, também, a revisão de títulos expedidos pela administração anterior,** procurando, dessa forma, assegurar a posse efetiva da terra

*Os Conflitos ocorridos nessa região ficaram a cargo do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste — GETSOP, composto por representantes dos órgãos responsáveis por essa questão, do estado e da União, e instituído mediante convênio entre as partes interessadas.

**Esse trabalho ficou a cargo do Departamento de Geografia, Terras e Coloniza-

ao (. . . .) *verdadeiro homem do campo, aquele que com seu trabalho persistente constrói a riqueza do Paraná.* (N. BRAGA, 1963,p.69).

Para esses governantes, é um momento em que se está verdadeiramente procurando solucionar tal questão, indo até além do proposto. Ou seja, para Ney Braga, por exemplo, o Paraná antecipou-se à reforma agrária, acabando com velhos conflitos e garantindo a posse pacífica a muitos agricultores.⁷ A superação definitiva dessa situação exige do governante uma atitude positiva, ou seja, agindo somente com determinação e firmeza* é possível clarear (. . . .) *esse labirinto que se transformou o problema de terras no Paraná.* (N. BRAGA, 1961, p.44). Contudo, a atuação de diversos órgãos do governo levou Paulo Pimentel à seguinte avaliação:

(. . . .) *se pode afirmar com segurança que está praticamente erradicada a disputa de terra no Paraná. O Departamento de Geografia, Terras e colonização vem atuando como verdadeiro mediador do estado, com extraordinários resultados no setor de partilha de terras.* (1968, p.117).

A crítica às práticas de governos anteriores não se limita, em Ney Braga e Paulo Pimentel, ao tratamento dado por Bento Munhoz da Rocha Netto e Moysés Lupion à questão da ocupação de terras paranaenses. Pelo contrário, outras questões referentes às necessidades da população deixaram de ter, segundo aqueles, um tratamento adequado nas gestões que lhes antecederam. Assim, por exemplo, faz parte de suas propostas de governo levar a toda população paranaense, através dos municípios, os serviços de saúde. Efetivamente, segundo Ney e Pimentel, isso ainda não acontecera.

Tanto para Bento como para Lupion, governar significava dar assistência médica a todos os municípios paranaenses. Ney Braga, ao assumir, denuncia que esses serviços estavam concentrados na capital paranaense que, até 1961, contava com 46% dos médicos existentes servindo cerca de 10% da população.

Observa-se que há tanto por parte de Ney como de Pimentel, a construção de um discurso que visa desmontar as propostas políticas dos governos anteriores, procurando colocar em dúvida sua competência para atender às necessidades da população. Ao mesmo tempo, procuram reafirmar que finalmente aquelas questões serão solucionadas. Para tanto, segundo Pimentel,

ção - DGTC -, órgão governamental que cuidou da regularização de terras da propriedade rural que, por sua vez, transferia tais funções à Fundação Paranaense de Imigração e ao Departamento de Fronteiras.

**Em 1962, Ney Braga atribui a essa ação firme um grande número de acordos entre titulados e posseiros, sendo que são aproximadamente mil somente no município de Cascavel* (N. BRAGA, 1962, p.79).

(. . . .) *cabe agora manter a proteção da população do interior, de onde a saúde pública esteve ausente em termos sistemáticos; as novas diretrizes consistem no agrupamento dos hospitais especializados (tuberculose, lepra, etc.) em um órgão de maior elasticidade administrativa, para o que foi criada a Fundação Hospitalar do Paraná e na complementação de novas unidades sanitárias nos municípios antes não assistidos. (1969,p.XIX).*

Verifica-se, pois, que o mesmo tratamento dado por Ney e Pimentel à questão de terras é dado à saúde pública. Em verdade, o que se apresenta como uma nova proposta política não chega a contrariar a anterior: se, num primeiro momento, governar significa ter um posto de puericultura em cada município, agora — nos governos Ney e Pimentel — significa dotar os municípios, antes não assistidos, de unidades sanitárias próprias. . . A diferença que se busca estabelecer permanece ao nível da afirmação que esses serviços de saúde vão “realmente” chegar a toda população . . .

O discurso de Ney e Pimentel em torno da educação também visa reproduzir essa idéia de eficiência. Em 1961, por exemplo, quando o primeiro afirma que a educação é entre todas a mais importante função de governo, faz também uma avaliação negativa de como foi encontrado esse setor no início de sua gestão.* Para Ney, no período anterior, além de não se ter dado conta de suprir as necessidades do setor, as verbas destinadas foram usadas com propósitos menos lícitos. (1961, p.33). Assim, visando superar os problemas não resolvidos pela gestão anterior, Ney Braga cria a “Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação” e o “Plano Estadual de Educação” (1962), ambos com o objetivo de organizar um sistema de ensino ajustado às (. . . .) *necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento.* (1962, p.52).

Além das questões referentes à rede de ensino, o analfabetismo é uma preocupação de governo. Ao perceber uma estreita relação entre analfabetismo e marginalidade, essa é tratada como um problema de educação. Cria-se, então, uma campanha denominada “Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo — MECA”;

(. . . .) *Para ela estamos convocando o nosso povo, no afã de recuperação dos brasileiros analfabetos que vivem em nosso estado, a fim de que, alfabetizados e melhor prepara-*

* Segundo Ney Braga, a rede de ensino paranaense não chegava, nessa época, a atender uma grande parte das crianças em idade escolar, e dos que se matricularam nas escolas primárias, uma percentagem mínima chegava a concluir a quarta série. Além disso, um terço dos que freqüentavam as escolas primárias estavam matriculados em escolas isoladas das zonas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados (N. BRAGA, 1962, p.55).

dos para a vida, possam, nas zonas rurais ou centros urbanos, alcançar níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana. (N. BRAGA, 1962, p.57).

Pimentel, por sua vez, preocupa-se com as causas da repetência e da evasão escolar e lança também uma campanha com o slogan “Nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora”. (1968, p.xxii). Essas duas preocupações vêm acompanhadas de uma terceira, a falta de verbas para o setor. Procurando solucionar tal problema, o governo paranaense firma convênios com o Departamento Nacional de Educação e reformula os termos dos acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID –, tendo o governo norte-americano passado a enviar verbas pelo programa “Aliança para a Paz e o Progresso”, as quais foram destinadas à merenda escolar.

Também no setor de segurança pública se repetem as colocações anteriores: buscando dar ênfase às práticas desenvolvidas em suas gestões, Ney e Pimentel apontam as anteriores como incipientes. A situação dos órgãos de segurança é definida como precária e Ney Braga – numa clara alusão oposicionista ao Governo Bento – chega a afirmar que somente em sua gestão a Polícia Militar conheceu

(. . .) uma melhoria do conceito dessa corporação, principalmente nas regiões como Sudoeste, onde os litígios de terras favoreciam um clima de insegurança. Antes temida, hoje a Polícia Militar é vista com respeito sendo tida como garantia do povo. (N. BRAGA, 1962, p.83).

Contudo, por mais que esse discurso pretenda construir um novo efeito de verdade em relação à Polícia Militar, ele está igualmente presente nas Mensagens de Bento Munhoz da Rocha Netto, que também investe nesse sentido.*

Com o objetivo de racionalizar a administração interna, Ney Braga cria, no seu primeiro ano de governo, dezessete regiões policial-militares, procurando cobrir todo território e, obviamente, colocar esse serviço a toda população. Paulo Pimentel, assim como os demais governadores, evidencia sua preocupação com o conceito da Polícia Civil e Militar junto aos paranaenses, chegando a afirmar que:

(. . .) a organização estrutural para melhoria do padrão técnico profissional da Polícia dentro de um programa de modernização e renovação dos seus quadros foi a primeira providência do governo no importante setor

* Ver, em especial, as Mensagens de BENTO, 1951 e 1953.

da Segurança Pública, procurando reintegrar aquele órgão no conceito de população. (1967, p.129).

Para ele, o clima de corrupção tanto na capital como no interior é resultado de (. . .) *uma pequena minoria de integrantes do corpo policial, cuja ação vinha comprometendo todo o dispositivo e o bom nome do pessoal que exerce com devotamento as suas funções. (PIMENTEL, 1967, p.129).* Ainda, para reverter esse quadro, faz-se necessário levar em consideração a urgência de se formar profissionais mais capazes (. . .) *eliminando-se, dentro das necessidades, a figura tradicional do "policial improvisado", e substituindo-a por elemento especializado teórica e praticamente no mister. (PIMENTEL, 1967, p.130).* E, posteriormente, complementa:

O Estado do Paraná se apresenta hoje tranqüilo e confiante. Não há o que temer, nada ameaça a ordem interna. A Secretaria de Segurança Pública, não obstante a presença de defeitos decorrentes de uma estrutura obsoleta diante do crescimento demográfico decorrente das suas próprias responsabilidades, realizou um trabalho de profundas reformas que já agora indicam resultados que reforçam as afirmações de que no Paraná tudo está em paz. (PIMENTEL, 1968, p.123).

Volta-se, assim, à discussão inicial: onde se estabelecem as marcas de ruptura dos governadores dos anos 60 em relação aos que os antecederam? Certamente não mais se apresenta a questão do déficit populacional que sustentou os discursos de Bento e Lupion a favor das campanhas de incentivo à imigração. Os sinais de inchamento demográfico já se fazem sentir, no final da década, em especial nas áreas urbanas, e os fluxos migratórios começam a apontar em direção ao Centro-Oeste e Amazônia.

Conflitos de terras e denúncias de corrupção se sucedem colocando-se a cada novo governo a tarefa de resolver tais questões e moralizar a máquina administrativa. Mesmo as práticas de governo nos campos de educação, saúde e segurança pública refletem iguais preocupações. Poder-se-ia afirmar que elas se ampliam — ocorre que isso está intimamente vinculado ao seu próprio sentido, pois, à medida que ele estabelece recortes à população, acaba criando novos "intervalos" de ação.

Bento e Lupion investiram basicamente numa política de colonização e estímulo à agricultura — em especial o café. Dessa forma pensaram estar assegurando mão-de-obra e divisas suficientes para manter e estimular a produção material que, por sua vez, asseguraria o padrão de vida moral dos paranaenses. Ney e Pimentel não poupam esforços no sentido de mostrar os limites daquelas propostas, bem como dos resultados alcançados.

Não obstante o caráter denunciativo desses discursos, a crítica formula-

da por eles mais parece se orientar no propósito de criar espaço para novas propostas. Esses governadores incorporam em seus discursos o tema da industrialização, referindo-se a uma outra “vocação econômica” do Paraná. Para Ney Braga, aparece claramente que (. . .) *os recursos naturais de que dispomos nos permitem prever que através de medidas concretas, é possível criar no Paraná as bases de um processo de industrialização.* (N. BRAGA, 1961, p. 7).

Uma vez iniciada a industrialização, cabe ao governante trazer para o âmbito da administração pública o gerenciamento desse processo. Torna-se, então, necessário racionalizar a máquina administrativa e dotá-la de eficientes mecanismos, capazes de atender às novas exigências que se apresentam; assim, é imprescindível (. . .) *equipar-se para dar orientação as indústrias nacionais e estrangeiras de modo a facilitar-lhes a instalação.* (N. BRAGA, 1961, p.26).

Dentro desse “espírito” são criados vários órgãos públicos, destacando-se a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR,* fundada em março de 1962 e com funções semelhantes às desenvolvidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico – PLADEP, existente desde 1955. A CODEPAR cabe a administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, Instituído pela Lei nº 4.529, de 12.01.62. Para constituir os recursos do FDE, foi criado um empréstimo compulsório nos impostos sobre vendas, consignações e transações, equivalentes ao valor de 1% dessas operações, durante cinco anos, a partir da vigência da lei. Em fevereiro de 1964, a Lei 4826 elevou o adicional para 2% do IVC.

Os recursos arrecadados deveriam ser destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica e de empreendimentos da iniciativa privada nas áreas industriais consideradas essenciais à política de industrialização incentivada pelo governo paranaense. A ênfase é dada ao setor de bens de consumo, ao mesmo tempo que o governo atua de forma liberal – tem-se uma política de intervenção, subsídio e captação de recursos, visando complementar a iniciativa privada, não um estado intervencionista.

Ainda, tomando o corpo da lei, vê-se seu caráter nacionalista – os empréstimos – somente serão concedidos a empresas com controle acionário majoritariamente nacional – e um modelo de co-gestão – ao contrário dos anos 70, quando se acentua a privatização das empresas. Nesse período propugna-se a criação de empresas de economia mista. Tem-se, pois, em Ney Braga, um modelo empresarial pautado nos princípios da governamentalidade, isto é, o governo promove o desenvolvimento econômico, sem pretender estatizar a economia.

Através dos recursos do FDE, segundo Ney Braga, foram beneficiados

*Sobre a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, ver: AUGUSTO, Maria Helena Olivia. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo, 1978. 234p. (Coleção Ensaio e Memória, 7).

(. . .) ramos de atividade de comprovada essencialidade (1965, p.xvii), com empresas nos grupos de minerais não-metálicos, metalurgia em geral, produtos de origem florestal, agrícola e animal, produtos químicos e manufatura em geral. Quanto a essas aplicações, cabe observar a formulação de uma "doutrina prévia" de seleção da qual resultaram nove teses a serem consideradas na análise dos projetos. (PIMENTEL, 1966, p.35-6). Privilegia-se, assim, o setor de bens de consumo, com pouca ênfase ao setor de bens de capital. Observa-se aí a manutenção de utopias liberais, as quais aguardam da iniciativa privada o desenvolvimento econômico, sendo o estado apenas um instrumento de estímulo a esse processo.

Os critérios adotados incidiram sobre a expansão harmônica do setor primário e ampliação e diversificação do parque industrial estadual, de modo a propiciar a gradativa substituição das exportações dos produtos brutos ou semi-manufaturados. Consideravam-se, também, as possibilidades de expansão do emprego de mão-de-obra industrial e de mobilização da poupança gerada internamente, a incorporação de modernas técnicas de produção, a competitividade técnica e de preços no mercado e a capacidade de aperfeiçoar o processo de utilização de matérias-primas.

Combinados esses critérios com a diferenciação entre atividades de importância básica ao desenvolvimento econômico e empreendimentos tradicionais — muitos dos quais em franca decadência -- são definidos, pelo poder público, quatro graus de essencialidade. O primeiro abrange os setores de cimento, laminação, fundição, indústria mecânica, papel, celulose, óleos vegetais, frigoríficos, laticínios, calçados e outros. O segundo grau compreende os setores complementares, incluindo indústria de louças e porcelanas, vidros, manufatura de roupas e borracha, utensílios domésticos, . . . e móveis de aço.

Setores não enquadrados na política de incentivo, salvo em condições especiais, são aqueles ligados a artefatos de madeira, massas alimentícias, vinho, aguardente, fumo, perfumaria, . . . e gráficas. Finalmente, setores não-passíveis de financiamento são as pedreiras, telhas e tijolos, beneficiamento elementar de produtos agrícolas, moinhos de trigo, matadouros, . . . e jornais.

Há de se acrescentar, também, que o FDE mobilizou recursos para o desenvolvimento de estudos que propiciassem o efetivo conhecimento dos principais setores da economia paranaense e da "economia social", como habitação e saneamento. Foi criado, assim, o Código de Estudos e Projetos, com ênfase nos seguintes itens: estudos e projetos econômicos e sociais relacionados com o programa de investimentos do Fundo, estudos e projetos de administração e organização de interesse para a administração do estado, e estudos e projetos científicos, tecnológicos, de engenharia e obras, de interesse para o governo do estado. Para a realização desses estudos, a CODEPAR recebeu apoio da Universidade Federal do Paraná, Ministério da Agricultura, Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica (IBPT), Departamento de Geografia, Terras e Cartografia (DGTG), Departamento de Assistência Técnica dos Municípios (DATM), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), FUN-

DEPAR, SANEPAR, COPEL, TELEPAR e outros.*

Isso posto, fica evidente a importância que o FDE assumiu no encaminhamento da proposta modernizadora dos governantes desse período. Segundo Ney Braga,

(. . .) sem o Fundo de Desenvolvimento Econômico teria sido impossível ao estado a execução de seus planos e, também, a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos conseguida através desse novo mecanismo. É que na execução orçamentária do Tesouro os gastos de custeio e outros gastos absorvem a maior parte da receita arrecadada deixando margem muito limitada aos investimentos. (1965, p.14).

Contudo, fica em aberto a indagação sobre a origem desse Fundo que, pela importância atribuída, parece ser uma das peças fundamentais do Governo Ney, através do qual se esboçam as primeiras falas incisivas sobre a industrialização do Paraná, no período analisado. Considerando que Ney Braga se apresenta como um modernizador da economia paranaense e que a marca mais evidente dessa modernidade parece ser a indústria, poder-se-ia supor a existência prévia de um projeto elaborado com tal sentido, inclusive, antes de assumir o governo. Porém, segundo Francisco Magalhães, tal hipótese não se confirma; em verdade, Ney Braga comprometera-se durante a campanha em não aumentar os impostos. Assumindo o governo, viu-se sem recursos financeiros para projetar uma política industrializante, capaz de absorver as expectativas do empresariado, colocando-se à sua frente nessa área. Diante do impasse, a saída encontrada foi a criação do Fundo, absorvendo a poupança interna e atraíndo investimentos nacionais e estrangeiros.⁸ Através desse impulso, teria fôlego para incidir sobre a população de forma ampla.

Prosseguindo no discurso sobre a modernização do Paraná, via industrialização, há que se considerar a ênfase dada à necessidade de ampliação e instalação de uma infra-estrutura básica, notadamente rodovias e energia elétrica. O caráter prioritário das rodovias não representa uma inovação; já nos anos 40 e 50, o discurso dos governadores incidia nesse sentido e, pela dotação e suplementação orçamentária da Secretaria de Viação e Obras Públicas (ver gráfico 1), nos anos 50, viu-se a atenção dispensada ao setor.

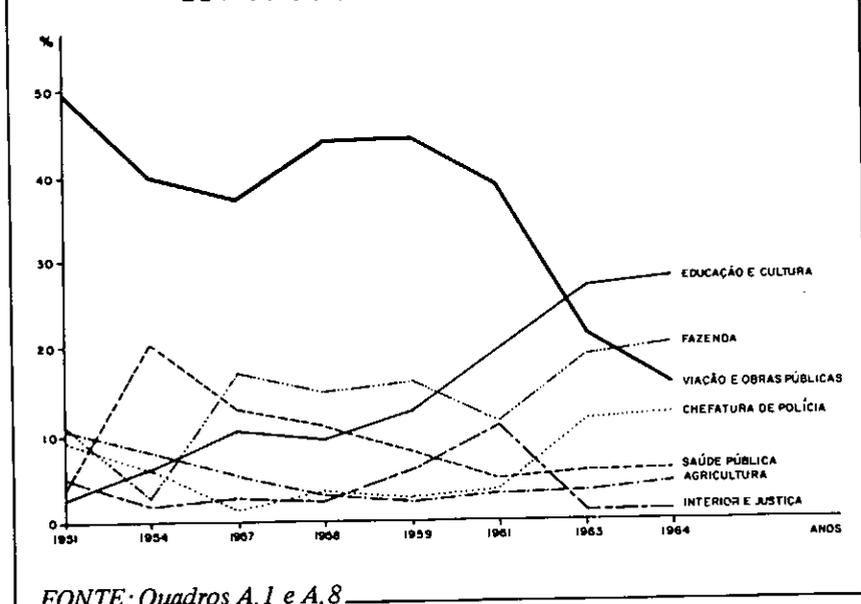
Analisando-se as dotações orçamentárias de setores da administração pública, da primeira metade dos anos 60** (gráfico 2), vê-se que essa Secretaria

*Cabe observar que muitos desses órgãos, como FUNDEPAR, SANEPAR e TELEPAR, foram criados no início dos anos 60. Aliás, esse período caracterizou-se pela criação de inúmeros órgãos estaduais atuando em diversas áreas, como processamento de dados (CELEPAR), habitação (COHAPAR) e agricultura (CAFE DO PARANÁ).

**As mensagens seguintes não apresentam tais dados.

continua sendo uma das que recebem maiores recursos, embora seus percentuais diminuam gradativamente. A Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria da Fazenda, em 1964, passam a ocupar os primeiros lugares, porém a de Viação e Obras Públicas recebe mais que as de Agricultura, Saúde Pública, Interior e Justiça e Trabalho, juntas.

GRÁFICO 2 - DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ALGUNS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1951-64



Ainda, particularizadas as subdotações da Secretaria de Viação e Obras Públicas, no ano de 1961 — cuja Mensagem é mais detalhada —, fica reafirmado o caráter prioritário dos setores de transporte e eletrificação (quadro 2).

Os Departamentos de Edificações, Água e Esgotos, Energia Elétrica e Estradas e Rodagem recebem, conforme o detalhamento anterior, mais de 90% do total do orçamento da Secretaria. Por outro lado, a Estrada de Ferro Central do Paraná parece esquecida pelo governo, não dispondo sequer de um departamento específico. Aliás, embora possa parecer redundante numa conjuntura de estabelecimento do parque automobilístico nacional, pensar em transportes significa pensar quase que exclusivamente no setor rodoviário. Os setores ferroviário, aeroviário, fluvial e marítimo estão situados num distante segundo plano das práticas de governo.

QUADRO 2 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, POR DEPARTAMENTO, COMISSÃO E OUTROS, EM PERCENTUAL, DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ – 1961

DEPARTAMENTO, COMISSÃO E OUTROS	ESTADO	SECRETARIAS
Departamento de Edificações	7,8	20,9
Departamento de Água e Esgotos	2,7	6,9
Departamento de Energia Elétrica	7,9	20,3
Departamento de Estradas de Rodagem	19,6	50,3
Departamento Aeroviário	0,2	0,5
Administração do Porto de Paranaguá	0,6	1,5
Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná	(1)	—
Outras Repartições	0,2	0,5
TOTAL	39,0	100,0

FONTE: Paraná . . . Mensagem (. . .) 1962, p.13-14

(1) Valores inferiores a 0,0%, portanto não considerados

Olhando-se ainda as dotações orçamentárias do período em questão, há de se salientar que a da Secretaria de Educação e Cultura está vinculada em parte ao pagamento de pessoal. Também, mesmo que o governo aponte para o setor industrial, o agrícola continua sendo fundamental — porém a dotação da Secretaria da Agricultura é das menores. Um salto bastante expressivo é o da Chefatura de Polícia — já em 1963 denominada Secretaria de Segurança Pública.

Retomando os discursos sobre a necessidade de modernização do Paraná, vê-se que os governadores do período apontam numa mesma direção: governar com competência significa dotar o território de uma infra-estrutura industrial. Para Pimentel,

Tanto a industrialização, como a diversificação das atividades produtivas, requerem um conjunto de obras prioritárias de infra-estrutura básica, especialmente no campo da energia elétrica, dos transportes e das telecomunicações, sem o qual a capacidade empresarial da iniciativa privada esbarra em obstáculos insuperáveis. (1970, p.x).

Manifestação semelhante é encontrada em discursos anteriores de Ney Braga, ao afirmar que:

(. . . .) as realizações de infra-estrutura já mencionadas, podem permitir-nos prever um rápido desenvolvimento do setor industrial paranaense, que se traduzirá na maior estabilidade da economia regional e no aumento do

padrão de vida da população. (1961, p.27).

Tomando o setor de energia elétrica, vê-se a elaboração de diversos projetos de financiamentos de obras* com a finalidade de implantação do Sistema Básico de Transmissão e Transformação e dos Sistemas Regionais, de acordo com I Programa Estadual de Eletrificação, elaborado no início do Governo Ney Braga. A execução desse programa passou para a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, ficando o Departamento da Água e Energia Elétrica com a função de planejamento. Tais medidas visam agilizar os serviços prestados pelos respectivos setores.

Segundo os dados apresentados pelas Mensagens, através do I Programa, a COPEL elevou seu atendimento de 14 para 120 localidades, entre 1960 e 1965. Nesse mesmo quinquênio, o volume de energia foi multiplicado cerca de cinco vezes. Já o II Programa Estadual de Eletrificação, elaborado no Governo Pimentel, objetiva elevar as linhas de transmissão para 275 municípios.

Procurando assegurar a produção energética estadual pelos seus próprios sistemas, a COPEL conclui a Usina Mourão I, Salto Grande, Júlio de Mesquita Filho e a Central Hidrelétrica Capivari-Cachoeira. Desse modo, em 1970, dos 467.700 kw disponíveis, somente 50.000 eram adquiridos de terceiros. Ainda, o governo passa a investir numa política de eletrificação rural, contando com a ajuda das Cooperativas de Wittmarsun, Marechal Cândido Rondon, Campo Mourão, Entre Rios, Arapoti, Maripá e outras. Finalmente, o maior salto qualitativo do Programa é a previsão de conclusão da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, para 1975, com 1 milhão de kw.

No setor rodoviário, por sua vez, é destacada como obra de fundamental importância a Rodovia do Café, entre Paranaguá e Paranaíba. Segundo Ney Braga, representa a via básica da economia paranaense. Cabe acrescentar o início de duas outras obras fundamentais: a Rodovia do Sudoeste e a Transversal do Paraná, entre Paranaguá e Foz do Iguaçu, integrante da Transversal Panamericana.

Através desse conjunto de obras, segundo Paulo Pimentel, o governo finalmente rompia com uma antiga dependência do sistema Norte-Sul,

(. . .) que fazia do Paraná uma área reflexiva, mera servidão de passagem para a ligação extra-estadual de outras regiões brasileiras, escravizada à tradição dos caminhos históricos, que, a beira de "pousos" de tropeiros ou de "arraiais" de mineração, fizeram nascer nossas cidades tradicionais. Hoje, o nosso sistema rodoviário se dirige basicamente no sentido de interligar regiões interiores dos três

*Seguindo a política de captação de recursos externos, um desses projetos foi enviado à Agência para o Desenvolvimento Internacional, administradora da "Aliança para o Progresso". (N. BRAGA, 1964, p.32).

planaltos, carreando a riqueza para o mercado nacional e para os portos marítimos (. . . .). (1970, p.xv).

Tomando-se, pois, a dimensão imprimida aos setores de energia elétrica e transporte pelos discursos de Ney e Pimentel, vê-se que as iniciativas propostas por ambos visam à produção da idéia de uma dada modernidade. Nesse discurso estão presentes dois elementos ditos norteadores de suas práticas: a racionalização dos gastos e a premência dos investimentos. Para Ney Braga, por exemplo,

(. . . .) apesar de todos os obstáculos encontrados, a racionalização dada à aplicação do dinheiro do povo, mediante a rigorosa economia do supérfluo e do não-urgente, foi possível prosseguir na execução de obras inadiáveis e importantes e iniciar novas, merecendo destaque as de energia elétrica e rodovias sem as quais a ameaça de estagnação econômica do Paraná não poderia ser atenuada e que será totalmente eliminada pela concretização dos planos básicos nesses dois setores dentro dos próximos anos. (1962, p.xii).

Uma vez encaminhada a questão da infra-estrutura, a industrialização paranaense necessita de mão-de-obra qualificada, cabendo ao governante a tarefa de suprir as demandas nesse setor. Logo, justifica-se a prioridade estabelecida a outros setores da administração,* como educação pública. Ney Braga investe no ensino médio visando dotar os jovens, de determinada faixa etária, de uma preparação adequada e diversificada (. . . .) *para uma redistribuição de trabalho. (1962, p.57).* Paulo Pimentel refere-se à educação como uma das (. . . .) *metas básicas dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento. (1970, p.xxii).*

Dessa forma, são criadas não apenas escolas do tipo acadêmico, orientadas na preparação para o ingresso em cursos superiores, mas também aquelas preocupadas em dar habilitação ao exercício de profissões de nível médio,** ampliando as perspectivas de emprego especializado. Segundo Ney Braga, o governo estaria em sintonia com a sociedade, pois

(. . . .) no exame da atuação paranaense notamos uma crescente demanda no sentido de

* Cabe lembrar o expressivo aumento da dotação orçamentária da Secretaria de Educação e Cultura em relação às demais, em 1963-64 (gráfico 2).

** Em 1962, Ney Braga estabelece convênios com o Ministério da Educação e Cultura para a criação de ginásios industriais no Paraná; o primeiro deles, encontrava-se em Ponta Grossa. Também constrói e instala seis oficinas de artes industriais no estado.

umentar os núcleos urbanos, favorecendo a implantação de um setor da economia – o secundário – que exige mão-de-obra capacitada para enfrentar a estrutura industrial. (1963, p.xviii).

Em resposta às novas demandas, uma série de medidas são exigidas do Executivo, entre elas, as de aumento do quadro do funcionalismo,* de reorganização dos órgãos administrativos e de criação de novos organismos** durante o governo Ney. Pimentel também procura incentivar o ensino técnico, visando ao respectivo aumento de mão-de-obra especializada,*** ainda, instituiu um programa denominado Ginásio de Orientação Industrial.****

Todas essas medidas, segundo sua fala, visam superar o maior obstáculo encontrado para a concretização da proposta de industrialização, qual seja, a escassez de mão-de-obra especializada, apesar do crescente aumento de municípios e urbanização verificados nesse período:

(. . .) a escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Números empreendimentos deixaram de ser iniciados ou não levados avante tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e de gerência industrial para o trabalho operativo da empresa. (PIMENTEL, 1966, p.xv).

Uma vez consubstanciadas as práticas de governo que recortam a população segundo o discurso da industrialização do Paraná, cabe ressaltar o sentido social que ambos os governadores a elas atribuem. Para Pimentel,

Esse é o maior desafio que temos à nossa frente, impondo a necessidade urgente, não só do aumento físico da produção, mas especial-

*Em 1965, 40% do funcionalismo mantido pelo estado era constituído pelo professorado.

**Como, por exemplo, a Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, entidade de fins não-lucrativos, criada em 1962, com o objetivo de administrar o Fundo Estadual de Educação, com recursos constituídos de contribuições locais, no valor de 3% sobre o Imposto de Vendas e Consignações; contribuições da União, inclusive o que cabe ao Paraná, à conta do Fundo Nacional de Ensino Primário, Médio e Superior; contribuições de empresas industriais e de proprietários rurais; donativos de particulares; auxílios e subvenções de produtos de operações bancárias.

***A Secretaria de Educação, em 1966, realizou diversos cursos nos setores de ensino comercial, industrial e agrícola; em Apucarana, um curso de aperfeiçoamento técnico destinado a professores oriundos de vários municípios do Norte Paranaense.

****Instituído em 1966, visava instalar oficinas de artes industriais em estabelecimentos de ensino secundário, através de compromisso do Estado assumido com o Ministério da Educação.

mente do aumento da produtividade para elevação do padrão de vida da população. O objetivo primordial do programa de governo para o período 1966/70 baseia-se na concepção do desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção. Mas essa concepção não é em si suficiente. É necessário que o desenvolvimento integre em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as manifestações da existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em nossa filosofia de governo. (1966, p.xvi-xvii).

Seu discurso mantém fundamentalmente as marcas do de seu antecessor, ao atribuir sentido às suas propostas modernizadoras pelo significado social que as mesmas têm. Embora suas falas se remetam em grande parte às iniciativas nos campos econômico, financeiro e administrativo, elas se apóiam e se justificam na capacidade de assegurar o bem-estar social. Vê-se, portanto, uma singularidade discursiva nos propósitos de colonização — apresentados por Lupion e Bento —, bem como nos de industrialização.

Ney Braga, já na Introdução de sua primeira Mensagem à Assembléia, parece encarregar-se de estabelecer tal singularidade:

Se nos concentrarmos exclusivamente no aproveitamento dos recursos materiais que temos à nossa disposição, correremos o risco de esquecer porque e para que devemos aproveitá-los. Nenhum sentido terá a abertura de estradas e a construção de usinas; a instalação de indústrias e o amparo à agricultura, se esquecermos que esse esforço só será válido em função do bem-estar que poderá proporcionar ao homem. (1961, p.viii).

Há de se acrescentar que, apesar de todo esse conjunto de falas relativo à industrialização, continua inexistindo uma Secretaria de Estado específica ao setor — a qual foi criada em 1967 e denominada Secretaria de Indústria e Comércio. Assim, as propostas de governo nessa área ficaram sob a responsabilidade de órgãos como CODEPAR, BADEP e Secretaria da Fazenda — reside aqui a explicação sobre o crescimento da dotação orçamentária desta, na primeira metade dos anos 60 (ver gráfico 2). Somente em 1964, foi criado o Con-

selho de Indústria, órgão que assumiu todas as iniciativas no setor industrial.

Finalmente, cabe observar que, embora os discursos apontem para a modernização, privilegiando os setores que possam contribuir com o crescimento da indústria, o governo não pode se descuidar do setor primário, pois, além de absorver a maior parte da mão-de-obra, continua sendo a principal fonte de arrecadação tributária. O Paraná, conforme reafirma Ney Braga, continua um grande produtor de café e o (. . . .) *grande abastecedor de alimentos para as regiões mais industrializadas do país.* (1961, p.29).

A par dos problemas encontrados, o governo orientou suas práticas no sentido de modernizar esse setor. A Associação de Crédito à Assistência Rural do Paraná – ACARPA – , por exemplo, foi orientada para (. . . .) *implantar, através de assistência técnica especializada, uma mentalidade técnica ao ruralista (. . . .).* (PIMENTEL, 1967, p.69). Dessa forma, o governo pretendeu estimular o trabalho já iniciado pela Companhia Agropecuária de Fomento Econômico – CAFE DO PARANÁ – , órgão encarregado de subsidiar a aquisição de máquinas, sementes e matrizes para o rebanho estadual.

No Governo Pimentel, a Secretaria da Agricultura desencadeou duas campanhas significativas. A “Por um Paraná mais Verde” objetivou o reflorestamento de 200 milhões de árvores, em quatro anos e, no lastro dessa campanha, foi estimulado o replantio de 120 milhões de pés de café, em três anos. Ainda, considerando as condições locais de comercialização e as possibilidades de associação com a cultura do trigo, essa Secretaria lançou, em convênio com o governo norte-americano, a campanha

(. . . .) *“Plante Soja, Use Melhor Técnica e Ganhe Mais”, que encontrou promissora repercussão na área agrícola (. . . .). É essa receptividade do agricultor paranaense a fonte de estímulo para o governo quando se lança em iniciativas que visam ampliar as possibilidades de produção do Paraná.* (PIMENTEL, 1970, p.78-9).

As Mensagens de Ney Braga e Paulo Pimentel revelam uma certa combinação de discursos que acabam, num primeiro momento, remetendo o leitor às mensagens de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Netto. Considerando as práticas de governo em campos como saúde e segurança pública, assentamento do homem do campo e regularização das terras, observa-se que os recortes feitos na população têm o mesmo significado; a variação mais expressiva reside na profusão desses recortes, acompanhada de uma ampliação das secretarias, departamentos, comissões e outras repartições públicas. Com essas medidas, os governantes buscam assegurar a eficácia da máquina administrativa, fazendo de cada um de seus órgãos de intervenção, um órgão com funções determinadas e dotado de um saber específico.

Contudo, tais procedimentos dizem mais do reajustamento da máquina administrativa a determinadas práticas de governo, do que de uma alteração

dessas práticas. A marca discursiva que permite estabelecer uma certa diferenciação entre os períodos considerados consiste na introdução de outros elementos ao enunciado. Estes, entretanto, não são necessariamente novos: todos os administradores se colocam a serviço de uma modernização . . . Assim, há que se entender como essa modernização é vista e quais práticas são adotadas pelo governo para a sua consecução.

Modernizar, segundo Ney Braga, é estar em consonância com o momento histórico do Paraná, impulsionando seu desenvolvimento com obras fundamentais e revestidas de um profundo caráter social. O Paraná não mais é apontado como uma terra de potencialidades não atingidas face ao déficit populacional existente; o déficit agora referido é de outra natureza — capital e infra-estrutura. Enquanto nos anos 40/50 havia necessidade de mais pessoas, isto é, trabalhadores para manter-se o padrão de vida moral, nos anos 60, se requer uma modernização e diversificação da produção . . . Combinam-se, assim, o caráter da CAFE DO PARANÁ com o da CODEPAR.

Enquanto a primeira propicia os recursos à mecanização e diversificação da lavoura, conscientização e instrução do agricultor, a segunda reúne os recursos internos e externos à industrialização e coordena a política de ampliação das redes de transporte e energia. Dessa forma, ambos os setores são articulados num mesmo discurso, que busca estabelecer uma unidade às práticas de governo. E mais, o governo assegura ao Paraná as condições de cumprimento de uma tarefa específica — a libertação econômica nacional para a qual, segundo Ney Braga, ele é uma das maiores esperanças.

Uma tarefa de tamanha envergadura pressupõe administradores honestos (e cristãos), desvinculados de políticos corruptos ou daqueles que se escravizaram ao estado, esquecendo-se de Deus (como os comunistas), e capazes de superar as limitações partidárias. . . Incorporando esses elementos a suas falas, Ney Braga e Paulo Pimentel buscam imprimir uma nova dinâmica às suas práticas, de modo a assegurar uma imagem pública de administradores comprometidos com um novo tipo de governo, estabelecido pelos militares com o golpe de 1964.

Considerando-se única e exclusivamente os discursos de Ney e Pimentel, no processo de entendimento das práticas administrativas — independente dos efeitos de verdade que eles visam construir —, há que se questionar a abrangência da modernização referida. Modernizar, seja a economia, seja a máquina administrativa, significa também estabelecer novas intersecções sobre um dado alvo, sem, contudo, preenchê-las na íntegra. A partir desses “poros” emergem os elementos que justificam os recortes identificados no discurso de seus sucessores.

2.3 A “ARTE” DE RACIONALIZAR UMA ADMINISTRAÇÃO: GOVERNO DE PARIGOT A NEY

Os grandes objetivos estratégicos e metas setoriais do Paraná requeriam elevado grau de desempenho de seus organismos fundamentais. Da a necessidade de uma reforma administrativa, realizada a partir de um modelo empresarial de gestão, que configura o planejamento prévio como norma básica de toda ação. A mobilização dos meios é um capítulo importante, que nasceu do planejamento sistematizado através da criação de uma Secretaria do Planejamento. (CANET, 1979, p. xii) (sem grifo no original).

A idéia de uma reforma administrativa e de um planejamento sistematizado não pode ser tomada como algo inteiramente novo às práticas de governo. No plano federal, desde o final dos anos 30, o governo vinha desenvolvendo uma política de planejamento consubstanciada através de medidas como Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), Plano de Obras e Equipamentos (1953), Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (1949-1953), Programa de Metas (1957-1960), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (de 1962), Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) e Metas e Bases para a Ação do Governo (de 1970).

Entretanto, é nos anos 70 que a idéia de planejamento e reforma administrativa assume seus contornos mais nítidos. Para isso contribui, entre outros fatores, a centralização financeiro-administrativa nacional e a ascensão de um grupo de tecnoburocratas – como Antonio Delfin Netto, Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen, Golbery de Couto e Silva e outros. Esses, autorizados pelo sucesso aparente do “milagre econômico” do início da década, gradativamente desenharam um modelo de gerenciamento da “coisa pública”, dito empresarial. É nesse contexto que se encontram as experiências mais acabadas de planejamento, representadas pelo I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – I e II PND.

Tais planos têm uma abrangência maior em relação aos que os antecederam, “pensando a sociedade” como um todo. Seus objetivos e metas visam abranger quaisquer recortes da população e da economia, submetendo-as a uma política de desenvolvimento que fortalecesse o estado. Assim, as políticas locais deveriam necessariamente estar ajustadas a ela, de modo que as práticas de governo (a nível nacional, regional e/ou estadual) apontassem num único sentido. Para isso, contribuem os mecanismos eleitorais estabelecidos,

capazes de assegurar a eleição de governadores identificados com os programas nacionais, bem como garantir a maioria das cadeiras no Congresso e nas assembléias legislativas ao partido do governo.

Como se não bastassem tais mecanismos para ajustar as práticas dos governos estaduais às federais, aqueles somente recebiam verbas para iniciativas inseridas num programa de ação vinculado aos nacionais. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social passam a exigir políticas estaduais de planejamento que, por sua vez, estão vinculadas à definição de um novo perfil de administradores públicos e de estruturação discursiva a nível de governo.

Na redefinição desse novo perfil do administrador público, prevalece a idéia de um analista, planejador e realizador. É no campo da competência técnica, e não no da política, que ele busca normatizar a vontade e fundamentar sua legitimidade. Conforme acentua Claus Offe, a técnica (leia-se competência) não necessita de substrato motivacional, e os defensores da tese da tecnocracia partem

*(. . .) da suposição que o modo de funcionamento do aparato estatal, está determinado apenas pelo propósito de garantir a máxima eficiência dos meios acumulados no "Estado técnico" e, pela renúncia a qualquer tentativa de estruturar as condições de aplicação desses meios — ou seja, as relações de produção (. . .).*⁹

Nesse sentido, a política de planejamento técnico estabelece um divórcio entre população e governo, ao mesmo tempo que determina uma perversão do discurso. Ou seja, não se tem mais um estado de governo, a população não está como alvo e o discurso não enuncia as pré-condições da governamentalidade.

A relação discurso/verdade parte da relação emissor/receptor; contudo, na fala do tecnocrata, os efeitos de verdade se perdem, pois não há uma legitimação, isto é, as categorias que o informam não estão presentes. Tem-se, portanto, um discurso circular que se autojustifica e que começa e acaba em si mesmo. A racionalização rompe com a cidadania, fazendo enxergar o social de outra forma: as instituições que asseguram o exercício da cidadania não estão presentes.

Isso posto, deve-se considerar duas questões na análise do Executivo paranaense nos anos 70. Em primeiro lugar, a importância dos quadros técnicos de assessoramento dos governadores que compõem parte significativa das secretarias e outros órgãos da administração estadual. Tomando-se, por exemplo, o documento **Objetivos e Metas de Desenvolvimento, 1975-1978**, do Governo Canet, encontra-se entre os autores parte do secretariado estadual. Em segundo, destaca-se o volume de documentos produzidos no período, visando definir diretrizes de ação.

O primeiro desses estudos, segundo Belmiro Valverde Jobim Castor, foi solicitado pelo Governador Haroldo León Perez a um Secretário de Estado que, com uma equipe técnica, elaborou um documento preliminar. Porém, sua permanência no governo foi de poucos meses e esse plano permaneceu arquivado. Tendo assumido o governo, Pedro Viriato Parigot de Souza, segundo o mesmo entrevistado, surpreendeu-se com a ausência de programas, projetos e recursos financeiros.¹⁰ Coube, então, à Coordenação de Planejamento Estadual elaborar o **Diagnóstico e Diretrizes de Ação**,¹¹ documento que, em sua versão definitiva – **Diretrizes de Ação**, 1973¹² – foi assumido pelo governo seguinte.

Essa mesma Coordenação foi solicitada por Emílio Hoffmann Gomes para elaborar um documento mais detalhado denominado **Sistema de Planejamento do Paraná**.¹³ Nele foi incluída a legislação sobre planejamento, com o Decreto n.º 1389 – instituindo a Coordenação de Planejamento Estadual como órgão central do sistema de planejamento, diretamente vinculado ao Executivo e responsável pela elaboração do Plano de Governo e Coordenação dos Planos Setoriais –, Decreto n.º 2935 – instituindo os Grupos de Planejamento setoriais como órgãos do Sistema de Planejamento nas Secretarias – e Lei n.º 6407 – instituindo a Fundação IPARDES como entidade de apoio técnico e de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal do Planejamento.

Tais planos, entretanto, têm uma eficácia limitada dado seu tempo de execução. A gestão Parigot de Souza foi interrompida com sua morte e a de Emílio Gomes se caracterizou como um período de transição, de preparação para o governo seguinte. Mesmo assim, em seu governo foi promulgada a Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, definindo uma nova estrutura organizacional básica de cada Secretaria, e preparando o plano de governo de Jayme Canet Jr. Esse pode ser tomado como principal expressão de racionalização administrativa e seu programa, **Objetivos e Metas de Desenvolvimento**, como um exemplo de adequação da gestão estadual à federal e combinação do setor público ao privado:

*(. . .) a feição empresarial que se procura imprimir à ação do governo como uma necessidade da própria modernização administrativa, para se manter em dia com os interesses da coletividade, tem caráter complementar em relação à iniciativa particular.*¹⁴

Finalmente, há de se colocar o Plano elaborado para o Governo Ney Braga – **Diretrizes Globais** –, cujo discurso incorpora menos as marcas da fala dos tecnocratas dissimulando-a, através de outras falas: *O meu governo será do povo e pelo povo, mas também com o povo.*¹⁵ Outra característica discursiva desse documento é que determina a estruturação interna nas Mensagens, de modo a apresentá-las diferentemente das demais, colocando que a fase pioneira de ocupação do interior cedeu a outra atividade igualmente pioneira: racionalização da política de desenvolvimento. Para tanto, foram de-

finidas as “Diretrizes globais voltadas ao aumento da renda pessoal”, de “incremento e difusão espacial do bem-estar”, de “incremento ao desenvolvimento e produção cultural”, de “aumento da participação do Paraná no esforço nacional de desenvolvimento” e de “aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e social para o desenvolvimento ulterior”.

Tomadas as Mensagens de 1981 e 1982, vê-se que as ações do Executivo são todas “Ações Executadas em resposta aos Objetivos de Aumento da Renda Real Pessoal” e, assim, sucessivamente. Para tanto, as práticas de governo são apresentadas segundo um conjunto de programas e subprogramas vinculados àquelas diretrizes. Tal estruturação parece evidenciar uma racionalidade de até então não atingida, porém buscada ao longo dos anos 70.

Mensagens e documentos relativos ao Planejamento estão aqui combinados. As primeiras, além de pretenderem estabelecer uma unidade às práticas de governo, agora se remetem a esses documentos de modo a comprovar sua racionalidade. Investir, pois, no entendimento dos governos Parigot de Souza a Ney Braga significa, entre outras coisas, apreender um discurso pela “modernização planejada”, na qual o governo reestrutura a máquina administrativa para responder aos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como à euforia e fracassos do “milagre” brasileiro. Em suma, vê-se um governo falando de si para si e, conseqüentemente, inteligível aos segmentos “competentes” da sociedade.

São claras as referências aos avanços propiciados pela “Revolução de 1964”. Estando resguardado o clima de ordem e tranqüilidade, de otimismo e trabalho, será possível atingir (. . . .) *as metas ideais do desenvolvimento econômico, do progresso social, (. . . .) da consolidação democrática e, em conseqüência, do bem-estar da coletividade, que são as metas da revolução.* (PARIGOT, 1972, p.xvi). Da mesma forma,

A filosofia revolucionária que preside a ação governamental, no plano federal, tem servido para nós de fonte permanente de inspiração e atua como bússola orientadora dos rumos que temos procurado imprimir ao governo do Paraná. (PARIGOT, 1973, p.xv).

Emílio Hoffmann Gomes também julga ser o futuro do Paraná excepcionalmente promissor,

(. . . .) quer quanto ao ritmo de crescimento de sua economia, quer quanto ao clima de paz, união e harmonia política reinantes. Essa conjuntura favorável lhe está permitindo aproveitar os frutos da ação operosa da Revolução, no decurso de três governos fecundos, que estão transformando a fisionomia do país. (1974, p.vi).

Contudo, tal otimismo tende a desaparecer, bem como as referências diretas à Revolução. Terminada a euforia do “milagre”, o governo volta a referir-se aos grandes problemas nacionais, como manutenção das taxas de crescimento dos produtos e empregos, melhoria da distribuição de renda ou redução do ritmo inflacionário. Canet acrescenta: *Há, finalmente, urgência em ajustar a balança de pagamentos e equacionar a dívida externa.* (1977, p.vi).

A volta do pluripartidarismo acaba sendo apontada por Ney Braga como o reencontro de um dos instrumentos (. . .) *capazes de canalizar as aspirações dos vários setores da sociedade no processo que se inicia.* (1980, p. vii). Distante das possibilidades apontadas pelo I e II PND, resta continuar apostando na construção de um futuro promissor; até lá, cabe privilegiar políticas de austeridade:

Cientes da escassez de recursos e da crescente demanda por novos atendimentos por parte das comunidades, o governo estadual implementou medidas especiais de racionalização e controle sobre as aplicações de todos os setores, de modo a orientá-los para a produção de efetivos benefícios à população estadual. (N. BRAGA, 1982, p. xxxiii).

Ao se indagar sobre a natureza de tais demandas, pode-se considerar diversas questões que estão a exigir uma resposta do governo. Dentre elas, uma das mais referidas é de ordem demográfica: a composição e distribuição da população alterou-se sensivelmente, pressupondo novas iniciativas públicas. Até a década de 60, o Paraná se caracterizava como uma área de atração dos fluxos migratórios; no final daquela década, essa posição começava a inverter-se: os fluxos partiam do Paraná em direção ao Centro-Oeste e Amazônia. Nos anos 70, essa situação toma proporções maiores, a ponto de reduzir sensivelmente a taxa de crescimento demográfico (tabela 1).

TABELA 1 – POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ – 1940-80

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1940	1.235.849	—
1950	2.112.893	70,0
1960	4.268.239	102,0
1970	6.929.868	62,0
1980	7.063.466	10,0

FONTE: IBGE

Além dessa perda populacional relativa, observa-se outra mudança quanto à sua distribuição, com o incremento das taxas de urbanização (tabela 2).

TABELA 2 – TAXAS DE URBANIZAÇÃO, NO PARANÁ – 1950-70

LOCAL	1950	1960	1970	1970/50 %
Curitiba	42,0	62,3	70,2	67,1
Ponta Grossa	26,4	36,3	40,5	53,4
União da Vitória	13,3	18,0	21,7	63,2
Guarapuava	8,7	18,0	20,4	134,5
Jacarezinho	18,5	24,5	29,7	60,5
Londrina	23,0	27,5	38,4	67,0
Maringá	18,1	27,0	44,8	147,5
Campo Mourão	2,5	14,6	20,5	720,0
Paraná	25,0	31,0	36,0	44,0
Brasil	36,1	45,1	56,0	55,1

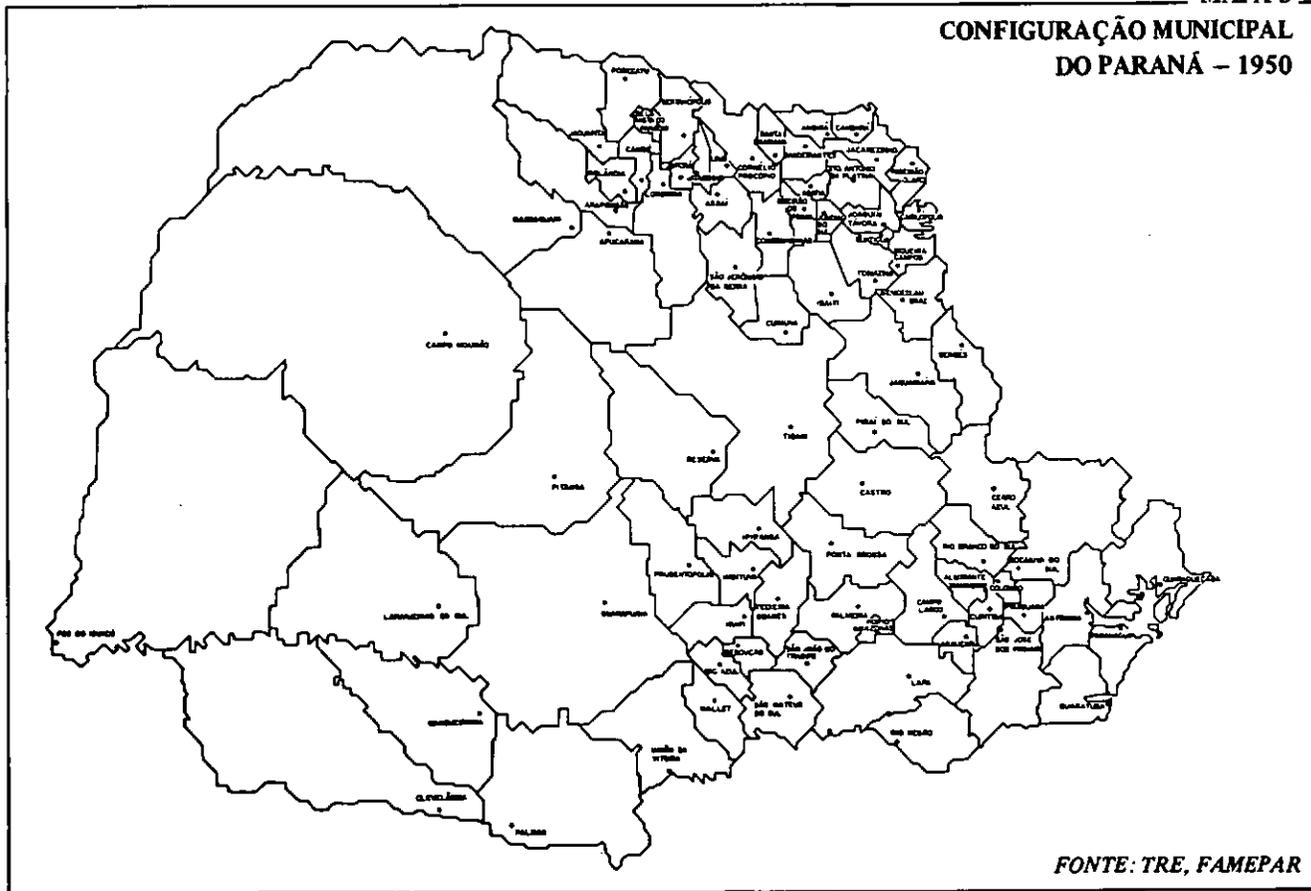
FONTE DOS DADOS BRUTOS: PARANÁ. Diagnóstico e diretrizes de ação; documento preliminar, 1972

O crescimento da população urbana é maior nas regiões de ocupação recente, onde prolifera o número de cidades. Tal proliferação de municípios — em especial no final dos anos 60 (mapas 3, 4 e 5) —, bem como a variação percentual das taxas de urbanização verificada entre 1950 e 1970, leva Emílio Gomes à seguinte conclusão:

(. . .) o crescimento das zonas urbanas terá que ser planejado, sob pena de uma implantação desordenada e onerosa; não só os serviços urbanos deverão ser ampliados para atender a esse contingente populacional, como também as atividades econômicas urbanas terão que gerar empregos suficientes para absorver a mão-de-obra. (1974, p.4).

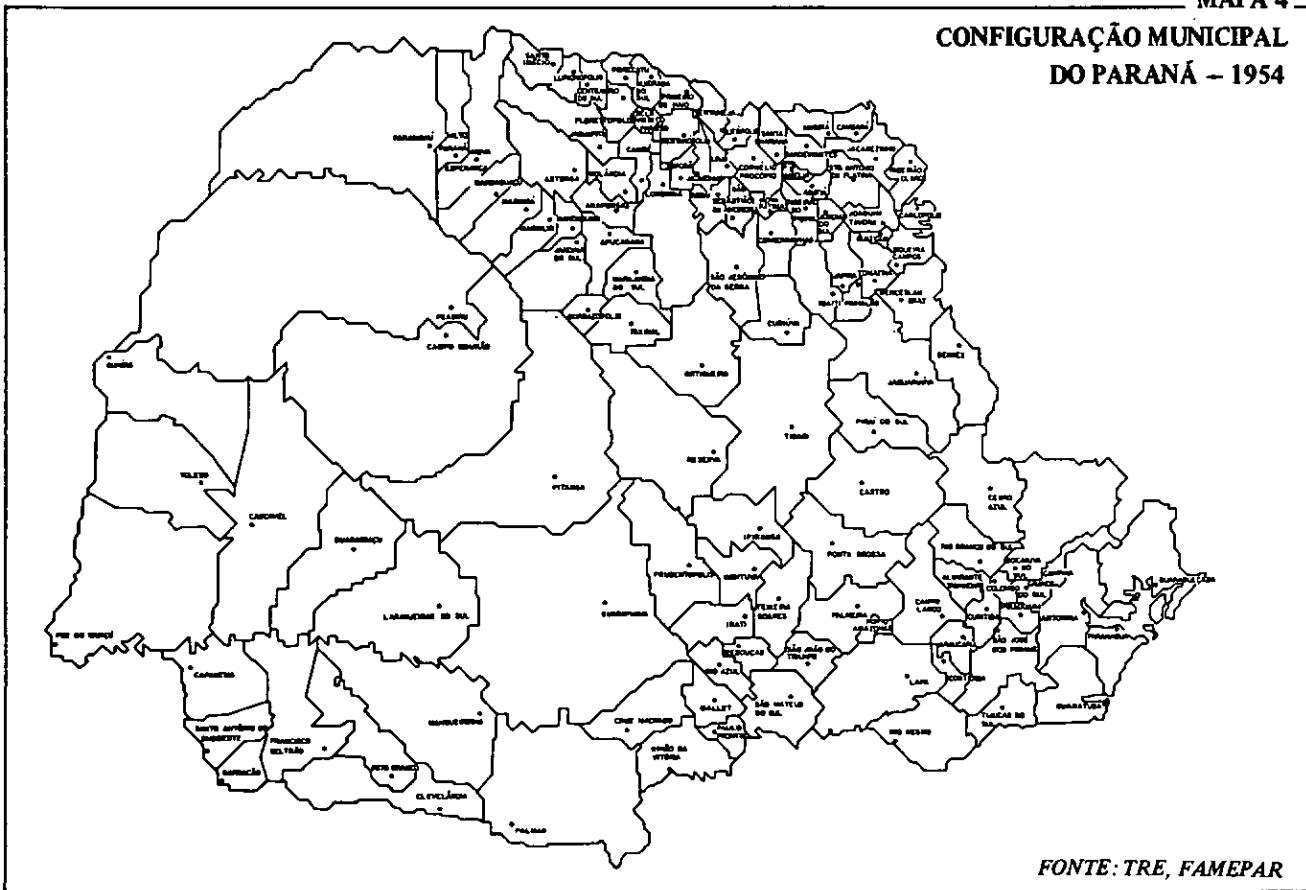
Segundo esse discurso, há necessidade de grandes inversões em capital social básico, reafirmando o contido nos primeiros documentos sobre planejamento. Cabe, pois, desenvolver alternativas que permitam a manutenção do nível de emprego em atividades agropecuárias e no extrativismo vegetal, bem como estabelecer uma Política de Desenvolvimento Urbano — PDU. Nessa conjuntura dá-se a instalação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC —, em consonância com a Lei Complementar n.º 14, do governo federal, que institui o sistema de regiões metropolitanas no país. Foram definidos como serviços de interesse metropolitano, o saneamento básico, uso do solo, aproveitamento de recursos hídricos, controle da poluição ambiental e outros. As práticas de governo são assim orientadas no sentido de evitar uma perigosa ampliação das pressões populacionais sobre a infra-estrutura *(. . .) cuidou-se de preparar as cidades de porte para reter boa parte dos migrantes, assegurando, também, que a capital não ficasse sem sua capacidade de*

CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL
DO PARANÁ – 1950

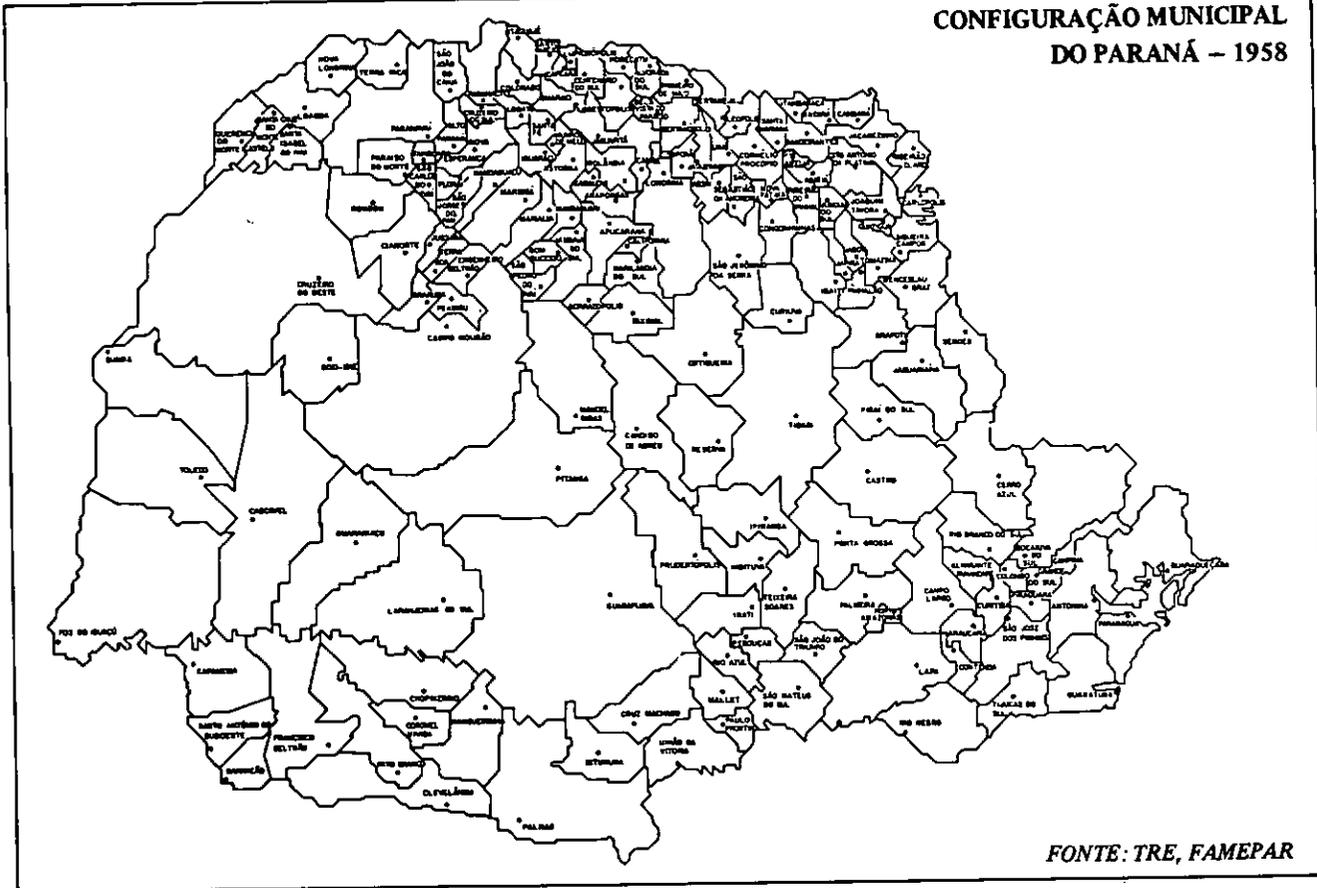


FONTE: TRE, FAMEPAR

CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL
DO PARANÁ – 1954



CONFIGURAÇÃO MUNICIPAL
DO PARANÁ – 1958



FONTE: TRE, FAMEPAR

investir fortalecida. (CANET, 1979, p.xx). Para tanto, a Secretaria do Interior, através da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR –, foi encarregada de executar o Plano Estadual de Habitação Popular – PLANHAP – e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILUB. Este no período de 1975-78, foi levado a quarenta municípios, objetivando a implantação de lotes urbanizados e respectiva comercialização, numa tentativa de erradicação das favelas situadas em áreas periféricas das cidades.

Para Ney Braga, a questão urbana é igualmente preocupante, tendo definido entre suas diretrizes globais um elenco de Ações Executadas em Resposta aos Objetivos de Incremento e Difusão Espacial do Bem-Estar. Os diferentes programas apresentados priorizam as demandas da população, assistência técnica dos municípios, planejamento e outros. Ainda,

Com o objetivo de propiciar uma visão atualizada sobre a ocupação territorial do Estado e da Estrutura urbana das nossas cidades, o Instituto de Terras e Cartografia formulou o projeto e iniciou a execução – com os recursos do Banco do Brasil a taxas subsidiadas – do levantamento aerofotogramétrico do Paraná. Pretende-se que esse levantamento, integrado com os dados do Censo de 1980, ofereça valiosa contribuição às tarefas de organização e planejamento ao longo de toda esta década. (N. BRAGA, 1980, p.60).

Dentro dessas modificações demográficas, há de se fazer algumas colocações sobre a nova composição da população paranaense. Nesse particular, vê-se uma redução na taxa de crescimento populacional pela alteração dos fluxos migratórios em direção ao Centro-Oeste e Amazônia, movimento que influirá, também, nas migrações em direção ao Paraguai. Contudo, o número de população votante tende a crescer, seja pelo aumento dos estratos populacionais situados acima de dezoito anos, seja pelo aumento da taxa de alfabetização.

Em 1973, a Secretaria de Segurança Pública, juntamente com o Tribunal Regional Eleitoral, promoveu a Campanha Pró-aumento do Colégio Eleitoral do Paraná. A Campanha contou com o apoio imediato das autoridades estaduais e municipais, de modo a transformar os postos de alistamento – à noite e finais de semana – em postos volantes. Tal empenho resultou num aumento de 400 mil eleitores, assegurando ao Paraná mais três cadeiras na Câmara Federal. Na mensagem de 1975, encontra-se o registro de outra campanha, elevando a quase dois milhões e oitocentos mil o número de eleitores do Paraná, com o correspondente aumento de sua representação parlamentar no Congresso e Assembléia Legislativa.

Através dessas iniciativas o governo estadual busca, entre outras coisas, assegurar sua expressividade política, bem como a inclusão do Paraná nos pro-

gramas nacionais, o que pode significar o recebimento dos recursos necessários a uma política de investimentos, modernização da economia e expansão da “infra-estrutura social”. Esses itens estão diretamente vinculados às questões levantadas pela constatação do crescimento das taxas de urbanização — à medida que a população urbana cresce, a pressão sobre determinados serviços aumenta.

No campo da saúde pública, verifica-se a intensificação das campanhas de vacinação contra varíola, poliomielite, sarampo, meningite e outras doenças; ao mesmo tempo procedeu-se à ampliação da rede hospitalar, em especial para doentes mentais, em pontos estratégicos, buscando uma descentralização do atendimento. Igualmente importante foi a instalação do Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Saúde Pública e a implantação do Setor de Estatística de Saúde. Este passou a receber, até o dia 20 de cada mês, as declarações de óbitos registradas em cartório, processando tais informações juntamente com os casos de doenças transmissíveis registrados, segundo a Classificação Internacional de Doenças. Através dessas providências, conforme Canet, foi assegurada a

(. . .) chegada mais rápida ao nível central das informações geradas a nível local, melhoradas em qualidade e quantidade, facilitando, sobremaneira, a consolidação dos dados a níveis de municípios, distrito sanitário e estado e, em conseqüência, a sua colocação mais pronta e atualizada ao nível decisório e aos usuários. (1979, p.71).

Igualmente preocupante eram as condições de saneamento, visto que, ainda em 1971, um pequeno percentual da população urbana tinha atendimento satisfatório. Segundo os dados apresentados na Mensagem de 1972, dos 2,4 milhões de moradores das áreas urbanas, somente 25,8% eram considerados bem atendidos pelos serviços de água e 5% pelos serviços de esgoto. Assim, o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA — foi recebido com um certo alívio pelo governo local que elaborou o Plano de Saneamento Básico do Estado. Coube à SANEPAR executar as obras para o fornecimento de água potável a 80% da população urbana e serviço de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário a 40% da mesma população, até 1980.

O crescimento urbano tinha também seus reflexos na área de segurança pública, embora não chegando a caracterizar uma situação de intranquilidade social. O mesmo discurso sobre a índole pacífica e o caráter ordeiro do povo paranaense mais uma vez se faz presente.* Mesmo assim, a pasta de Segurança

* Cabe ressaltar que a questão de terras, freqüentemente invocada como uma das causas de agitações sociais, justificando a presença da polícia, aqui não é levantada. Pelo contrário, a política de modernização do Instituto de Terras e Cartografia — que incorporou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — e os trabalhos do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Pa-

Pública não se descuidou da proteção do cidadão e das instituições democráticas, ao atuar (. . .) *no contexto amplo da segurança interna, desenvolve ação para conter a incidência criminal e a ação de grupos ideológicos ou do crime organizado.* (PARIGOT, 1973, p.93). Foi igualmente incumbida da

(. . .) *reestruturação do Centro de Informação – CIESP, criado pelo Decreto 21.848, com a finalidade de elaborar, coordenar e difundir informações relacionadas com assuntos de interesse da Secretaria e da segurança nacional no âmbito estadual.* (PARIGOT, 1973, p.93).

Para Emílio Gomes, a interiorização da polícia é uma meta a ser atingida, cuidando de seu reequipamento e treinamento pessoal, de modo a atender (. . .) *às exigências crescentes de prevenção e combate ao crime, sob todas as suas formas.* (1974, p.xiv). Outra meta apontada refere-se ao sistema penitenciário, defendendo sua urgente modernização. O Conselho Penitenciário, por sua vez,

(. . .) *apreciou um vultuoso número de processos, não só em seu aspecto legal, como verificando também se o regime de detenção agiu beneficentemente sobre o reeducando e se este, no seu reingresso à liberdade, não oferece perigo à ordem social.* (E. GOMES, 1975, p.14).

A humanização do tratamento penitenciário, segundo Jayme Canet, verifica-se através de inovações, como a Prisão-Albergue, a Operação-Liberdade e o Projeto Indulto, que visa (. . .) *reduzir o choque da reintegração do ex-presidiário à vida na comunidade.* (1979, p.xx). Este, em particular, atendeu à disposição do Decreto Presidencial concedendo indulto a presos. Para tanto, foram construídos seis núcleos comunitários de atendimento aos egressos, estabelecimentos com a participação de entidades religiosas, que assumiram a responsabilidade de alojamento, alimentação e vestuário, enquanto a Secretaria da Justiça ficou encarregada de obter a documentação necessária. Segundo a mesma, com esse projeto reduziu-se a taxa de reincidência a níveis insignificantes.

Cabe incluir ainda o setor de educação nessa primeira avaliação das demandas decorrentes do crescimento urbano, segundo os governadores. Os trabalhos da Secretaria de Educação e Cultura, contudo, não se pautaram somente pela implantação da Reforma do Ensino (Lei nº 5.692, de 11.08.71) e da Reforma Administrativa do MEC (Decreto-Lei nº 200, de 20.02.67). A Refor-

rand – GETSOP – e da Comissão Mista para as Terras da Faixa de Fronteira do Paraná – COFIPAR –, possibilitaram "(. . .) uma atuação mais decisiva na regularização da posse da terra". (PARIGOT, 1973, p.xiii). (Ver: PARIGOT, 1972, 1973; E. GOMES, 1975).

ma do Ensino de 1º e 2º graus é apresentada, por Parigot de Souza, como um dos maiores desafios

(. . . .) que a Revolução lançou ao Povo Brasileiro, e para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar sobretudo a mentalidade do Professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica. (1973, p.53).

A Reforma do Ensino foi iniciada através de municípios-pilotos, Campo Mourão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória e Curitiba, sendo gradativamente expandida para outros municípios. Para tanto, foi realizado um programa de treinamento dos recursos humanos, o que levou à criação do Centro de Seleção, Treinamento de Aperfeiçoamento de Pessoal — CETEPAR.

Segundo o governo, tornou-se necessária a obtenção de recursos à ampliação e aperfeiçoamento do ensino; logo, firmado o Convênio MEC/USAID, no valor de US\$ 9,7 milhões, através da Secretaria de Educação e Cultura. Tais verbas foram destinadas ao treinamento dos recursos humanos, construção de escolas, aquisição de material e, principalmente, ao estabelecimento do ensino profissionalizante — com ênfase ao setor primário, *(. . . .) em adequação equilíbrio com os ligados aos setores secundário e terciário. (E. GOMES, 1974, p.71).*

A Reforma Administrativa, instituída pelo Decreto nº 1.083/71, foi uma decorrência do Decreto-Lei nº 200, que alterou a estrutura da administração federal no setor educacional. Ela foi implantada gradativamente na Secretaria de Educação e Cultura, originando uma nova estrutura composta por Gabinete, diretorias (Geral de Administração, de Educação e de Assuntos Culturais) e centros (de Estudos e Pesquisas Educacionais e de Comunicação). Complementando-os aparecem a Superintendência do Ensino Superior, Fundação Teatro Guaíra e Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR —, encarregada de desenvolver trabalhos na área de planejamento educacional.

Dentro desse espírito de planejamento, foi elaborado o Plano Estadual de Educação, com o objetivo específico de assegurar a expansão e o aperfeiçoamento do ensino, além da racionalização dos recursos físicos e financeiros. Tal plano substanciou a política educacional no quadriênio 1973-76, sendo de importância fundamental pois, segundo Emílio Gomes,

O acompanhamento da implantação do Plano tem dado oportunidade, ainda, à verificação do acerto ou não dos objetivos ligados e da adequação dos meios aos fins, possibilitando a correção no devido tempo dos desvios funcionais e dos estrangulamentos que pos-

sam impedir o desenvolvimento harmônico do sistema educacional. (1975, p.xii).

A nova distribuição espacial da população coloca-se, portanto, como um elemento decisivo no discurso dos governadores. As práticas de governo são orientadas no sentido de responder às intersecções criadas em setores como saúde, saneamento, segurança, educação e outros. Contudo, o “olhar” que o administrador público lança sobre a população, em particular urbana, pretende ser mais amplo.

Emílio Gomes, numa fala bastante objetiva, resume tais preocupações. Problemas como criminalidade, marginalidade, favelamento ou endemias não serão resolvidos pela ação social, policial, programas assistencialistas ou distribuição de medicamentos. Segundo ele, isso só reduz os efeitos sem eliminar as causas:

Somente através do desenvolvimento econômico e social, que proporcione a melhoria dos padrões da população, poderemos reduzir e minimizar os males que afligem os menos favorecidos, abrindo-lhes perspectivas de trabalho compensador e condições de ascensão social. Como agente do desenvolvimento, cabe ao poder público criar estímulos e incentivos que aumente a produtividade do trabalho, elevem o valor agregado da produção, diversifiquem as atividades econômicas e ampliem o mercado para a mão-de-obra mais qualificada, possibilitando a elevação de renda e sua distribuição equitativa. (1974, p.xiv).

Nesse sentido, para Emílio Gomes, as práticas de governo devem priorizar a expansão das atividades agropecuárias e acelerar o processo de industrialização anulando, assim, uma dupla pressão social: o ingresso de jovens no mercado de trabalho e a transferência de trabalhadores do campo para a cidade. Portanto, para que as práticas de governo apresentem a possibilidade pretendida, não basta investir na infra-estrutura social; faz-se necessário o desenvolvimento de medidas que atendam ao homem do campo, mantendo-o aí. A agricultura novamente aparece como um elemento básico, tanto para a sustentação econômica como para o bem-estar social da população.

O evidente esgotamento da fronteira agrícola não permite mais que se aposte na incorporação de novas áreas. Politicamente, a inexistência desse mecanismo significa a perda de uma importante válvula de alívio das tensões sociais. Economicamente, ela está a exigir sua urgente modernização, acompanhada de (. . .) *uma sólida infra-estrutura complementar, além de serviços de assistência técnica e financeira adequadas.* (E. GOMES, 1974, p.xv).

A vocação econômica agrícola — elemento recorrente — ressurgiu ao longo dessas Mensagens, mencionando as condições de clima, solo e relevo. A ex-

pressividade da agricultura paranaense nas exportações e a participação desse setor na renda interna levam o governo a anunciar uma série de medidas de apoio. Entre elas, destaca-se o estímulo à substituição de parte dos cafezais — prejudicados com as geadas de 1974 e 1975 — por lavouras brancas, como trigo e soja. Assim, elas são recomendadas face às possibilidades de mecanização agrícola e outras medidas de tecnificação, que buscam assegurar o aumento da produtividade.

A necessidade de apoio tecnológico levou o governo a firmar convênio com o Ministério da Agricultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a implantação do “Plano Nacional de Sementes”, dotando o Paraná (. . . .) *de um sistema de produção de sementes que permita o fornecimento regular de variedades mais produtivas e aclimatadas às condições ecológicas [locais]. (PARIGOT, 1973, p.41).* Ainda, foi elaborado o “Plano de Ação” da Secretaria da Agricultura, que estabeleceu os Núcleos Regionais de interiorização da política agropecuária — Curitiba, União da Vitória, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Maringá, Londrina, Paranavaí e Jacarezinho, regiões onde a soja se caracterizava como uma das atividades principais. Para dispor dos recursos necessários à modernização do setor primário, o governo firmou convênios com o Ministério da Agricultura, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Organização Internacional do Café, Instituto Brasileiro do Café e outros.

Combinando esses elementos — recursos e núcleos —, o governo assegurou para si as condições necessárias para propor (. . . .) *uma nova mentalidade com perspectivas maiores no setor agropecuário, emanando às diversas micro-regionais a filosofia de análise da realidade local (. . . .).* (E. GOMES, 1974, p.51). Vinculando a produção às questões de comercialização e pesquisa, a Secretaria da Agricultura criou as Centrais de Abastecimento do Paraná — CEASA — e o Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR.

Modernizar, pesquisar, comercializar, racionalizar são questões — entre outras — vistas como essenciais pelo governo para responder à expansão do setor primário. Contudo, elas requerem uma política de planejamento, capaz de assegurar a eficácia pretendida:

As condições necessárias a um cumprimento mais eficiente das grandes metas, exigíveis para acompanhar o desenvolvimento dos demais setores, calcam-se na integração e expansão da defesa sanitária animal e vegetal, pesquisa e experimentação, infra-estrutura de comercialização e assistência técnica educacional, que proporcionem maiores níveis de produtividade, sanidade dos produtos agrícolas e pecuários, menor custo de produção, comercialização, motivação e educação do homem rural

evitando-se estrangulamentos e paralelismo de ações que geram desgastes estruturais e menor retorno de recursos financeiros e humanos. (E. GOMES, 1974, p.57).

Jayme Canet igualmente recupera e privilegia o setor primário, pois, além dos motivos apresentados, ele é responsável por 62,4% dos empregos gerados, enquanto o industrial é responsável por 10,3% e o de serviços, por 21,3% (CANET, 1977). Em seu plano de governo – **Objetivos e Metas de Desenvolvimento** –, defende a implantação de uma agricultura de vanguarda, pois somente ela seria capaz de responder ao esgotamento de terras disponíveis. Assim, para Canet,

Necessitamos novas técnicas, mais implementos, fertilizantes e defensivos. Necessitamos, principalmente, aprender a usar melhor os insumos e a fazer com que eles rendam o máximo. Ao lado das campanhas de produtividade que estão sendo realizadas, destaco como item de importância os cursos sobre o uso de defensivos, de maneira a evitar que venham eles a se tornar agentes poluentes ao meio ambiente. (1977, p.x).

Há de se colocar o destaque dado ao cooperativismo, principalmente com a formação da COTRIGUAÇU, central que reúne as oito maiores cooperativas da região Oeste. Tal iniciativa é apontada como resposta à (. . .) *real necessidade de fortalecimento do empresário agrícola, em seu afã de buscar novos recursos para investimentos e ampliar conhecimentos técnicos e comerciais. (CANET, 1977, p.11).*

Finalmente, são lançados os programas de atendimento específico, como o PRONOROESTE* – canalizando recursos e assistência técnica para conservação do solo no meio rural; o PROVÁRZEAS – destinado a tornar agricultáveis mais de um milhão e meio de hectares de várzeas antes inaproveitáveis; e o Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRORURAL **Para Ney Braga, esse programa permitirá

(. . . .) orientar cerca de 35 mil pequenos produtores, principalmente de arroz, milho e feijão, além de propiciar treinamento em administração rural a outros três mil proprie-

*O Projeto Noroeste foi realizado a partir de convênios de cooperação técnica entre o Governo e a Organização dos Estados Americanos – OEA. (E. GOMES, 1975).

** Além desses, têm-se outros, como o Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto da Ribeira e os Programas Alto Tibagi e Alto e Médio Iguaçú, voltados à reativação econômica e infra-estrutural das áreas abrangidas. (E. GOMES, 1975).

tários e desenvolver programas especiais para elevar o nível de vida no campo. (1980, p.xiii).

Tomadas no seu conjunto, essas medidas apontam o peso da agricultura, não só pela sua participação na economia, como também pelo seu significado social. Sua modernização, expansão e desenvolvimento representam uma possível resposta às elevadas taxas de urbanização. Manter, pois, o homem no campo é uma meta que requer uma série de investimentos financeiros e sociais, capazes de assegurar sua competitividade no mercado, bem como o acesso a serviços essenciais — saúde, educação, transporte, energia, comunicação e outros.

Assim, partindo desse discurso, os governos pretendem a criação sistemática de departamentos, conselhos, programas e planos para o setor agropecuário, o que evidencia um esforço de intervenção. Contudo, tal esforço cobre somente parte dos problemas apontados, visto que

(. . .) a expansão demográfica e a rápida urbanização impõem um esforço redobrado no sentido de consolidar o desenvolvimento industrial. A indústria representa a garantia de oferta de emprego nos centros urbanos, e isso vem ocorrendo de forma expressiva. (CANET, 1977, p. xii).

O novo modelo industrial proposto deveria estar assentado no capital estrangeiro, processo que já estava em curso e que passa a ser assumido pela fala dos governadores. Tal “opção” visa reduzir a instabilidade da produção local, porque menos sujeita às oscilações de produção e mercado do setor primário. Ela é apontada como resposta a problemas de ordens diversas, justificando todo apoio ao setor secundário, isto é, *(. . .) O Paraná está voltado também para os incentivos à industrialização. (PARIGOT, 1972, p. xiv).*

Cabe acrescentar que, além da “vocação agrícola” do Paraná, o discurso do governo passa a incorporar uma segunda vocação: “unir e somar”. Canet menciona o crescimento da agroindústria como sendo a alternativa adequada para unir a tradicional vocação para o setor primário com a crescente atração que o Paraná exerce sobre indústrias que fogem dos pólos congestionados do Centro Sul: *Com a agroindústria faremos a transição segura e gradual da economia fundada na agropecuária para uma economia baseada na diversificação de atividade. (1976, p.vi).* Seu discurso enfatiza também o papel do governo nesse processo de transposição, capaz de unir e somar:

Foi o crescimento agrícola continuado que possibilitou o desenvolvimento industrial nos anos recentes. Certos desequilíbrios, entretanto, demonstraram a conveniência de o Estado fortalecer sua condição de coordenador do desenvolvimento do setor secundário. Foi este pensamento que inspirou a implantação da

Secretaria de Indústria e Comércio, com o objetivo estratégico de tirar partido de uma orientação federal - a de descongestionar os já saturados pólos industriais tradicionais do País. A partir do momento em que foram traçadas as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em favor da desconcentração industrial, ficou claro que ficaria mais beneficiado pela nova orientação o Estado que mais rapidamente se preparasse para receber as indústrias em fase de mudança. (CANET, 1979, p. xiii).

A idéia central desse discurso é a de relevar o papel do governo que, através de diversos órgãos, deve-se colocar à frente das iniciativas, subsidiando o desenvolvimento de um parque industrial local, marcadamente formado por multinacionais. Ainda, sem ferir a livre iniciativa, a administração pública deve coordenar o processo de instalação das indústrias, acenando com diversos incentivos, bem como atrair investimentos, considerando as possibilidades de aproveitamento das vocações existentes e de promoção de novas atividades.

Para Parigot de Souza, a principal característica do governo estadual, no início dos anos 70, foi a política de incentivos de grande porte no setor industrial, principalmente através do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP —, que atuou de forma decisiva nas áreas de cimento, metalurgia, madeira, carnes e alimentos. Porém, foi através do Centro de Promoções Econômicas (que inclusive coordenava o BADEP) que se realizou o maior esforço para acelerar a indústria, (. . .) *especialmente nos ramos ligados ao aproveitamento das matérias-primas de origem agropecuária e dos recursos naturais. (PARIGOT, 1973, p.47).*

O Centro de Promoções Econômicas, órgão vinculado à Secretaria da Fazenda, assumiu a responsabilidade de contatar grupos empresariais, investidores nacionais e estrangeiros, desenvolver estudos setoriais e coordenar o programa de apoio à implantação de Cidades Industriais. No que diz respeito a esse programa, o CPE associou-se à Secretaria do Planejamento e da Indústria e Comércio, Centro de Desenvolvimento Industrial — CENDI —, BADEP, BNDE, BRDE e outros. A conjugação de tantos esforços se justifica à medida que visa

A descentralização do parque fabril, com vistas à instalação ou consolidação de áreas industriais próximas das fontes de matéria-prima, objetivando simultaneamente a geração de empregos, a economia nos transportes e criação de uma estrutura econômica diversificada. (N. BRAGA, 1980, p.6).

Assim sendo, foram estimulados os estudos para definição de áreas industriais específicas em diversas regiões do Paraná. Segundo Belmiro Castor, havia a intenção federal e estadual — embora muitas vezes apenas retórica — de fortalecimento de três grandes eixos industriais: Curitiba - Ponta Grossa, Cascavel-Guaíra e Londrina-Maringá, este denominado METRONOR.¹⁶

O BADEP, por sua vez, desenvolveu diversos programas, como o de apoio às indústrias madeireiras locais — PROMADE; de subsídio às empresas produtoras de bens substitutivos de importações ou destinado ao mercado externo — PROEXPORT; de estímulo à produção de fertilizantes — PRO-FERTIL; de fomento à produção de sementes selecionadas — PROSEM; e de apoio à pequena, média e microempresa — PROMICRO. Em 1974, atingiu cifras recordes nas operações aprovadas — aumento de mais de 80% — e nas operações contratadas — aumento em torno de 200% —, levando o governo a apontá-lo como um órgão fundamental ao desenvolvimento industrial:

Ao lado da expansão dos financiamentos ao setor privado, a característica mais importante na atuação do BADEP em 1974, foi de ter assumido de maneira efetiva, como instrumento do governo estadual o comando do processo de desenvolvimento industrial, acentuando o seu papel de órgão orientador da economia paranaense para um estágio mais complexo e mais tecnificado, identificando novos caminhos para atividade econômica paranaense e induzindo a iniciativa privada a participar de empreendimentos até então inexplorados no Estado. (E. GOMES, 1975, p.81).

Cabe acrescentar a criação da Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR —, com o objetivo de estimular o descobrimento e aproveitamento dos recursos minerais locais, através da cooperação e assistência à iniciativa privada.

Isso posto, retomam-se as intenções explicitadas nos discursos dos governadores: as práticas de governo são apresentadas como fundamentalmente voltadas ao bem-estar social. Para Ney Braga, *uma simples política de desenvolvimento econômico nos faria perder de vista a valorização do homem. (1981, p.ix)*; para Jayme Canet, *todo o desenvolvimento (. . .) deve ter como fim o homem. (1977, p.xvi)*; para Emílio Gomes, *somente através do desenvolvimento econômico e social (. . .) poderemos reduzir e minimizar os males que afligem os menos favorecidos, abrindo-lhes perspectivas de trabalho compensador e condições de ascensão social. (1974, p.xiv)*; para Parigot de Souza, *suas preocupações se vinculam às (. . .) metas fundamentais a atingir em um governo preocupado com a promoção humana. (1973, p.83).*

Tais colocações expressam uma “filosofia” comum de governo, tendo

em vista uma nova composição e distribuição da população. O tema da urbanização aparece, assim, como algo privilegiado no discurso e como componente fundamental no direcionamento das práticas do poder público. A máquina administrativa é mobilizada no sentido de levar às populações urbanas e rurais um infra-estrutura básica. Assim, ao “olhar” seu alvo, o governo elabora programas, planos e metas, ampliando sua ação e criando novos espaços de atuação.

Contudo, pode-se dizer que esse é um “olhar externo”, isto é, um olhar que o governo lança sobre a população e que representa parte de sua filosofia. Pode-se dizer, ainda, que esse olhar é acompanhado por outro, de caráter “interno”: em verdade, o governo percorre essencialmente sua estrutura interna, submetendo-a a um discurso de qualificação, modernização e planejamento.

Tem-se, aqui, uma das principais marcas da administração pública na década de 70. A racionalidade referida percorre com igual intensidade os prédios e funcionários públicos, pois, sem uma política de aperfeiçoamento global, não há como garantir a eficiência dos serviços; sem uma adequada utilização dos recursos humanos, não há como justificar a despesa orçamentária.

Partindo desses princípios, Parigot de Souza instituiu o Serviço de Pessoal com três objetivos:

(. . .) o de aumentar a eficiência dos serviços prestados pelo governo à população, garantir à força de trabalho do Setor Público condições, no mínimo, aceitáveis de motivação, aproveitamento, profissionalização, etc., e, por último, mas não menos importante, reduzir a médio prazo a ponderação das despesas de pessoal no total das despesas orçamentárias, visando liberar recursos para investimentos. (1973, p.107).

Emílio Gomes reafirma igual preocupação quanto à máquina administrativa estadual e à aplicação racional dos recursos, tendo, em 1973, firmado convênio com o Ministério do Planejamento para a elaboração de um documento-síntese sobre a administração pública paranaense e para a implantação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Essa teve por objetivo *(. . .) realizar um trabalho que tivesse feições técnicas e metodologicamente novas, capazes de indicar novos rumos para o velho e desafiante problema da reforma administrativa do serviço público. (E. GOMES, 1974, p.7).*

O referido documento tem como premissa, segundo a Mensagem, que os órgãos públicos formam um sistema com grau indeterminado de sistematicidade. Por outro lado, aponta a necessidade de percebê-los como uma estrutura especializada, capaz de agregar a ação administrativa, pois

O motivo básico que motiva esse sistema é, genericamente o de desenvolver e modernizar, setorial e globalmente, a sociedade paranaense, através de uma ação conjunta que deve fluir de maneira integrada e racional para conduzir a efeitos inovadores e de certa durabilidade a atuação do governo. (E. GOMES, 1974, p.7).

Assim sendo, no governo de Emílio Gomes, foi elaborada a Lei nº 6.636, de 29.11.74, definindo a estrutura organizacional básica de cada Secretaria de governo. Segundo ela, a função primordial do Executivo é conceder e implantar programas e projetos que traduzam as metas e objetivos da Constituição e leis suplementares, em estreita articulação com os demais poderes e outros níveis de governo. Ainda, tais ações devem propiciar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos.

A ênfase na política de aperfeiçoamento de pessoal constitui uma justificativa para a tomada de medidas de garantia da eficiência dos serviços. Parigot de Souza demitiu funcionários e abriu inquéritos administrativos. *Com isso, pretende a pasta separar os maus servidores dos bons, dando a estes as melhores condições de trabalho. (1973, p.6).* Jayme Canet formulou um “programa de reabilitação profissional dos ociosos”, que

(. . .) tem como escopo os princípios axiológicos sociais, cuja meta é reintegrar a força de trabalho de todos os funcionários desajustados, porém potencialmente recuperáveis. A metodologia tem sido o remanejamento daqueles funcionários para outras unidades, com as orientações e acompanhamentos constantes.

Os casos mais graves de vícios e doenças recebem tratamentos especializados de médicos, psicólogos e assistentes sociais, cujos resultados, embora ainda pouco sensíveis, poderão, a curto e médio prazos, surtir os efeitos almejados. (1979, p.53).

Aliás, é no governo de Jayme Canet que se dá a principal reforma administrativa paranaense — a partir da implantação da Lei nº 6.636 —, tendo toda a administração se engajado no programa de modernização e no desenvolvimento de recursos humanos. Foram instaladas novas Secretarias — Indústria e Comércio, Recursos Humanos e Administração — e adaptadas aos novos padrões as Secretarias da Fazenda, Planejamento e Viação e Obras Públicas. A Secretaria do Trabalho e Assistência Social fundiu-se com a Secretaria da Saúde Pública, formando a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. Foram

reorganizados os setores de Transportes, Agricultura, Segurança, Educação e a própria Casa Civil. Também foram reformados os estatutos das Empresas de Economia Mista e das Fundações, ajustando-os às condições da lei. Ainda, foram implantados os sistemas de acompanhamento de projetos e atividades governamentais, informação, orientação e auditoria fiscal, compras e cadastro de material e do patrimônio, e um novo modelo de recursos humanos, abrangendo basicamente a organização do Cadastro Central de Recursos Humanos. Esse Cadastro, formado por um moderno conjunto de microfichas, contém informações diversas sobre identificação, escolaridade, dependentes, nível sanitário e lotação do servidor, constituindo-se, assim, (. . .) *num valioso e indispensável instrumento de administração e gerência, trazendo inúmeros benefícios tanto ao Estado como ao servidor.* (CANET, 1979, p. 50).

Cabe acrescentar a essas medidas a implantação do Manual de Instruções destinado aos Grupos de Recursos Humanos Setoriais e aos Setores de Pessoal das Autarquias e Órgãos de Regime Especial. Segundo Canet,

Este Manual de Instruções se constitui no projeto de maior relevância na área de Organização e Métodos da Secretaria de Recursos Humanos, pois é um documento de caráter pragmático de fácil consulta e compreensão, estabeleceu uma melhor divisão de trabalho de modo a evitar duplicidade de atividades, bem como, fixou melhores métodos de procedimentos, evitando desperdícios de tempo e de recursos, consubstanciando, assim, a nossa política de recursos humanos. (1979, p.51).

Finalmente, apresenta-se a política de avaliação de desempenho do servidor público. Apesar de ter adotado o modelo empresarial para a administração dos seus recursos humanos, o governo, segundo Canet, (. . .) *não poderia prescindir da cultura organizacional característica do servidor público, principalmente no que tange à avaliação do desempenho.* (1979, p.49). O Sistema de Avaliação de Desempenho, completa, foi instituído (. . .) *dentro de uma dimensão existencialista, em busca de paradigmas realisticamente próprios para o Estado.* (CANET, 1979, p.49). Feita a primeira avaliação, 91% dos funcionários foram situados entre os conceitos “bom” e “ótimo” . . .

Ao classificar, qualificar ou recuperar o servidor público, o governo entende estar reciclando-o para uma nova “filosofia de administração”, reciclagem fundamental, pois

(. . .) todo o conjunto de planos e obras que se anunciava poderia esbarrar em obstáculos intransponíveis se o funcionalismo pú-

blico estadual não participasse ativa e eficientemente do tempo novo que se anunciava. (1979, p.xxii).

Entretanto, o discurso dos governadores não se limita a apontar a necessidade de imprimir uma nova dinâmica ao funcionalismo público, nem suas práticas incidem tão-somente no esquadramento da máquina administrativa. Mais do que isso, a elaboração de uma política de planejamento parece ser o coroamento de uma nova administração, racional e tecnocrática.

Os dois marcos principais dessa política são os planos de governo elaborados nos anos 70 — anteriormente referidos e a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Dentre as atividades inicialmente desenvolvidas, destacam-se o Programa de Emergência para Capacitação de Pessoal em Planejamento, visando à qualificação indispensável de pessoal para implantação do Sistema; o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES —, encarregado de pesquisas aplicadas nas áreas econômica e social, estudos de apoio ao Sistema Estadual de Planejamento, apoio técnico à política de desenvolvimento do desempenho da economia estadual e qualificação de pessoal na área sócio-econômica; e os Grupos de Planejamento Setorial, órgãos descentralizados de planejamento, constituindo unidades de assessoramento direto aos secretários estaduais.

Às atividades desenvolvidas pelo IPARDES e Grupos de Planejamento Setorial somam-se os esforços da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, do Departamento Estadual de Estatística, da Secretaria Extraordinária de Planejamento e Coordenação Geral, mais os programas regionais. Tais fatos de “mútua complementaridade”, segundo Emílio Gomes, são provas irrefutáveis da decisão governamental pela implantação do Sistema Estadual de Planejamento.

A partir de 1975, em decorrência da implantação da Lei n.º 6.636, a Coordenação de Modernização Administrativa — órgão da Secretaria de Planejamento — passou a orientar todo o processo de reforma nas estruturas de funcionamento da administração estadual, consolidando o Sistema Estadual de Planejamento. Ao mesmo tempo, passava a integrar o Sistema a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR —, instrumento pelo qual (. . .) *o trimônio planejamento-orçamento-modernização administrativa será estendido em níveis microrregionais. (CANET, 1976, p. 137).*

Os Grupos de Planejamento Setoriais atuam a nível de Secretarias; a FAMEPAR, a nível de municípios; e, assim, sucessivamente, são definidos setores e programas de planejamento. O governo busca estender essa política a todos os segmentos da administração pública — unindo-a no mesmo propósito — e, até, da iniciativa privada. O Programa de Assistência Gerencial, por exemplo, visa possibilitar aos empresários (. . .) *acesso a modernas técnicas e métodos de administração e gerência, com o objetivo de diminuir custos,*

aumentar a produtividade e ampliar o poder de competição das empresas. (CANET, 1978, p.xi).

Partindo do princípio de que o governo passa a ser tomado como uma empresa responsável pela apresentação de resultados satisfatórios à comunidade, segundo Canet, a mudança planejada objetiva (. . .) *uma redefinição na forma tradicional de pensar sobre o papel do governo.*¹⁷ Logo, os programas e reformas decorrem da percepção das mudanças havidas na economia, tecnologia, cultura, costumes e natureza dos problemas. A Lei nº 6.636, por exemplo, segundo o mesmo foi decorrência de um (. . .) *esforço de mudança planejada, buscando dotar a administração pública de um novo padrão de realizações, consentâneo com as novas situações surgidas no dia a dia (. . .).*¹⁸

Para Ney Braga, uma das principais realizações da Secretaria de Planejamento foi o Plano de Governo, elaborado a partir das sugestões das diversas Secretarias e (. . .) *das mais significativas lideranças da comunidade paranaense. (1981, p.165).* Assim, Ney parece apostar tudo nesse plano, situando-o não como uma peça da burocracia, e sim como o elo entre o governo e a população:

O interesse maior em sua formulação foi o de gerar um plano que efetivamente traduzisse as intenções de realização do governo em seu todo, que fosse inteligível aos cidadãos em geral e que ao mesmo tempo possuisse uma estrutura de detalhamento pragmático que permitisse o acompanhamento e a avaliação das contribuições de cada setor aos grandes objetivos definidos. (1981, p.166).

Não é, pois, de surpreender a estrutura interna de suas Mensagens em 1980 e 1981 — após a Introdução, é apresentada uma sucessão de programas e subprogramas que respondem aos seus objetivos de governo. Desde a “dinamização dos empreendimentos agroindustriais. . .” até a “gerência da dívida pública” passando, por exemplo, por “controle sobre zoomoses e fitomoses”, “infra-estrutura para o esporte, cultura e lazer”, “expansão dos serviços telefônicos” ou “tombamento do acervo histórico, artístico e arqueológico”, tudo parece estar previamente pensado e privilegiado numa política de planejamento.

Os planos de governo aparecem como um talismã da administração pública, dizendo de uma racionalidade, de um propósito explícito. E aqui, eles interferem sensivelmente no discurso das Mensagens, pretendendo imprimir marcas mais fortes nos efeitos de verdade que tais documentos buscam levar a seus próprios pares.

Nesse sentido, a década de 70 é apresentada não mais como um momento de convergência de brasileiros — rompendo com a imagem de que o Brasil marcara encontro no Paraná —, mas como um momento privilegiado de reorganização e redefinição das forças sociais e econômicas. A urbanização acele-

rada colocou o governo diante de novas demandas, tanto no campo, como na cidade. Respondê-las implicava múltiplas considerações.

Assim sendo, as práticas de governo foram executadas num duplo percurso, isto é, foram ajustadas a um conjunto de objetivos e metas estaduais e federais. Os planos de governo buscaram estabelecer uma racionalidade interna aos novos e sucessivos recortes da própria máquina administrativa, buscando atrair para si os recursos e recortes feitos num outro plano de governo, o federal.

Para tanto, o Paraná foi apresentado na sua vocação maior: unir e somar:

Ao longo da História, o Paraná mostrou vocação para unir e somar. Primeiro foi o istmo a ligar o Centro-Sul do Brasil ao Rio Grande do Sul. Mais tarde, tornou-se palco de gigantescos movimentos migratórios e cadinho racial onde se produziu um novo tipo de brasileiro. Hoje, soma as várias tendências econômicas das regiões que uniu e apresenta um quadro marcado pela interação entre os setores primário e secundário – numa economia de grande dinamismo e excepcional capacidade de recuperação. (CANET, 1976, p. v).

2.4 ECONOMIA DE DISCURSOS E MENSAGENS

Vossas Excelências, senhores deputados, julgarão minhas contas, o povo julgará a minha vida pública, Deus julgará minha vida toda. (N. BRAGA, 1982, p.xxviii).

Ao submeter-se a múltiplos julgamentos, Ney Braga encerra a apresentação de seu discurso e abre um elenco de realizações administrativas: sua fala coloca o emissor diante de um texto aparentemente técnico, cujo real desdobramento não está situado no interior deste documento. A dimensão maior reside no entendimento do significado e da abrangência daquelas realizações.

Na complexidade de tal construção discursiva, todo e qualquer crítico vê-se desautorizado a emitir um juízo, pois acima dele estarão outros: dos deputados, o povo; do povo, Deus. Ao mesmo tempo, nessa complexidade está a riqueza de análise dos documentos – os efeitos de verdade que buscam construir. Analisar, pois, as Mensagens enviadas pelo Executivo à Assembléia Legislativa, mesmo que por um dispositivo constitucional, significa percorrer um

discurso estruturado a partir dos pressupostos da “arte” de governar, ou um discurso que, esvaziado nesse sentido, assume apenas efeito simbólico.

Partindo das Mensagens da primeira gestão de Moysés Lupion e chegando às de Paulo Pimentel, tem-se um conjunto de práticas que evidenciam o propósito de gerir a população, embora apresente marcas discursivas que as distingam. Tais marcas foram analisadas através de dois conjuntos de documentos, os quais explicitam uma singularidade de propósitos e preocupações sobre a população e o território. Pautados em princípios da manutenção dos padrões de vida e/ou bem-estar social, os governadores colocam a necessidade de povoar o território e modernizar a economia, remetendo-se invariavelmente à necessidade de produção de uma dada população. Suas práticas voltam-se ao detalhe, pretendendo-as disciplinadoras, moralizadoras e higienizadoras.

O terceiro conjunto de documentos, composto pelas Mensagens de Parigot de Souza a Ney Braga, reflete outro posicionamento. Aqui não mais prevalece o cidadão. O governo volta-se para si, apoiando-se nos princípios de uma ação racional e técnica. Sua própria máquina administrativa é tomada como alvo, ficando o funcionalismo público sujeito ao discurso moralizador. O binômio governo-planejamento está indubitavelmente presente, sendo o segundo o legitimador do primeiro.

Antes, contudo, todos partem de elementos comuns sobre a população e o território que administram. Esta é uma terra promissora de homens laboriosos, logo não há porque não acreditar no progresso. Pelo contrário, de Lupion a Ney, aposta-se num futuro de realizações que está próximo. Os eventuais desvios decorrem da afluência de elementos indesejáveis – aventureiros e desajustados de toda a sorte; porém o governo permanece atento para corrigir ou isolar tais indivíduos. Não existem conflitos ou tensões sociais, mas situações transitórias que são rapidamente absorvidas por uma competente gestão pública. Em verdade, o discurso dos governadores não chega a esconder ou negar os desajustes sociais, os impasses econômicos ou as limitações da máquina administrativa. O que ele busca fazer é colocar essas e tantas outras questões sob o poder público, ou seja, sob as práticas de poder, construindo, a partir de saberes específicos, uma dada verdade.

O recorte estabelecido nas leituras partiu do entendimento do discurso da positividade do poder, isto é, das relações referidas por Michel Foucault, existentes no interior do corpo social e com múltiplas sujeições. O governo não aparece em oposição ao empresariado, pelo contrário, associa-se a ele; nem aos trabalhadores, pois busca principalmente assisti-los. Mesmo quando a questão da segurança pública é levantada, a ênfase se dá mais na vigilância do que na punição: às penitenciárias, por exemplo, é proposto um tratamento mais humanitário; os agentes de segurança são pensados como funcionários públicos, longe de interesses personalistas; as metralhadoras adquiridas têm mais um efeito moral . . . As práticas de governo são apresentadas como práticas levadas à população pensando-se, tão-somente, nos padrões de vida moral, no bem-estar social. O discurso, por sua vez, incide invariavelmente nas

ações executadas em resposta a um conjunto de demandas, ora de mão-de-obra, ora de diversificação da economia.

Contudo, à medida que as Mensagens se sucedem, observa-se uma ruptura no discurso: ruptura esta que evidencia um distanciamento dos princípios de um Estado de governo. A administração pública, nos anos 70, não mais parte do conceito de cidadania e a população perde seu caráter qualitativo, sendo reduzida a dados que tão-somente a quantificam. É particularmente significativa a afirmação de Belmiro Valverde Jobim Castor sobre os limites das ações do Governo Jayme Canet. Este via-se comprometido por situar-se no período mais afastado do último censo (1970), logo suspeitava-se da configuração de um novo quadro populacional, porém somente o próximo censo comprovaria um outro perfil da sociedade e da composição da população . . . Na falta de um dado quantitativo preciso, o governo via-se pouco instrumentalizado para agir em certos sentidos. Isso, no entanto, não exclui das utopias administrativas a busca de uma lealdade a concretizar o binômio ciência-trabalho. Nos dois primeiros conjuntos de Mensagens, observa-se que essa lealdade foi pretendida no campo da política (tendo em vista a existência do cidadão); no terceiro, no da técnica.

O discurso produzido sobre a necessidade das migrações nos anos 40-50 aparece como o fio-condutor de práticas administrativas que estabelecem um primeiro recorte na população e acaba por gerar outros. Ao avaliar o contingente populacional do Paraná, foi constatado um déficit de mão-de-obra, justificativa maior para incentivar a vinda de lavradores. À medida que o governo procura assentá-los, colocam-se então as questões de saúde, segurança, educação, transporte, etc. Assim, povoar um território implica administrar uma população; recortá-la é estabelecer sucessivas intersecções, dado que gerir uma população significa geri-la no detalhe.

Logo, as práticas de governo se multiplicam, ao mesmo tempo em que a administração pública busca dotar-se cada vez mais de secretarias, departamentos, conselhos e/ou comissões, ajustando-se ao grau de detalhamento pretendido. Elas, a princípio, estão voltadas a um conjunto de cidadãos, os quais constituem os receptores do discurso que busca reafirmar a legitimidade do emissor. Visto, porém, que esse discurso é desviado, passando a contemplar-se em si mesmo, ele acaba apontando uma imagem auto-refletida, posta como interlocutor. Aqui o governo não mais está a recortar a população, sim sua própria estrutura interna, à qual legítima.

Cabe acrescentar, ainda, que o discurso das Mensagens — no seu conjunto — busca estabelecer uma organicidade às práticas de governo que na realidade não se confirma. A própria estrutura dos documentos contribui para passar a idéia de que todas as ações administrativas tiveram um pressuposto comum, tendo sido conduzidas segundo uma lógica previamente definida. Diante das Mensagens, tem-se a impressão de que toda a ação do governo faz

parte de um “projeto”, através do qual ele se antecipa à sociedade. Ney Braga, por exemplo, chega a apresentar um programa de atendimento a calamidades públicas e outras situações imprevistas, isto é, prevê o imprevisível.

Ocorre que as Mensagens são documentos de prestação de contas das realizações do ano anterior, elaboradas a partir de informações, muitas vezes díspares, das diversas Secretarias e precedidas de uma Apresentação do governador. As atividades são agrupadas em três campos — econômico, social e administrativo — segundo um princípio unificador. A unidade não está, pois, num plano de realizações; mas na elaboração do documento quando então pode-se dizer com precisão da unidade comum de propósitos (agora) explicitados. Mesmo quando da elaboração de planos de governo, esses falam de objetivos e metas, não de práticas, o que não retira a validade do discurso. Pelo contrário, volta-se à questão dos efeitos que eles buscam produzir. Tem-se mais intenções do que realizações. Contudo, cabe lembrar que:

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos executá-lo através da produção da verdade.¹⁹

Cabe acentuar a necessidade do entendimento do espaço de produção da cidadania. Ela se dá em práticas cotidianas, nem sempre visíveis, através do que foi definido como governamentalidade. Com isso, pode-se relativizar o conceito de cidadão, exclusivamente remetido ao campo dos direitos políticos.

Ao final desta análise, constata-se pela própria racionalização da ação governamental, uma crise no exercício da cidadania, uma vez que os governos, pregando uma razão voltada para si mesmo, não deixam espaço para o seu exercício.

Fica, pois, o desafio de se reinventar um outro conceito de cidadania ou resgatar seus sentidos implícitos, nem sempre evidentes à ciência e à técnica. Aqui, administrador público nenhum foge ao julgamento daqueles que o legitimam no poder.

3 PARTIDOS E CIDADANIA RESTRITA

Entender a interferência do processo eleitoral nas práticas de governo é o propósito deste item. Para tanto, investiga-se o diálogo entre governantes e governados, isto é, como as instituições políticas se esforçam em definir o que é ser cidadão e como ele deve se fazer representar no espaço público.

Cabe inicialmente enfatizar a forma dupla pela qual o cidadão é tomado. Pelos pressupostos de um estado de governo, todos os indivíduos são alvos da ação administrativa e suas práticas fazem supor a adoção plena do conceito de cidadania, marcada por um conjunto de direitos e deveres. Contudo, no exercício do voto, apontado como forma privilegiada de expressão do cidadão, este é recortado por múltiplos critérios. O direito ao voto, conforme a Constituição, transforma-se numa obrigatoriedade e exclui desse exercício aqueles que não são julgados qualificados.

Tomar, pois, como cidadão aquele que vota implica reconhecer a distinção operada pelos condutores de um processo político-administrativo que ora se volta ao conjunto da população, ora elege os que podem manifestar-se sobre o mesmo processo. O conceito de cidadania é, assim, tomado de forma restrita para o exercício da política institucionalizada; para os demais exercícios, cabe revê-lo.

3.1. CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: O PARTIDO E O VOTO COMO DEFINIDORES DA VONTADE GERAL

A relação entre governo e sociedade é pensada de uma forma particularmente interessante por Thomas Paine, um dos inspiradores do movimento pela independência norte-americana. No panfleto *O senso comum*, de 1776, que versa sobre a urgente necessidade da emancipação política dos Estados Unidos e sua conseqüente institucionalização enquanto estado soberano, ele define:

A sociedade é produzida pelas necessidades e o governo por nossa maldade; a primeira promove nossa felicidade, de maneira positiva, unindo nossas afeições e o segundo de maneira negativa, cerceando nossos vícios. Aquela encoraja o intercâmbio, a outra cria distorções. A primeira é patrocinadora, a segunda é punitiva.¹

Ser cidadão, para o autor, significa, portanto, aceitar um corpo de princípios jurídicos que garanta seus direitos sobre os riscos da maldade humana.

Nesse sentido, o governo é um mal necessário, pois visa proteger a sociedade dos vícios — existentes não em todos, mas em parcela dos indivíduos. Seu entendimento sobre as relações governo/sociedade configurou-se numa das linhas norteadoras da Constituição norte-americana. Comparando-a com as constituições brasileiras, observa-se uma distinção fundamental. Nessas, não é o cidadão quem organiza o estado, mas é o governo quem se esforça por consolidar os mecanismos de controle dos cidadãos e da vontade geral.

Nas constituições da Itália e da Suíça, a exemplo da norte-americana, ficam evidentes os limites de intervenção do estado na sociedade. Tais cartas não concebem o partido como fórmula privilegiada de organização da vontade geral. Agremiações de qualquer natureza possuem formas de denunciar, reivindicar ou solicitar alterações de peso nas ações do Executivo.* O voto não é obrigatório, e a legislação partidária se destina enfaticamente a controlar os gastos e a respeitar o meio ambiente, por ocasião das campanhas eleitorais. Na Inglaterra, por exemplo, o governo fornece uma verba limite aos partidos para as campanhas; na República Federal da Alemanha, além do financiamento, o governo estipula normas voltadas ao respeito ambiental e aos efeitos da propaganda subliminar.

Nesses países, o exercício político não se limita ao partido e ao voto, cabendo aos cidadãos outras formas de intervenção no Legislativo e/ou Executivo. Esses podem sofrer sanções independente do período das eleições; por outro lado, os partidos dependem do respeito aos seus compromissos com as múltiplas organizações da sociedade, uma vez que são permanentemente vigiados por elas.²

No Brasil, os dispositivos legais encarregam-se de fazer do voto a fórmula privilegiada e delimitadora da cidadania e dos partidos, o aglutinador das reivindicações políticas. Isso menos que uma restrição, é uma exigência de parcelas da própria população. Pode-se exemplificar com diversos movimentos de reivindicação do voto e organização partidária no período pré-45: a luta pelo voto secreto no programa da Liga Nacionalista em São Paulo, de 1916 a 1924; os movimentos feministas pleiteando o direito do voto às mulheres; os movimentos estudantis pela redução da idade de votar; as propostas de organização partidária como fórmula de combate ao fisiologismo. Essas reivindicações passam a ser incorporadas ao discurso dos partidos que as tomam como expressões privilegiadas da vontade política da sociedade.* *O mesmo pode ser dito sobre a proliferação dos partidos em 1945, ocasião em que trinta e um

* Ver, OFFE, Claus. *Dominação política e estrutura de classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio*. In: VOGT, Wiefried et alii. *Estados e capitalismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, p.107-39; COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.9 e ss.

** *Dois exemplos contrários podem ser citados: o movimento anarquista, no começo do século, rejeita o partido como forma de expressão de suas reivindicações; as ligas camponesas do Nordeste, na década de 50, dirigem, até um dado momento, suas lutas direta-*

partidos se organizam para disputar a primeira eleição após a queda do Estado Novo.

O fortalecimento do processo eleitoral como expressão privilegiada da vontade é um mecanismo que responde a interesses dos mais diversos setores da sociedade. Esse processo se inicia no Império, mas é a partir de 1945 que seu caráter adquire uma forma mais definida. Desde o fim do Estado Novo até 1982, duas Constituições (1946 e 1967) e uma Emenda Constitucional (N.º II, de 1969) demonstram como as práticas políticas policiam o cidadão em suas relações como o poder institucionalizado.

A Constituição de 1946 é extremamente detalhada, procurando, numa primeira parte, definir critérios para a garantia da soberania brasileira e, numa segunda, a garantia do regime democrático, ambas como tarefa de governo.³ Tais ênfases devem ser interpretadas, obviamente, à luz do momento em que foram produzidas: a experiência estadonovista, o fim dos movimentos totalitários de direita na Europa e a urgência por se restabelecer a normalidade democrática influenciam decisivamente o documento em questão. Pretende-se combater qualquer ameaça à ordem democrática; daí o esquadramento rigoroso do lugar e funções do Executivo, Legislativo e Judiciário, alertando para o respeito aos seus limites.

Quando essa Constituição trata da cidadania, busca também conter a vontade do próprio cidadão. No Título IV, Capítulo I – Da Nacionalidade e da Cidadania –, tem-se um primeiro recorte: após definir quem são os brasileiros, declara a obrigatoriedade do voto e explicita quem pode e quem não pode votar. Da mesma forma, o Capítulo II desse Título – Dos Direitos e das Garantias Individuais –, apesar de se aproximar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, acrescenta limites à liberdade individual e coletiva de expressão:

É livre a manifestação do pensamento, sem que se dependa de censura, salvo quanto aos espetáculos e diversões públicas, nos casos e na forma que a lei preceituar, – a publicação de livros e periódicos não dependerá de licenças do poder público. Não será porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou classe. ⁴ (Sem grifo no original).

As adversativas que se sucedem a cada declaração de direitos demonstram a vigilância constante da liberdade individual. Outros trechos ilustram igualmente essa postura:

mente ao latifundiário e não ao estado. Ver, RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. BASTOS, Elide Rugá. As ligas camponesas. Petrópolis, Vozes, 1982.

É inviolável a liberdade de consciência e de crença assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes (. . . .) Todos poderão reunir-se sem armas, não intervindo a política senão para assegurar a ordem pública (. . . .) É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político que contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.⁵ (Sem grifo no original).

A Constituição de 1967, por sua vez, explicita as limitações da liberdade do cidadão já no detalhamento das competências da União, Título I – Da Soberania. Aí estão incluídas a apuração de infrações penais contra a segurança nacional e a censura às diversões públicas, previstas como deveres do estado na esfera do Executivo, além do Judiciário. Enquanto a de 1946 previa nesse Título apenas a organização da economia e a defesa e integração do território, a de 1967 acrescenta a defesa contra seus inimigos internos. Pelo Título I, Capítulo II, compete à União:

(. . . .) organizar e manter a polícia federal com a finalidade de promover:
a – a repressão ao tráfico de entorpecentes;
b – apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social;
c – censura às diversões públicas.⁶

Nos capítulos dedicados especificamente à liberdade do cidadão, encontram-se modificações bastante relevantes. Menciona-se a obrigatoriedade do voto a militares, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares do ensino superior, direitos já conquistados e regulamentados no Código Civil de 1965, mas incluídos na Constituição somente nessa data, e um capítulo especialmente dedicado aos partidos políticos.⁷ Pelo capítulo III – Dos Partidos Políticos – pela primeira vez, é consolidada a esfera político-partidária de organização como expressão privilegiada da vontade geral. O partido é obrigado a apresentar um estatuto de um programa ao Tribunal Superior Eleitoral, sujeitando-se à sua aprovação. Precisa ter um caráter nacional e estão proibidas as coligações partidárias. *

*Esses expedientes, com exceção da proibição às alianças e coligações, já existiam nos códigos eleitorais que regulamentavam as eleições anteriores a 1967, tendo em vista o Ato Institucional n.º 2.

A Emenda Constitucional Nº 2 de 1969, reduz a exigência do eleitorado como condição para a aprovação do registro do partido. Irônica mudança, pois o Ato Complementar Nº 4, de 1965, na prática, possibilitava tão-somente o bipartidarismo.

A conjuntura de 1964 e 1969 é rica em atos institucionais e emendas constitucionais que restringem cada vez mais o campo do político no âmbito partidário e mantêm a obrigatoriedade de votar. Impõem a escolha entre duas agremiações oficiais: a de situação e a de oposição.

Se a Constituição de 1946 foi redigida para defender o estado do cidadão e impor a este os limites de sua vontade, a de 1967 (corroborada pela Emenda Constitucional Nº 2, de 1969), restringe ao máximo tais limites. Caberá ao Executivo militarizado a tarefa de administrar a vontade geral de seus governados.

Demarcadas as regras gerais entre o público e o privado, importa ressaltar como o voto é também disciplinado.

3.2 CÓDIGOS ELEITORAIS: O MARCO LEGAL DAS ELEIÇÕES

A disciplinarização da forma de expressar a vontade geral fica ainda mais clara nos códigos eleitorais. Por definição própria, eles se destinam a regulamentar as eleições e o alistamento eleitoral, bem como definir o papel do Judiciário, que interpreta e aplica a lei. Sua confecção se dá por iniciativa do Legislativo, o que não impede ao Executivo de fazê-lo via mensagem, em forma de anteprojeto. Em ambos os casos, o processo de aprovação se dá no Congresso Nacional, cabendo ao presidente da República sancioná-lo, salvaguardado o seu direito de veto. Desse processo se obtém um produto final, fruto do “consenso” entre os “poderes” constituídos, apresentado à sociedade em forma de lei.

Desde a Constituição Federal de 1934, a idade de 18 anos foi tomada como início possível do exercício da cidadania, ficando excluídos os analfabetos, os que estavam privados de seus direitos políticos e os que não sabiam expressar-se na língua nacional. O Código Eleitoral de 1935 excluía também os mendigos, determinação suspensa pelo Código de 1950. Este previa o alistamento facultativo das mulheres que não exercessem profissão lucrativa. Pelo Código de 1965, todas as mulheres habilitadas deveriam alistar-se, bem como os militares. Ficam dispensados do alistamento os inválidos, os maiores de setenta anos, os que se encontrem fora do país; e de votar, os enfermos, os que se encontrem fora do domicílio eleitoral e os funcionários civis e militares em serviço que os impossibilite de votar.

O aumento progressivo de eleitores no Brasil, chegando na atualidade a incorporar os analfabetos, demonstra uma ampliação quantitativa e qualitativa de cidadãos que devem positivar o voto como um de seus direitos e deveres

de maior relevância. Tal ampliação responde, em parte, à própria demanda da população.

Se por um lado a legislação eleitoral persegue o ideal democrático do voto, por outro, estabelece restrições ao direito de ser votado que variam na razão inversa à ampliação da população eleitora. A legislação anterior a 1945 se apresenta bastante flexível; exigia tão-somente que o candidato se inscrevesse mediante um requerimento assinado por determinado número de eleitores, variando em função do cargo pretendido. Após 1945, é prevista a obrigatoriedade do vínculo partidário, fazendo com que a força individual dos candidatos se canalize para os partidos. Esses, por sua vez, necessitam de um número mínimo de assinaturas em cinco ou mais estados diferentes, o que caracteriza um estímulo à criação de partidos nacionais.⁸

A formação de partidos nacionais, bem como a existência de uma lei de âmbito federal visam, em última instância, o fortalecimento da nação enquanto unidade política, fazendo surgir lideranças no país. Elas, via partidos, saem dos seus locais de origem (reduzidos políticos) exercendo uma militância interestadual, que reforça tanto o partido, quanto os programas de ação de âmbito nacional.

A existência de um código eleitoral, portanto a existência de um marco legal, pressupõe uma vigilância do Judiciário que extrapola o dia específico das eleições. Sua presença, contudo, se faz sentir junto à população de forma contundente nessa data. O dia das eleições reveste-se de um caráter cívico que traduz a possibilidade da intervenção por parte dos eleitores no destino político da nação. O valor simbólico que esse dia expressa, no entanto, vai além da possibilidade da escolha, uma vez que é garantido ao eleitor uma imunidade que só é concedida nesse período, como demonstra o Código de 1965, Artigo 236:

Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito; da mesma garantia gozarão os candidatos desde 15 (quinze) dias antes da eleição.⁹

Aqueles cidadãos que são intimados a compor as mesas receptoras de voto, além da garantia apresentada no artigo anteriormente citado, são investidos de uma autoridade que está acima das forças de segurança. Estas, segundo Cap. II – da Votação – Art. 141, devem se colocar à distância mínima de 100 metros do local da votação, cabendo ao presidente da mesa convocá-las, se necessário.

⁸ *Essa flexibilidade, embora permitisse que agremiações se organizassem mais espontaneamente, favorecia, por outro lado, os mandonismos e clientelismos locais. A vinculação partidária teria como função eliminar o personalismo, o que se fez acompanhar pelo voto secreto, uma das reivindicações mais caras aos movimentos sociais ligados à questão político-partidária nos períodos anteriores a 1930.*

Em suma, no dia das eleições, todos os demais códigos de conduta devem estar subjugados ao Código Eleitoral, semiotizando uma espécie de “vazio de poder”, a ser preenchido pelo resultado das eleições – que representa naquele dia, o “poder decisório”. A população é conclamada de forma obrigatória, dentro do leque de alternativas que os partidos apresentam, a escolher seus representantes para o ofício de legislar e deliberar sobre o espaço público.

Pelas constituições e os códigos eleitorais, pode-se constatar que, paralelo à ampliação do direito/dever de votar, as condições de acesso ao partido, bem como sua organização são restringidas. Além disso, constata-se uma pesada influência da máquina administrativa para a formação dos quadros partidários, expedientes que dificultam em boa medida o acesso ao mercado de votos por parte de organizações de interesses privados no Brasil. Essas serão responsáveis pela formação de pequenos partidos ou procurarão outras formas de organização que dispensem a intermediação do Legislativo no diálogo com o poder institucionalizado, expedientes que se intensificam nos anos posteriores a 1964. Na verdade, verifica-se que é o partido que se esforça por incorporar os movimentos sociais em seus quadros, esperando não apenas o voto mas também o aumento de seu quadro de militantes.

A produção do espaço do político, definida por um eleitor e partidos plausíveis aos olhos da Justiça Eleitoral, constitui um campo que se pretende único e central para o diálogo entre governantes e governados. A nível do discurso jurídico, fica evidenciado que aqueles que não aceitarem essa forma de representação devem ter suas reivindicações rejeitadas pelo poder institucionalizado. Se ao cidadão o voto constitui expressão decisiva de sua vontade, há uma parcela destes que deve ser votada, estando sujeita à obediência das regras jurídicas já referidas, como também aos programas dos partidos a que se filiam. Entender esse outro campo de representação é também de fundamental importância para o estudo da governamentalidade.

3.3 PROGRAMAS: A FALA DOS PARTIDOS

Dentre os partidos que se organizaram e lançaram seus candidatos no Paraná, entre 1945 e 1982, apenas a UDN, PTB, PSD, PDC, PDS e PMDB alcançaram um grau de representatividade capaz de influenciar as ações governamentais. Os demais mantiveram-se como pequenos partidos, ora coligando-se com os partidos de maior expressão eleitoral, ora realizando coligações entre si, ora disputando as eleições isoladamente. Preencheram cadeiras no Legislativo e negociaram cargos e medidas junto ao Executivo. Contudo, sua atuação não foi determinante para propor alterações de peso governamental no Paraná.

Como agremiadores de interesses privados, eles possuem formas de representação que podem ser conhecidas, ainda que parcialmente, no seu docu-

mento de identidade principal: o programa partidário, submetido à aprovação do Tribunal Superior Eleitoral. A fraca disciplina interna de cada agremiação e os arranjos efetuados no seu interior limitam o entendimento das ações político-partidárias. Ainda assim, a análise desses programas permite um balizamento de particular interesse para a compreensão do campo do político, principalmente no que se refere à relação entre Legislativo e Executivo.

Tais conteúdos programáticos caracterizam-se por uma amplitude de propostas que procura, no geral, representar toda a sociedade* e não apenas uma classe ou um interesse específico. Para Kazumi Munakata,

*Os partidos modernos, produto do universo burguês, nunca se representam como pertinentes a uma classe, mas como representantes de propostas gerais para toda a sociedade (. . . .). Aparecem como portadores da universalidade e jamais de interesses particularistas; não propõem uma política agrária ou industrialista, mas projetos globais onde esta ou aquela política tem maior ênfase.*¹⁰

Assim, as agremiações que tiveram a responsabilidade de gestão governamental não se apresentam como partidos ideológicos, propondo alterações radicais à sociedade. Os que assim pautaram suas ações e discursos não chegaram a influir decisivamente na política nacional, quer por terem seu registro cancelado (como é o caso do PCB), quer por não alcançarem um número de votos capaz de reproduzir e ampliar seus eleitores.

É necessário ressaltar que, com a extinção dos partidos em 1965, a análise fica comprometida. O golpe de 64 suprimiu as instituições democráticas delineando novas regras para a representação do campo do político.

Apesar dessas considerações, não é impeciente afirmar que os grandes partidos do período em questão tiveram um *referendum* popular, tanto pela capacidade de captar votos quanto de ampliar o número de militantes. O PTB, no final da década de 50, e o PMDB, no início de 80, ilustram esse processo; além de contarem com uma forte organização burocrática interna (máquina partidária), incorporaram um razoável número de membros. Esses não se limitam apenas a exercer a função de cabos eleitorais, mas sim produzir e divulgar a imagem do partido, mediatizando o diálogo com a população através de sua liderança.

Analisar, portanto, os programas dos partidos que tiveram estreitas relações com o Executivo permite que se apreenda como esses partidos postulam sua visão de governo e os pressupostos de seu diálogo com a população votante.

*Exceção feita ao Partido Comunista, que é extinto após dois anos de existência legal, e o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1981.

PSD, PTB, UDN, PDC: aspectos gerais

O Partido Social Democrático — PSD — é criado no interior da máquina estadonovista; seus fundadores são na maioria dos casos os próprios interventores indicados no período anterior. Trata-se de um partido de abrangência nacional, ainda que alimentado por máquinas regionais formadas no período anterior a 1945. Consolida-se na atividade parlamentar (força do voto) e na participação nos diferentes níveis do Executivo.¹¹

Partido com maior número de cadeiras na Câmara e no Senado, de 1946 a 1964, possuía condições excepcionais para manter-se representado no Executivo, senão no cargo maior, nos primeiro e segundo escalões. O PSD é responsável pela indicação do maior número de ministros de estado, durante todo o período em análise.

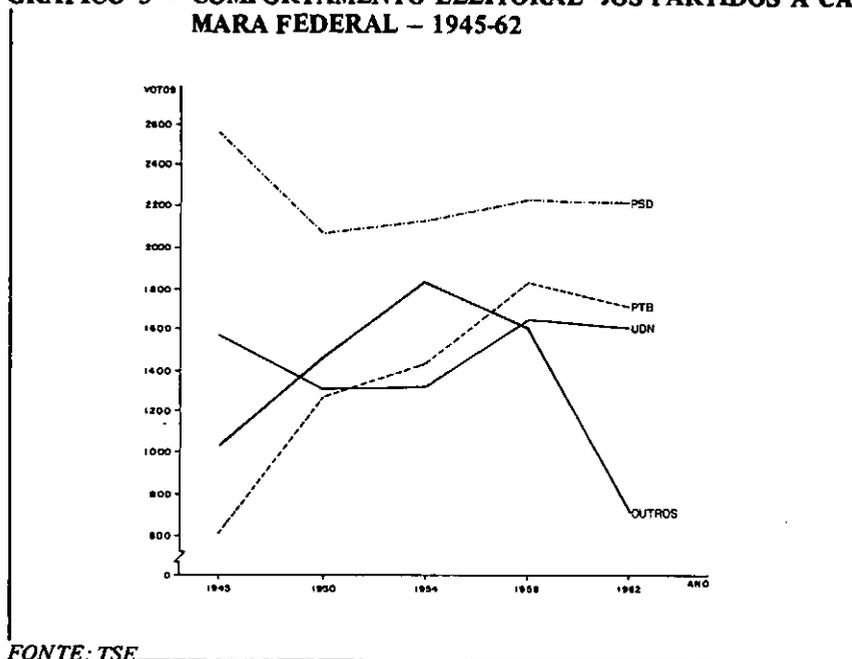
Realiza alianças com diversos partidos, destacando-se, conforme acentua Lúcia Hippólito, a UDN no período de “entressafra” eleitoral e o PTB à época das eleições: elege-se com este e governa com aquele. Em momentos de crise, procurou evitar qualquer radicalização que ameaçasse a sobrevivência das instituições democráticas. Como partido de centro, oscila entre posturas conservadoras e progressistas. No primeiro caso, opõe-se à extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural, à reforma administrativa e à reforma agrária; no segundo, defende o monopólio estatal do petróleo, a intervenção do estado contra o abuso do poder econômico e a extensão do voto ao analfabeto.¹²

O PSD registrou dois programas em sua história. Em 1945, seu programa reflete posturas pré-constituintes: em 1962, a necessidade de um novo posicionamento frente à realidade política. Nessa ocasião, ele se posiciona quanto a reformas de base, parlamentarismo, inflação e entrada de capital estrangeiro, entre outras questões. De fiel do jogo político-partidário, o PSD afasta-se do PTB e aproxima-se da UDN, contribuindo com a radicalização de posições. Cabe acrescentar que o PSD, ao longo de sua atuação, foi perdendo cadeiras para o PTB, sem contudo perder sua expressão (gráfico 3). Diz-se na crônica política que o PDS nasceu maior que seu eleitorado.

O Partido Trabalhista Brasileiro — PTB — constitui outra face da representação político-partidária getulista, estando voltado à defesa dos interesses dos trabalhadores. Configura-se como instrumento necessário para disciplinar as necessidades da classe operária urbana, que passa, nesse período, por um processo de acelerado crescimento. Sua atuação procura harmonizar os interesses entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que aspira o bem-estar geral.

Propugna um desenvolvimento econômico com bases nacionalistas e a existência de organizações sindicais consolidadas para a regulamentação dos direitos dos trabalhadores.¹³ A lei é, portanto, um instrumento de fundamental importância para a pátria petebista.

GRÁFICO 3 – COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS À CÂMARA FEDERAL – 1945-62



FONTE: TSE

Ainda, volta-se à planificação econômica como forma de defesa da iniciativa privada; ao desenvolvimento dos setores energético, de transporte e de pesquisa; à mecanização da lavoura e à manutenção da pequena propriedade.

Segundo Ricardo Maranhão, o PTB se divide em três tendências: os bigorrilhos, à direita; os fisiológicos, ligados ao jogo de favores; e a esquerda nacionalista, influenciada pelos partidos clandestinos.¹⁴

Seu desempenho junto à máquina governamental limita-se praticamente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, de vez que a UDN e o PSD dividiam os demais entre si. Através dessa pasta procurará atrair os movimentos direta ou indiretamente ligados às organizações sindicais. Realiza coligações com o PSD e o Partido Social Progressista – PSP –, predominantemente paulista.

Após a morte de Getúlio, 1954, o PTB busca apropriar-se da imagem de seu fundador para imprimir caráter popular aos seus discursos e ações. Seus novos líderes, como Goulart e Brizola, passam necessariamente por alguma forma de reatualização da figura de Vargas. No período pré-64, é considerado o partido mais popular do Brasil, possuindo uma tendência eleitoral ascendente (ver gráfico 3). A aparente queda verificada em 1962 vincula-se a uma conjuntura de crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, que provocou uma abstenção expressa em votos brancos e nulos, até então não registrada

em eleições para a Câmara Federal (17,7%).

A Reforma Eleitoral de 1979 reconduziu ao cenário político essa sigla. Agora, além de distanciado de seus pressupostos políticos originais, é um partido minoritário. Os líderes que ascenderam a uma posição de destaque eleitoral não mantêm até o momento um sério compromisso com a sigla, o programa e os quadros do partido.

A União Democrática Nacional – UDN – caracteriza-se por ser o único grande partido a se organizar independente da máquina estadonovista. Congrega diversos segmentos sociais, cuja única unanimidade é o antigetulismo, que varia desde a Esquerda Democrática (futuro PSB) até a extrema direita, que conta com o apoio das Forças Armadas.

A ética moralista, a ênfase bacharelesca e o formalismo na lei e na tradição constituem seus dispositivos discursivos mais evidentes.¹⁵ Organismos estranhos ao partido, tais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES – e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – fornecem-lhe elementos para campanhas de oposição aos governos instituídos. As origens sociais de seus principais quadros são uma elite declaradamente liberal. Assim, opõe-se à intervenção estatal na economia, incentiva a industrialização com o apoio do capital estrangeiro e denuncia a proletarianização das classes médias. Contudo, apenas parcela dessa camada lhe dá apoio eleitoral; o restante adere aos discursos e práticas de outros partidos.

A nível programático, em 1945 é responsável por uma carta de princípios progressistas, contemplando questões como autonomia e pluralismo sindical, direito à greve, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e criação de conselhos de gestão nas fábricas. Ensino público e gratuito, reforma agrária e outros elementos relativos à ordem social são também incorporados nesse programa,* tipicamente pré-constituente.

Com a reformulação do programa em 1957, o partido restringe ao máximo sua ênfase na questão social e privilegia o incentivo à iniciativa privada (mormente industrial), admitindo uma ação do estado apenas em caráter suplementar. Critica as táticas “eleitoreiras” e denuncia a utilização da máquina administrativa para esta finalidade.

O desempenho eleitoral da UDN é estável para o Senado e a Câmara Federal (ver gráfico 3). Contudo, é marcado por grandes derrotas no Executivo: perde as eleições presidenciais de 1945 e 1950 com Eduardo Gomes e as de 1955 com Juarez Távora. É nesses momentos que a UDN evidencia suas práticas golpistas; derrotada nas urnas, passa a questionar a validade e a expressão dos resultados, bem como a buscar nas forças armadas o apoio necessário às suas teses. Somente em 1960, ao apoiar Jânio Quadros, pensa ter atingido o Executivo federal.

* Tais itens provavelmente contaram com a influência da Esquerda Democrática – ED –, que mais tarde constituiu o Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Em 1964, desempenha um importante papel na deposição de João Goulart, dizendo-se favorável à restauração da moral e da ordem. Mais uma vez ficou alijada do poder.

O Partido Democrata Cristão — PDC — não possui tradição eleitoral na vida partidária brasileira. Somente no final da década de 50, e em São Paulo e Paraná, é que ele passa a se projetar.

Dos partidos analisados, o PDC é o único a evidenciar um posicionamento ideológico definido, claramente marcado pela pastoral católica. Por constituir um pequeno partido, seu discurso pré-constituente defende intransigentemente a democracia, tendo em vista a necessidade de afirmar os direitos naturais do homem (definidos no início de seu programa) e de um novo regime de direito no Brasil, capaz de viabilizar a sobrevivência de partidos com peso eleitoral inexpressivo, como é o seu caso. Nesse sentido, o programa enfatiza não um partido *(. . .) para uma ação temporária e acidental, mas para uma ação duradoura.*¹⁶ No plano político e institucional defende

*(. . .) o sufrágio universal com a maior amplitude, de modo a fazer de seus governadores a expressão real do consentimento dos governados; a autonomia e respeito recíproco rigoroso dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário sem que nenhum ultrapasse os limites de seus direitos e os governantes sejam a expressão da harmonia entre eles e não a preeminência do poder executivo, como se vem dando no Brasil há muito tempo; a responsabilidade dos detentores do poder e a mais ampla publicidade de todos os seus atos.*¹⁷

Afirma, ainda, que somente essas medidas poderão garantir a ascensão das massas ao poder. * Tais posições demonstram que o PDC pleiteia uma constituição que favoreça mecanismos viabilizadores dos pequenos partidos e do fortalecimento da esfera parlamentar.

A prática político-partidária do PDC é dividida em duas fases. Até 1950 permanece estacionário em termos eleitorais e com fraca atuação oposicionista, ou mesmo de intervenção no cenário político por meio de alianças que eventualmente fizesse. A partir de então, adquire maior dinamismo político, com a incorporação de lideranças como Franco Montoro e Paulo de Tarso, em São Paulo, e Ney Braga, no Paraná. É exatamente nesse segundo momento que se acentua o seu caráter anticomunista. Antepõe-se aos comunistas através de uma proposta de reforma social pacífica.

* Princípios semelhantes a esses estão presentes nos termos dos programas do PSB e PCB.

Elabora um segundo programa em 1961, propondo-se como um partido alternativo entre o liberalismo e o marxismo. Sensível ao momento político em curso, detecta o avanço das esquerdas e as tendências golpistas da direita. Após a renúncia de Quadros, abandona as propostas conservadoras características de sua fase inicial e adota uma postura mais definida no que se refere à crise econômica e política que o Brasil atravessava. No segundo programa, propugna incisivamente (. . .) *A necessária intervenção do Estado e a descentralização ou pluralismo comunitário, que respeite e fortaleça os grupos sociais intermediários.*¹⁸

Utilizando como elementos recorrentes de seus discursos as Encíclicas *Pacem in terris*, de Pio XII, e *Rerum novarum*, de Leão XIII, Paulo de Tarso justifica a revolução pacífica com o argumento de que é necessário abandonar a teoria estéril e passar à ação prática no sentido de se fazer a revolução social. Para tanto, combate o abuso do poder e o desejo de dominação de uns sobre os outros: (. . . .) *tornar-se o partido dos dominados não para convertê-los em dominantes mas para eliminar a dominação.*¹⁹ Ainda, propõe (. . . .) *procurar estimular, por todos os meios hábeis, a organização dos dominados, pela conscientização e politização deles, pela militância ativa nos sindicatos urbanos e pela criação dos sindicatos rurais.*²⁰

Além da relativa expressividade em São Paulo e no Paraná, pleiteia e conquista cargos eventuais, como, por exemplo, o Ministério de Educação, na gestão de Goulart. Outra conquista que poderia ser considerada foi a vitória de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1960. Contudo, esse resultado eleitoral (5.636.626 votos de um total de 12.586.354) não expressa um voto partidário e engloba o udenista. Além disso, Jânio Quadros não tem uma tradição pedecista.

Uma efetiva conquista foi a eleição de Ney Braga para governador do Paraná. A partir de então, o partido passou a contar com uma máquina administrativa a seu favor, contribuindo para seu desempenho nas eleições estaduais de 1962. Sua trajetória político-eleitoral foi interrompida em 1965, quando da extinção dos partidos.

Projetos de governo

Quando esses quatro partidos lançam seus programas, eles têm uma preocupação comum, própria da época em que se processa sua organização: a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Era imperativo, portanto, explicitar, a nível programático, os princípios a serem defendidos na elaboração da Carta Magna.

Em suas diretrizes, o programa do PSD é elaborado como uma pré-constituinte. Com detalhes jurídicos minuciosos, o PSD define como campo do político a República Federativa, com autonomia dos estados, municípios e do Distrito Federal, respeitada a soberania da União e da Constituição. Defende a bicameralidade do Congresso Nacional com representação equitativa no

Senado, assegurada aos estados e ao Distrito Federal.

Com relação aos direitos fundamentais, o direito ao voto é colocado como obrigatório, tal como foi incorporado na Constituição de 1946. De resto, defende o voto secreto, a pluralidade dos partidos (desde que nacionais), a criação e consolidação de uma justiça eleitoral, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual (ameaças de um governo autoritário) e à propriedade (ameaça que pode proceder tanto do governo como do cidadão).

Seu programa, quando comparado à Constituição de 1946, possui semelhanças que apontam à clara proeminência desse partido na Assembléia Nacional Constituinte.

Com relação à UDN, as propostas pré-constituintes reeditam praticamente todas aquelas contidas no PSD, à exceção da obrigatoriedade do voto. O PTB, por sua vez, torna o mais explícito possível seu compromisso com o Estado Novo. Sugere uma reforma constitucional no sentido de complementar e retificar a Constituição de 1937. Defende a idéia que a mesma deva ser submetida a um plebiscito, conforme já estava previsto no artigo 187.

Nos demais itens, o PTB insiste em defender a Constituição anterior, tolerando no máximo um reexame de alguns de seus pontos, sem contudo reduzir os direitos trabalhistas nela previstos. O trabalhador a que se refere o programa petebista é o sindicalizado em entidades reconhecidas formalmente pelo governo — daí a afirmativa de que ele pode se auto-representar politicamente.

Com relação ao PDC, além dos pontos já mencionados, tem-se a acrescentar que essa agremiação propugna direitos que a permitam, enquanto partido, exercer influência sobre a máquina do Executivo, mesmo sem ser governo, e, (. . .) *dos direitos fundamentais do homem, importa ressaltar: o direito de associação, de expressão, de ensinar, de voto individual e familiar, *de partidos políticos, e de culto, apostolado e assistência religiosa aos indivíduos de toda a espécie, civil ou militar.*²¹

Tais itens merecem destaque por indicarem o interesse desse partido na formação de organizações privadas que possam ter significativa participação no processo político, independente dos partidos — o que é restrito ao sindicalismo no PTB (sindicalismo não-autônomo) e não é enfatizado pelo PSD e UDN.

Esse expediente favorece particularmente a um partido que tenha atrás de si uma entidade capaz de mobilizar segmentos através da família, do culto religioso e do ensino: a instituição eclesiástica. Daí o interesse do PDC em contrariar a unificação do ensino, posto que essa experiência, empreendida

* O direito ao voto familiar institui que o chefe de família pode dispor, além de seu voto pessoal, de um número de votos igual ou proporcional ao número de pessoas que ele tem em sua guarda. Assim o pai de família exerceria uma cidadania por delegação, representando a vontade daquele que, por limitações de idade ou sexo, não estivesse apto para votar.

no Estado Novo, minimizaria a influência das diretrizes católicas em seus conteúdos programáticos. Garantir esses direitos na Constituição favorecia as ações do PDC, mediatizadas pela pastoral católica, o que poderia significar um aumento progressivo de seu peso político-eleitoral.

A concepção de cidadania do PDC não apresenta um viés punitivo como no PSD e UDN; o cidadão não é colocado sob suspeita e o Estado não deve possuir prerrogativas para defender-se da vontade popular, ou mesmo para controlar seus sindicatos, como pretende o PTB. O ensino e o respeito ao bem comum são os princípios que devem nortear tanto as práticas de governo como a própria população. Trata-se de produzir dispositivos de controle no seu lugar de origem, sob a responsabilidade da Igreja. Ao estado não cabe, portanto, a vigilância, mas sim a promoção dos cidadãos pela ética cristã.

O PDC, dentre os quatro partidos analisados, é o único a reivindicar a revogação das leis de opressão do Tribunal de Segurança Nacional e do Departamento de Imprensa e Propaganda, bem como seus correspondentes estaduais, numa clara demonstração de autonomia em relação às forças e interesses cristalizados na máquina estadonovista. Mencionar o caráter repressivo daquele período é, no mínimo, trazer à memória um dos aspectos menos enfocados pelos demais partidos, quando produzem uma história do regime que lhes precedera.

No conjunto, esses quatro partidos, ao se apresentarem como pré-constituintes, defendem o partido como lugar de expressão da vontade geral. À exceção do PDC, os demais entendem que as expectativas sociais, após o pleito eleitoral, devem ser convertidas em projetos administrados pelo governo. A necessidade de disciplinar tal vontade, quer pela ação pedagógica de instituições de ensino, quer pelos sindicatos legalizados, quer pelo Judiciário prenunciado na Constituição, está presente em todos os programas.

Como agremiações que não teriam apenas a função de redigir a Constituição, mas também formar quadros parlamentares e gerir o Executivo,* elas próprias definem nesse mesmo programa sua concepção de partido, de Legislativo e de governo. O PSD apresenta uma declaração explícita de que seus membros possuem uma relação estreita com a máquina governamental. Isso se evidencia de início, quando (. . .) *o PSD declara ao povo brasileiro que os mandatos e cargos que lhe forem confiados serão postos a serviços dos (. . .) postulados que constituem o seu programa.*²²

O PSD se concebe, portanto, como um pré-governante, a pleitear à população governada o aval para o exercício público. Igualmente, seus parlamentares são pensados como futuros ocupantes dos cargos da administração pública. Essa postura fica mais clara quando o mesmo defende o voto obrigatório, função precípua daqueles cidadãos que não pertencem aos quadros pessedistas.

* Isso se devia ao fato de que tal Assembléia, no período de sua vigência, se subordinava à Constituição anterior, isto é, a de 1937.

A UDN, por sua vez, distancia-se do discurso do PSD, apresentando-se como agremiadora de interesses privados e não como um órgão público. Constitui-se partido para que seus objetivos, através do estado e de todas as forças criadoras da nação, alcancem a finalidade a que um partido se propõe promover (. . .) *o progresso político e econômico de todos os brasileiros*.²³

Agremiadora de interesses privados, a UDN adverte contudo que a “vontade geral”, fruto da vontade particular de cada indivíduo, precisa se submeter a um ente anterior e supra-individual: a nação. Em 1945, ela está em processo de consolidação institucional, necessitando, ao lado do desenvolvimento político, o desenvolvimento econômico. A UDN define-se como um partido que cataliza os interesses individuais e os respeita até o limite em que eles passem a afetar os interesses nacionais; suas ações muitas vezes contrariaram esse pressuposto. É intransigente na defesa da democracia e busca a garantia de todas e quaisquer formas de expressão da liberdade individual e coletiva. Essa deve ser canalizada e filtrada no partido político.

Igualmente o PTB, que se autoconcebe como um agremiador de corporações profissionais, enxerga nos interesses da nação a forma de se garantir o fortalecimento do Brasil frente a outros países. O progresso econômico é, portanto, o limite a ser respeitado pelas corporações que pretende representar.

Como se constata, o PTB e a UDN vêem o progresso da nação como o limite de suas próprias atuações, cabendo-lhes respeitar tal limite. Ao definir-se como um órgão pré-governo, o PSD também encaminha-se nessa mesma direção. Já o PDC assume-o indiretamente, ao pensar os interesses do cristianismo como entidade anterior e supra-individual, traduzida no bem comum.

Quanto à população-alvo, o PSD aponta todo o universo de governados. Para tanto, ele se preocupa por organizá-los e classificá-los através dos serviços de geografia e estatística, saberes mencionados no capítulo intitulado Organização Social, do qual merecem destaque os itens referentes à política demográfica.²⁴ Aí, ele postula o desenvolvimento de uma política demográfica que sujeita a entrada e distribuição da população migrante às exigências do país: preencher vazios demográficos, ocupar territórios agricultáveis, etc. No capítulo referente ao Trabalho e Previdência Social, defende os mesmos princípios contidos na CLT, como estabilidade no emprego, salário justo, proibição à discriminação por sexo, idade ou nacionalidade e estado civil, limite ao mercado de trabalho para mulheres menores de 18 anos e para homens menores de 14 anos, jornada de trabalho de 8 horas e direito à greve (só como último recurso). Essa legislação, em vigor desde 1943, pelo que se depreende do texto, não estava sendo cumprida. O trabalho é visto como um direito e não como mercadoria.

Com relação à saúde e assistência social, o PSD ressalta a necessidade de pesquisa e de fiscalização da medicina como dever do governo, que não deve se limitar apenas à medicina curativa mas à preventiva. A ampliação e ramificação dos serviços sanitários, bem como a criação de órgãos voltados aos socialmente desajustados confirmam a apropriação do saber médico-sanitário

como um dispositivo disciplinador.

Educação e cultura são obviamente temas insistentemente trabalhados, aliás por todos os partidos, como questão prioritária. Remuneração condigna e melhoria de ensino são os argumentos mais constantes nos discursos. O ensino público e gratuito, e obrigatório a partir de sete anos, é apresentado como projeto emergencial.

Como um partido que governa a todos, para o PSD as universidades não podem ser vistas como privilégio de uma minoria; para tanto, recomenda a concessão de bolsas de estudos aos necessitados, bem como a subvenção aos órgãos de representação estudantil. Se o ensino deve ser ministrado a todos, seu conteúdo deve ser diversificado, em função das exigências da população educanda. A difusão da cultura é colocada igualmente como tarefa de governo.

Apesar do conteúdo programático abarcar todos os segmentos da população, há uma parcela privilegiada pelo PSD: o homem do campo. No item Economia Nacional, a agricultura é enfatizada e detalhada no sentido de ser objeto privilegiado da atuação governamental: é necessária a produção de saberes técnicos que garantam o aumento da produtividade, amparo financeiro, transportes e eletrificação rural. Mas, é no Programa de 1962 que o PSD trará um corpo de princípios mais detalhado sobre o meio rural. O item mais importante desse segundo programa refere-se à reforma agrária. Considerando que boa parte dos membros de sua máquina burocrática pertence ao meio rural, seriam eles os mais afetados por uma medida dessa natureza. O PSD não se antepõe à reforma, mas busca trazer para si o direito/dever de efetuar-la. Essa distribuição de terras, sob seu comando, salvaguardará o direito à propriedade, definindo as condições para a reestruturação fundiária. Em primeiro lugar, visa propriedades federais e estaduais (bem público a ser privatizado) e os latifúndios improdutivos. Em segundo, sugere uma série de medidas para a modernização da agricultura, entendendo a reforma agrária como forma de aumento da produtividade. Somente aqueles capazes de se integrar ao mercado devem se transformar em proprietários.*

Em linhas gerais, o PSD defende a hipótese de um estado planejador, capaz de estabelecer diretrizes de longo prazo, que devem ser renovadas de conformidade com os problemas que forem surgindo. O planejamento volta-se mais explicitamente à organização da máquina administrativa, propondo estudos científicos e técnicos que qualifiquem os recursos humanos.

* É interessante antepor a tal discurso as diferentes falas dos diversos movimentos sociais no campo naquele período, dos quais merecem destaque as Ligas Camponesas, que vêm na propriedade da terra sua condição autônoma de sobrevivência, e não prioritariamente sua inserção no mercado. Ver, IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Organização dos produtores e suas reivindicações. In: _____. A sobrevivência da pequena produção e a oferta de alimentos no Paraná - uma análise integrada. Curitiba, 1985. p.243-300.

A UDN também enfatiza o planejamento. Em seu programa defende o concurso público como critério de seleção, único capaz de sanear a máquina pública de quaisquer privilégios e favores pessoais. Saliencia para isso a racionalização do trabalho. O PSD acrescenta a necessidade de garantir aos funcionários um ambiente higiênico, seguro e confortável.

A preocupação com a máquina administrativa é comum aos dois partidos. O PSD pretende-a para gerir todos os segmentos da população. A UDN busca dirigi-la para os moradores do meio urbano, onde se encontram as classes interessadas no desenvolvimento de uma economia moderna, o setor industrial, das quais se pretende porta-voz.²⁵

Coerente com esse recorte, menciona a necessidade de se produzir um saber científico, o da economia política, para suprir as deficiências da organização da vida material. Reforça, ainda, que o governo deve se limitar à tarefa de manutenção da segurança do trabalho. A educação é dirigida ao meio urbano, restringindo inclusive a alfabetização de adultos para esse segmento; seu conteúdo enfatiza um ensino técnico-profissionalizante, capaz de formar uma mão-de-obra especializada no setor industrial. De igual forma, a política de saúde concentra-se nos trabalhadores, embora as medidas de intervenção nessa área não sejam bem detalhadas.

Quanto ao homem do campo, a UDN sugere uma educação de caráter complementar, com a criação de colônias, escolas, internatos rurais e instituições voltadas ao ensino primário, à época, 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Recomenda uma política agrária no sentido de promover o parcelamento progressivo da terra e, paralelamente, a criação de uma série de serviços para o bem-estar da população. Ainda, a criação de cooperativas e armazéns, bem como o financiamento da produção via crédito e redução das taxas tributárias, objetivando conter o êxodo rural.

No capítulo intitulado Política Social,²⁶ o trabalho é concebido como gerador de riquezas e é enfatizada a necessidade de aperfeiçoamento da legislação trabalhista (CLT), principalmente no sentido de racionalizar e descentralizar os serviços a ela referentes. No mais, o programa udenista apresenta, como já foi colocado, propostas progressistas no âmbito da participação política dos trabalhadores em geral.

O Programa de 1957 distinguiu-se de seu precedente por enfatizar a racionalização e fragmentação da máquina administrativa e suprimir os itens relativos à liberdade de expressão política dos trabalhadores. Quanto aos demais temas — reforma agrária, educação, previdência social, política fiscal, saúde, sindicalismo —, propõe um novo tratamento, através da multiplicação de órgãos públicos. Embora não contemple a articulação dos mesmos, as reformas visam dar um tratamento técnico, científico e racional para atenuar os conflitos entre capital e trabalho. Antes de negar os conflitos de classes, a UDN pretende enfrentá-lo como governo, a partir de um saber competente e neutro, capaz de frear os interesses mesquinhos do político profissional. A utopia udenista aposta no profissional da política.

O PTB, por sua vez, não sugere pleitear o governo, mas a representação política dos trabalhadores. Enfatiza, preliminarmente, como tarefa de governo, gerir o sindicato, porta-voz dos trabalhadores:

A experiência política sindical tem proporcionado ao governo o ensejo de melhor auscultar os interesses das classes trabalhadoras que, por meio de seus representantes saídos de seu próprio seio, levam ao exame dos órgãos de governo suas necessidades e sugestões capazes de solucioná-los. (Sem grifo no original).²⁷

Ele se propõe, portanto, a representar uma parcela da população no governo, a dos trabalhadores, que, além de aceitar a sindicalização atrelada ao Ministério do Trabalho, aceite o PTB como o órgão agremiador dessas diferentes corporações. O programa do PTB a faz acreditar que será cada vez mais representativo quanto maior for o número de trabalhadores que o aceite como representante.

A primeira parte do seu programa refere-se detalhadamente à legislação trabalhista, propondo que a CLT incorpore o funcionalismo público e os trabalhadores rurais. Entende que o espaço onde se opera a luta de classes não é o do conflito entre capital e trabalho mas o da lei. Segundo a teoria corporativa, onde o programa do PTB se inscreve, qualquer melhoria de vida da população e em particular da classe operária,

Depende da industrialização, e esta, de protecionismo estatal; o Estado jamais pode ser um Estado Liberal que assiste, impassível, o livre jogo de correlação de forças políticas, (. . . .) o que se torna necessário é pois um estado racional, racionalizado, dirigido não por políticos, mas por técnicos que defendam os interesses gerais da nação.²⁸

Assim, realiza um deslocamento conceitual: ao invés de classes, divide a sociedade em corporações. Considera as situações funcionais — patrão/empregado — como decorrência das profissões. Desse modo, tanto salário como direitos e deveres não são mais definidos por critérios políticos, mas técnicos, elaborados por profissionais de cada área, atentos às suas especificidades. Em sua utopia de governo, o PTB entende ser necessário manter os trabalhadores assalariados e sindicalizados, úteis e duráveis pelo menos por um prazo que remunere o capital neles investido. Tal investimento se inicia na mais tenra idade, pois é aí que se forma a consciência da nacionalidade. Para tanto, é necessário

Garantir uma infância alegre e sadia, com assistência pré-natal, serviços de medicina e alimentação, educação primária obrigatória e

*gratuita, educação secundária e técnico-profissionalizante gratuita é dever do Estado. (. . . .)*²⁹

Para os adolescentes, prevê escola pré-vocacional, porquanto

*A vocação no sentido de melhor aproveitamento das inclinações para o exercício de determinada profissão, o que redundaria indiscutivelmente em benefício da economia coletiva num regime em que cabe ao Estado a responsabilidade do preparo intelectual e técnico-profissional do cidadão de modo que (. . . .) a instrução profissional crie o hábito do trabalho.*³⁰

Prevê a criação de centros de treinamento técnico-profissionais para as crianças do meio rural. Neles, o trabalho infantil será tolerado, a fim de que as mesmas possam prover sua subsistência, sem ônus para o estado. As mulheres devem igualmente ser poupadas do trabalho no período de aleitamento, visto que são responsáveis pelas novas gerações de trabalhadores.

Com relação aos adultos em geral, defende a segurança no trabalho, tanto no presente como no futuro, e a previdencialização, isto é, garantia de salário quando enfermos ou velhos. Direito à moradia e seguro contra acidentes de trabalho são medidas, entre outras, que se caracterizam como sanções positivas para que a mão-de-obra ingresse definitivamente no mercado de trabalho assalariado. Isso, somado à prática assistencialista dos sindicatos, permite observar a tentativa de incorporar toda a classe trabalhadora no mundo do trabalho assalariado e sindicalizado. Aqueles que escapam dessa órbita deverão ser cuidados pelas associações beneficentes privadas, estimuladas pelo partido.

O PDC limita-se a estabelecer critérios para a ação governamental, definidos a partir de um outro governo, o reino de Deus. A semelhança da experiência religiosa católica, a família pedecista deve se formar por um casamento indissolúvel e monogâmico. Defende uma política eugênica, pois (. . . .) *se é sobre a família que se assenta a nacionalidade, é sobre o homem sadio que assentam as famílias.*³¹

O cuidado com o corpo e a redefinição dos papéis familiares provocam uma verdadeira cruzada moral. Lançada sobre os trabalhadores, visa ao fortalecimento de uma "raça laboriosa", o que leva, por sua vez, ao desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade. Por política eugênica, o PDC entende

(. . . .) que uma política social autêntica deve basear-se numa política eugênica de valorização do homem, de suas condições físicas, de sua alimentação racional; de sua moradia, de seu vestuário, do seu amparo na moléstia e no infortúnio, que permitam cada vez mais melhorar não só o índice de natalidade

do povo brasileiro, mas as suas lamentáveis condições fisiológicas. A criação de um ministério autônomo, da saúde, impõe-se, como devendo orientar todo um programa de elevação biológica do homem brasileiro e de assistência social generalizada. 32

O determinismo físico e moral da política eugênica pressupõe um corpo social enquanto organismo vivo. Deve ser protegido e higienizado, tornando-o resistente a qualquer sorte de degeneração física ou moral. Realizada tal tarefa, esse organismo estará pronto para relacionar-se com o estado de forma obediente, dócil e cooperativa.

No campo do trabalho, o PDC reedita as teses corporativas do PTB, ressaltando, contudo, a necessária autonomia dessas em relação aos órgãos públicos. Acrescenta ainda uma preocupação bastante rigorosa com respeito ao lazer: incentivá-lo de forma produtiva e sadia, favorecendo a saúde mental e física da população.

Defende os pequenos proprietários rurais, bem como os pequenos comerciantes e industriais. Postula limites para o crescimento das empresas, cuja definição deve passar por uma rigorosa política tributária que dê conta de redistribuir a riqueza na sociedade brasileira. Essa intervenção não deverá, contudo, afetar a iniciativa privada, princípio que o PDC defende com todo rigor.

Famílias estáveis, trabalhadores obedientes, associações corporativas autônomas, pequenas e médias propriedades são o universo que interessa ao PDC governar. Trata-se de uma parcela da sociedade que "está no mundo, mas que não pertence a ele" e nem se contamina por ele. Interfere no governo secular com o objetivo de cooperar para a promoção humana ou para reivindicar medidas que lhes afetem mais diretamente.

No programa de 1962, o PDC vai se distanciar dessa linha programática, abandonando o ideário eugênico e corporativista, a favor de propostas mais comprometidas com as causas populares. Apresenta-se como uma terceira força, propondo reformas profundas na estrutura econômica do país. É nesse contexto que se pode detectar, ao nível programático, uma maior expectativa de ocupar cargos no Executivo.

Defende uma necessária intervenção do estado na economia (em oposição ao programa anterior), a descentralização política e o pluralismo comunitário. Ainda, a efetiva representação política dos grupos por ele denominados como intermediários: família, sindicatos, municípios, empresas, escolas, cooperativas. É incisivo também ao declarar que a propriedade é um direito de todos.

Como governantes, os quadros pedecistas terão o seguinte perfil: nacionalista, à medida que defende o fortalecimento latino-americano contra qualquer sorte de imperialismos; democrático, por defender a liberdade de cada nação em escolher seu sistema político; favorável, sob quaisquer condições, à extinção dos latifúndios e minifúndios improdutivos. Por esses exemplos,

depreende-se que o PDC se redefine a favor de teses populares, comprometendo-se em seu programa a resgatar a soberania nacional e a administrar a redistribuição da riqueza entre seus governados. Como uma alternativa entre o comunismo ateu e o imperialismo norte-americano, o PDC defende a efetiva participação das massas no campo do político. A partir da leitura desses programas, pode-se observar que PSD, UDN, PTB e PDC pretendem, em maior ou menor medida, ascender à esfera governamental.

O PDC, enquanto pequeno partido, ambiciona interferir no Executivo como consciência crítica; formula propostas que pretende ver inseridas em suas práticas, e, quando seu desempenho eleitoral começa a se tornar expressivo, propõe-se a governar, mantendo-se fiel às bases que o elegeram. O PSD é um órgão público, que administra conflitos e a máquina burocrática; ao mesmo tempo, instrumentaliza seus quadros para o exercício do poder. UDN e PTB agremiam interesses privados de determinados segmentos da população, criando no interior de seus quadros mecanismos de filtragem, capazes de produzir uma outra vontade geral que não aquela expressa originariamente pelos seus agentes.

Todos se firmam no tratamento dos anseios dos diversos segmentos sociais, traduzindo-os e adaptando-os de forma a criar maior aderência entre essas múltiplas falas e as instituições públicas. Dirigem-se à população mas também, com igual ênfase, à própria máquina administrativa, defendendo posturas e medidas que já estejam previstas pela governamentalidade (se bem que não eficientemente cumpridas), ou propondo sua ampliação. Pelas suas auto-representações, pode-se constatar que esses quatro partidos objetivaram antecipar-se ao governo, divulgando e defendendo sua função e seus serviços, bem como o papel que à população governada caberia assumir.

PMDB e PDS: aspectos gerais

Com o agravamento da crise econômica, o surgimento de movimentos sociais pela anistia, greves nos principais centros econômicos do país e ainda sérios conflitos pela terra no meio rural, a posição do partido majoritário (ARENA) estava seriamente ameaçada. Como primeira medida são adiadas por dois anos as eleições para prefeito, previstas para 1980; em seguida, é instituída a reforma partidária.

Através dela, prevê-se o retorno ao pluralismo partidário, mantendo, entretanto, a exigência de uma votação mínima de 5% do total do país e 3% em nove estados diferentes, para a formação de novos partidos.* Tais medidas

*Além dessas exigências, são mantidas as restrições que resultaram na proibição da legalização dos partidos comunistas por constituírem partidos de classe e com vinculações estrangeiras.

visavam, segundo vários autores,* fragmentar a oposição representada pelo MDB, provável vencedor nas eleições municipais de 1980 e estaduais de 1982.

Foram criados seis partidos: Partido Popular – PP –, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, Partido Democrático Trabalhista – PDT –, Partido dos Trabalhadores – PT –, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – e Partido Democrático Social – PDS.** Desses, o PDS se configuraria o partido de situação (originado da ARENA); o PP, a oposição confiável; e, os quatro restantes, as oposições, divididas segundo suas diferentes ênfases e tendências ideológicas.

Coerente com a estratégia de fragmentação da oposição, articulada principalmente por Petrônio Portella e Golbery do Couto e Silva, são proibidas também as coligações partidárias, embora seja admitida a criação de sublegendas, capazes de acomodarem as rivalidades entre os chefes políticos do partido do governo. A obrigatoriedade do voto vinculado cooperaria também para a fragmentação da frente oposicionista.

Tais restrições levaram Tancredo Neves, fundador do PP, a incorporar-se ao PMDB, reduzindo em boa medida a vantagem do PDS. Por outro lado, incorporando políticos de diferentes tendências (tal como da antiga ARENA) e segmentos até então desvinculados da vida partidária, o PMDB passa a ter seu perfil oposicionista comprometido.

Dessa maneira, as eleições de 82 frustraram o projeto pluripartidário pensado pelos articuladores da reforma de 1979. À exceção do Rio de Janeiro, onde venceu o PDT, e em São Paulo, onde o PT alcançou um número significativo de votos, o PDS e o PMDB dividem os cargos federais e estaduais em disputa.

No Paraná, o resultado é semelhante ao da maioria dos estados. Na disputa ao governo, vence o PMDB, ficando o PDS em segundo lugar; ambos praticamente dividem o total de votos do eleitorado.

Práticas de governo

Os programas do PDS e do PMDB se caracterizam, num âmbito genérico, por interpretarem o início da década de 80 como um novo tempo da política brasileira. O esforço para estabelecer um corte cronológico entre essa e a época anterior é comum aos dois. Desempenhando o papel de historiógrafos, os autores desses programas buscam demonstrar as causas da ruptura e, ao mesmo

* Ver, entre outros, LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 72 e ss.; KUSINSKI, Bernardo. Abertura: a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates, 1982, p. 137 e ss.

** A maioria deles se coloca como novas agremiações, à exceção do PTB e PMDB. O PTB por se propor a ressuscitar o getulismo e o PMDB, que, impedido de continuar a manter sua sigla original (a legislação obrigava a que todos iniciassem seus nomes com a palavra "partido"), apenas inclui a letra obrigatória no início de sua nova sigla.

tempo, destacar no que o novo difere do velho. Contudo, é nas interpretações sobre o período que lhes precedera que suas falas se distanciam.

Ao tratar do passado recente, o PMDB aponta a ditadura (com toda a força que o termo encerra) como a questão central a ser memorizada. O PDS interpreta esse mesmo período como a fase de modernização do país, sem estabelecer qualquer identidade com a ARENA, colocando-se como um novo partido. O PMDB reatualiza a figura de seus fundadores, quais sejam, os mesmos que organizaram o MDB, e, ao mesmo tempo, denuncia que os responsáveis pelo controle da política não são legítimos representantes da República brasileira — posto que empreenderam um crescimento econômico que alijou as classes populares do processo de desenvolvimento — e que seus principais agentes foram a burocracia estatal, as classes ricas e as empresas multinacionais.

O PMDB se apresenta, então, como um partido que sempre lutou contra “o poder discricionário”. É o MDB renovado para a redemocratização, para romper com a política das elites, para enterrar o velho e inaugurar o novo. O PMDB propõe (. . . .) *superar o âmbito exclusivamente parlamentar, e extravasar para um movimento de conscientização e militância diretamente ligado às bases sociais do partido.*³³ Tais agentes sociais deverão se originar, segundo a ambição desse partido, (. . . .) *das classes operárias, classes médias e das camadas marginalizadas pelo modelo econômico anterior.*³⁴

Para o PDS, a década de 1980 também inaugura o novo, embora confira positividade ao período precedente, como responsável pela realização de um dos maiores sonhos nacionais: a inclusão do Brasil entre as dez maiores economias do mundo. Ainda, acredita que as muralhas do atraso foram rompidas e o Brasil — no plano político — foi elevado ao nível das nações modernas. Defende a (. . . .) *presença de instituições políticas vigorosas capazes de operar uma grande nação democrática, constituindo uma sociedade aberta, pluralista, desejosa de assegurar o progresso dentro da liberdade.*³⁵

Enquanto o PMDB fala em ruptura, o PDS fala em uma evolução natural e necessária, já prevista no momento anterior. Para que essa ruptura se realize, segundo a ótica peemedebista, são imperativos a extinção dos órgãos militares e políticos vinculados à segurança, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana, a renacionalização do território (menção às práticas das multinacionais) e a conquista da autonomia cultural. Com relação à sociedade, defende a autonomia dos movimentos sociais e sindicatos (contra a tutela do estado praticada desde o Estado Novo), a maior repartição da renda e a participação de todos os trabalhadores nos processos decisórios das empresas, quer privadas, quer estatais.

O PDS, por sua vez, ao propor um aperfeiçoamento e não uma ruptura, revaloriza o dispositivo da segurança do estado contra os seus inimigos internos, justificando a segurança nacional: *O PDS não faz da segurança nacional uma ideologia que leve o máximo da segurança do Estado em detrimento do cidadão, mas advoga dotar o Estado de medidas legais de autodefesa eficientes e de pronta resposta à possível agremiação de minorias revolucionárias.*³⁶

Ainda que não mencione o papel das forças armadas no passado recente, ele adverte: *A instituição militar é eminentemente nacional e apartidária, depende das instituições públicas com subordinação ao Chefe de Estado.*³⁷ Contudo, a elas também cabe a emissão de defesa da soberania nacional e de garantia das instituições democráticas.

A população a ser governada pelo PDS deve se fazer representar por um Legislativo forte (“a maior das criações liberais”). Para definir o perfil desse Legislativo, o PDS lança mão dos princípios vigentes na Constituição de 46, que postulava o voto direto e a representatividade em todos os níveis, excetuando a eleição direta para Presidência da República. Defende ainda um sistema permanente de informações em todos os níveis, que acumule e divulgue, junto à sociedade, os atos realizados pelos responsáveis pela coisa pública.

À semelhança do PMDB, as organizações sociais também são pensadas como “matéria-prima” para o partido, dando ênfase àquelas que congregam mulheres, com ou sem finalidades específicas, e a juventude, que deve preparar-se participativamente para dirigir o país no futuro. Prega a livre associação de estudantes e professores, dentro dos limites impostos pela lei.

O PMDB se autodefine como um partido de massas, nascido de uma frente de oposição ao regime anterior; constitui, portanto, um agremiador do descontentamento e instrumento das causas populares. O PDS se autoconcebe como um partido de idéias e não-ideológico, representando a vontade popular pelo voto. O primeiro é produto da mobilização popular, o segundo tem em seus quadros a mediação entre essa vontade e o estado. Tal mediação será exercida a partir de um postulado doutrinário, assim entendido:

*Uma ordem social mais justa, instituída na comunhão de todos sem hegemonia de classes com a adoção de uma política econômica que promova justa distribuição de renda, elimine os graves desníveis regionais na fruição das riquezas e proporcione o bem estar de todos os brasileiros como fim último da atividade produtiva.*³⁸

Logo, o PDS identifica-se como um partido reformista que repudia tanto o imobilismo conservador quanto a pregação revolucionária de inspiração marxista.

O PMDB, ao declarar quem serão seus governados, ambiciona absorver a população organizada em novos sindicatos e movimentos comunitários, até então afastados da vida partidária. Seu “olhar” está voltado às classes médias, à classe operária, aos pequenos e médios proprietários rurais e às categorias marginalizadas econômica e politicamente. Sugere, como resultado de suas mobilizações, o enfrentamento das elites que participaram do sistema antes de 1980, autoras da miséria e da desnacionalização.

Por sua vez, o PDS não governa a população, mas os seus problemas, classificados como êxodo rural, segurança pública, educação, habitação, previ-

dência, minorias sociais, renda, consumidor, natureza, qualidade de vida, pesquisa, recursos minerais, bens culturais. Essa distinção não se refere apenas a uma mera diferenciação semântica; ironicamente essa proposta de segmentação visa recuperar a governamentalidade. O PMDB recorta a população, administrando-a como atores políticos conversíveis em voto. O PDS pretende administrar problemas para que a população lhe confira a função gerenciadora da vontade geral.

Coerentes com esses princípios, os partidos explicitam em seus programas as práticas de governo que pretendem levar a efeito: Ao PMDB impõe-se o diálogo com os movimentos sociais e com a grande massa de trabalhadores rurais e urbanos, como os quadros técnicos e profissionais liberais, empregados do setor de serviço público e privado, e médios empresários do campo e da cidade.

Para esse conjunto de segmentos da população (um universo que exclui as grandes empresas nacionais, as organizações financeiras, forças armadas e representantes das instituições eclesásticas), ele propõe como primeiro tema a reforma agrária, privilegiada em seu programa não apenas para atender às classes rurais, mas por constituir um setor estratégico. O aumento da produção agrícola objetiva alimentar os brasileiros e não financiar o parque industrial (referência ao modelo econômico precedente). A reestruturação agrária deve ser empreendida a partir de três formas de propriedade — familiar, cooperativa e coletiva. O lugar dessa reestruturação fundiária é o latifúndio improdutivo e o minifúndio inviável. As unidades a serem privilegiadas são a pequena e média propriedades, para quem o governo deve incentivar uma política de armazenamento da produção. Para atender às disparidades regionais, o PMDB propõe o fomento à agroindústria, integrada também à pequena e média propriedades.

Um outro setor estratégico é o da política tecnológica, privilegiadamente a área de informática, cuja reserva de mercado deve ser protegida de forma incondicional. Paralelo a isso, deve-se fomentar a pesquisa básica em outras áreas científicas. No campo da produção industrial, deve-se estimular o setor de bens de consumo popular.

No capítulo referente à Organização Social, o PMDB prevê a extinção do Ministério do Trabalho enquanto mediador entre capital e trabalho, reconhecendo na greve o instrumento de legítima negociação, sem a intervenção do governo. Os fundos sociais, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS —, Programa de Integração Social — PIS — e Programa de Assistência ao Servidor Público — PASEP — devem ser reorientados a favor das classes trabalhadoras. Refere-se à igualdade entre homens e mulheres, destacando o amparo legal à mãe solteira e à mulher trabalhadora; prevê a edificação de creches nos locais de trabalho. Outros segmentos que merecem destaque para o PMDB são os negros e os índios; ao primeiro, prevê a educação como instrumento de ascensão social e a participação em entidades culturais; ao segundo, a autonomia de suas comunidades e a demarcação de suas terras.

Segue-se uma recomendação de política cultural onde não se permita a censura e se estimule o esporte para o lazer e a competição.

No item relativo à saúde, propõe a ampliação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — INAMPS —, para evitar excessiva privatização do atendimento médico. Na Educação, o ensino público e gratuito deve contemplar o 1º grau (de 1ª a 8ª séries) e prevê aumentos salariais aos professores, bem como sua melhor qualificação. A educação especial para os filhos de agricultores e o ensino pré-escolar são colocados como mais uma atribuição do estado.

Finalmente, observa-se a inclusão de novos grupos e itens nas atenções do partido. Aos jovens é reservada a participação política (notadamente os estudantes); aos menores marginalizados, a reeducação; aos analfabetos, o voto; aos posseiros, a legalização de suas terras; ao solo urbano, o usucapião e uma política tributária para a periferia, bem como transportes mais eficientes. Seguro-desemprego, meio ambiente e violência constituem segmentações igualmente novas na tradição dos programas partidários brasileiros.

Ainda, no conjunto de medidas vinculadas à Organização Social, o PMDB enfatiza a necessidade do fortalecimento do Legislativo face às prerrogativas do Executivo:

Serão extintos os dispositivos que permitem aprovar automaticamente projetos do poder Executivo e que transformaram o Congresso Nacional em órgão dependente que se manifesta por omissão e não pela votação expressa da representação popular e mais a garantia de expressão das entidades e partidos aos meios de comunicação de massa.³⁹

O PDS propõe a descentralização das decisões de modo a atender às especificidades regionais. Procura dar apoio tanto às regiões mais pobres como às camadas em estado de pobreza absoluta, entendendo que parcelas das classes trabalhadoras se incluem nesse universo. Isso se define a partir de critérios técnicos, que visam

Estabelecer uma política de desenvolvimento regional, intimamente ligada à política de distribuição da renda entre pessoas, classes e esferas de poder que clara e objetivamente defina o papel de cada região no contexto de desenvolvimento nacional.⁴⁰

No capítulo intitulado Campo Social, os temas trabalho, saúde e educação são tratados de forma semelhante ao programa do PMDB, embora tais serviços devam ser dirigidos ao setor industrial, capaz de detonar o desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento industrial é, portanto, entendido como estratégia de promoção do bem-estar geral, uma vez que seu crescimento reintegrará a população marginalizada. Defende a prioridade de acesso

acionário da empresa ao trabalhador e combate os desníveis sociais.

Aproxima-se do discurso peemedebista ao tratar de saúde e população urbana. Na educação, acrescenta a alfabetização do adulto (cursos supletivos) e a confere ao governo. A cultura é vista como o espaço da formação da identidade nacional, respeitadas suas diversidades, contra os valores importados. Condena também a censura por tolher a produção artística.

Como se constata, tanto as segmentações quanto os serviços públicos previstos por ambos os partidos possuem uma dinâmica semelhante. As medidas mencionadas se fazem acompanhar por diversas propostas de políticas econômica, financeira e fiscal, saberes que não eram enfaçados nos partidos da República Nova. Aqui, adquirem sentido à medida que comprovam a plausibilidade dessas propostas numa sociedade complexa que incorpora, gradativamente, o saber competente da atividade econômica em seu imaginário.

O PMDB se caracteriza por defender uma ação mais pronunciada do governo e por uma modernização no relacionamento entre as diferentes classes sociais. Essa ênfase, contudo, implica uma maior autonomia do Executivo, o que leva a um enfraquecimento do Legislativo. Tal processo já fora explicado por Frank Meyer, para quem

O declínio dos parlamentos (. . .) está estreitamente ligado com o desenvolvimento básico da sociedade e seus sistemas produtivos. A combinação de corpos representativos castrados é essencial para a resolução da contradição entre uma ideologia igualitária e democrática corrente, num sistema onde o processo industrial exige o zelo autoritário do governo para assegurar a estabilidade econômica contínua, necessária a uma proposta de longo prazo.⁴¹

Para superar em parte essa tensão, o PMDB propõe aproximar os movimentos sociais de sua máquina partidária, através de seus quadros de representação. O partido e o parlamento passarão a desempenhar um papel de fundamental importância, principalmente no período de "entressafra" eleitoral, mediando cotidianamente o diálogo entre população votante e governo. Aos militantes cabe gerir o mercado de votos e, também, garantir a fidelidade da população ao governo.

O PDS afasta a possibilidade de uma intervenção pronunciada do estado na economia, salvo nas atividades vinculadas à segurança nacional. É função do governo preservar os interesses da nação e corrigir as distorções e desequilíbrios do mercado. Partido criado no interior e a favor do regime de exceção, não propõe uma ruptura, embora reconheça a via democrática como sua forma de existência. Valoriza as instituições e práticas levadas a efeito no período anterior, entendendo-as como necessárias e fundamentais para o avanço

que se vem processando. Pretende igualmente incorporar movimentos sociais em seu âmbito de ação, definindo-os como usuários de seus serviços.

Ambos os partidos sugerem a multiplicação dos serviços públicos, para dar conta principalmente dos novos agentes sociais (minorias de toda a ordem, associações de interesses policlassistas, o contingente desempregado). Isso é mais explicitado pelo PMDB e tratado genericamente pelo PDS. No caso do PMDB, até mesmo as questões relativas à política são segmentadas: à mulher interessa o debate sobre a igualdade de direitos entre os sexos; ao negro, as manifestações culturais; aos índios, a demarcação de suas terras, entre outros.

Esses discursos, embora limitados pela base legal ainda vigente, demonstram as tentativas de trazer para si os diversos movimentos sociais.

3.4 PARTIDOS E SENTIDO DA POLÍTICA

Refletir sobre os programas dos partidos selecionados, do ponto de vista da governamentalidade, impõe um distanciamento dos conceitos clássicos acerca desse tema. Segundo o principal teórico dos partidos, Antônio Gramsci, o partido político desde a Revolução Francesa constitui um princípio coletivo, aglutinador de interesses privados, que disputa hegemonia com a finalidade de instituir um novo bloco no poder. Nesse sentido, o partido pressuporia o indivíduo como uma noção patriótica de cidadania, bem como um sujeito unificado a partir da dinâmica paixão-liberdade-ação.

Contudo, se o partido requer um sujeito único, a ação governamental o pulveriza. Ao tomar a população como problema, o governo a segmenta. Isso se realiza por meio de diferentes saberes: o médico-sanitarista, o estatístico, o pedagógico, o judiciário. A arte de governar é, por excelência, a arte de segmentar, transformando cada indivíduo de sujeito a objeto da intervenção. Assim, o cidadão é ao mesmo tempo o doente da secretaria de saúde, o analfabeto da secretaria de educação, o suspeito da secretaria de segurança.

Em seu cotidiano, ele é interceptado por múltiplas esferas de saberes-poderes; o médico o pretende higienizado, o engenheiro de transportes o quer morador onde seus equipamentos são mais eficientes e o educador, onde seus professores estão alocados. A cada intervenção, geram-se novas necessidades, tais como moradia próxima à escola dos filhos e ao local do trabalho, postos de saúde para a puérpera, serviços de segurança onde a marginalidade se concentra. Essas múltiplas intervenções o tornam, além de objeto, efeito de cada intervenção. Logo, as expectativas e reivindicações também se ampliam e dirigem-se enfaticamente ao campo do Executivo, lugar de irradiação desses serviços.

Nesse contexto, cabe indagar o que são os partidos políticos e quais suas funções no Brasil. Pelo que seus próprios atores concebem, os seis partidos políticos aqui analisados estão longe de tratar cada indivíduo enquanto sujeito forjador da vontade geral. Tais partidos não são governo; eles pretendem vir a ser, e tratam de questões que não se realizam na sua própria esfera, mas na da governamentalidade. As necessidades criadas nessa esfera têm sua expressão no partido, embora não sejam respondidas por ele.

À guisa de exemplo, mencionam-se os membros do PSD enquanto integrantes dos quadros do Executivo. Utilizam a máquina com finalidades eleitorais, ao mesmo tempo que pregam em seu programa o concurso público para eliminar o clientelismo, prática utilizada por quase todos os partidos vitoriosos. Outro exemplo é do PDS, que defende um modelo político não desenhado por ele. É comum também aos programas dos seis partidos, principalmente aqueles que tiveram forte vinculação com o governo, defender iniciativas do Executivo, como ensino público gratuito, aposentadoria, aumento salarial.

O partido não é, portanto, o lugar das práticas, mas sim da sua produção de sentido. Ele não deve procurar enfaticamente denunciar a ausência ou mau desempenho dos serviços públicos. Aqueles que assim se comportam não conquistam um crédito eleitoral de peso significativo.

Os partidos parecem buscar, pelo que se depreende de seu documento principal e de sua auto-representação, duas funções precípuas. Primeiro, apresentar-se como interlocutor entre o público e o privado, definindo os imperativos daquele e os limites deste. Segundo, reúnem, hierarquizam e divulgam as demandas que o Executivo pode responder, bem como defendem as necessidades criadas no campo do político. Para tanto, impõe-se-lhes o esforço de canalizar diferentes interesses da sociedade para o interior de sua máquina eleitoral. Da competência de sua ação resulta a expressão de sua existência.

4 O ESPETÁCULO DA POLÍTICA

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediadas por imagens. (G. Debord)

Delimitado o campo de atuação de quem vota e de quem pode ser votado, cabe discorrer sobre os atores que desempenham o papel de gerentes da coisa pública. Além de efetivar práticas de governo, a eles se impõe, com igual responsabilidade, a produção de sentido para aquelas práticas. É o sucesso desse segundo empreendimento que garante o funcionamento do campo político: o equilíbrio entre a vontade coletiva e as ações do político institucionalizado.

Produzir necessidades plausíveis de serem atendidas significa, portanto, produzir imagens que promovam a sensação, entre os governados, de que seus eleitos podem e devem ser os responsáveis pelas medidas que efetuam mudanças sociais, promovam o progresso e a harmonia entre os diferentes segmentos da sociedade. Significa também atuar no sentido de disciplinar internamente a máquina executiva e legislativa.

Mesmo que esses esforços não tenham alcançado os resultados esperados, tais práticas centralizam, em boa medida, o diálogo entre governantes e governados na esfera do voto. Essa forma de expressão da vontade foi aceita e cumprida pela sociedade, embora não tenha impedido a sobrevivência de conflitos e a emergência de movimentos sociais de oposição. A cada momento que estes colocavam em xeque a ordem instituída, expedientes autoritários das mais diversas colorações intervieram para recuperar a harmonia desejada.

4.1 A PROJEÇÃO DO PODER

O período de 1946 a 1964 constitui a mais longa experiência partidária da República brasileira, sendo o campo do político definido pelo voto secreto. Foi nele que se formou a maioria dos quadros que gerenciou, mesmo após o golpe de 64, a máquina governamental do Paraná. Menos preocupados com a ação parlamentar do que com os cargos e funções executivos, seus líderes entenderam a necessidade de penetrar no cotidiano de seus eleitores para deles obterem o direito de representá-los. Para tanto, tiveram de apreender um conjunto de saberes que lhes possibilitasse interpretar e produzir a vontade geral. Mesmo não sendo os proprietários exclusivos do diálogo entre governo e governados, suas ações traduzem o conhecimento das múltiplas relações entre práticas administrativas e economia de imagens no âmbito parlamentar.

O processo de redemocratização no Paraná, em 1946, à semelhança de outros estados, não se caracteriza por mudanças profundas no quadro da administração pública.

O primeiro governador eleito, Moysés Lupion, contou com o decisivo apoio de Manoel Ribas, governador e interventor durante o Estado Novo. Sua ênfase na modernização do estado, na política de distribuição de terras e aberturas de estradas conferiu-lhe força para apoiar com a máquina administrativa o seu candidato. Na verdade, Getúlio Vargas é o grande condutor desse processo eleitoral, que levou Dutra à Presidência, e influenciou nas eleições estaduais que se seguiram. O PSD, idealizado ainda no período estadonovista, em 1947, venceu em doze dos vinte e um estados, em especial nos colégios eleitorais do Sudeste e Sul, excetuando-se Minas Gerais e Guanabara, onde vence a UDN (quadro A.10).

Moysés Lupion, oriundo do setor industrial madeireiro, vence as eleições de 1947 com 59% dos votos, deixando em segundo lugar Bento Munhoz da Rocha Netto, com 29%, que concorre pela coligação UDN-PRP-PTB. Cabe destacar que, ao contrário da tendência nacional, o PTB paranaense não realiza coligação com o PSD. Somente na capital e municípios limítrofes verifica-se um relativo equilíbrio entre o PSD e a coligação capitaneada pela UDN (tabela 3). O Norte cafeeiro já aparece como um importante colégio eleitoral, justificando a continuada ênfase na política de povoamento, viabilizada pela abertura de estradas e pelo desenvolvimento da educação e da saúde pública. As obras de infra-estrutura tornam-se indispensáveis à incorporação dos diversos contingentes populacionais aí estabelecidos; ao mesmo tempo constituem o suporte do discurso sobre a modernização do estado.

Ao lado dessas práticas, Lupion vale-se de diversos elementos discursivos na tentativa de mediatizar suas relações com os governados; ao recorrer à primeira pessoa do plural, por exemplo, ele procura transformar seus interlocutores em co-responsáveis na gestão da coisa pública. Portador de uma fala popular, hostil às dissidências do PSD e aos membros da UDN, habilidoso no diálogo com outras facções à esquerda, sua vitória e subsequente gestão são assim interpretadas por Espedito Rocha:

Naquela eleição o Lupion era o PSD aqui, o PSD era o partido progressista com relação ao PR, por exemplo, que vinha os Bentos, os Camargos esse pessoal, era o que tinha de pior, essas famílias todas. Lupion, na pior das hipóteses, era a inovação.¹

Contudo, essa imagem fica extremamente alterada pela campanha oposicionista em 1950, que fez de Lupion uma figura nacionalmente conhecida como um político inescrupuloso. Acusam-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada sob suspeita.*

*Essa propaganda se estende até os anos 60; no governo de Ney Braga, o judiciário abre um processo contra Lupion, procurando ater-se principalmente à sua segunda gestão (55-60). Desse inquérito resultou o confisco de seus bens, ainda que nem todas as acusações tenham sido esclarecidas.

TABELA 3 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ - 1947

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado
Oeste Paranaense	7.383	4,8	Moysés Lupion	PSD	5.352	72,2	3,5
Paraná Tradicional	52.439	34,4	Moysés Lupion	PSD	31.192	59,5	20,4
Região de Curitiba	46.738	30,6	Moysés Lupion	PSD	21.244	45,5	13,9
Litoral	8.450	5,5	Moysés Lupion	PSD	4.488	53,1	2,9
Norte Cafeeiro	37.800	24,7	Moysés Lupion	PSD	27.975	74,0	18,3
TOTAL	152.810	100,0	Moysés Lupion	PSD	90.251	59,1	59,1

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º NA MESO %
	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado	
Oeste Paranaense	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	1.386	18,8	0,9	91,3
Paraná Tradicional	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	14.548	27,7	9,5	87,2
Região de Curitiba	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	19.116	40,9	12,5	86,4
Litoral	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	3.227	38,2	2,1	91,3
Norte Cafeeiro	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	6.532	17,3	4,3	91,3
TOTAL	Bento M. Rocha	UDN-PRP-PTB	44.809	29,3	29,38	88,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Bento, em 1950, procura congregar as oposições, numa coligação denominada "Frente Democrática". Em sua campanha, utiliza-se das acusações a Lupion, identificando-as como um mal inaceitável aos políticos e ao povo. Conforme Fausto Castilho, houve uma mobilização das classes médias, principalmente de profissionais liberais e de operários que ergueram a bandeira do moralismo.² Para o entrevistado, essa foi uma vitória conjuntural, pois sem a máquina administrativa e sem popularidade no interior, a coligação de Bento alcança a maioria dos votos somente para o Senado e para o governo estadual. O PSD mantém a maioria das cadeiras na Câmara e na Assembléia Legislativa (tabela 4). A propaganda anticorrupção revelou-se mais eficaz que o emprego da máquina administrativa; Angelo Ferrario Lopes, candidato do PSD, é derrotado por Bento. Embora o PSD tenha sido derrotado em todas as regiões do Paraná (tabela 5), na mesorregião do Norte Cafeeiro as diferenças são menos radicais, demonstrando uma certa fidelidade partidária a Lupion e ao PSD. Ainda, comparados aos resultados de 1947 (ver tabela 3), vê-se que o voto da capital é orientado para Bento, que reeditou as práticas aliançistas, aproximando PL, PR, PRP, PST e UDN.

Tais alianças refletem, em certa medida, a própria personalidade política de Bento: da UDN, ele empresta intelectuais e com eles se identifica; no PR, estão os membros que a ele se aliam por laços familiares. Essas famílias já

participavam do governo antes de 1930 (Camargo, Munhoz e outros); quando Getúlio Vargas as afastou, produziu seus opositores locais que passariam a engajar Manuel Ribas e o PSD como adversários.

A gestão Bento é considerada pela maioria dos intelectuais da época como produtora de idéias. Confere ao Paraná sua primeira identidade e insere-o no contexto nacional. Também idealiza uma capital político-administrativa, materializada no Centro Cívico. Essas idealizações buscam atrair todos os “olhares”, notadamente dos paranaenses.

Nessa perspectiva, Bento articula a indicação de dois paranaenses para cargos federais – a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAM – e o Instituto Brasileiro do Café – IBC – que contribuiria para tornar o Norte cafeeiro efetivamente “paranaense”. Sobre suas práticas administrativas, Brasil Pinheiro Machado é menos otimista:

Não tinha nada que fazer, porque a administração segue, esta é a questão básica (. . . .) na organização francesa os quadros são autônomos, os quadros são independentes, autônomos. Eles fazem política (. . . .) pode mudar político que a política é a mesma que se segue. Na nossa organização também (. . . .) há uma coisa chamada administração pública, que continua, continua, continua, é da mesma forma.³

TABELA 4 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, POR PARTIDO, ALIANÇA OU COLIGAÇÃO, NO PARANÁ - 1950

PARTIDO ALIANÇA OU COLIGAÇÃO	SENADO		CÂMARA FEDERAL		ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PSP-PTB	--	--	74.588	27,2	--	--
PSB	--	--	101	0,1	149	0,1
PSD	79.262	29,0	89.273	32,5	85.647	31,2
PL-PR-PRP-PST-UDN	146.700	53,6	83.530	30,4	--	--
PL-PR-PST	--	--	--	--	32.309	11,8
PRP	--	--	--	--	9.381	3,4
PSP	--	--	--	--	13.386	4,9
PTB	--	--	--	--	65.507	23,9
UDN	--	--	--	--	43.506	15,8
PTN	--	--	--	--	5.168	1,9
Branços	42.103	15,4	20,911	7,6	11.687	4,2
Nulos	5.495	2,0	6.157	2,2	7.820	2,8
TOTAL	274.560	100,0	274.560	100,0	274.560	100,0

FORNE DOS DADOS BRUTOS: TRE

TABELA 5 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ – 1950

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado
Oeste Paranaense	16.952	6,2	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	10.071	59,4	3,7
Paraná Tradicional	81.646	29,7	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	53.124	65,1	19,4
Região de Curitiba	68.517	25,0	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	47.253	69,0	17,2
Litoral	12.189	4,4	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	7.462	61,2	2,7
Norte Cafeeiro	95.256	34,7	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	54.676	57,4	19,9
TOTAL	274.560	100,0	Bento M. Rocha	PR-PL-PRP-PST-UDN	172.586	62,9	62,9

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º NA MESO %
	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado	
Oeste Paranaense	Angelo F. Flores	PSD	5.704	33,6	2,1	93,0
Paraná Tradicional	Angelo F. Lopes	PSD	25.394	31,1	9,3	96,2
Região de Curitiba	Angelo F. Lopes	PSD	17.710	25,8	6,4	94,8
Litoral	Angelo F. Lopes	PSD	4.111	33,7	1,5	94,9
Norte Cafeeiro	Angelo F. Lopes	PSD	31.405	33,0	11,4	90,4
TOTAL	Angelo F. Lopes	PSD	84.324	30,7	30,7	93,6

Fonte dos dados brutos: TRE

Tal conjunto de iniciativas, caracterizadas pelo seu efeito de longo prazo, não chega a investí-lo de suficiente popularidade. Não projetou uma imagem popular, particularmente no interior do estado. Face à permanência de uma rede de microgovernos herdada de Ribas e Lupion* e ao crescimento do PTB em sua própria gestão, Bento enfrenta ao final desta o problema da questão sucessória no Paraná.

No último ano de seu governo, período em que o suicídio de Vargas ainda provocava fortes efeitos no imaginário social, Bento se afasta para assumir o Ministério da Agricultura na gestão de Café Filho, conseguindo ainda a nomeação de um outro paranaense para a Pasta da Saúde, Aramis de Athayde. Nessa conjuntura, ele se lança à aventura da Presidência, tornando-se imperativo decidir as eleições para o Executivo estadual de 1955. Contudo, a pequena cúpula de intelectuais que com ele liderava a frente de oposições a Lupion será dissolvida pela forma com que conduziu esse processo sucessório. Comprometido com a UDN para a campanha presidencial contra a aliança PSD-PTB, cede aos interesses militares na tentativa de impor, num arranjo externo às lideranças locais, um militar do Rio de Janeiro (casualmente paranaense) como candidato ao governo.

Tal atitude não é aceita pelos políticos locais que pretendiam lançar Francisco de Paula Soares Neto, com o apoio do PTB, PR e outros, nem

* Segundo entrevista de Fausto Castilho, essa máquina permanece intacta; tanto é que, em 1958, seu partido perde no Senado e na Câmara Federal para o PTB, e na Assembléia Legislativa, para o PSD.

pelos seus assessores mais diretos. Daí o fracionamento da coligação que até então o apoiava. Dois de seus mais fiéis correligionários pleiteiam isoladamente o cargo de governador: Othon Mader, pela UDN, e Luís Pereira Tourinho, pelo PSP. O PTB, por sua vez, lança Mário Pereira de Barros, com o apoio do PR, o partido tradicional de Bento.

A campanha da coligação PSD-PDC-PTN, em 1955, centraliza seu discurso no elitismo de Bento, sendo este acusado de “prefeito de Curitiba” e de gastar todos os recursos do ICM do café com o embelezamento da capital. Dividido em três facções, o grupo outrora liderado por Bento não consegue fazer frente a Lupion (tabela 6). Encerra-se aí sua carreira político-eleitoral.*

TABELA 6 – DESEMPENHO DOS PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, NO PARANÁ – 1955

PARTIDO OU COLIGAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS	
		Abs.	%
PSD-PDC-PTN	Moisés Lupion	184.354	40,9
PTB-PR	Mário B. Barros	130.388	28,9
UDN	Othon Mader	65.886	14,6
PSP	Luís P. Tourinho	45.525	10,1
PSB	Carlos A. Osório	407	0,1
Branços	—	18.295	4,0
Nulos	—	6.665	1,4
TOTAL	—	451.550	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

A soma dos quatro partidos antipessedistas, se não estivessem divididos, corresponde a 53,6% dos votos, superando o percentual de votos de Moisés Lupion. O norte cafeeiro, reduto pessedista, influi decisivamente nesses percentuais: uma região que concentra 44,7% do eleitorado paranaense responde com 40% de votos para Lupion (tabela 7).

A volta de Lupion ao governo evidencia a frágil repercussão das denúncias feitas a ele. Tal *referendum* permite entendê-lo ungido pelo voto, autorizando-o a reeditar sua primeira gestão para uma população que já demonstrara sua simpatia pelo mote “rouba mas faz”. Na memória dos eleitores, as denúncias sofrem um efeito inesperado, impondo-se a imagem de um realizador.

* Bento além de não ter sido indicado para a Vice-Presidência da República pela UDN, ao lançar-se para o Senado, por esse partido (1962), é derrotado. Igual derrota enfrentará em 1965, quando pela coligação PR-PSP-PTB-PRP, disputa o governo estadual com Paulo Pimentel, da coligação PTN-PDC.

TABELA 7 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ – 1955

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado
Oeste Paranaense	39.542	8,7	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	17.768	45,0	3,9
Paraná Tradicional	96.726	21,3	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	41.769	43,2	9,3
Região de Curitiba	100.719	22,2	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	37.938	37,7	8,4
Litoral	13.757	3,1	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	6.533	47,5	1,4
Norte Cafeeiro	200.806	44,7	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	80.376	40,0	17,8
TOTAL	451.550	100,0	Moysés Lupion	PDC-PSD-PTN	184.384	40,8	40,8

MESORREGIÃO	2.º CANDIDATO					SOMA DO 1.º e 2.º NA MESO %
	Nome	Partido	Nº Votos	% Na Meso	% No Estado	
Oeste Paranaense	Mario B. Barros	PR-PTB	10.938	27,7	2,4	72,6
Paraná Tradicional	Mario B. Barros	PR-PTB	23.460	24,3	5,2	67,4
Região de Curitiba	Mario B. Barros	PR-PTB	24.477	24,3	5,4	62,0
Litoral	Mario B. Barros	PR-PTB	5.099	37,1	1,1	84,6
Norte Cafeeiro	Mario B. Barros	PR-PTB	66.414	33,1	14,8	73,1
TOTAL	Mario B. Barros	PR-PTB	130.388	28,9	28,9	69,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Suas atenções voltam-se aos eleitores nos pequenos e médios municípios, posto que no meio rural estão os analfabetos e na capital devota-se ainda uma grande fidelidade a Bento. Para atender a essa camada dividida entre os interesses do meio urbano e rural, que ora se proletariza, ora experimenta uma frágil mobilidade social, o clientelismo e os favores pessoais funcionam a todo vapor, tanto no Norte como no Sudoeste (onde a rivalidade com o PTB se agrava). A acelerada urbanização dessas regiões multiplica a tal ponto aqueles expedientes, que o fantasma da corrupção e do abuso do poder é novamente evocado nas eleições de 1960.

Nessas, à semelhança das anteriores, a campanha se reveste de um caráter espetacular, com denúncias, ataques pessoais, debates inflamados, ocupando lugar privilegiado por sobre as ações dos governantes. Acerca desse clima de campanha, relata Espedito Rocha:

Eu me lembro muito bem de um comício que teve na praça Osório e outro na Praça Tiradentes. No mesmo dia; o Plínio (PSD) na Praça Tiradentes e o do Maculan (PTB) na Praça Osório (. . .) Então, nesses comícios deviam ter 10 a 12 mil pessoas. Eu sei que houve um choque com aquelas duas populações do comício. É que esta história nunca foi contada, mas eu me lembro, eu vi com meus olhos. Passando na Biblioteca Pública

*eu pisei por cima de uns 3 ou 4 policiais sangrando muito, o sangue saindo da boca. Eles tentaram segurar o choque das duas populações dos comércios e foram rebentados, jogados no chão.*⁴

A população vai à rua, radicalizada entre o candidato do PSD (denunciado como herdeiro da corrupção) e do PTB (acusado de ter em seus quadros simpatizantes do comunismo). Descortina-se um cenário de guerra, reforçado pelas revoltas camponesas no Sudoeste — deflagradas em 1957 e incorporadas no imaginário social como caso de polícia. Acrescente-se ainda a “Guerra do Pente”, conflito ocorrido em Curitiba em 1959, quando um atriço aparentemente banal entre um lojista e um freguês provoca um quebra-quebra no centro da capital, durante três dias.

Quando das eleições de 1960, esses e outros acontecimentos ressurgem com sintomas de desgoverno — a campanha fica polarizada entre PSD e PTB. A UDN retira-se formalmente dessa disputa, uma vez que suas derrotas em 55 e 58 não lhe davam fôlego para enfrentar a concorrência do PTB. Ela está, contudo, nos bastidores do PDC, um pequeno partido com algum prestígio apenas em Curitiba, e que lança como candidato ao governo Ney Aminthas de Barros Braga, ex-chefe de polícia e ex-prefeito de Curitiba, também conhecido de Bento.*

A época de sua candidatura, Ney Braga rompe com Bento por questões pessoais e empreende uma campanha apoiada pela Igreja Católica: justiça social, moralização da coisa pública e anticomunismo são suas principais ênfases. Coopera para sua vitória a morte de Souza Naves do PTB** (candidato com nítida preferência popular), três meses antes das eleições. Ney Braga representa uma alternativa diante das ameaças que colocavam o esquerdismo ateu e a corrupção como inimigos de uma sociedade carente de salvação. Ao atrelar sua campanha à de Jânio Quadros, com o *jingle* “Quem é Ney e Jânio, Quem é Jânio é Ney”, expressa uma força partidária que não corresponde de fato ao desempenho do PDC até então. Nasce daí um político que passa a “representar” a inovação no Paraná.

Verifica-se uma disputa extremamente acirrada entre o PDC e o PTB (tabela 8). Nas regiões de menor densidade populacional, a vitória é do PTB. No caso do Norte cafeeiro, ainda que Ney Braga seja vitorioso por uma margem de 1,3% dos votos, Londrina, a maior cidade da região, expressa sua pre-

*Ney Braga foi chefe de polícia (cargo correspondente ao de Secretário de Segurança) no governo Bento Munhoz (1950-1954), elegendando-se, nesse último ano, prefeito de Curitiba pela coligação PR-FSP. Em 1958, já no PDC, elege-se deputado federal e, em 1960, candidata-se a governador.

**Com a morte de Souza Naves, Nelson Maculan assume a candidatura ao governo pelo PTB. À época, acusava-se Maculan de ter pertencido ao Partido Comunista, no Espírito Santo, seu estado de origem.

ferência pelo candidato derrotado (52,8% para o PTB e 24,0% para o PDC). É sob esse equilíbrio de forças que Ney Braga, praticamente sem um partido forte para apoiá-lo, inicia seu primeiro mandato de governador no Paraná. Inaugura-se uma fase em que sua liderança será decisiva para o entendimento do campo do político no Paraná.

**TABELA 8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESOR-
REGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ
- 1960**

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	NOME	PAR- TIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO EST.
Oeste Paranaense	82.369	11,5	Nelson Maculan	PTB	29.001	35,2	4,0
Paraná Tradicional	112.834	15,7	Ney Braga	PDC-PL	44.598	39,5	6,2
Região de Curitiba	144.698	20,20	Ney Braga	PDC-PL	56.928	39,3	7,9
Litoral	17.146	2,4	Ney Braga	PDC-PL	5.636	32,9	,8
Norte Cafeeiro	366.972	50,2	Ney Braga	PDC-PL	123.130	33,6	17,0
TOTAL	724.019	100,0	Ney Braga	PDC-PL	255.328	35,3	35,3

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º MESO %
	NOME	PAR- TIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO EST.	
Oeste Paranaense	Ney Braga	PDC-PL	25.619	31,1	3,5	66,3
Paraná Tradicional	Plínio Costa	PSD	32.539	28,8	4,5	68,3
Região de Curitiba	Nelson Maculan	PTB	41.913	29,0	5,8	68,3
Litoral	Plínio Costa	PSD	5.372	31,3	0,7	64,2
Norte Cafeeiro	Nelson Maculan	PTB	118.599	32,3	16,4	65,9
TOTAL	Nelson Maculan	PTB	223.696	30,9	30,9	66,2

MESORREGIÃO	3º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º MESO %
	NOME	PAR- TIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO EST.	
Oeste Paranaense	Plínio Costa	PSD	21.635	26,3	3,0	92,6
Paraná Tradicional	Nelson Maculan	PTB	28.547	25,3	3,9	93,6
Região de Curitiba	Plínio Costa	PSD	41.091	28,4	5,7	96,7
Litoral	Ney Braga	PDC-PL	5.053	29,5	0,7	93,7
Norte Cafeeiro	Plínio Costa	PSD	93.691	25,5	12,9	91,4
TOTAL	Plínio Costa	PSD	194.328	26,8	26,8	93,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Ao longo da República Nova, prevalece o peso partidário da UDN, PSD e PTB. Contudo, cabe observar o desempenho de outras agremiações. O avanço do PTB, do PDC, a nível nacional, coincide com importantes mudanças no quadro eleitoral paranaense, tanto na Assembléia Legislativa quanto na Câmara Federal. Assim, os partidos majoritários são obrigados a ceder espaço para os até então chamados pequenos partidos.

Data também dessa época um desempenho significativo do Partido Republicano Progressista — PRP —, partido de inspiração integralista. Em Curitiba, seu eleitorado é mais significativo; em 1955, a capital dá maioria a Plínio Salgado na disputa pela Presidência da República. No resto do estado, vence Adhemar de Barros, e, a nível nacional, Kubitschek. * Contudo, o PRP não é capaz de consolidar-se enquanto partido, tendo seus membros se deslocado para outras legendas, notadamente o PTB e o PDC (ver tabela A.5).

Já o PSD paranaense não realiza alianças,** o que o deixa suscetível a toda sorte de acusações, de vez que na maioria dos casos ele é reconhecido como um órgão de governo. Majoritário em cargos e diretórios, promove campanha publicitárias e favores pessoais com igual intensidade, fazendo com que o imaginário social identifique seus “serviços” como oriundos de um mesmo órgão. Por outro lado, a insatisfação popular é também canalizada para o PSD. Assim, embora seu peso eleitoral continue expressivo, principalmente no Norte cafeeiro, observa-se uma gradativa diminuição de votos. Tal enfraquecimento não é, contudo, capitalizado pelo partido que tradicionalmente lhe fazia oposição.

A UDN, apesar das coligações que liderava, mantém-se estacionária nas disputas eleitorais. Seus resultados são principalmente em função do clientelismo empreendido pelos seus principais caciques políticos. Como profissionais de carreira, eles ascendem e permanecem no Legislativo, dificultando a renovação das lideranças udenistas.

Os novos atores da política vêm-se condicionados a ingressar nos partidos de menor expressividade eleitoral, pois não conseguem vagas nas legendas dos partidos majoritários. Para que se projetem, precisam comprometer-se com as aspirações ainda não contempladas por aqueles partidos. Nesse sentido, o partido que merece maior destaque é o PTB, quer pelo seu desempenho oposicionista, quer pela sua capacidade de composição com os demais — tática que passará a ser decisiva tanto no Paraná como a nível nacional. No Brasil, ele já sofria um processo de crescimento que se acentuou com a morte de Getúlio Vargas, passando a negociar cargos federais de relevância, como é o caso dos ministérios da Previdência Social e do Trabalho, o que lhe facilita a prática clientelística nos estados. Nos anos que antecederiam ao golpe de 64, ele seria reconhecido como um partido de forte representação popular.

Indagado sobre seu papel, no Paraná, Magalhães Filho afirma: (. . .) havia, *claramente, três PTBs, completamente diferentes um do outro.*⁵ O primeiro era chamado à época de “partido de Getúlio Vargas”, pois que, contro-

* Conforme Francisco de Magalhães Filho, *essa maioria de votos concedida a Adhemar de Barros e não a Juscelino Kubitschek, do PSD, deve-se em boa medida às divergências de Lupion com relação ao candidato de seu partido, o que o fará manter-se aparentemente neutro na campanha presidencial (tabela A.3).*

** Registra-se apenas uma única exceção: a eleição para governador em 1955, em que ele se coliga a dois partidos inexpressivos à época; o PTN e o PDC.

lado principalmente pelos trabalhadores ferroviários de municípios como Ponta Grossa, União da Vitória, Paranaguá e Castro, representava o trabalho e enfrentava a concorrência do Partido Comunista. *

O segundo PTB, vinculado ao Banco do Brasil, tem suas principais forças motrizes no governo federal, graças à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial comandada pelo paranaense Souza Naves. Sua expressividade política está no Norte do estado. O terceiro PTB tem o seu núcleo na região Sudoeste, área aliás de influência gaúcha, caracterizada pela pequena propriedade. Aí o crescimento do partido é mais acelerado e possui um forte estreitamento ideológico com o integralismo, principalmente em sua tônica nacionalista, anticosmopolita e de valorização do pequeno proprietário.

O comportamento desses três PTBs ilustra a frágil coesão interna dos partidos brasileiros, o que facilitava aos seus membros "migrar" livremente de uma legenda para outra. Igualmente, as coligações que se formavam ilustram essa mesma tendência.

Nas eleições de 1960, o PTB local tinha condições para uma vitória. Representava o pequeno proprietário, comprometia-se com as causas populares e defendia os interesses dos cafeicultores. Contudo, a pulverização de comportamentos e discursos transformou todos os candidatos em possíveis vencedores.

4.2 DEMOCRACIA CRISTÃ E MODERNIZAÇÃO

Ao assumir o governo, Ney Braga busca estabelecer um equilíbrio de forças no Legislativo, pois a bancada de seu partido era diminuta, atraindo para si membros de outros partidos, pelo menos aqueles adversos a seus próprios chefes políticos. Depara-se com o crescimento de partidos com fortes marcas populares, como o PSP e PTB (quadros 3 e 4) e com a emergência de diversos movimentos sociais, dos quais boa parcela contava com a ingerência do PTB (ala sindicalista) e a outra, do PCB, atuando clandestinamente. Tais movimentos estavam localizados principalmente no meio rural, desenvolvendo-se cada vez mais intensamente na luta pela propriedade da terra e pela conquista dos direitos trabalhistas já existentes no meio urbano. Some-se, ainda, o fato de que essa mobilização ocorria onde Ney e seu partido praticamente não tinham penetração.

No plano administrativo, Braga inicia sua gestão com graves problemas financeiros, pois o governo precedente deixara o Banco do Estado do Paraná

**Esse confronto fica claro na entrevista de Espedito Rocha: (. . .) o PTB no Sul do país é um dos partidos mais reacionários (. . .) O PTB se dizia dono do trabalho (. . .) O Partido Comunista participou de movimentos, tentando dar orientação mas não sendo seu dono. O PTB fazia isto (. . .) mas ele foi melhorando, com o Léo (de Almeida Neves), já pensando em social democracia, dava para tolerar.*

em uma situação pré-falimentar. Além disso, Lupion não dera prosseguimento à expansão dos serviços públicos, havendo carência de estradas, energia elétrica e equipamentos urbanos em cidades cada vez mais populosas.

QUADRO 3 – COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO PARANÁ – 1947-62

PARTIDO	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	16	16	11	17	8
UDN	7	8	8	—	8
PTB	6	12	11	13	12
PCB	1	—	—	—	—
PRP	2	1	—	—	—
PSP	1	2	7	4	—
PR	4	—	7	—	—
PR-PST-PL	—	6	—	—	—
PDC	—	—	1	3	12
RPP-PTN-PRT	—	—	—	1	—
PRP-PTN-PST-PR-PSP-MTR	—	—	—	—	6
TOTAL	37	45	45	45	45

FONTE: TSE

QUADRO 4 – COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA PARANAENSE NA CÂMARA FEDERAL – 1947-62

PARTIDO	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	6	3	4	4	6
UDN	2	—	3	—	—
UDN-PR-PST-PRP-PL	—	3	—	—	—
UDN-PSP-PR	—	—	—	2	—
PR	—	—	2	—	—
PTB	1	—	4	6	10
PTB-PSP	—	3	—	—	—
PSP	—	—	1	—	—
PRP	—	—	—	1	—
PDC	—	—	—	1	—
PDC-UDN-PTN	—	—	—	—	9
TOTAL	9	9	14	14	25

FONTE: TSE

Para captar recursos que permitissem solucionar o caos administrativo do estado e, ao mesmo tempo, honrar sua promessa de campanha de não aumentar impostos, sua equipe engendra a criação de um Fundo de Desenvol-

vimento Econômico.*

Suas medidas administrativas dinamizam o setor industrial, tido, pelos técnicos do governo, ligados à “escola cepalina”, como condição *sine qua non* para a superação do subdesenvolvimento. Tais teses serão rapidamente incorporadas ao discurso neysta, como um “projeto político” por ele previamente estabelecido.

Seus atos são acompanhados pela projeção pública de sua “capacidade empreendedora”. Nesse sentido, o Livro Branco do Paraná constitui um documento de particular interesse, tendo sido elaborado como o propósito de promover a figura de Ney Braga a nível nacional. Na Introdução, o governador, de próprio punho, produz uma determinada memória de sua gestão:

*Não deixa de ser curioso, num exame “a posteriori”, o fato de que no Paraná, em 1961, os processos de reforma estrutural, de um Estado virtualmente falido, com um déficit assustador no orçamento, o funcionalismo sem receber os seus vencimentos havia vários meses, e dívidas em considerável atraso em todos os setores da administração, o processo de recuperação e reforma se houvesse iniciado pelo setor de assistência social (. . .) o que teve um caráter prioritário e de urgência.*⁶

Essa ordenação do passado projetada no futuro busca conferir uma positividade tal a sua imagem pública capaz de assegurar o direito de continuar ocupando espaços privilegiados da administração. Ressalta que a prioridade à assistência social se inspira na democracia cristã, com os olhares voltados (. . .) *ao enfermos, aos abandonados, aos velhos sem arrimo.*⁷ Conclui que acima das questões doutrinárias e ideológicas, estão as pessoas carentes de seu auxílio. Foi essa opção, segundo ele, que redimiu o estado:

*(. . .) este impulso de solidariedade cristã se revelaria, no decorrer do tempo, o mecanismo acionador de um processo de recuperação total do Estado, em tempo verdadeiramente recorde, e de férrea lógica, bem como de uma racionalidade a toda prova, numa impressionante reação em cadeia de relações de causa e efeito.*⁸

Associando a racionalidade econômica ao espírito de solidariedade cristã, Ney Braga consegue colocar a “casa em ordem”. Daí em diante seria necessário detonar o processo de desenvolvimento, o que foi feito com

(. . .) a criação de hidrelétricas (. . .) (que passou de 163,507 kw para 300.000 em

* Ver item 2.2.

1965); as rodovias evoluíram de 250 km para 750 km neste mesmo quinquênio; o Porto de Paranaguá supera sua condição deficitária (. . . .) e foram ampliadas suas instalações; (. . . .) deu-se início a um plano de telecomunicações; dirimiram-se os conflitos pelas posse da terra; (. . . .) diversificou-se o setor agrícola; (. . . .) destinaram-se significativas verbas para o investimento industrial no setor privado; para a educação, construíram-se em média duas salas de aula por dia útil, renovando o ensino no aprendizado industrial.⁹

Finalmente, para levar os benefícios do progresso e do desenvolvimento a todas as regiões, dividiu o Paraná em dezesseis sub-regiões, agindo integradamente a favor de uma intensificação do serviço público. Esse esforço administrativo foi posto à prova em 1964,

(. . . .) durante a grande crise nacional que culminou com a revolução de 31 de março de 1964, quando o Paraná formou como um só homem atrás de seu governo, na luta contra a corrupção e a subversão que ameaçaram os valores mais caros do povo brasileiro.¹⁰

Para o autor dessa memória, em 1965 estão superadas as dificuldades políticas e econômicas, e o Paraná representa “o espírito da Aliança para o Progresso”, à medida que demonstra capacidade de auto-sustentação. Dessa feita, o Paraná pode finalmente apresentar-se ao Brasil como um exemplo da democracia cristã: *É chegada portanto a hora de construir um futuro ainda mais fecundo.*¹¹ O lema “somos todos uma só força” adquire, na sua leitura, um caráter definidor da sociedade paranaense.

Esse e outros documentos que destacam a competência administrativa de Ney Braga projetam a idéia de um político pai da família, cioso de suas responsabilidades e orgulhoso de seus filhos. Igualmente, apontam para um futuro que promoverá, de maneira cabal, o progresso social.

Contudo, para sanear a máquina administrativa e readequá-la para o surto industrial, seria imprescindível que a máquina partidária entrasse em consonância com o Executivo. Para tanto, nas eleições de 1962, Ney Braga articulou uma coligação PDC-PTB-UDN, lançando para o Senado o petebista Amaury de Oliveira Silva e o udenista Adolpho de Oliveira Franco.

O PSD é de tal maneira isolado nessas eleições, que Lupion, até então o maior líder desse partido, ao concorrer para a Câmara de Deputados, alcança apenas o oitavo lugar na lista dos suplentes. Na bancada legislativa, tem o pior desempenho de toda a sua história no Paraná.

Ainda, nesse mesmo ano, o prestígio de Braga nos quadros administra-

tivos nacionais o permite influenciar na indicação do senador paranaense Amaury Silva, do PTB, para o Ministério do Trabalho. Em 1962, o PDC conquista nove cadeiras na Câmara Federal e doze na Assembléia Legislativa (ver quadros 9 e 10). Esse excelente desempenho político-partidário, acompanhado do sucesso administrativo, favorece a projeção de Ney Braga no cenário nacional, chegando inclusive a ser cogitado para a Presidência da República.*

Ele mesmo ambicionava candidatar-se às próximas eleições presidenciais; após o golpe de 64 acreditando ainda ser viável a realização de eleições diretas para o Executivo. Como estratégia de campanha, lutou para que seu mandato fosse prorrogado por mais um ano, o que lhe daria tempo não apenas para preparar sua candidatura, como também para enfreqüer Paulo Pimentel, uma liderança nova que poderia ameaçar a de Ney no estado ou ofuscá-lo face aos quadros nacionais.

Esse conjunto de articulações é assim interpretado por Magalhães:

Ney estava, como outros governadores, tentando conseguir a prorrogação de seu mandato, o que lhe permitiria o esvaziamento de Pimentel, que pressionava para ser o candidato. A estratégia era deixar o Paulo pressionar, porque em conluio o mandato dos governadores iria ser postergado por um ano, e o Paulo entraria no vazio depois, e então Ney escolheria seu sucessor. E, por outro lado, esta prorrogação lhe favorecia as pretensões para depois de sair do governo do Estado.¹²

Não havendo a prorrogação dos mandatos, em 1965, é eleito governador Paulo Pimentel, pelo PTN. Não se caracteriza como adversário do braguismo; ao contrário, ele fora o secretário da Agricultura, de 1961 a 1965. Paulista de Avaré, ingressa na política pelo casamento com um membro de uma família abastada, cafeicultores do Norte, cujos negócios ele passará a administrar. Transforma-se rapidamente em um representante político do Norte cafeeiro, saindo de um cargo executivo para disputar a governança, primeiro cargo eletivo de sua vida.

Na coligação coordenada por Braga, o candidato do PDC é Afonso Carmargo; por meio de uma rápida articulação de Anibal Khoury, parlamentar petebista oriundo da UDN, Paulo Pimentel se filia ao PTN, conseguindo lançar-se candidato antes que a convenção do PDC se realizasse. Para Ney Braga, apoiar Pimentel se tornava uma alternativa obrigatória diante da ameaça representada por Bento, candidato da coligação PTB-PRP-PR-PSP.

Ney Braga deixa o governo para assumir a pasta da Agricultura no governo

* Mesmo depois do golpe de 64, a ala castelista fará uma consulta prévia, em 1966, para a sucessão presidencial, em que Ney Braga ocupou o segundo lugar, após Costa e Silva, vitorioso por ser candidato dos militares.

Castello Branco, cargo que o auxiliaria na discreta “campanha” pela Presidência da República. De fora do estado, procurará manter coesas suas bases partidárias, que se vêem constantemente ameaçadas pela figura de Pimentel e, no plano federal, por representantes da “linha dura” do regime, facção não incorporava Ney Braga em seus quadros de confiança. Preencher o vazio de uma “liderança consentida” seria tarefa, a partir de 66, para o novo governador Paulo Pimentel.

Governo Pimentel e o Eclipse do Braguismo

Pimentel, embora não fosse um político de carreira, tem a seu favor a popularidade de seu antecessor. O fato de ter sido secretário da Agricultura naquele governo e, sobretudo, ser vinculado à imprensa, fornece-lhe excelentes condições para a produção de sua imagem.

No *slogan* “Para o Paraná não parar, vote em Paulo e Plínio”, observa-se uma preocupação por atrelar sua candidatura à imagem progressista de Ney Braga; propõe-se a um governo de continuidade, pretendendo, contudo, uma renovação ainda maior, evidenciada em outro *slogan* “Com Paulo você tem mais futuro”.

À oposição que o acusava de não ser paranaense, respondia com o *slogan* “O chapéu de palha contra a cartola” — alusão a Bento. Apropriava-se do discurso oposicionista para defender e representar aqueles que, mesmo não sendo paranaenses, migraram para este estado dispostos ao trabalho e à participação na vida pública. Essa argumentação favorece sobremaneira sua candidatura, pois na década de 60 boa parte do eleitorado paranaense é formado de contingentes populacionais que migraram do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, estabelecendo-se principalmente no Oeste e Norte. Além de enfatizar o elitismo de Bento e sua avançada idade, apresenta-se como representante do novo, das camadas humildes e descompromissado com as famílias ricas e tradicionais.

Em sua propaganda eleitoral, divulga uma foto-símbolo extremamente esclarecedora: Paulo Pimentel, sentado à mesa de trabalho, diante de inúmeros papéis, cercado por um produtor rural, de chapéu de palha e um vaqueiro gaúcho, ambos em pé, e um militar de baixa patente, o único que se assenta ao seu lado e observa atentamente o que ele escreve. Como legenda, a frase: “Que problema você gostaria de ver resolvido?”

A propaganda eleitoral está claramente dirigida ao homem do campo. Sua ênfase municipalista, outra chave-mestre de sua propaganda, pretende atingir os pequenos e médios municípios do interior, notadamente do Oeste e Norte, cuja população, face ao avanço dos grandes capitais, vê sua estabilidade sócio-econômica ameaçada.

Dirigindo-se aos eleitores da capital, acrescenta elementos de particular interesse para a população votante: segurança, construção de equipamentos

ligados ao lazer e aumentos salariais ao funcionalismo público.* Mesmo assim, tanto a capital e seus municípios limítrofes quanto a mesorregião Paraná Tradicional expressaram sua preferência por Bento (tabela 9).

TABELA 9 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ – 1965

MESORREGIÃO	Nº DE LEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	NOME	PARTIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO EST.
Oeste Paranaense	139.800	13,8	Paulo Pimentel	PTN	73.015	52,2	7,2
Paraná Tradicional	133.802	13,2	Bento M. Rocha	PRP-PTB-PR-PSP	65.325	48,8	6,4
Região de Curitiba	184.064	18,1	Bento M. Rocha	PRP-PTB-PR-PSP	99.683	54,2	9,8
Litoral	25.559	2,5	Paulo Pimentel	PTN	12.362	48,4	1,2
Norte Cafeeiro	532.085	52,4	Paulo Pimentel	PTN	290.913	54,7	28,7
TOTAL	1.015.310	100,0	Paulo Pimentel	PTN	518.935	51,1	51,1

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º NA MESO %
	NOME	PARTIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO ESTADO	
Oeste Paranaense	Bento M. Rocha	PR-PST-PSP-PTB	61.860	44,2	6,1	96,4
Paraná Tradicional	Paulo Pimentel	PTN	63.946	47,8	6,3	96,6
Região de Curitiba	Paulo Pimentel	PTN	78.699	42,8	7,7	97,0
Litoral	Bento M. Rocha	PR-PST-PSP-PTB	12.354	48,3	1,2	96,7
Norte Cafeeiro	Bento M. Rocha	PR-PST-PSP-PTB	218.897	41,1	21,6	95,8
TOTAL	Bento M. Rocha	PR-PST-PSP-PTB	458.119	45,1	45,1	96,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Ao assumir o governo, mantém um duplo diálogo: com o poder central, cujas decisões na maioria das vezes intervêm diretamente em sua gestão, e com os seus governados, de quem pode depender seu futuro político. De um lado, preserva um estilo popular para com o eleitorado; de outro, fora desses limites, incorpora posturas tecnocráticas, próprias do regime ao qual seu novo partido passou a pertencer.

Na obra *A experiência do Paraná*,** aproxima o administrador público da figura de um empresário. Entende a máquina governamental como unidades produtivas, em que cada órgão, ao sofrer uma inovação tecnológica, pode deflagrar um processo de desenvolvimento de caráter revolucionário.

No campo político-partidário, afasta-se da liderança braguista*** e se po-

*Esses aumentos salariais são aprovados pela Assembléia Legislativa 17 dias antes do pleito eleitoral, divulgados com o seguinte título: "BARNABÉS terão seus salários aumentados". O Estado do Paraná, Curitiba, 15 set. 1960.

** Trata-se de uma obra redigida no final de seu mandato, com a finalidade de divulgar suas ações para outros estados do Brasil. *A EXPERIÊNCIA do Paraná*. Rio de Janeiro, Saudes, s.d.

*** Interpretada, por alguns, como uma não-aceitação das indicações de Ney para compor seus quadros, por outros, como de caráter eminentemente pessoal. Ver, MACEDO, Norton. Entrevista. . . , MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. Entrevista. . .

siciona como um político independente. A partir de 1971, Ney consegue gradativamente isolá-lo da ARENA; em 1974, não consegue vaga para disputar uma cadeira no Legislativo.

Quando a ARENA experimenta, nesse ano, a sua primeira derrota, Pimentel adverte:

A bandeira que levantamos em 1964 foi conduzida, desta feita, por hábeis candidatos da oposição. A ARENA precisa retomá-la pelo prestigiamento de seus valores mais autênticos, recebendo oxigênio da juventude, renovando lideranças, tomando consciência da realidade. Fui e continuo sendo soldado do partido, que aguardou até o último instante a ordem de avançar, prevendo a derrota que afinal veio, se a ARENA ficasse, como ficou, na defensiva. No momento em que foram abertas as televisões para o grande comício nacional de todas as noites, deveria a ARENA compreender que tinha diante de si um desafio novo. Distante da realidade, a maioria de seus homens só soube repetir antigos clichês. Foi derrotada pelo tempo, pela fadiga das estruturas, pela falta de novos ideais.¹³

Com Geisel na Presidência da República, Pimentel será afastado tanto do regime dos quadros partidários paranaenses. Em 1978, é eleito deputado federal pela ARENA, à margem de suas efetivas lideranças; em 1982, tenta candidatar-se a governador por qualquer um dos partidos existentes; em 1985, candidata-se a prefeito de Curitiba, pelo PDS, rememorando em sua campanha a independência do regime. Obtém tão-somente 3,9% dos votos.

Tanto suas ações enquanto governador como aquelas que se sucederam demonstram que Paulo Pimentel não se caracteriza nem como um homem de partido nem como de regime. Atuando nas frestas da política institucional, negocia seus espaços com os que dele necessitem. Sua inserção na esfera pública caracteriza-se como circunstancial e de médio alcance.

O Ocaso do Braguismo: de homem de partido a homem de regime

O bipartidarismo no Brasil não foi imposto pelo golpe de 64. Ele deve-se, entre outros fatores, aos resultados das eleições de 1965 para governador. A vitória de pessedistas em dois estados importantes – Israel Pinheiro em Minas Gerais e Negrão de Lima na Guanabara – denuncia uma coalização juscelinista contra os grupos responsáveis pelo movimento de 64. Mesmo os homens que apoiaram o golpe, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, reclamam a manutenção de determinadas regras imprescindíveis para suas bases políticas.

Essas e outras pressões concorrem para a derrota da ala civilista encabeçada por Castello Branco, que cede à linha dura. Conforme Bolívar Lamounier, essa mudança configura um segundo golpe, à medida que os militares alijam os civis dos mais importantes cargos do Executivo.¹⁴ Através de atos institucionais, as eleições para governador e presidente da República foram transformadas em indiretas e o sistema pluripartidário, extinto.

Dois organismos são criados para representar o Legislativo: um partido de situação e outro de oposição. Cabe ao Executivo administrar quase que totalmente o campo do político.

A inserção de Ney Braga nesse processo de centralização merece um destaque particular. Apesar de caracterizar-se na vida pública como homem de partido e em seu governo ter conseguido aglutinar o PTB, PDC e UDN, ele se utiliza dessa mesma habilidade em 1966 para organizar a ARENA no Paraná. Toda a bancada do PDC, PTN e UDN nela ingressa, com exceção de José Richa e Alencar Furtado, que se filiam ao MDB (ver quadro 5).

QUADRO 5 – POLÍTICOS INTEGRANTES DA ARENA E MDB EM 1960, QUE ERAM LIGADOS AOS PARTIDOS EXISTENTES ATÉ 1965 (INCLUINDO TITULARES E SUPLENTES) NOS TRÊS NÍVEIS DO LEGISLATIVO

NOME	PARTIDO À QUE SE FILIAM
PDC	
Ney Braga	ARENA
Odilon Túlio Vargas	ARENA
João Mansur	ARENA
Renato Bueno	ARENA
Agostinho José Rodrigues	ARENA
Antonio Veno	ARENA
José Alencar Furtado	MDB
José Richa	MDB
PDC-PTN-UDN	
Hermes Macedo	ARENA
Francisco Accioly C. Silva	ARENA
Mario Braga Ramos	ARENA
Minoru Myamoto	ARENA
Emílio Hoffmann Gomes	ARENA
Zacharias Emiliano Seleme	ARENA
Jorge Khoury	ARENA
Estefano Milikita	ARENA
Cirilo M. de Souza	MDB
UDN	
Haroldo Léon Perez	ARENA
Amadeu Puppi	ARENA
Francisco Escorsin	ARENA
José Justino	ARENA
Paulo Paoli	ARENA
João Vargas de Oliveira	ARENA
Olívio Franzoni	ARENA
Olavo Garcia	ARENA
Igo Losso	ARENA
Olívio Belich	ARENA

(continua)

(continuação)

NOME	PARTIDO À QUE SE FILIAM
PSD	
Lyrio Bertoli	ARENA
Mario Gomes da Silva	ARENA
Paulo V. de Camargo	ARENA
João de Mattos Leão	ARENA
Emílio Larozzi	ARENA
Ernesto Moro	ARENA
Espedito Zanotti	MDB
Antonio Lustosa de Oliveira	MDB
PTB	
Arlindo Ribas de Oliveira	MDB
Alcides Caetano	MDB
Percy Schreier	MDB
Piratan Araújo	MDB
Silvino Lopes	MDB
Leo de Almeida Neves	MDB
Renato Celidônio	MDB
Antonio Anibelli	MDB
Miguel Buffara	MDB
Antonio Baby	MDB
Kalil Maior Neto	MDB
Wilson Chedid	MDB
Ivan Luz	ARENA
Miran Pirith	ARENA
José Hoffmann	ARENA
PTN	
Anibal Khoury	ARENA
PSP	
Eurico Batista Rosas	MDB
Artur Gotuzzo Camargo	ARENA
PR	
Paulo Camargo	MDB-ARENA

Em 1965, Ney Braga é ministro da Agricultura, no governo Castello Branco; em 1966, é candidato ao Senado, contra Afonso Camargo, do MDB, vencendo com 57% dos votos. Identificado pelo regime como um castelista, no governo Médici, enfrenta uma “crise de liderança”. Não participou da indicação de Haroldo León Perez ao governo do estado. Seu silêncio diante dessa decisão atesta sua compreensão dos limites das lideranças político-partidárias.

De partidário da democracia-cristã, Ney Braga transforma-se em homem de regime, dependendo não mais do voto popular, mas daqueles que efetivamente indicam os atores da política. Com Geisel na Presidência, Ney volta a ser um homem de confiança do regime. Dois fatos apontam para isso: é nomeado para o Ministério da Educação e influencia na escolha de Jayme Canet Jr. para o governo do Paraná. Em 1979, retorna como Chefe Executivo, investido de fortes marcas tecnocráticas, ao mesmo tempo que busca ajustá-las a posturas populares. Dispensa o apoio político-partidário, prestando conta de seus atos somente a seus reais “eleitores”: a cúpula do regime.

Em 1982, ele experimenta uma derrota que o afasta de seu sonho presidencial; além da derrota pessoal como candidato ao Senado, o PMDB vence em todos os demais níveis, colocando em xeque sua posição de liderança máxima no estado.

4.3 O EXECUTIVO NO CENTRO E NO ALTO

Após as eleições para governador em 1965, é decretado o Ato Institucional nº 2 de 27.10.65, que extinguiu os partidos políticos então existentes e estabelecia eleições indiretas para o governo. Em 30 de novembro daquele mesmo ano, o Ato Complementar nº 4 impunha restrições extremas para a legalização de diversos partidos. Para que esses se organizassem, era exigida a adesão de pelo menos 120 deputados e 20 senadores, não podendo utilizar siglas ou símbolos dos partidos anteriores e tendo apenas 45 dias para se apresentarem.

O surgimento da ARENA e do MDB, em 1966, se inscreve no processo de cisão interna da cúpula do regime, tendo como desdobramento a exclusão de civis da máquina governamental; estes são empurrados para a esfera do Legislativo.

A indicação de Costa e Silva, em 1966, representa um golpe contra uma parcela de políticos favoráveis aos propósitos apresentados originalmente no movimento de 64; também, o início do processo de militarização da máquina governamental.

A partir do processo de centralização, verifica-se uma perda de representatividade política na escolha dos presidentes. Os delegados do colégio eleitoral representam cada vez mais um número maior de eleitores (tabela 10).

TABELA 10 – RELAÇÃO ENTRE ELEITORADO E COLÉGIO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO BRASIL – 1964-78

ANO	PRESIDENTE ELEITO	ELEITORES*	DELEGADOS	PROPORÇÃO ENTRE N.º DE ELEIT. E DE DELEGADOS
1964	Humberto de A. C. Branco	10.500.000	475	40.890
1966	Artur da Costa e Silva	23.500.000	470	49.760
1969	Emílio G. Médici	25.700.000	380	67.739
1974	Enesto Geisel	35.800.000	503	71.194
1978	João Batista Figueiredo	46.000.000	580	78.150

FONTE: PEREIRA, Raimundo et alii. As eleições no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Global, 1985

*Números aproximados

Figuras oriundas do Exército passam a ocupar ministérios como dos Transportes, Interior, Minas e Energia, Educação e Cultura, de tradição parlamentar. O Conselho de Segurança Nacional —CSN— atua ao lado da Presidência da República; é o núcleo do regime e aconselha cassações e mudanças nas regras institucionais.

Os órgãos públicos civis são submetidos ao olhar vigilante dos representantes do Serviço de Informação Nacional. A polícia foi gradativamente perdendo sua função de mantenedora da ordem pública e assumindo outras responsabilidades de segurança, isto é, de soberania interna.

Desde então, observa-se a atrofia das funções do Legislativo. A Constituição de 1967 é redigida por militares; das 2.572 leis sancionadas, até 1980, 1.956 são de autoria do Executivo, 26 do Judiciário e 590 do Legislativo, ainda que este tenha elaborado 13.957 projetos de lei.

O judiciário, após o Ato Institucional nº 5, transformou-se em uma extensão de Executivo. Perdeu as garantias exigidas para sua atuação, a inamovibilidade e a vitalidade; juízes são cassados em quase todos os estados.

Esses acontecimentos verificados de 1964 a 1969 preparam o terreno para a centralização do poder decisório nas mãos do Executivo, militarizado, autônomo e sustentado pela tecnoburocracia.

Até 1969, o espetáculo da política possuía um caráter vigilante e punitivo; a partir de 1970, o regime torna positivas suas práticas através do discurso pela retomada do crescimento econômico, pela modernização e culto à nação, veiculados pelos órgãos oficiais de informação e propaganda e empresas privadas de comunicação.

Assim, se a centralização em todos os níveis é levada a efeito e assume proporções de tal natureza, cabe indagar qual o papel, ou mesmo a necessidade dos partidos políticos criados pelos próprios arquitetos do regime.

Os programas da ARENA e MDB ou o Diálogo Possível

A ARENA organiza-se no final de 1965, para disputar as eleições do ano seguinte. Apresenta apenas um documento formal ao Tribunal Superior Eleitoral; seu primeiro programa de caráter efetivamente partidário é de 1975. Essas duas datas são importantes porque evidenciam conjunturas distintas. Ao ser fundada, prescinde de uma organização interna que a legitime junto à população votante; seu desempenho vincula-se à incorporação de máquinas partidárias anteriores e às realizações governamentais no campo político e econômico.

Em 1974, face ao desgaste político do governo, isto é, fim do "milagre" — uma das principais idéias-força do regime —, a oposição avança e seus membros iniciam o diálogo com a população votante. A ARENA busca organizar-se como partido político. Para tanto, elabora um programa que deveria constituir-se parâmetro de divulgação dos seus princípios junto à sociedade (tabela 11).

TABELA 11 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS, SEGUNDO PARTIDO, NO BRASIL – 1966-78

ANO	SENADO*				CÂMARA FEDERAL				ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS			
	ARENA	MDB	Votos em branco e nulos	TOTAL	ARENA	MDB	Votos em branco e nulos	TOTAL	ARENA	MDB	Votos em branco e nulos	TOTAL
1966	44,7	34,2	21,2	17.259.598	50,5	28,4	21,0	17.285.556	52,2	29,2	18,6	17.260.382
1970	43,7	28,6	27,7	46.986.492	48,4	21,3	30,3	22.435.521	51,0	22,0	26,8	22.435.521
1974	34,7	50,0	15,1	28.981.110	40,9	37,8	21,3	28.981.015	42,1	38,8	18,9	28.922.618
1978	35,0	46,4	18,6	37.775.212	40,0	39,3	20,7	37.629.180	41,1	39,6	19,3	37.499.488

FONTE: LAMOUNIER, Bolívar & MENEGHELO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo Brasiliense, 1985. p.123

*O total de votos de 1970 é contado em dobro por se tratar de renovação de 2/3 das cadeiras. Em 1978 deveria ocorrer o mesmo, mas 1/3 passou a ser eleito indiretamente – os chamados biônicos –, devido às modificações introduzidas pelo Pacote de Abril de 1977.

Com a finalidade de cumprir tal objetivo, a ARENA realiza um esboço de programa para submetê-lo à convenção partidária, convocada em setembro de 1975. O teor desse documento se caracteriza enquanto diálogo subliminar com o regime, procurando enfrentar diversos aspectos do campo do político. Não se propõe a governar mas a apoiar e ao mesmo tempo sugerir mudanças no gerenciamento da máquina governamental, a fim de lhe favorecer enquanto partido. Espera também formar lideranças que integrem os quadros da máquina administrativa, dotando-as de um corpo de conhecimento necessário ao desempenho competente de funções burocráticas.

Na introdução desse texto preparatório, observa-se o caráter de subalternidade da ARENA ao Executivo militarizado, especialmente quando declara ser seu programa inspirado nos princípios do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND –, elaborado por técnicos da burocracia governamental e não por representantes políticos do partido situacionista.¹⁵ Realizadas essas advertências preliminares, a ARENA inicia seu programa defendendo a implementação da democracia representativa, tal qual ela é conceptualizada pela Escola Superior de Guerra, que lhe empresta a definição desse regime político: *(. . .) vigência dos direitos públicos subjetivos da pessoa humana*,¹⁶ respeitadas suas diferenças estruturais. Estas são a política (garantida pelo voto), a econômica (alcançada pelo desenvolvimento), a psico-social (levada a efeito pela disciplinarização do estado de espírito da população) e a militar (garantida pelas forças armadas, que têm como função precípua a defesa da segurança interna e externa). Para alcançar esse objetivo, deve-se estruturar o estado de direito que *(. . .) mantenha, em toda sua plenitude, os direitos fundamentais do homem, protegendo a sua liberdade contra o medo, contra o pauperismo, contra a perseguição religiosa e contra a violência da vida íntima*.¹⁷

Coerente com seus inspiradores principais, a ARENA não tenciona garantir o direito à fala. Em seu lugar, menciona a proteção à esfera da intimidade, onde a liberdade, em todos os seus aspectos, pôde ser vivenciada silenciosamente em sua plenitude.

Em apoio ao regime, a ARENA repudia as minorias ativistas e defende

a neutralização das ofensas ao “regime e à ordem”. Em discordância, defende a autonomia dos estados e a eleição direta para governador, uma vez que essa alteração nas regras de formação da máquina governamental favorecia o alargamento das bases sociais do partido, ameaçado pela oposição. Transformar-se em governo, ainda que parcialmente, pela via direta, poderia não apenas unificar o partido — em torno do chefe do Executivo local — como também executar serviços segundo a lógica clientelística, o que poderia carrear votos suficientes para frear o avanço do MDB.

No capítulo referente à Soberania, explicita seu apoio às forças armadas. A ARENA delega a elas poderes constitucionais para defender a Revolução de 1964 contra seus inimigos internos. Ao Legislativo, por sua vez, cabe a missão de organizar e disciplinar o restante da população — parcela majoritária que não se antepôs ao golpe. Essa disciplinarização deve se pautar por critérios definidos pelos ideais revolucionários. Mesmo esperando mudanças nas regras até então impostas, a ARENA compreende que o Legislativo possui as funções que tradicionalmente lhe eram atribuídas. Contudo, as bases de seu programa são ditadas por agentes externos à vida partidária, tais como os membros da Escola Superior de Guerra e a burocracia estatal.

Para a conquista do voto, a ARENA procura, em outro documento, instruir seus membros para um eficiente diálogo com a população votante. Enquanto o programa se configura como um diálogo possível com o regime, o Plano de Ação Partidária — PLANAP — propõe estratégias para a adesão popular. Nesse, a ARENA declara que pretende se tornar um partido político, cuja tarefa básica será a de interpretar e expressar (. . .) *as aspirações do país como nação, particularmente dos ideais da modernização, proteção social e segurança.*¹⁸

Dirige sua atenção aos jovens entre 15 e 20 anos, preparando-os para a atuação política. Igualmente os trabalhadores, as mulheres e eventuais “concorrentes minoritários” devem ser conquistados para o seu interior. Para tanto, sua ação será empreendida nos centros urbanos, nas associações municipais, nos órgãos de cooperação e nos diretórios partidários, esses distribuídos em todos os estados.

Nesse texto, fica clara a tentativa de introduzir dois saberes que poderiam cooperar para a ampliação de suas bases sociais. O primeiro diz respeito à ciência do voto, baseado em técnicas de sondagem de opinião, tendo como alvo as lideranças capazes de influir no comportamento político das comunidades. O outro, igualmente fundamental, segundo a leitura arenista, diz respeito à formação de uma assessoria parlamentar que se dedique à análise da legislação partidária, das eleições e do gerenciamento da burocracia político-partidária. Tais saberes se caracterizam por uma postura semelhante ao saber tecnocrático instalado no Executivo, em que o debate político é substituído pela produção de uma informação que anula a fala dos demais interlocutores. Essa é antecipada por um diagnóstico calcado numa sociologia funcionalista ou na estatística comportamental.

O MDB, organismo oficial de oposição, lança seu primeiro programa em 1967, precedido por uma carta de princípios, publicada em 1966, que denunciava "o retrocesso político de que foi vítima o país em 1º de abril de 1964", propondo duas mudanças entendidas como essenciais no campo econômico: a reforma agrária e o estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro.

No campo político, reclamava a anistia ampla e total aos atingidos pelas medidas punitivas posteriores ao golpe e denunciava que a soberania nacional estava comprometida pela política de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. Já no programa de 1967, o MDB define uma posição mais clara diante do regime e rejeita suas práticas, negando seu caráter revolucionário.

Na comparação do primeiro com o segundo programa, observa-se que, de um organismo formal de oposição, o MDB pretende transformar-se em um movimento de oposição consentida, delimitando a esfera partidária como o espaço para onde devem canalizar as diferentes mobilizações. No item Organização Política, o MDB defende a democracia representativa expressa no voto secreto para todos os níveis. Contesta os atos institucionais que tornaram indiretas as eleições para presidente e governador, respectivamente AI-2 e AI-3, e o que determinava a nomeação dos prefeitos das capitais, AI-4. Defende também a intangibilidade do Judiciário, violada pelo AI-2, e a liberdade de organização partidária, em reação ao Ato Complementar nº 4. Ainda, postula a defesa da liberdade de expressão anulada pelos diversos atos de exceção.

Ao estabelecer em seu programa um referencial pautado na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", da Revolução Francesa, ele define seu caráter de frente oposicionista, uma vez que se baseia num documento aceito por todas as oposições ao regime. Seu caráter de "frente ampla" evidencia-se, também, na proposição de ações imediatas, como eleições diretas para presidente, revogação das leis referentes à segurança nacional, combate ao alto custo de vida, nova legislação sobre a remessa de lucros e denúncia do acordo MEC-USAID.

Com relação à soberania, o MDB rejeita o conceito de "Segurança Interna", inspirado na Escola Superior de Guerra, enfatizando apenas a defesa da soberania externa, principalmente no plano econômico e cultural. Considera a política em curso pusilânime em relação ao imperialismo norte-americano. No mais, defende uma proposta de ação estatal basicamente intervencionista, priorizando a pesquisa, educação, saúde e reforma agrária.

No programa de 1972, escrito sob o impacto dos resultados eleitorais de 1970, quando o voto em branco supera os votos concedidos ao partido (ver tabela 11), o MDB assume um caráter mais ofensivo, atendo-se não somente a reclamar o retorno à normalidade institucional, nos moldes da Constituição de 1946, mas reivindicando novas alterações. Sua proposta básica é uma ampla articulação do partido e governo com a sociedade civil. Reedita suas denúncias contra os atos de exceção e anuncia táticas de alargamento de suas bases políticas e sociais.

Nesse aspecto, seu discurso entrecruza duas falas distintas: uma inspirada no pensamento eurocomunista e outra, nas diversas falas das pastorais católicas. A primeira possui fortes vínculos com elementos da teoria gramsciana, que enxerga os movimentos orgânicos, traduzidos pelo programa emedebista por “comunidade de base”, como matrizes da vontade política, onde suas aspirações devem se constituir na base da ação governamental. Essa prática participativa se antepõe ao elitismo centralizado e autoritário (. . .) *que concentra todos os poderes nos órgãos superiores e desconhece, absorve ou despreza a autonomia das comunidades menores.*¹⁹

A outra fala é elemento recorrente de igual importância no discurso emedebista. Cita a *Mater magistra*, de João XXIII, para defender a dignidade da pessoa humana e, quando se refere às comunidades de base, enfatiza a família como o núcleo básico de toda a sociedade. Ressalta, também, outras comunidades organizadas no meio urbano, como associações de empregados e empregadores, de profissionais liberais, de municípios, de bairros, de jovens e de movimentos ligados à Igreja.

Os aspectos econômicos de seu programa são coerentes ao princípio do respeito à vontade das diferentes comunidades de base. Nessê sentido, defende a distribuição vertical e horizontal da riqueza, entendida por uma melhor divisão da renda pessoal e entre as diferentes regiões do país. Rejeita o ideário tecnocrático e a modernização pautada no privilegiamento do capital.

A leitura desses dois programas leva à constatação de que os dois partidos, ao contrário dos anteriores, não debatem entre si ou com a população votante. Produzidos no lugar determinado pelas instituições políticas, suas falas são direcionadas a essas mesmas instituições.

O MDB efetua uma prática opositora restrita à esfera parlamentar, reeditando o que os constituintes de 1946 ambicionavam: realizar, no âmbito do partido político, a filtragem das necessidades populares, bem como divulgar os interesses maiores da nação. A ARENA restringe-se a divulgar a imagem do governo e resolve as questões inerentes a um partido político na definição das regras de disputa pelo voto: atos institucionais, “pacotes”, legislação partidária, recursos para campanhas, transformando-as em seus efetivos “cabos eleitorais”.

O Diálogo entre o Regime Militar e a População Votante

A partir de 1966, tanto os partidos quanto os governos estaduais sofrem uma perda gradativa de sua autonomia em relação ao governo federal. Os governos estaduais passam a desempenhar o papel de gerentes de uma empresa (a máquina administrativa), cabendo-lhes executar eficientemente os serviços definidos pelo governo federal. As linhas norteadoras da coisa pública se deslocam para outras esferas; nem o parlamento, nem os partidos, nem mesmo os executivos estaduais podem deliberar sobre as principais ações de seus governos.

Em que pesem as diferentes conjunturas locais (alijamento ou reincorporação da liderança arenista, denúncias de corrupção, gestões caracterizadas por um maior ou menor número de realizações), a produção da imagem do campo político é de responsabilidade exclusiva do governo federal. Além da perda de autonomia financeira e parlamentar, os estados se vêem alijados da produção de sua própria imagem. Os técnicos do governo traduzem a supressão das instituições democráticas em ação revolucionária e a modernização, em "milagre econômico". Tais obras são suficientes e vitais para suprir as necessidades dos cidadãos.

Dessa forma, o diálogo governante/governados passa a se estabelecer entre o governo federal e os cidadãos brasileiros, sem a mediação das forças regionais. Daí o comportamento eleitoral se configurar como uma forma de diálogo das mais importantes entre esses interlocutores. Tal fato se comprova pela relativa semelhança entre os resultados eleitorais a nível nacional e os de cada estado; verifica-se uma tendência à homogeneização do comportamento eleitoral durante parte do período.

A gestão de Paulo Pimentel convive com duas eleições legislativas, de 1966 e 1970, ambas para Câmara Federal, Assembléia Estadual e Senado. Esse período é marcado por uma adesão ao movimento de 1964, notadamente por parte do Executivo, que procura popularizar os novos quadros federais, auxiliado pelo Legislativo.

As mesorregiões do Paraná, outrora divididas entre udenistas (Paraná Tradicional), petebistas (Sudoeste) e pessedistas (Norte cafeeiro), apresentam resultados cada vez mais semelhantes entre si e com os quadros nacionais. Essas eleições apontam para uma aceitação do regime por parte da população votante (tabela 12). A vitória da ARENA é mais destacada para deputado estadual e federal.

TABELA 12 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO PARANÁ - 1966 - 1970

ANO NÍVEIS	ARENA		MDB		BRANCOS		NULOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1966										
Senado da República	660.504	58,1	360.552	31,6	52.011	4,5	66.297	5,8	1.139.364	100,0
Câmara Federal	765.106	67,4	184.287	16,2	135.606	11,9	51.085	4,5	1.136.084	100,0
Assembléia Legislativa	794.136	70,0	189.354	16,6	105.211	9,2	48.456	4,2	1.137.157	100,0
1970										
Senado da República	1.675.113	52,2	547.840	17,0	834.970	25,9	158.620	4,9	3.216.543	100,0
Câmara Federal	933.118	58,2	240.943	14,9	311.483	19,3	122.358	7,6	1.607.902	100,0
Assembléia Legislativa	1.027.438	63,6	256.284	15,8	231.229	14,3	101.988	6,3	1.616.939	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Ainda, concorre para as vitórias da ARENA, em 1966 e 1970, o fato de que ela incorpora membros de destaque das máquinas partidárias que lhe precederam. Em 1966, Ney Braga, político prestigiado pelo eleitorado face à sua

administração no Executivo, vence Nelson Maculan e Afonso Camargo Netto. Em 1970, João Mattos Leão e Francisco Accioly Costa Filho, dos antigos PR e UDN, preenchem as duas vagas em disputa, contra José Richa, oriundo do PDC.

O aumento de votos brancos e nulos para todos os níveis nas eleições de 1970 explica-se pela Campanha do Voto Nulo, face ao recrudescimento do regime. O MDB foi o mais atingido, ficando quase inviabilizado legalmente como partido.

A nível regional, observa-se uma padronização do comportamento eleitoral no Paraná. Em 1966, as mesorregiões apresentam um resultado semelhante quanto às suas preferências pela ARENA, que obtém uma média de 57,9% dos votos para o Senado da República, 67,3% para a Câmara Federal e 69,8% para a Assembléia Legislativa. Na Região Metropolitana de Curitiba, esses índices caem, respectivamente, para: 52,8% , 52,4% e 55,6%. Essa tímida tendência oposicionista na capital – que se acentuaria nas eleições posteriores – acompanha o comportamento eleitoral dos habitantes dos grandes centros no Brasil, o que traria como reação por parte do regime a transformação em indiretas à escolha dos prefeitos nas capitais brasileiras. Em 1970, essa padronização se repete; o melhor desempenho do MDB ocorre na mesorregião do Litoral e Região Metropolitana de Curitiba, que também apresenta o índice de votos brancos e nulos mais alto do estado.

Do conjunto dessas informações, pode-se afirmar que, embora houvesse uma forte mobilização dos setores organizados contra o regime, isso não se reflete até 1970 no comportamento eleitoral, pois a ARENA alcança resultados até então não verificados em quaisquer eleições desde 1945, no Brasil. Com o fim do “milagre”, essa situação se inverte; os efeitos da modernização, tais como concentração fundiária e concentração da renda, levaram à conseqüente mobilização da sociedade contra o regime imposto pelo movimento de 1964. O MDB, que até então não representava os movimentos de oposição, transforma-se em um dos instrumentos de expressão do descontentamento da sociedade, cujos setores organizados abandonaram a propaganda do voto nulo. Com efeito, nas eleições de 1974 os votos brancos e nulos convergem, na sua maioria, ao MDB, principalmente para o Senado, onde o reordenamento do voto foi mais expressivo (tabela 13).

Ainda, em 1974, é promulgada a “Lei Falcão”, que proíbe a propaganda eleitoral através dos meios de comunicação de massa, numa tentativa de deter o avanço do MDB. A renovação de um terço dos senadores, em 1976, é feita de forma indireta, assegurando ao governo a maioria dessa casa.

Paralelo a essas medidas, que visavam à contenção das bancadas oposicionistas em 1974 e 1976, a ARENA procura estabelecer uma maior articulação política enquanto “partido”. O governo federal também passa a consultar com maior assiduidade as lideranças estaduais, tendo em vista a necessidade de dirimir conflitos internos da agremiação. É nesse contexto que Ney Braga é chamado a opinar sobre o substituto de Emílio Gomes.

TABELA 13 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO PARANÁ - 1974-1978

ANO NÍVEIS	ARENA		MDB		BRANCOS		NULOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1974										
Senado da República	702.709	33,0	1.090.917	51,3	200.641	9,4	134.188	6,3	2.128.455	100,0
Câmara Federal	823.229	38,8	862.036	40,7	284.283	13,3	154.797	7,2	2.124.345	100,0
Assembléia Legislativa	908.636	42,9	792.595	37,3	272.678	12,8	148.951	7,0	2.122.860	100,0
1978										
Senado da República	1.080.823	41,0	1.147.634	43,6	207.791	7,9	197.389	7,5	2.633.637	100,0
Câmara Federal	1.211.773	46,2	924.464	35,1	328.728	12,4	166.675	6,3	2.631.640	100,0
Assembléia Legislativa	1.257.176	47,8	912.987	34,7	303.584	11,5	159.968	6,0	2.633.715	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

Assim, em 1978, verifica-se mais uma vitória arenista, embora por uma estreita margem de votos no quadro nacional: 0,7% favoráveis à ARENA, nas Assembléias Legislativas, e 1,5%, na Câmara Federal. O resultado para o Senado atesta a preferência crescente pelo MDB. No Paraná, o quadro é o mesmo para deputado federal e estadual; a vitória é da ARENA, com uma diferença de 11% e 13%, respectivamente. Para o Senado, vence o candidato do MDB, José Richa.

Nas eleições de 1978, à semelhança do quadro nacional, os municípios paranaenses de maior peso demográfico optam pelo MDB (tabelas 14, 15 e 16); o peso eleitoral desses municípios foi decisivo para a disputa desse ano (tabela 17). A nível regional, a Região Metropolitana de Curitiba, que já se destaca em 1974 como uma região oposicionista, reforça tal tendência em 1978. O MDB é vitorioso com 41% dos votos para a Câmara Federal e 51% para o Senado. Na Assembléia Legislativa, embora a vitória seja da ARENA, a diferença entre ambos é de 0,7%.

Essas sucessivas vitórias, acentuadamente nas grandes cidades, leva à realização do "Pacote de Abril" que, entre outras medidas, eleva a representatividade dos estados do Nordeste, situacionistas e de menor peso populacional urbano.

Porém, esse conjunto de medidas não é capaz de frear o avanço das oposições no plano político eleitoral e em diversas mobilizações, tais como as campanhas pela anistia e constituinte, e greves no meio urbano e rural. Em 1979, é decretado um novo conjunto de reformas que, entre outras, estabelece eleições diretas para governador e extingue o bipartidarismo, numa clara intenção de dividir a oposição. Contudo, o comportamento eleitoral reproduz, em quase todos os estados, a disputa bipartidária, agora ordenada em torno do PMDB e PDS.

No Paraná, esse comportamento se evidencia na disputa de todos os níveis, principalmente no de governador. José Richa, pelo PMDB, e Saul Raiz, pelo PDS, polarizam a campanha em torno de suas candidaturas; ambos detêm 88,7% dos votos (tabela 18). A expressiva vitória do PMDB ao governo

se faz acompanhar em todos os demais níveis eleitorais (tabela 19).

As regiões de maior peso demográfico voltam a ser responsáveis pela vitória da oposição, ameaçando a hegemonia do regime e favorecendo mudanças que colocariam em xeque a militarização da máquina governamental.

TABELA 14 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA NOS 14 MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS, SEGUNDO PARTIDO E NÚMERO DE VOTOS, NO PARANÁ – 1978

MUNICÍPIOS DO PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS		MUNICÍPIOS DO PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS	
		Abs.	%			Abs.	%
Apucarana	MDB	15.088	56,1	Londrina	MDB	77.146	71,5
	ARENA	8.093	30,1		ARENA	18.126	16,8
	Branços	1.909	7,1		Nulos	7.913	7,3
	Nulos	1.825	6,8		Branços	4.785	4,4
	Total	26.915	100,0		Total	107.970	100,0
Campo Mourão	MDB	11.612	43,4	Maringá	MDB	30.851	42,3
	ARENA	11.144	41,7		ARENA	30.441	41,7
	Branços	2.116	7,9		Nulos	6.641	9,1
	Nulos	1.863	7,0		Branços	5.048	6,9
	Total	26.735	100,0		Total	72.981	100,0
Cascavel	MDB	25.348	49,2	Paranaguá	MDB	12.037	44,5
	ARENA	18.142	35,2		ARENA	10.720	39,6
	Nulos	4.058	7,9		Nulos	2.302	8,5
	Branços	3.968	7,7		Branços	2.001	7,4
	Total	51.516	100,0		Total	27.060	100,0
Curitiba	MDB	206.209	53,7	Paranavaí	MDB	14.092	56,9
	ARENA	119.232	31,0		ARENA	6.729	27,2
	Nulos	31.327	8,2		Nulos	2.134	8,6
	Branços	27.571	7,2		Branços	1.793	7,2
	Total	384.339	100,0		Total	24.748	100,0
Guarapuava	MDB	19.357	41,6	Pato Branco	MDB	9.152	45,8
	ARENA	17.813	38,3		ARENA	8.454	42,3
	Branços	5.620	12,1		Branços	1.225	6,1
	Nulos	3.728	8,0		Nulos	1.140	5,7
	Total	46.518	100,0		Total	19.971	100,0
Jacarezinho	MDB	5.234	43,7	Ponta Grossa	ARENA	31.858	45,8
	ARENA	4.532	37,8		MDB	27.056	40,1
	Branços	1.192	9,9		Nulos	4.953	7,1
	Nulos	1.031	8,6		Branços	4.854	7,0
	Total	11.989	100,0		Total	69.521	100,0
Lapa	MDB	6.061	50,3	União Vitória	MDB	7.790	47,7
	ARENA	4.071	33,8		ARENA	5.571	34,1
	Nulos	1.007	8,4		Nulos	1.567	9,6
	Branços	909	7,5		Branços	1.397	8,6
	Total	12.048	100,0		Total	16.325	100,0

FONTE: TRE

TABELA 15 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA CÂMARA FEDERAL NOS 14 MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS, SEGUNDO PARTIDO E NÚMERO DE VOTOS, NO PARANÁ - 1978

MUNICÍPIOS DO PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS		MUNICÍPIOS PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS	
		Abs.	%			Abs.	%
Apucarana	MDB	11.977	44,5	Londrina	MDB	58.972	54,6
	ARENA	10.314	38,3		ARENA	29.556	27,4
	Branços	2.871	10,7		Branços	12.771	11,8
	Nulos	1.753	6,5		Nulos	6.671	6,2
	Total	26.915	100,0		Total	107.970	100,0
Campo Mourão	ARENA	12.691	47,5	Maringá	MDB	29.740	40,8
	MDB	8.493	31,8		ARENA	28.631	39,2
	Branços	4.195	15,7		Branços	9.122	12,5
	Nulos	1.356	5,1		Nulos	5.488	7,5
	Total	26.735	100,0		Total	72.981	100,0
Cascavel	MDB	22.625	43,2	Paranaguá	ARENA	11.746	43,4
	ARENA	19.769	38,4		MDB	10.065	37,2
	Branços	6.508	12,6		Branços	3.618	13,4
	Nulos	2.974	5,8		Nulos	1.631	6
	Total	51.516	100,0		Total	27.060	100,0
Curitiba	MDB	168.618	43,9	Paranavaí	ARENA	10.671	43,1
	ARENA	143.561	37,4		MDB	8.865	35,8
	Branços	37.690	9,8		Branços	3.349	13,5
	Nulos	34.740	9,0		Nulos	1.863	7,5
	Total	384.339	100,0		Total	24.748	100,0
Guarapuava	ARENA	19.447	41,8	Pato Branco	ARENA	9.499	47,6
	MDB	19.341	41,6		MDB	7.548	37,8
	PDC	5.465	11,7		Branços	2.260	11,3
	Nulos	2.265	4,9		Nulos	664	3,3
	Total	46.518	100,0		Total	19.971	100,0
Jacarezinho	ARENA	6.078	50,7	Ponta Grossa	ARENA	37.793	54,4
	MDB	3.081	25,7		MDB	19.367	27,9
	Branços	1.897	15,8		Branços	6.989	10,1
	Nulos	933	7,8		Nulos	5.372	7,7
	Total	11.989	100,0		Total	69.521	100,0
Lapa	ARENA	6.533	54,2	União Vitória	MDB	6.797	41,6
	MDB	3.316	27,5		ARENA	6.541	39,5
	Branços	1.538	12,8		Branços	1.940	11,9
	Nulos	661	5,5		Nulos	1.137	7
	Total	12.048	100,0		Total	16.325	100,0

FONTE: TRE

TABELA 16 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NOS 14 MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS, SEGUNDO PARTIDO E NÚMERO DE VOTOS NO PARANÁ - 1978

MUNICÍPIOS DO PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS		MUNICÍPIOS DO PARANÁ	PARTIDO	Nº DE VOTOS	
		Abs.	%			Abs.	%
Apucarana	MDB	11.738	43,6	Londrina	MDB	57.273	5,3
	ARENA	11.352	42,2		ARENA	29.263	27,1
	Branços	2.522	9,4		Branços	14.145	13,1
	Nulos	1.303	4,8		Nulos	7.289	6,8
	Total	26.915	100,0		Total	107.970	100,0
Campo Mourão	ARENA	13.446	50,3	Maringá	ARENA	29.344	40,2
	MDB	9.163	34,3		MDB	28.784	39,4
	Branços	3.077	11,5		Branços	9.706	13,3
	Nulos	1.049	3,9		Nulos	5.147	7,1
	Total	26.735	100,0		Total	72.981	100,0
Cascavel	MDB	22.762	44,2	Paranaguá	ARENA	11.651	43,1
	ARENA	20.179	39,2		MDB	10.565	39
	Branços	5.641	10,9		Branços	3.166	11,7
	Nulos	2.934	5,7		Nulos	1.678	6,2
	Total	51.516	100,0		Total	27.060	100
Curitiba	MDB	165.718	43,1	Paranavaí	ARENA	11.798	47,7
	ARENA	146.420	38,1		MDB	8.306	33,6
	Branços	38.370	10,0		Branços	3.125	12,6
	Nulos	33.831	8,8		Nulos	1.519	6,1
	Total	384.339	100,0		Total	24.748	100,0
Guarapuava	ARENA	21.276	45,7	Pato Branco	ARENA	9.570	47,9
	MDB	17.536	37,7		MDB	7.444	37,3
	Branços	5.397	11,6		Branços	2.274	11,4
	Nulos	2.309	5,0		Nulos	683	3,4
	Total	46.518	100,0		Total	19.971	100,0
Jacarezinho	ARENA	6.521	54,4	Ponta Grossa	ARENA	40.434	58,2
	MDB	3.054	25,5		MDB	18.660	26,8
	Branços	1.644	13,7		Branços	5.983	8,6
	Nulos	770	6,4		Nulos	4.444	6,4
	Total	11.989	100,0		Total	69.521	100,0
Lapa	ARENA	6.737	55,9	União Vitória	MDB	7.036	43,1
	MDB	2.982	24,8		ARENA	6.510	39,9
	Branços	1.608	13,3		Branços	1.766	10,8
	Nulos	721	6,0		Nulos	1.013	6,2
	Total	12.048	100,0		Total	16.325	

FONTE: TRE

TABELA 17 – REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL DOS 14 MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS EM RELAÇÃO AO PARANÁ – 1978

NÍVEIS	TOTAL DE VOTANTES			% DE VOTOS VÁLIDOS NOS 14 MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS	
	PARANÁ	14 MAIORES COLÉGIOS ELEIT.		MDB	ARENA
		Abs.	%		
Senado da República	2.633.637	898.636	34,1	51,8	33,0
Câmara Federal	2.631.640	898.636	34,1	42,1	39,2
Assembléia Legislativa	2.633.715	898.636	4,1	40,5	41,2

FONTE: TRE

TABELA 18 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, NO PARANÁ – 1982

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT.		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	NOME	PARTIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO EST.
Oeste Paranaense	735.851	22,9	Jose Richa	PMDB	400.311	54,4	12,48
Paraná Tradicional	372.121	11,6	Jose Richa	PMDB	182.815	49,1	5,70
Região de Curitiba	678.581	21,2	Jose Richa	PMDB	393.454	58,0	12,26
Litoral	72.722	2,3	Jose Richa	PMDB	33.234	45,7	1,04
Norte Cafeeiro	1.349.099	42,0	Jose Richa	PMDB	706.556	52,4	22,02
TOTAL	3.208.374	100,0	Jose Richa	PMDB	1.716.370	53,5	53,50

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º NA MESO %
	NOME	PARTIDO	Nº VOTOS	% NA MESO	% NO ESTADO	
Oeste Paranaense	Saul Raiz	PDS	260.611	35,4	9,1	89,8
Paraná Tradicional	Saul Raiz	PDS	140.561	37,7	4,3	86,9
Região de Curitiba	Saul Raiz	PDS	200.249	29,5	6,2	87,5
Litoral	Saul Raiz	PDS	29.554	40,6	1,0	86,3
Norte Cafeeiro	Saul Raiz	PDS	497.674	36,8	15,5	89,3
TOTAL	Saul Raiz	PDS	1.128.649	35,2	35,2	88,68

FONTE: TRE

TABELA 19 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA SENADO DA REPÚBLICA, CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, POR PARTIDO, NO PARANÁ – 1982

PARTIDO	PMDB		PDS		PT		PDT	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Câmara Federal	1.596.033	49,7	1.097.565	34,2	11.452	,3	6.292	,2
Assembléia Legislativa	1.570.187	48,9	1.099.777	34,2	11.269	,3	6.301	,2
Senado	1.653.325	51,8	1.134.942	39,3	11.713	,3	6.314	,2

PARTIDO	PTB		BRANCOS		NULOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Câmara Federal	28.527	,9	352.907	11,0	116.491	3,6	3.209.267	100
Assembléia Legislativa	27.985	,8	365.131	11,3	127.569	3,9	3.208.219	100
Senado	29.556	,9	285.477	8,9	87.593	2,7	3.208.920	100

FONTE: TRE, IPARDES

4.4 A PRODUÇÃO DO HOMEM PÚBLICO

A vida política nacional é marcada por governos que se esforçam na divulgação do cotidiano dos administradores públicos. Às suas esposas são atribuídos papéis específicos, exteriorizando a condição feminina de maternidade e religiosidade. São apresentadas como guardiãs exemplares da moral e das funções óbvias da mulher. Aos filhos, em maior ou menor medida, cabe representar a juventude-modelo.

O lazer produtivo associado ao serviço de marketing político são necessários quanto à própria realização administrativa, à medida que produzem um significado galvanizador da figura do administrador público. A esfera privada desses homens é igualmente decisiva nas campanhas eleitorais, pois, à semelhança do olhar minucioso do governante por sobre a população votante, esta lança seu olhar para a intimidade do candidato, avaliando sua capacidade de gerir a família e a si mesmo como critério para gerir o público.

Tanto os governantes como os seus opositores multiplicam seus *ad-efforts*, fazendo uma seleção específica de seus atos para campanha eleitoral. Com isso, procuram dar diferentes sentidos às suas práticas, narrando-as de lados opostos. Assim, abriguir a Bento o codinome de “grande estadista paranaense” ou “prefeito de Curitiba”, pode produzir ou eliminar mais votos do que uma tabela demonstrativa de escolas construídas em sua gestão. As brigas familiares entre Bento e Ney despertam muito mais a atenção do eleitor do que as propostas que seus partidos apresentam. Conferir, por exem-

plo, a Lupion o título de corrupto * dificulta a vitória não apenas de seu sucessor ao governo, mas também do desempenho de todos os membros de seu partido. Identificar uma figura estadual com outra de destaque nacional (como foi o caso de Ney Braga e Jânio Quadros) pode elevar tal candidato à categoria de estadista.

A produção da imagem pública visa construir efeitos de verdade, contudo ela se depara com outras produções. Aquela que tiver uma mensagem mais ágil e sucinta prevalecerá.

A alternância dos partidos no governo até 1964 demonstra que os opositores tiveram maior eficácia na produção e controle dessas imagens que os governantes. A partir de 1964, a produção de imagens públicas é deslocada para outro campo. O caráter espetacular da política associado à divulgação da imagem dos personagens públicos cede à projeção das realizações do governo militarizado. Suprimida a idéia da legitimidade política, o regime pretende a lealdade pública pela sua competência. É a partir dela que projeta publicamente a imagem de uma administração baseada em grandes realizações. Para tanto, o Executivo substituirá o debate político pela informação massiva, caracterizada pela unilateralidade.

Aproximar a imagem do governo à idéia de um corpo social, cujo funcionamento se assemelha ao do corpo humano, constitui uma das táticas privilegiadas. Isso reflete-se em *slogans* como "Brasil: ame-o ou deixe-o", alusão de que os adversários são corpos estranhos a serem extirpados; ou "Povo desenvolvido é povo limpo", remetendo à noção de asepsia como condição *sine qua non* à maturidade econômica e social. Ainda, a campanha a favor da educação física, popularizada pelo mote "Mexa-se", procurando estabelecer uma correlação entre saúde física e mental, se inscreve nesse expediente.

A definição do Brasil como uma "ilha de tranquilidade" refaz o mito de um corpo unificado e harmonioso, onde os conflitos de interesses não resistem aos interesses maiores; um corpo que se mantém saudável e íntegro, à parte de toda a turbulência que caracteriza o resto do mundo. Finalmente, motes como "Ninguém segura este país", "Ninguém segura a juventude do Brasil", "O Milagre Brasileiro", "Brasil: ontem-hoje-sempre", cooperam como o esforço a favor da sacralização do campo do político.

Embora a população tenha se identificado com esse poder quase sacralizado (por exemplo, em 1970, quando da vitória do Brasil na Copa do Mundo), e apesar dos recursos utilizados, principalmente a televisão, o efeito de verdade pretendido não se realiza por inteiro. A caricaturização dessas falas, a ironia, o anedotário são contrapontos que invertem o efeito pretendido pela propaganda. Destruindo-se no detalhe, essas mensagens,

* Existe no folclore político brasileiro uma música de Juca Chaves, satirizando a fraca idoneidade moral dos políticos brasileiros, entre os quais ele cita Lupion no seguinte verso: "Foi porém com tal pretexto Lupion fugiu para lá depois de vender um terço do Estado do Paraná".

desmontam-se a harmonia interna e o caráter dogmático por elas produzidos.

Os resultados eleitorais de 1974 denunciaram o início da falência da imagem popular pretendida pelos governos militares, o que os levaria à reorientação de suas táticas. O discurso da "abertura", enunciado dos governos Geisel e Figueiredo, reflete, pois, uma tentativa de reorganização do diálogo com o eleitorado. A instância parlamentar é retomada, traduzida num pluripartidarismo instituído de cima e nas eleições diretas para governador, bem como na concessão de uma anistia restrita, na liberalização parcial da imprensa e no fim dos atos de exceção. No que se refere aos governos estaduais, esses se vêem condicionados a atenuar sua linguagem técnica, favorecendo a produção de um discurso capaz de reintroduzir o cidadão no campo de suas representações. No Paraná, tal comportamento se verifica principalmente na segunda gestão de Ney Braga.

Distensão, abertura e redemocratização são idéias-força que não resultam, todavia, no sucesso de seus próprios produtores. Ao contrário, elas favorecerão, em 1982, a que os partidos de oposição sejam credenciados como arautos dessas transformações. A partir de então, inicia-se uma nova fase de reacomodação do Legislativo no campo do político, reassumindo seu poder de interferência, ainda que restrito, nas esferas governamentais.

ANEXO ESTATÍSTICO

QUADRO A.1 – RESUMO DA DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PERCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1951.

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO
Assembléia Legislativa	2,1	(1)
Palácio do Governo	0,5	2,1
Câmara da Expansão	0,2	,7
Departamento Estadual de Compras	0,5	,1
Departamento Administrativo do Oeste	0,3	2,5
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios	0,3	3,5
Tribunal de Contas	0,6	(1)
Secretaria do Interior e Justiça	9,4	,4
Secretaria da Fazenda	11,8	10,5
Secretaria da Viação e Obras Públicas	40,8	50,0
Secretaria da Agricultura	6,1	15,0
Secretaria da Educação e Cultura	15,9	2,8
Secretaria de Saúde Pública	6,2	1,1
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	0,7	0,1
Chefatura de Polícia	4,7	1,1
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa... pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto. Curitiba, 1952

(1) Valores inferiores a 0,0%, portanto não considerados

QUADRO A.2 – RESUMO DA DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PERCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1954

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO
Tribunal de Contas	0,2	2,0
Secretaria do Interior e Justiça	2,0	2,0
Secretaria da Fazenda	3,0	3,0
Secretaria de Viação e Obras Públicas	43,0	37,0
Secretaria da Agricultura	8,0	8,0
Secretaria da Educação e Cultura	5,0	7,0
Secretaria de Saúde Pública	20,0	21,0
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	5,0	5,0
Secretaria do Estado dos Negócios de Governo	6,0	8,0
Chefatura de Polícia	6,0	7,0
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa... pelo senhor Antonio Anibelli. Curitiba, 1955

QUADRO A. 3 – RESUMO DA DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
 POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PORCENTUAIS,
 PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1957

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO
Assembléia Legislativa do Estado	1,0	(2)
Palácio do Governo	0,1	(2)
Serviço de Imprensa do Paraná	0,3	(2)
Departamento Estadual de Compras	0,1	5,8
Departamento de Fronteira	0,3	(1)
Departamento de Assistência Técnica dos Municípios	0,1	(1)
Consultoria Geral do Estado	0,1	(1)
Departamento de Geografia, Terras e Colonização	1,3	(1)
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	0,6	2,5
Departamento Estadual de Serviço Público	0,1	(2)
Conselho Regional de Desportos	0,1	(1)
Serviço de Assistência ao Servidor Público	0,1	(1)
Tribunal de Contas do Estado	0,3	(1)
Poder Judiciário	2,2	(2)
Secretaria do Interior e Justiça	7,7	(2)
Secretaria da Fazenda	16,8	17,5
Secretaria da Viação e Obras Públicas	31,8	43,3
Secretaria da Agricultura	4,0	6,7
Secretaria da Educação e Cultura	19,5	1,7
Secretaria da Saúde Pública	6,8	19,2
Chefatura de Polícia	4,8	(2)
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	1,7	(2)
Secretaria dos Negócios do Governo	0,2	0,8
TOTAL	100,0	(3)97,51

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1958

(1) Setores em suplementação

(2) Soma dos percentuais igual a 2,5%

(3) Total parcial; somando-se os percentuais da nota (2) obtém-se o total de 100%.

QUADRO A.4 – RESUMO DA DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,
 POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PERCENTUAIS,
 PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1958

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO
Assembléia Legislativa	0,9	(2)
Palácio do Governo	0,1	(2)
Secretaria dos Negócios do Governo	0,2	2,7
Departamento de Turismo e Divulgação	0,1	2,8
Departamento Estadual de Compras	0,3	(2)
Departamento de Fronteiras	0,3	(1)
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios	0,1	(2)
Consultoria Geral do Estado	0,1	(1)
Departamento de Geografia, Terras e Colonização	1,1	(1)
Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica	0,6	(1)
Departamento Estadual do Serviço Público	(4)	(1)
Conselho Regional de Desportos	(4)	(1)
Biblioteca Pública do Paraná	0,1	(1)
Serviço de Assistência ao Servidor Público	0,1	(1)
Tribunal de Contas do Estado	0,4	(1)
Poder Judiciário	2,0	2,7
Secretaria do Interior e Justiça	7,0	(2)
Secretaria da Fazenda	15,0	14,6
Secretaria da Viação e Obras Públicas	35,0	53,3
Secretaria da Agricultura	3,4	2,7
Secretaria da Educação e Cultura	21,0	(2)
Secretaria da Saúde Pública	6,2	15,9
Chefatura da Polícia	4,7	2,7
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	1,7	(2)
TOTAL	100,0	(3)97,4

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1959

(1)Setores sem suplementação

(2)Soma dos percentuais igual a 2,6%

(3)Total parcial; somando-se os percentuais da nota (2) obtêm-se o total de 100%

(4)Valores inferiores a 0,0%, portanto não considerados

QUADRO A.5 – RESUMO DA DOTAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PERCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1959

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO
Assembléia Legislativa	1,3	(2)
Palácio do Governo	0,2	0,5
Secretaria dos Negócios do Governo	0,3	1,0
Departamento de Turismo e Divulgação	0,3	2,5
Departamento Estadual de Compras	1,0	(1)
Departamento de Fronteiras	0,3	(1)
Departamento de Assistência Técnica aos Municípios	(3)	(1)
Consultoria Geral do Estado	0,2	(1)
Departamento de Geografia, Terras e Colonização	1,6	(1)
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas	0,6	(1)
Departamento Estadual do Serviço Público	(3)	(1)
Conselho Regional de Desportos	(3)	(1)
Biblioteca Pública do Paraná	0,1	(2)
Serviço de Assistência ao Servidor Público	0,1	(1)
Tribunal de Contas do Estado	0,4	(2)
Poder Judiciário	2,0	(1)
Secretaria do Interior e Justiça	7,8	4,1
Secretaria da Fazenda	14,1	17,9
Secretaria da Viação e Obras Públicas	32,1	56,7
Secretaria da Agricultura	3,7	1,0
Secretaria da Educação e Cultura	22,4	3,0
Secretaria da Saúde Pública	6,4	9,8
Chefatura da Polícia	3,7	2,0
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	1,3	(2)
TOTAL	(5)99,9	(4)98,5

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1960

(1)Setores sem suplementação

(2)Soma dos percentuais igual a 1,5%

(3)Soma dos percentuais igual a 0,1%

(4)Total parcial; somando-se os percentuais da nota (2), obtém-se o total de 100%

(5)Total parcial; somando-se os percentuais da nota (3), obtém-se o total de 100%

QUADRO A.6 – RESUMO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PORCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1961

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO
Assembléia Legislativa	1,5
Palácio do Governo	0,2
Secretaria do Governo	2,8
Secretaria do Interior e Justiça	11,1
Secretaria da Fazenda	11,5
Secretaria de Viação e Obras Públicas	39,0
Secretaria da Agricultura	3,2
Secretaria de Educação e Cultura	19,9
Secretaria da Saúde Pública	5,0
Chefatura de Polícia	3,8
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	2,0
TOTAL	100,0

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; Apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1962

QUADRO A.7 – RESUMO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PORCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1963

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO
Assembléia Legislativa	1,7
Tribunal de Contas	0,6
Governo do Estado	2,8
Secretaria da Agricultura	3,4
Secretaria de Educação e Cultura	27,1
Secretaria da Fazenda	*19,1
Secretaria de Estado dos Negócios do Governo	0,6
Secretaria do Interior e Justiça	1,3
Secretaria de Saúde Pública	5,9
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	2,0
Secretaria de Segurança Pública	11,7
Secretaria de Viação e Obras Públicas	21,5
Poder Judiciário	2,3
TOTAL	100,0

FONTE: PARANÁ. Governador do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1964

*A grande participação da Secretaria da Fazenda decorre das despesas vinculadas à receita contida sob o título Administração Geral do Estado

QUADRO A.8 – RESUMO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PORCENTUAIS, PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1964

SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ORÇAMENTO
Assembléia Legislativa	2,8
Tribunal de Contas	0,9
Governo do Estado	2,4
Secretaria da Agricultura	4,4
Secretaria de Educação e Cultura	228,2
Secretaria da Fazenda	20,6
Secretaria do Governo	0,6
Secretaria do Interior e Justiça	1,4
Secretaria da Saúde pública	5,8
Secretaria do Trabalho	2,2
Secretaria de Viação e Obras Públicas	15,5
Secretaria de Segurança Pública	12,6
Poder Judiciário	2,6
TOTAL	100,0

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada a Assembléia Legislativa . . . pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Estado. Curitiba, 1965

QUADRO A.9 – PARTIDOS EXISTENTES NO PARANÁ DE 1946 A 1982

PERÍODO PARTIDO	SIGLA
1945-1965	
Esquerda Democrática (1)	ED
Partido Comunista do Brasil (2)	PCB
Partido Democrata Cristão	PDC
Partido Libertador	PL
Partido Proletário Brasileiro (3)	PPB
Partido de Representação Popular	PPR
Partido Republicano	PR
Partido Republicano Democrático (4)	PRD
Partido Republicano Progressista	PRP
Partido Social Democrático	PSD
Partido Social Progressista (5)	PSP
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Partido Trabalhista Nacional	PTN
União Democrática Nacional	UDN
1966-1979	
Aliança Renovadora Nacional	ARENA
Movimento Democrático Brasileiro	MDB
1979-1982	
Partido Democrático Social	PDS
Partido Democrático Trabalhista	PDT
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB
Partido Popular (6)	PP
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB

- (1) Após as eleições de 1947, passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro – PSB
 (2) Em 1947 teve seu registro cancelado. Em 1961, ainda que na clandestinidade, passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro
 (3) Em 1947, passou a denominar-se Partido Social Trabalhista – PST
 (4) Em 1948 alterou seu nome para Partido Republicano-Trabalhista – PRT; em 1950, para Partido Rural Trabalhista – PRT
 (5) Fusão dos Partidos Republicano Progressista – PRP, Agrário Nacional – PAN e Popular Sindicalista – PPS, ocorrida em 1946
 (6) Em 1982, incorporou-se ao PMDB

QUADRO A.10 - PARTIDOS, ALIANÇAS OU COLIGAÇÕES VENCEDORES NAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR NOS ESTADOS, NO BRASIL - 1947 A 1965

ESTADO*	1ª ELEIÇÃO		2ª ELEIÇÃO		3ª ELEIÇÃO	
	Governador	Vice	Governador	Vice	Governador	Vice
Alagoas	PSD	-	UDN	UDN	PSP	PSP
Amazonas	UDN PTB	-	PSD PDC	-	PTB	-
Bahia	UDN PSD PRP	-	PSD	-	UDN	-
Ceará	UDN	-	PSD PSP PR	PSD	PR PTB UDN	PR PTB UDN
Espírito Santo	PSD UDN	-	PSD PTB	PSD PTB	PTB PR PRP PSP	PTB PR PRP PSP
Goiás	UDN	-	PSD PDC	-	PTB	-
Guanabara	-	-	-	-	-	-
Maranhão	PPB	-	PST	PST	PSD PTB	PTB PSD
Mato Grosso	PSD	-	UDN	UDN	PSD PTB	PSD PTB
Minas Gerais	UDN	-	PSD PR	PL	PSD PR	PR
Pará	PSD	-	UDN PSP PST PL	-	PSD PTB	-
Paraíba	UDN	UDN	PSD PL	PSD PR	PSB UDN PSD PL	PSB UDN PSD PL
Paraná	PSD	-	UDN PR PST	-	PSD PDC PTN	-
Pernambuco	PSD	-	PSD	-	PSD	-
Piauí	UDN	-	PSD	PSD	PSP PTB	PSP PTB
Rio de Janeiro	PSD PTB UDN PSD	-	PSD PR PRT PST PTN PTB	PST PTB	PTB PTN PSD PR	PTB PTN PSD
Rio Grande do Norte	PSD	-	PSP PSD PR	PSP PSD PR	PSP PDC UDN	PSP PDC UDN
Rio Grande do Sul	PSD	-	PTB	-	PSD UDN PL	-
Santa Catarina	PSD PTB	-	UDN	-	UDN PDC PRP PSP	UDN PDC PRP PSP
São Paulo	PSP PCB	-	PSP PTB	PSP PTB	PSB PTN	PSB PTN
Sergipe	PSD PTB PR	-	PSD PR	PSD PR	UDN PSP PST PTN	UDN

(continua)

(continuação)

ESTADO*	4ª ELEIÇÃO		5ª ELEIÇÃO		6ª ELEIÇÃO	
	Governador	Vice	Governador	Vice	Governador	Vice
Alagoas	UDN	UDN	PSP **	-	-	-
Amazonas	PTB PST PSB	-	PSD PSP PDC	-	-	-
Bahia	PSD PTB PR	-	PDC PSD PTN	-	-	-
Ceará	PTB PSD	PTB PSD	UDN PSD PTN	UDN PSD PTN	-	-
Espirito Santo	PSD PSP	PSD PSP	PDC UDN PTB PSP	PDC UDN PTB PRP	-	-
Goias	PTB PST PSB UDN	PSD	PTB PSD	-	UDN PTB PDC ***	-
Guanabara	-	-	PSD PTB	-	-	-
Maranhão	PSD UDN PTB PL	PSD UDN PTB PL	UDN PST PTN	UDN PST PTN	-	-
Mato Grosso	UDN	UDN	PSD	PSD	-	-
Minas Gerais	UDN PRT PL	PST PR	PSD	PSD	-	-
Pará	PSD PDC PTB	PSD PTB	UDN PTB PDC PTN PR	UDN PTB PDC PTN PR	-	-
Paraíba	PSB UDN PL PTB	UDN	PDC UDN	PDC UDN	-	-
Paraná	PDC PL	-	PTN	PTN	-	-
Pernambuco	UDN PTB PSP PTN	UDN PTB PSP	PST	-	-	-
Piauí	PSB	PTN	-	-	-	-
Rio de Janeiro	UDN PTB	UDN PSB	PSD UDN PDC	PSD UDN PDC	-	-
	PTB PDC UDN PSB	PSD PRP PST	PTB PDC	PL PRT PSB	-	-
Rio Grande do Norte	PSD	PSD	PSD	PRP	-	-
Rio Grande do Sul	PTB	-	PSD PL PRP PDC	PSD	-	-
Santa Catarina	PDS	PTB	UDN	-	-	-
São Paulo	PDC UDN PTN PR	PSB	PSD PTB	PSD PTB	-	-
	PSB	PSB	PSP PSD	PR	-	-
Sergipe	UDN	PST UDN	PSD PRT	PSD PRT	-	-

FONTE: TSE

*Os estados de AM, BA, CE, ES, PE, PI, RJ, RS, SP e SE tiveram eleições para governador em 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962; os estados de AL, MA, MT, MG, PA, PB, PR, RN e SC, nos anos de 1945, 1950, 1955, 1960 e 1966. O governador eleito em 58, em Goiás, teve um mandato de dois anos

**Não assumiu por não ter maioria absoluta

*** Houve uma eleição a mais (58 e 66)

TABELA A.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, POR MESORREGIÃO, NO PARANÁ – 1945

MESORREGIÃO	N.º DE ELEIT. (TOT. DA MESO)		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	N.º de votos	% na Mesó	% no Est.
Oeste Paranaense	7.522	4,0	Gaspar Dutra	PSD	5.905	78,5	3,2
Paraná Tradicional	62.017	33,0	Gaspar Dutra	PSD	45.074	73,7	24,0
Região de Curitiba	52.590	28,0	Gaspar Dutra	PSD	32.359	72,7	17,2
Litoral	10.028	5,4	Gaspar Dutra	PSD	6.423	64,1	3,4
Norte Cafeeiro	55.578	29,6	Gaspar Dutra	PSD	41.929	75,4	22,3
TOTAL	187.735	100,0	Gaspar Dutra	PSD	131.690	70,1	70,1

MESORREGIÃO	2.º CANDIDATO					SOMA DO 1.º e 2.º % NA MESO
	Nome	Partido	N.º de votos	% na Mesó	% no Est.	
Oeste Paranaense	Eduardo Gomes	UDN	1.607	20,1	,9	99,8
Paraná Tradicional	Eduardo Gomes	UDN	16.121	26,0	8,6	98,7
Região de Curitiba	Eduardo Gomes	UDN	16.246	30,9	8,6	92,4
Litoral	Eduardo Gomes	UDN	2.746	27,4	1,5	91,4
Norte Cafeeiro	Eduardo Gomes	UDN	12.192	21,9	6,5	97,4
TOTAL	Eduardo Gomes	UDN	48.912	26,1	26,1	96,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

TABELA A.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, POR MESORREGIÃO, NO PARANÁ – 1950

MESORREGIÃO	N.º DE ELEIT. (TOT. DA MESO)		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	N.º de Votos	% na Mesó	% no Estado
Oeste Paranaense	16.952	6,2	Getúlio Vargas	PSP/PTB	10.872	64,1	4,0
Paraná Tradicional	81.646	29,7	Getúlio Vargas	PSP/PTB	50.359	61,7	18,3
Região de Curitiba	68.517	25,0	Getúlio Vargas	PSP/PTB	44.434	64,9	16,2
Litoral	12.189	4,4	Getúlio Vargas	PSP/PTB	8.236	67,6	3,0
Norte Cafeeiro	95.256	34,7	Getúlio Vargas	PSP/PTB	55.182	57,9	20,1
TOTAL	274.560	100,0	Getúlio Vargas	PSP/PTB	169.083	61,6	61,6

MESORREGIÃO	2.º CANDIDATO					SOMA DO 1.º e 2.º % NA MESO
	Nome	Partido	N.º de votos	% na Mesó	% no Estado	
Oeste Paranaense	Cristiano Machado	PSD	3.363	19,8	1,2	84,0
Paraná Tradicional	Cristiano Machado	PSD	17.667	21,6	6,4	83,3
Região de Curitiba	Eduardo Gomes	UDN	11.985	17,5	4,4	82,3
Litoral	Cristiano Machado	PSD	2.665	21,9	1,0	89,4
Norte Cafeeiro	Cristiano Machado	PSD	20.957	22,0	7,6	79,9
TOTAL	Cristiano Machado	PSD	54.690	19,9	19,9	81,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

TABELA A.3 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, POR MESORREGIÃO, NO PARANÁ – 1955

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT. (TOT. DA MESO)		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	N. de Votos	% na Meso	% no Est.
Oeste Paranaense	39.542	8,7	Jucelino Kubitschek	PSD/PTB	11.022	29,5	2,4
Paraná Tradicional	96.718	21,3	Jucelino Kubitschek	PSD/PTB	29.293	31,7	6,5
Região de Curitiba	100.719	22,2	Plínio Salgado	PRP	36.790	37,7	8,1
Litoral	13.757	3,1	Jucelino Kubitschek	PSD/PTB	5.353	41,3	1,2
Norte Cafeeiro	203.253	44,7	Adhemar de Barros	PSP	69.970	34,4	15,4
TOTAL	453.989	100,0	Adhemar de Barros	PSP	127.433	8,1	28,1

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º % NA MESO	
	Nome	Partido	N. de Votos	% na Meso	% no Est.	% NA	% NA MESO
Oeste Paranaense	Juarez Tavora	PDC/UDN	10.648	26,9	2,3	54,8	
Paraná Tradicional	Juarez Tavora	PDC/UDN	23.214	24,0	5,1	54,3	
Região de Curitiba	Adhemar de Barros	PSP	25.407	25,2	5,6	61,8	
Litoral	Adhemar de Barros	PSP	4.483	32,6	1,0	71,5	
Norte Cafeeiro	Jucelino Kubitschek	PSD/PTB	45.512	22,4	10,0	56,8	
TOTAL	Jucelino Kubitschek	PSD/PTB	108.998	24,0	24,0	52,1	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

TABELA A.4 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SEGUNDO CANDIDATO MAIS VOTADO, POR MESORREGIÃO, NO PARANÁ – 1960

MESORREGIÃO	Nº DE ELEIT. (TOT. DA MESO)		CANDIDATO MAIS VOTADO				
	Abs.	%	Nome	Partido	Nº de Votos	% na Meso	% no Estado
Oeste Paranaense	82.369	11,5	Jânio Quadros	PDC	43.722	53,1	6,1
Paraná Tradicional	112.838	15,7	Jânio Quadros	PDC	56.296	49,9	7,9
Região de Curitiba	144.698	20,2	Jânio Quadros	PDC	77.050	53,2	10,7
Litoral	17.146	2,4	Jânio Quadros	PDC	7.276	42,4	1,0
Norte Cafeeiro	360.329	50,2	Jânio Quadros	PDC	183.078	50,8	25,5
TOTAL	717.380	100,0	Jânio Quadros	PDC	367.422	51,2	51,2

MESORREGIÃO	2º CANDIDATO					SOMA DO 1º e 2º % NA MESO	
	Nome	Partido	Nº de Votos	% na Meso	% no Estado	% NA	% NA MESO
Oeste Paranaense	Teixeira Lott	PSD	16.430	19,9	2,3	73,0	
Paraná Tradicional	Teixeira Lott	PSD	24.290	21,5	3,4	71,4	
Região de Curitiba	Adhemar de Barros	PSP	31.093	21,5	4,3	74,7	
Litoral	Teixeira Lott	PSD	4.396	25,6	0,6	68,1	
Norte Cafeeiro	Adhemar de Barros	PSP	94.195	26,1	13,1	76,9	
TOTAL	Adhemar de Barros	PSP	161.802	22,6	22,6	73,8	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: TRE

TABELA A.5 – RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR CANDIDATO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL, EM CURITIBA – 1945-60

CANDIDATO	PARTIDO/ COLI- GAÇÃO	1945		1950		1955		1960	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Gaspar Dutra **	PSD	19.988	55,4						
Eduardo Gomes	UDN	12.232	33,9						
Yeddo Fiuza	PCB	3.372	9,4						
Rolim Telles	PAN	463	1,3						
Getúlio Vargas **	PTB/PSP			35.567	66,7				
Cristiano Machado	PSD			6.309	11,9				
Eduardo Gomes	UDN			10.038	18,8				
João Mangabeira	PSB			140	0,2				
Juscelino Kubitschek **	PSD/PTB					11.395	15,7		
Juarez Tavora	UDN/PDC					11.848	16,3		
Adhemar de Barros	PSP					18.751	25,7		
Plínio Salgado	PRP *					28.894	39,7		
Jânio Quadros **	PDC							59.582	53,6
Adhemar de Barros	PSP							24.770	22,3
Teixeira Lott	PSD							21.115	19,0
Branços		(1)	–	846	1,5	1.209	1,7	2.944	2,6
Nulos		(1)	–	526	0,9	2.650	0,9	2.823	2,5
TOTAL		36.055	100,0	53.426	100,0	72.747	100,0	111.234	100,0

FONTE: TSE, TRE

*Partido de Representação Popular

**Candidatos Eleitos

(1) Números não-disponíveis; logo, os totais e percentuais excluem votos brancos e nulos

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul

TABELA A.6 – RESULTADOS PARA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR CANDIDATO, PARTIDO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL, EM CURITIBA – 1950-60

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1950		1955		1960	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
João Café Filho*	PSP	28.050	55,6				
Odilon Braga	UDN	9.870	19,6				
Atilio Arantes	PSD	7.023	13,9				
Vitorino Freire	PST	899	1,8				
Alípio Correa Netto	PSB	137	0,3				
João Goulart*	PSD/PTB			29.048	39,9		
Milton Campos	UDN			40.701	42,3		
Danton Coelho	PSP			5.183	7,1		
João Goulart*	PTB					32.306	29,2
Milton Campos	UDN					35.871	32,4
Fernando Ferrari	MTR					32.076	29,0
Branços		4.156	8,2	7.281	10,0	8.409	7,6
Nulos		291	0,6	534	0,7	2.067	1,8
TOTAL		50.426	100,0	72.747	100,0	110.729	100,0

FONTE: TSE, TRE

*Candidatos Eleitos

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul

TABELA A. 7 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO, POR CANDIDATO, PARTIDO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL, EM CURITIBA - 1947-82

CANDIDATO	PARTIDO COLIGAÇÃO	1947		1950		1955		1960		1965		1982	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moysés Lupion**	PSD	14.304	41,1										
Bento Munhoz	UDN/PTB/PRP*	14.842	42,5										
Bento Munhoz**	PSD			35.119	69,6								
Angelo Ferrari Lopes	UDN/PR/PSI/PRP/PL			12.361	24,5								
Carlos Amoreti Osório	PSB			186	0,4								
Moysés Lupion**	PSD/PDC/PTN					26.955	37,1						
Mário Batista de Barros	PTB/PR					17.895	24,6						
Orthon Mader	UDN					15.191	20,9						
Luiz Carlos Tourinho	PSP					10.032	13,8						
Carlos Amoreti Osório	PSB					212	0,2						
Ney Braga**	PDC/PL							45.586	41,2				
Nelson Maculan	PTB							31.292	28,3				
Pírinio Costa	PSD							30.473	27,5				
Paulo Pimentel**	PTN									62.646	43,7		
Bento Munhoz	PR/PSP/PTB/PRP*									75.646	53,0		
José Richa**	PMDB											292.206	60,6
Saul Raiz	PDS											135.319	28,1
Edsón Sa	PDT											2.307	0,4
Háilton Magalhães	PTB											12.764	2,6
Edésio Passos	PT											4.680	1,0
Brancos		2.841	8,2	1.841	3,7	2.040	2,8	1.236	1,1	856	0,6	24.619	5,1
Nulos		2.841	8,2	919	1,8	422	0,6	2.142	1,9	3.925	2,7	10.503	2,2
TOTAL		34.828	100,0	50.426	100,0	72.747	100,0	110.729	100,0	143.253	100,0	482.398	100,0

FONTE: TSE, TRE, IPARDES

* Partido de Representação Popular

** Candidatos eleitos

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul

TABELA A.8 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES AO SENADO DA REPÚBLICA, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, EM CURITIBA - 1945-62

PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1945		1947		1950		1954(1)		1958		1962(1)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PTB	27.671	37,9	-	-	-	-	22.734	21,6	45.004	46,4	48.102	19,9
UDN	20.373	27,9	-	-	-	-	-	-	19.368	20,0	39.223	16,2
PSD	12.182	16,7	-	-	9.996	19,8	50.196	47,6	22.627	23,3	32.390	13,4
PRP *	6.598	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	6.257	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSP	-	-	17.883	51,3	-	-	-	-	-	-	-	-
UDN/PSD/PTB/PRP *	-	-	8.669	24,9	-	-	-	-	-	-	-	-
UDN/PR/PST/PL/PRT	-	-	-	-	35.772	70,9	-	-	-	-	-	-
PR/UDN	-	-	-	-	-	-	22.195	21,0	-	-	-	-
PL	-	-	-	-	-	-	10.351	9,8	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.811	22,2
PSB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.036	3,3
Nulos	(2)	-	8.276	23,3	921	1,8	(2)	-	3.583	3,7	11.695	4,8
Branços	(2)	-	(3)	(3)	3.787	7,5	(2)	-	6.351	6,6	48.789	20,2
TOTAL	73.081	100,0	34.828	100,0	50.426	100,0	105.476	100,0	96.933	100,0	242.046	100,0

FONTE: TSE, TRE

(1)Nesses anos houve eleições para dois senadores; logo, a somatória de voto corresponde ao dobro do número de eleitores

(2)Números não disponíveis; logo, os totais e percentuais excluem votos brancos e nulos

(3)Números de nulos e brancos não discriminados

*Partido de Representação Popular

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul

TABELA A.9 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES À CAMARA FEDERAL, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, EM CURITIBA - 1945-62

PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1945		1950		1954		1958		1962	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PTB	10.703	29,7	-	-	17.994	28,5	23.945	24,2	23.103	19,1
UDN	10.260	28,5	-	-	10.428	16,5	-	-	-	-
PSD	4.424	12,3	14.762	29,3	14.981	23,7	11.206	11,6	31.764	26,2
PRP *	4.030	11,2	-	-	-	-	11.862	12,2	-	-
PRP =	3.369	9,3	-	-	-	-	-	-	-	-
PCB	3.269	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-
UDN/PR/PST/PRP*PL	-	-	16.319	32,4	-	-	-	-	-	-
PSP/PTB	-	-	14.619	29,0	-	-	-	-	-	-
PSP	-	-	-	-	8.896	14,1	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	8.104	12,8	-	-	-	-
PDC	-	-	-	-	-	-	31.064	32,6	-	-
PR/PSP/UDN	-	-	-	-	-	-	12.572	13,0	-	-
UDN/PDC/PTN	-	-	-	-	-	-	-	-	27.929	23,1
PSB	-	-	-	-	85	0,1	-	-	3.961	3,3
Branco	(1)	-	3.569	7,1	2.710	4,4	4.632	4,8	23.408	19,3
Nulos	(1)	-	1.072	2,1	(2)	(2)	1.562	1,6	10.858	9,0
TOTAL	36.055	100,0	50.426	100,0	63.113	100,0	96.933	100,0	121.023	100,0

FONTE: TSE, TRE

(1) Números não-disponíveis, logo, os totais e percentuais excluem votos brancos e nulos

(2) Números de nulos e brancos não discriminados

* Partido de Representação Popular

= Partido Republicano Progressista

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 1945, o Partido de Representação Popular obteve votos; contudo esse Partido, de acordo com V. CHACON, foi criado em 1947, por Plínio Salgado. Fica, pois, a dúvida quanto aos votos atribuídos pelo TSE a esse partido.

TABELA A.10 — RESULTADO DAS ELEIÇÕES À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO, EM CURITIBA — 1947-62

PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1947		1950		1954		1958		1962	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PTB	6.061	17,4	11.942	23,8	12.955	20,6	29.374	30,3	27.097	22,4
PR	5.140	14,8	—	—	11.087	17,7	—	—	—	—
UDN	4.722	13,6	5.973	11,8	7.856	12,4	—	—	10.679	8,8
PSD	3.282	9,4	11.149	22,1	10.748	17,0	20.395	21,0	13.933	11,5
PRP *	2.643	7,6	2.841	5,6	—	—	—	—	—	—
PCB	2.174	6,2	—	—	—	—	—	—	—	—
PSP	2.008	5,8	4.278	8,5	12.562	19,9	10.618	11,0	—	—
PPB	1.259	3,6	—	—	—	—	—	—	—	—
ED	596	1,6	—	—	—	—	—	—	—	—
PL/PR/PST	—	—	8.388	16,6	—	—	—	—	—	—
PTN	—	—	2.796	5,5	—	—	—	—	—	—
PSB	—	—	127	0,3	—	—	—	—	3.227	2,7
PDC	—	—	—	—	3.692	5,8	12.119	12,5	26.002	21,5
PL	—	—	—	—	2.424	3,8	—	—	—	—
PTN/PST	—	—	—	—	1.789	2,8	—	—	—	—
PR/UDN	—	—	—	—	—	—	10.397	10,7	—	—
PRP *PTN/PRT	—	—	—	—	—	—	7.441	7,7	—	—
PRP *PTN/PST/PR/PST/MTR	—	—	—	—	—	—	—	—	15.535	12,8
Nulos	3.472	10,0	1.320	—	(1)	—	1.389	5,4	8.492	7,0
Branços	3.471	10,0	1.612	—	(1)	—	5.200	1,4	16.058	13,3
TOTAL	34.828	100,0	50.426	100,0	96.933	100,0	121.023	100,0	121.023	100,0

FONTE: TSE. TRE

(1) Números não-disponíveis; logo, os totais e percentuais excluem votos brancos e nulos

* Partido de Representação Popular

NOTA: Em 1950, os resultados eleitorais de Curitiba aparecem consorciados com os de Piraquara e Rio Branco do Sul

NOTAS DE REFERÊNCIA

ITEM 1

¹ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981. p.112-3.

² FENELON, Déa. *Estado, poder e classes sociais*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, (7):33-57, mar., 1984.

³ FENELON, p.50.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade*. In: ———. *Microfísica do poder*. 2.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p.277-93.

⁵ FOUCAULT. *A governamentalidade*. . . , p.290.

⁶ MARTINS, Wilson. *Depoimento do professor Wilson Martins: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50*. *História: Questões & debates*, Curitiba, 7 (12): 82, jun. 1986.

⁷ FOUCAULT, Michel. *O olho do poder*. In: ———. *Microfísica . . .*, p. 219.

⁸ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. Ver, também, BENTHAM, Jeremy. *Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, (14): 199-229, mar./ago. 1987.

⁹ MACHADO, Roberto. *Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p.197.

¹⁰ MACHADO, p.199.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder*. In: ———. *Microfísica . . .*, p.7

¹² FOUCAULT, *Verdade . . .* p.7.

¹³ PARANÁ. *Governo do Estado. Mensagem; apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1957 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná*. Curitiba, 1957. p. 5-7.

¹⁴ ———. *Mensagem; apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Jayme Canet Júnior governador do Estado*. Curitiba, 1977. p.5-6.

¹⁵ ———. *Mensagem. . .*, 1957, p.6.

¹⁶ ———. *Mensagem. . .*, 1977, p.vi-vii.

¹⁷ MARTIN BARBERO, Jesus. *Comunicación masiva y poder*. Quito Ciespal, 1978. p.203-4

ITEM 2

¹MARTINS, Wilson. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1986.*

²ROCHA, Espedito. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, ago. 1985.*

³CASTILHO, Fausto. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1985.*

⁴COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens; análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.328.*

⁵BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral. Dados censitários; eleições federais e estaduais. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973. p.132-7.*

⁶———. *Dados . . . p.132-7.*

⁷MACEDO, Norton Correia. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, nov. 1986.*

⁸MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, out. 1986.*

⁹OFFE, Claus. *O dilema político da tecnocracia. In: ———. DREITZEL, Hans-Peter et alii. Tecnocracia e ideologia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1975. p. 73.*

¹⁰CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, out. 1986.*

¹¹PARANÁ. *Governo do Estado. Diagnóstico e diretrizes de ação: documento preliminar. s. l., 1972. p.229.*

¹²———. *Diretrizes de ação. s. l., 1973. p.229.*

¹³PARANÁ. *Coordenação de Planejamento Estadual. Sistema de Informação para o Planejamento. Unidade Produtora de Informações do Paraná. Sistema de Planejamento do Paraná; experiência institucional. Curitiba, 1973. 42f.*

¹⁴PARANÁ. *Governo do Estado. Objetivos e metas do desenvolvimento; Paraná 75-78. Curitiba, 1975. n.p.*

¹⁵———. *Diretrizes globais; Paraná, 1979/83. s. l., s.d. p.7.*

¹⁶CASTOR. *Entrevista. . .*

¹⁷PARANÁ. *Objetivos e metas . . .*

¹⁸———. *Objetivos e metas . . .*

¹⁹FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade. In: ———. Microfísica do poder. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. p.180.*

ITEM 3

¹PAINE, Thomas. *O senso comum e a crise*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. p.11.

²OFFE, Claus. *Dominação política e estrutura de classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio*. In: VOGT, Wilfried et alii. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980. p. 107-39; COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. p.9 e seguintes.

³CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. In: CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo, comp. *Todas as constituições do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1971. p.206 e seguintes.

⁴CONSTITUIÇÃO . . . de 18 de setembro de 1946. In: CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, Art. 141, § 5º, p.208.

⁵CONSTITUIÇÃO . . . de 18 de setembro de 1946. In: CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, Art. 141, § 7º, p. 208.

⁶CONSTITUIÇÃO do Brasil de 24 de janeiro de 1967. In: CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, Art. 8º, § VII, p.80.

⁷CONSTITUIÇÃO . . . de 24 de janeiro de 1967. In: CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, Art. 149, p.125.

⁸LIMA Jr. Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-64*. Rio de Janeiro, Graal, 1983. p.39-55.

⁹BRASIL. *Leis, decretos, etc.* Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965. *Instituiu o Código Eleitoral*. In: ———. *Legislação eleitoral e partidária, instruções do TSE para as eleições de 1982*. 4. ed. Brasília, Senado Federal, 1982. p.5-158.

¹⁰MUNAKATA, Kazumi. *Compromisso de Estado*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, (7): 63-4, mar.,1968.

¹¹HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.48 e seguintes.

¹²HIPPÓLITO, p.51-2.

¹³ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.86.

¹⁴MARANHÃO, Ricardo. *O estado e a política "populista" no Brasil (1954-1964)*. In: FAUSTO, Boris, dir. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981. t.3, v.10. p.288 e seguintes.

¹⁵BENEVIDES, M. Vitória de M. *A UDN e o udenismo; ambigüidades*

do liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1961. p.280.

16PARTIDO Democrata Cristão (PDC): Programa de 1945. In: CHACON, Valmireh. História dos partidos brasileiros; discursos e práxis de seus programas. 2.ed. Brasília, Universidade de Brasília, 1985, p.480.

17PARTIDO Democrata Cristão (PDC): Programa de 1945, p.481.

18PARTIDO Democrata Cristão (PDC): Programa de 1945, p.490.

19TARSO, Paulo de. Os cristãos e a revolução social. In: CARONE, Edgar. Movimento operário no Brasil. (1945-1964). São Paulo, Difel, 1981. p. 135.

20TARSO, P.131.

21PARTIDO Democrata Cristão (PDC) : Programa de 1945, p.480.

22PARTIDO Social Democrático (PSD): Programa de 1945. In: CHACON, p.411.

23UNIÃO Democrática Nacional (UDN): Programa de 1945. In: CHACON, p.435.

24PARTIDO Social Democrático (PSD): Programa de 1945, p.415.

25UNIÃO Democrática Nacional (UDN): Programa de 1945, p.438 e seguintes.

26UNIÃO Democrática Nacional (UDN): Programa de 1945, p.440.

27PARTIDO Trabalhista Brasileiro (PTB): Programa. In: CHACON, p. 450.

28MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p.63-4.

29PARTIDO Trabalhista Brasileiro (PTB): Programa, p.455.

30PARTIDO Trabalhista Brasileiro (PTB): Programa, p.457.

31PARTIDO Democrata Cristão (PDC): Programa de 1945, p.482.

32PARTIDO Democrata Cristão (PDC): Programa de 1945, p.482.

33PARTIDO do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). In: CHACON, p.585.

34PARTIDO do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), p.585.

35PARTIDO Democrático Social (PDS). In: CHACON, p.557.

36PARTIDO Democrático Social (PDS), p.562.

37PARTIDO Democrático Social (PDS), p.562.

38Partido Democrático Social (PDS), p.558.

39PARTIDO do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), p.589.

40PARTIDO Democrático Social (PDS), p.577.

⁴¹MEYER, Frank E. *Social classes and political change in Western industrial societies. Comparative Politics*, 2:410, Apr. 1970. Citado por SOUZA, Herbert de. *As duas vertentes da democracia*. In: KRISCHKE, Paulo J., org. Brasil: do "milagre" à "abertura." 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1982, p.153.

ITEM 4

¹ROCHA, Espedito. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, ago. 1985.*

²CASTILHO, Fausto. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1985.*

³MACHADO, Brasil Pinheiro. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política, em Curitiba, jul. 1985.*

⁴ROCHA. *Entrevista . . .*

⁵MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, out. 1986.*

⁶PARANÁ. *Governo do Estado. Livro branco do Paraná; 1961-1965. ed. prelim. s.l, s.d. p.4. Mimeografado.*

⁷PARANÁ. *Livro branco. . . , p.5.*

⁸PARANÁ. *Livro branco. . . , p.6.*

⁹PARANÁ. *Livro branco. . . , p.7-8.*

¹⁰PARANÁ. *Livro branco. . . , p.9.*

¹¹PARANÁ. *Livro branco. . . , p.11.*

¹²MAGALHÃES FILHO. *Entrevista . . .*

¹³NERY, Sebastião. *Dezesseis derrotas que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 65.*

¹⁴LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 61 e seguintes.*

¹⁵ALIANÇA Renovadora Nacional. *Um programa para o Brasil: projeto. Brasília, 1975.*

¹⁶ALIANÇA Renovadora Nacional. *In: CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros; discursos e práxis de seus programas. 2 ed. Brasília, Universidade de Brasília, 1985. p.499.*

¹⁷ALIANÇA Renovadora Nacional. *In: CHACON, p.498.*

¹⁸ALIANÇA Renovadora Nacional. *Um programa. . . , p.39.*

¹⁹MOVIMENTO Democrático Brasileiro (MDB). *In: CHACON, p.527.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 DOCUMENTOS OFICIAIS

- 1 **BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 4737, de julho de 1965. Instituto Código Eleitoral. In: —. Legislação eleitoral e partidária, instruções do TSE para as eleições de 1982. 4.ed. Brasília, Senado Federal, 1982.**
- 2 **BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados censitários; eleições federais e estaduais. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973.**
- 3 **PARANÁ. Coordenação de Planejamento Estadual. Sistema de Informação para o Planejamento. Unidade Produtora de Informações. Sistema de planejamento do Paraná. Curitiba, 1973. 42f.**
- 4 **PARANÁ. Governo do Estado. Diagnóstico e diretrizes de ação; documento preliminar. s.l., 1972. n.p.**
- 5 —. **Diretrizes de ação. s.l., 1973. 229p.**
- 6 —. **Diretrizes globais; Paraná 1979-1983. s.l., s.d.. 82p.**
- 7 —. **Livro branco do Paraná; 1961-1965. Ed.preliminar s.l., s.d. 173. Mi-meografado.**
- 8 —. **Mensagem; apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1948. 146p.**
- 9 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949 pelo Senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1949. 158p.**
- 10 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1950 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1950. 232p.**
- 11 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná. Curitiba, 1951. 156p.**
- 12 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná. Curitiba, 1952. 324p.**
- 13 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná. Curitiba, 1953. 300p.**
- 14 —. — ; **apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Bento**

Munhoz da Rocha Netto governador do Paraná. Curitiba, 1954. 208p.

- 15 *PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura pelo senhor Antonio Anibelli. Curitiba, 1955. 180p.*
- 16 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1956. 232p.*
- 17 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1957 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná, Curitiba, 1957. 252p.*
- 18 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1958 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná, Curitiba, 1958. 265p.*
- 19 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1958 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná, Curitiba, 1959. 222p.*
- 20 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1960 pelo senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1960. 250p.*
- 21 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão Ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1961. 52p.*
- 22 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão Ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1962. 104p.*
- 23 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão Ordinária da 5ª Legislatura pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1963. 98p.*
- 24 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão Ordinária da 5ª Legislatura pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Paraná. Curitiba, 1964. 100p.*
- 25 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão Ordinária da 5ª Legislatura pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga governador do Estado. Curitiba, 1965. 136p.*
- 26 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1966. 94p.*
- 27 —. —; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da*

- abertura da 1ª sessão Ordinária da 6ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1968. 154p.*
- 28 *PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem; apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão Ordinária da 6ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1968. 146p.*
- 29 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão Ordinária da 6ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1969.*
- 30 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão Ordinária da 6ª Legislatura pelo senhor Paulo Cruz Pimentel governador do Estado. Curitiba, 1970. 176p.*
- 31 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo doutor Pedro Viriato Parigot de Souza governador do Estado. Curitiba, 1972. 100p.*
- 32 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo doutor Pedro Viriato Parigot de Souza governador do Estado. Curitiba, 1973. 130p.*
- 33 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo doutor Emílio Hoffmann Gomes governador do Estado. Curitiba, 1974. 132p.*
- 34 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo doutor Emílio Hoffmann Gomes governador do Estado. Curitiba, 1975. 162p.*
- 35 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Jayme Canet Junior governador do Estado. Curitiba, 1976. 142p.*
- 36 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Jayme Canet Junior governador do Estado. Curitiba, 1977.*
- 37 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Jayme Canet Junior governador do Estado. Curitiba, 1978. 184p.*
- 38 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Jayme Canet Junior governador do Estado. Curitiba, 1979. 198p.*
- 39 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Ney Braga. Curitiba, 1980. 192p.*
- 40 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Ney Braga. Curitiba, 1981. 336p.*
- 41 —. — ; *apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo senhor Ney Braga. Curitiba, 1982. 382p.*
- 42 —. *Objetivos e metas de desenvolvimento: Paraná 75-78. Curitiba, 1975. n.p.*

- 43 *PARANÁ. Governo do Estado. Paraná 1961-1965. Curitiba, 1965.*
- 44 —. *Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria de Modernização Administrativa. Legislação organizacional básica do poder executivo no Estado do Paraná. s.l., 1981. 399p.*
- 45 —. *Tribunal Regional Eleitoral. Atas dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais no Estado do Paraná; 1945-1985.*
- 46 —. *Eleições de 15 de novembro de 1978; resultado final por município para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. [Curitiba], s.d.*

2. OUTRAS

-
- 1 *ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. Programa. Brasília, 1975. 48p.*
 - 2 —. *Programa. ed. preliminar. Brasília, 1975. .*
 - 3 —. *Um programa para o Brasil: projeto. Brasília, 1975.*
 - 4 *ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil; 1964-1984. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1984. 238p.*
 - 5 *ARAÚJO, Maria Celina Soares de. O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 181p.*
 - 6 *ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983. 339p.*
 - 7 *AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudos sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo, 1978. 234p.*
 - 8 *BARNABÉS terão seus salários aumentados. O Estado do Paraná, 15 set. 1960.*
 - 9 *BASTOS, Elide Rugai. As ligas camponesas. Petrópolis, Vozes, 1982.*
 - 10 *BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. A UDN e o udenismo; ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 297p.*
 - 11 —. *A União Democrática Nacional; o partido em questão. São Paulo, Brasiliense, 1978. 196p.*
 - 12 *BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. Governantes do Paraná: de 1853-1983. Curitiba, 1985. 33p.*
 - 13 *BOLOGNESE, Ruth. Leon Peres acusa três ministros de Médici. Jornal do Brasil, 4 set. 1986. 1 cad., p.2.*

- 14 CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo, Atlas, 1971. 644p.
- 15 CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil; 1945-1964*. São Paulo, Difel, 1981. v.2. 276p.
- 16 CASTILHO, Fausto. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1985*.
- 17 CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, out. 1986*.
- 18 CHACON, Valmireh. *História dos partidos brasileiros; discursos e práxis de seus programas*. 2ª ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985. 739p.
- 19 CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981. 220p.
- 20 COMPARATO, Fábio Konder. *Uma constituição para o desenvolvimento democrático*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. 160p.
- 21 —. *Muda Brasil*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. 160p.
- 22 COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens; análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 328p.
- 23 DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1982. 97p.
- 24 —. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981, 212p.
- 25 DREITZEL, Hans-Peter et alii. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. 144p.
- 26 ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. São Paulo, Martins Fontes, s.d. 174 p.
- 27 *A EXPERIÊNCIA do Paraná*. Rio de Janeiro, Sandes, s.d.
- 28 FAUSTO, Boris, dir. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981. t.3. v.10. 604p.
- 29 FENELON, Déa. *Estado, poder e classes sociais*. *Revista Brasileira de História, São Paulo, (7):33 - 57, mar. 1984*.
- 30 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1980. 241p.
- 31 —. *Microfísica do poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981. 295p. 1980. 241p.
- 32 —. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1983. 280p.

- 33 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense, 1974. 182p.
- 34 FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ. *Municípios do Paraná; informações gerais*. Curitiba, 1983. 229p.
- 35 GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, o estado e a política moderna. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 444p.
- 36 HIPÓLITO, Lucia. *De raposas e reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 328p.
- 37 IPARDES – FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. *A sobrevivência da pequena produção e a oferta de alimentos no Paraná – uma análise integrada*. Curitiba, 1986. 2v.
- 38 JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. 157p.
- 39 KRISCHKE, Paulo J. org. *Brasil do “milagre” à “abertura”*. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1982. 248p.
- 40 KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982. 168p.
- 41 LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro; estrutura e processo*. 2.ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. 134p.
- 42 LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 134p.
- 43 LIMA JR. Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64*. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 157p.
- 44 LINHARES, Temístocles. *O Paraná vivo: um retrato sem retoques*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 412p.
- 45 MACEDO, Norton Correia. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, nov. 1986*.
- 46 MACHADO, Brasil Pinheiro. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1985*.
- 47 MACHADO, Roberto. *Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1981. 218p.
- 48 MADER, Othon. *A rebelião agrária do Sudoeste do Paraná em 1957*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958. *Separata de dois discursos pro-*

- nunciados no Senado Federal em 6 a 9 de dezembro pelo Senador Othon Mader.
- 49 MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, out. 1986.*
 - 50 MARTIN BARBERO, Jesus. *Comunicación masiva: discurso y poder. Quito, Ciespal, 1978. 249p.*
 - 51 MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente; ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo, Anhembi, 1951. 506p.*
 - 52 ——. *Depoimento do professor Wilson Martins: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50. História: Questões & Debates, Curitiba, 7(12):79-85, jun. 1982.*
 - 53 ——. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, jul. 1986.*
 - 54 MIRANDA, Jorge, org. *Constituições de diversos países. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1979. v.2, 398p.*
 - 55 ——. *Constituições de diversos países. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v.1, 456p.*
 - 56 MUNAKATA, Kazumi. *Compromisso de estado. Revista Brasileira de História, São Paulo (7): 58-80, mar. 1984.*
 - 57 ——. *A legislação trabalhista no Brasil. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984. 112p.*
 - 58 NERY, Sebastião. *Dezesseis derrotas que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. 190p.*
 - 59 OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. 386p.*
 - 60 PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC. Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 253p.*
 - 61 PAINE, Thomas. *O senso comum e a crise. Brasília, Universidade de Brasília, 1982. 104p.*
 - 62 PEREIRA, Raimundo et alii. *As eleições no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Global, 1985. 214p.*
 - 63 RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da idade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 290p.*
 - 64 *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, n.7, mar. 1984.*
 - 65 ROCHA, Espedito. *Entrevista concedida à equipe do Projeto História Política do Paraná, em Curitiba, ago. 1985.*

- 66 ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 352p.*
- 67 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo; 1930-64. Rio de Janeiro, Saga, 1969. 512p.*
- 68 SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, org. *Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983. 261p.*
- 69 VOGT, Wilfried et alii. *Estado e capitalismo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980. 140p.*
- 70 WESTPHALEN, Cecília Maria; Machado, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilati. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7): 1-52, 1968.*

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

IPARDES
fundação édison viera